

## A PARCERIA UFJF/ ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES – MST: A EXPERIÊNCIA E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ESTUDOS LATINO AMERICANOS

**Cristina Simões Bezerra\***  
**Mônica Aparecida Grossi Rodrigues\*\***  
**Adelar João Pizetta\*\*\***

### RESUMO

O presente artigo tem por objetivo contribuir para a divulgação e a avaliação das parcerias entre a Universidade Federal de Juiz de Fora e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, através da sistematização e análise de informações sobre o Curso de Especialização em Estudos Latino Americanos e sua produção monográfica.

Palavras-chave: formação política, Universidades brasileiras, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

### ABSTRACT

The present article has for objective to contribute for the spreading and the evaluation of the partnerships between the UFJF and the Brazilian Landless Movement through the systematization of information on the Course of Specialization in American Studies Latin and its monographic production.

Keywords: politic formation, Brazilian Universities, Brazilian Landless Movement

### INTRODUÇÃO

A realização deste artigo se coloca como uma possibilidade de publicização e análise da parceria estabelecida há sete anos entre a Escola Nacional Florestan Fernandes/ MST e a Universidade Federal de Juiz de Fora, através da Faculdade de Serviço Social. Com o objetivo de traçar um histórico e uma primeira avaliação das parcerias entre a UFJF e o MST, foi publicada, em 2004, no terceiro número da Revista Libertas (versão impressa) uma

---

\* Professora Adjunta da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, coordenadora da parceria entre a Universidade Federal de Juiz de Fora e a Escola Nacional Florestan Fernandes e do Curso de Especialização em Estudos Latino Americanos.

\*\* Professora Adjunta da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, doutoranda em Geografia na Universidade Federal Fluminense, integrante da parceria entre a Universidade Federal de Juiz de Fora e a Escola Nacional Florestan Fernandes e professora da disciplina de Metodologia de Pesquisa do Curso de Especialização em Estudos Latino Americanos.

\*\*\* Membro da Coordenação Nacional do Setor de Formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, e da Coordenação da Escola Nacional Florestan Fernandes.

comunicação, proferida no III Congresso de Debates Latino-Americanos, realizado na Alemanha, em maio de 2003.

Neste sentido, o presente artigo recupera vários elementos da história desta parceria e avança, na análise de sua terceira iniciativa, que foi desenvolvida através do Curso de Especialização em Estudos Latino Americanos. Tendo como referência a proposta de formação política para os quadros dos movimentos sociais da Via Campesina, será retomada e atualizada a experiência de parceria com a UFJF. A apresentação do Curso de Especialização em Estudos Latino Americanos foi realizada apontando, inicialmente, as questões que justificam e fundamentam esta proposta, seus objetivos, o perfil e as expectativas dos alunos no curso. Em seguida, ressaltamos o processo de construção das monografias, destacando os eixos temáticos em torno dos quais se agruparam os trabalhos realizados.

## 1 – A FORMAÇÃO POLÍTICA NO INTERIOR DO MST E AS PARCERIAS COM AS UNIVERSIDADES

Desde sua origem, em 1984, o MST tem se defrontado com a necessidade de garantir um amplo processo de formação política para o seu quadro de militantes, desde a base acampada e assentada até seus dirigentes nacionais, com vistas a possibilitar a unidade política e ideológica, o desenvolvimento da consciência política-organizativa e a superação dos desafios impostos pela realidade. No início, essas atividades eram realizadas em parceria com o movimento sindical e com outras organizações voltadas para o trabalho de educação popular. Entretanto, com o crescimento, o fortalecimento e o redirecionamento das ações do movimento, foi se tornando evidente a urgência de investimento em um processo e um espaço próprios de formação, que tivessem como objetivo garantir a organicidade e a articulação do MST com outros parceiros nos âmbitos nacional, latino americano e internacional, e que tivesse como ponto de partida a prática social dos Sem Terra, com suas contradições, desafios e possibilidades. Primeiramente, este espaço foi articulado no Centro de Capacitação e Pesquisa na cidade de Caçador, em SC e, a partir de 1999, na Escola Nacional Florestan Fernandes que, fruto de uma campanha internacional de solidariedade, foi inaugurada em 2005.

No ano de 2002, o MST contabilizava que cerca de 53 mil militantes haviam passado pelos seus cursos de formação, na perspectiva de ampliar seus conhecimentos acerca da realidade e capacitar suas práticas sociais e políticas em favor de uma reforma agrária ampla e de transformações sociais efetivas. Segundo documento sistematizado pelo próprio movimento

A formação tem se debruçado sobre questões tais como: a melhor forma de implementar o estudo da realidade brasileira nos cursos e atividades, o funcionamento dos grupos de estudo nos estados, diferentes metodologias e níveis, a organização para a formação, por intermédio dos núcleos de base, a relação entre teoria e ação (MST, 2003: p. 10)

Podemos afirmar que, ao longo dos seus mais de vinte anos de existência, o MST vem realizando um movimento de ampliação de seu processo de formação política, que acompanha a transformação pela qual deixou de ser uma organização meramente local e regional e atingiu uma dimensão internacional, a partir de sua vinculação à Via Campesina<sup>1</sup>. Neste processo, formar-se politicamente passa a ser uma obrigação e uma responsabilidade da militância em seu conjunto, de forma a garantir o fortalecimento do MST enquanto coletividade. Dentre os desafios que o movimento reconhece como principais para consolidar seus planos de organização e de ação, encontramos “a necessidade de formação de quadros e de militantes deve ser uma política urgente e permanente, se queremos que nossas organizações cresçam, avancem e vençam” (MST, 2005: p. 23).

É o movimento das massas que determina o ritmo e a necessidade da formação. Nos momentos de descenso deste movimento, é muito comum que se esqueça da formação e do trabalho ideológico, tomados pelo sentimento de apatia. Neste sentido, o MST se preocupa em questionar como é possível formar quadros no descenso do movimento de massas como o que estamos vivendo a mais de uma década? Para isso, recupera a idéia de que o processo de formação de quadros deve contribuir para formar e construir força social e política, isto é, ajudar a organizar o povo. É um requisito fundamental para acumular força. A formação se constrói então como um conceito de política, preparada e implementada de forma dialética,

---

<sup>1</sup> O MST foi um dos fundadores da Via Campesina, em 2004, que congrega movimentos sociais camponeses e indígenas de todo o mundo, com a intenção de promover a articulação internacional e de “descobrir as mudanças de funcionamento do capital e suas empresas, para poder desenvolver novas formas de luta, nos diversos movimentos, nos países e a nível internacional” (STÈDILE, 2003: p. 15)

articulando os diferentes saberes e níveis, com princípios, valores que colaboram na construção do projeto político com objetivos estratégicos.

É importante observarmos que, para o MST, a formação política é um processo amplo e abrangente, que se realiza integralmente, seja através de cursos, reuniões ordinárias, ações coletivas, etc. Portanto, abrange diferentes momentos e estratégias e se constrói no cotidiano das lutas empreendidas pela organização. Neste sentido, formação política se distingue de formação técnica e de educação formal enquanto um momento privilegiado de capacitação, que não se resume, de forma alguma, aos cursos de formação. Assim, na compreensão do movimento, o militante se forma politicamente em todos os momentos de sua participação, desde as discussões da base de acampados e assentados até os congressos nacionais, desenvolvendo, neste cotidiano, o conjunto de habilidades necessárias para uma atuação crítica, coerente e unitária. Esse entendimento não descarta, pelo contrário, requer cada vez mais o esforço e a dedicação ao estudo sistemático e aprofundado, principalmente da filosofia, da economia política, da história e da realidade em que estamos atuando.

Esta idéia está assim expressa em documento da Via Campesina:

A formação e a capacitação devem constituir um sistema organizado de caráter integral empregando diferentes modalidades de ensino que retome a cultura e a realidade da agricultura familiar camponesa, com temas entre os quais podemos citar: tecnologias apropriadas, gestão, comercialização, formulação de projetos e promoção de formas associativas. O educando das organizações camponesas deverá obter habilidades e destrezas organizativas, políticas mobilizativas, administrativas e agropecuárias, com um conhecimento pleno do meio rural, com um alto desenvolvimento nas capacidades de organização, comunicação, espírito analítico e eficiente. As organizações camponesas devem buscar que os dirigentes, líderes e instâncias de bases se formem capacitando-se, mediante técnicas, treinamento sistemático e rigoroso, com uma base teórica e prática partindo de suas habilidades individuais e coletivas (TORREZ, 2003: p. 27-28)

Tal proposta se completa com a idéia de que

A formação e a capacitação não devem ser conjunturais, devem obedecer aos interesses das organizações e ter um horizonte para onde vamos, com um processo de entradas e saídas para que os educandos tenham opções de se promover de acordo com seus interesses de grupo e individuais. Há escolas e planos de formação na maioria das regiões; algumas com mais tempo, outras em construção de seus estabelecimentos educativos. Não obstante, a escola

onde se formam os quadros não deve ser entendida como as quatro paredes que encerram o edifício; a formação se faz na ação, no acompanhamento, nas lutas de massas e no exemplo (IDEM: p. 29-30)

Neste sentido, o MST destaca alguns elementos pedagógicos, que devem estar articulados através da formação política: o estudo, o trabalho produtivo e o trabalho de base, uma vez que o lugar social (acampamentos, assentamentos, centros de formação, universidades, etc), a organicidade, os aspectos culturais, de construção de novas relações sociais e de comportamento baseado em novos valores são extremamente importantes para o processo de formação da consciência. Assim, esta formação política não se concretiza como uma tarefa ou uma responsabilidade exclusiva do Setor de Formação, mas deve perpassar todo o conjunto da organização. Todos os militantes e dirigentes devem ser formadores de base por intermédio de sua práxis.

Neste sentido, a concepção de formação vem sendo desenvolvida a partir de determinados princípios, dentre os quais destacamos:

- a) A formação é um processo permanente e sistemático, que possibilita aos militantes desenvolverem atividades concretas, em direção à conquista dos objetivos da organização.
- b) É parte integrante da organicidade e das lutas, que busca fortalecer as instâncias e setores de atividades, buscando sempre a unidade política e ideológica.
- c) O ponto de partida deve ser a prática social dos camponeses, permeada por contradições, desafios e possibilidades;
- d) A formação deve ser preparada e implementada em todos os níveis: base, militantes, dirigentes, quadros, sempre a partir dos objetivos e demandas da organização.
- e) Os processos de capacitação e qualificação devem atingir os militantes de maneira integral, desenvolvendo as diferentes dimensões da pessoa humana, contribuindo para a construção de uma nova ética – uma ética revolucionária.
- f) A formação deve ser uma espécie de alimentação ideológica da organização, em direção a conquista de seus objetivos estratégicos.

A política de formação de quadros é a política da organização, desde os níveis superiores até a base, tendo em vista a implementação das linhas políticas do Movimento, e também o inverso, da percepção dos anseios e demandas da base até as instâncias diretivas. O movimento coloca, então, que tal política deve ter uma intencionalidade, expressa no perfil de

militantes que se pretende formar. Sendo assim, alguns requisitos orientam o planejamento e a execução destas atividades de formação:

a) Criação de métodos para implementação das linhas e definições políticas na base, nas instâncias e setores da organização.

b) Implementação dos princípios organizativos de forma dinâmica e criadora, envolvendo e formando novos militantes, com capacidade de análise própria para a tomada de decisões.

c) Conhecimento e sensibilidade para compreender e respeitar a cultura do povo em suas diferentes expressões, redimensionando a história de luta dos povos na perspectiva da revolução cultural.

d) Relacionamento direto com a base, numa perspectiva de elevar o nível de consciência e da organicidade.

e) A simplicidade e a sensibilidade que se traduzem na capacidade de entender profundamente os dramas que vive o povo simples e, explicitar as causas e os motivos que levam a lutar por sua superação.

f) Expressão viva dos novos valores, tais como a solidariedade, o companheirismo, o espírito de sacrifício, o amor ao estudo e ao povo.

g) A partir da coerência e do cuidado consigo e com o outro, a crítica e a autocrítica ganham um espaço significativo. Ser capaz de avaliar a si mesmo, ao outro, e o trabalho coletivo, a partir destes valores, é tarefa fundamental.

h) Indignação contra qualquer tipo de injustiça cometida, levando os princípios e valores com os quais trabalha o movimento a todos os espaços em que atua.

i) Capacidade de discernimento ético e moral, transcendendo e superando a espontaneidade do movimento de massas, o que exige um nível mais elevado da consciência;

Nesta perspectiva, foram traçados, pela Via Campesina, importantes objetivos para a formação política, dentre os quais destacamos:

- Formar e capacitar para continuar resistindo com propostas e alternativas, a fim de evitar a exclusão total na sociedade;
- Fortalecer a liderança e idéias viáveis e possíveis para a organização e para seu meio rural;
- Priorizar a formação e capacitação de mulheres e com enfoque de gerações;

- Promover mais oportunidades de liderança;
- Formar e capacitar para dimensionar o papel dos setores sociais para enriquecer as expressões organizadas no campo;
- Formar e capacitar para resgatar a mística na luta mediante uma pedagogia participativa e exemplar; (IBIDEM: p. 29)

Diante desta ampliação da noção e das estratégias de formação política para seus militantes, o MST percebe, sobretudo a partir da década de 90, a necessidade de se articular, política e institucionalmente, com outros parceiros da sociedade brasileira, dentre os quais ganham destaque as universidades públicas. Estas parcerias não se fazem, entretanto, numa perspectiva meramente conjuntural, mas partem da certeza de que é necessário, também, “ocupar o latifúndio do saber”, ou seja, os espaços de produção e de socialização de conhecimentos, dos quais as universidades são os exemplos mais evidentes.

Esta articulação com as universidades se faz, portanto, a partir de uma necessidade de acesso à teoria, ao conhecimento científico, que pode, segundo análise do MST, garantir um movimento dinâmico entre prática – teoria – prática que possibilite compreender, orientar, corrigir e reorientar os princípios e as iniciativas da organização, devendo resultar, portanto, em “firmeza ideológica” (MST, 2001).

Neste sentido, afirma BOGO (1999: p. 74)

A agricultura moderna precisa de ciência, e esta encontra-se na cidade. A sua integração com os “cientistas”, possibilitará fazermos uma revolução cultural no campo, criando um novo tipo de camponês com novos hábitos, conhecimentos e habilidades, mantendo suas raízes culturais, alcançando assim a modernização com desenvolvimento econômico, social e humano.

Assim, a partir de experiências de parcerias firmadas com universidades pelo setor de educação<sup>2</sup>, o MST, através do Setor de Formação e da Escola Nacional Florestan Fernandes, dá início, em 1999, através da parceria com a UNICAMP, a uma série de articulações com estas instituições de ensino superior para a oferta de cursos de formação voltados, especificamente, para os militantes de movimentos sociais rurais. Tal iniciativa era condizente

---

<sup>2</sup> Em 1994, surge no interior do setor de educação a necessidade de um Curso Superior de Pedagogia para os educadores, que constataram uma certa fragilidade das pessoas ligadas a este setor diante de novos desafios colocados para o conjunto da sociedade brasileira. Era, assim, uma possibilidade de aprofundamento e de discussão da proposta educativa do Movimento e de uma formação política mais ampla para os integrantes do curso. Desta necessidade, surgiu a primeira parceria do MST com universidades brasileiras, no caso, a Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ).

com um momento de abertura do Movimento à sociedade e de reafirmação da questão agrária na agenda política nacional.

As lutas localizadas formam a consciência com limitações, com tendências ao corporativismo, permanecendo na esfera das disputas econômicas. A relação das lutas sociais com as lutas mais amplas, com mudanças de reivindicações, de econômicas para políticas, elevam a consciência social para consciência política. Neste sentido é que os militantes e dirigentes vão se formando e constituindo-se em verdadeiros lutadores do povo. Deve-se combinar o processo de lutas com o estudo teórico, para que haja um desenvolvimento da consciência verdadeira. (MST, 2001: p. 116-117)

Esta foi a primeira de uma série de parcerias que foram firmadas com universidades públicas e privadas pelos diversos setores do Movimento, somando hoje mais de 60 experiências. Como teremos a oportunidade de avaliar no desenvolvimento deste artigo, tem início um importante movimento de ampliação e de renovação tanto para o MST quanto para as universidades, o qual nos será possível analisar a partir da experiência com a UFJF.

## 2 – A EXPERIÊNCIA DE PARCERIA COM A UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

A parceria entre a UFJF e a Escola Nacional Florestan Fernandes teve início no ano de 1999, por ocasião da passagem, pela cidade de Juiz de Fora, da Marcha Popular pelo Brasil. Em audiência com a Magnífica Reitora da UFJF, Professora Doutora Maria Margarida Martins Salomão, lideranças dos movimentos que compunham a Marcha propuseram que a Universidade estabelecesse parcerias com a Escola Nacional Florestan Fernandes para a realização de cursos que tivessem como público alvo a população do meio rural, historicamente excluída da maioria das políticas públicas e, conseqüentemente, do ensino superior. Naquela ocasião, a resposta da Reitoria foi positiva, e posteriormente, a Faculdade de Serviço Social foi convidada a coordenar estes trabalhos.

Deste primeiro contato, nasceu o Projeto de Extensão “Realidade Brasileira para Jovens do Meio Rural”, um curso de âmbito regional, que tinha o objetivo de iniciar, no interior do MST, a formação política de jovens da Região Sudeste, além dos estados da Bahia e do Mato Grosso. Este curso, realizado no período de 14 a 23 de julho de 2000, contou com a

participação de aproximadamente 320 jovens e foi desenvolvido por professores de diversas instituições de ensino superior do Brasil e por outros assessores dos movimentos sociais no campo. A programação incluía diversas temáticas que tinham o objetivo de despertar nos jovens presentes o conhecimento acerca de nossa formação política e de problematizar questões pertinentes a esta faixa etária, tais como drogas, sexualidade, gênero, etc.

A avaliação positiva desta primeira parceria, tanto por parte da UFJF quanto do MST, fez com que novas propostas surgissem para dar continuidade a esta formação política do meio rural. Assim, em janeiro de 2001, a Escola Nacional Florestan Fernandes apresentou à UFJF uma outra proposta de curso de extensão, voltado para problematizar novamente a realidade brasileira. Desta intenção, foi elaborado o Projeto “A Realidade Brasileira a partir dos Grandes Pensadores Brasileiros”.

Este segundo projeto de extensão desenvolvido em parceria com o MST representava, na verdade, uma proposta mais ampla em todos os sentidos. Pretendia se constituir como um curso que abordasse os diversos aspectos da realidade brasileira, numa perspectiva histórica e contemporânea, analisando-a a partir dos grandes pensadores brasileiros, permitindo, assim, refletir sobre o destino e os rumos do país. Iniciado num momento de grande ofensiva neoliberal do Governo Fernando Henrique, representava, para o MST e também para a UFJF, uma possibilidade de se debater criticamente sobre alternativas para o quadro político que vivenciávamos. Tinha como meta atender a um público de 100 alunos, oriundos de todo o país, entre militantes e lideranças que atuassem nos movimentos sociais do meio rural. Estes participantes seriam selecionados pela Escola Nacional Florestan Fernandes, deveriam ter, preferencialmente, segundo grau completo e estar atuando na área de formação dos movimentos.

O curso foi realizado em quatro módulos de aproximadamente quinze dias cada um, aproveitando o período de férias da UFJF. Contou com a presença de 78 alunos, oriundos de 8 movimentos sociais no campo, que deram à turma o nome de “Milton Santos”. Os temas trabalhados foram: formação econômica, étnica e cultural do Brasil, território e sociedade brasileira, a formação das classes sociais, a questão agrária e a construção de um projeto nacional para o Brasil, dentre outros.

Avaliações periódicas demonstravam que o curso vinha atingindo seus objetivos, garantindo uma maior maturidade política e qualificando as ações destes militantes.

Destacava-se o fortalecimento das organizações a partir do curso, o nível qualificado das assessorias e a importância do desafio de realizar um trabalho de conclusão de curso que problematizasse questões específicas dos movimentos. Um outro elemento positivo foi a decisão de regionalizar o curso, ou seja, os participantes desta turma nacional iriam buscar parcerias com outras universidades de suas regiões para socializar as discussões realizadas em Juiz de Fora. Desta iniciativa, nasceu a parceria com 5 universidades brasileiras, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal do Maranhão, Universidade Federal de Uberlândia, Universidade de Chapecó e Universidade Católica de Goiás, que, a partir do primeiro semestre de 2003, começaram a realizar cursos nos mesmos moldes que este para outros 500 alunos.

Destaca-se, neste curso, a produção, a apresentação e os debates dos trabalhos de conclusão elaborados pelos alunos. Divididos em 5 áreas temáticas, a saber Gênero e Cultura, Questão Agrária e Agricultura, Questão Urbana, Educação e Formação e História, e avaliados por professores da UFJF e por lideranças dos movimentos sociais, os 61 trabalhos revelaram diversos e significativos aspectos da realidade brasileira, representando uma relevante produção de conhecimentos que foi de extrema importância tanto para o cotidiano dos movimentos sociais quanto para a UFJF.

Ao final da realização deste projeto de extensão, a terceira parceria entre o MST e a UFJF foi firmada em março de 2003, desta vez para a realização de um Curso de Especialização em Estudos Latino Americanos, demanda que surgiu dos próprios alunos do curso Realidade Brasileira. Esta experiência será apresentada e analisada com maior destaque nos itens que se seguem.

## 2.1 - O CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ESTUDOS LATINO AMERICANOS

A iniciativa de se desenvolver um Curso de Especialização em Estudos Latino Americanos veio no sentido de entender e fortalecer os processos históricos na América Latina, suas contradições e superações possíveis, buscando caminhos para uma integração soberana, que respeite a autodeterminação dos povos e a cultura histórica que lhes são próprias, assim como suas riquezas materiais.

Na perspectiva de construção e de fortalecimento de um pensamento histórico, o curso buscou capacitar os militantes dos movimentos ligados à Via Campesina no sentido de desenvolver lutas de resistência com proposições globais que tivessem como meta entender, discutir e agir a partir de uma matriz histórica latino-americana. Para isso, tinha como proposta recuperar o pensamento de intelectuais e militantes latino-americanos, tais como Simon Bolívar, José Martí, Che Guevara, Mariategui e tantos outros que tinham como expectativa a construção da “Grande Pátria Latino Americana”, atualizando-a a partir da articulação dos movimentos sociais e das lutas dos camponeses no mundo, que são afetados pelas políticas da OMC e das grandes empresas transacionais.

A atual fase de desenvolvimento do capitalismo internacional e das sociedades humanas demonstra profundas contradições que se afluam como resultado do próprio processo histórico. No mundo globalizado, novos sujeitos sócio-históricos se levantam para denunciar a voracidade do capital e do mercado que agem no sentido de depreciar as sociedades nacionais, as vidas dos seres humanos que nela habitam, juntamente com o conjunto de recursos naturais. Como nos diz o filósofo húngaro MESZAROS (2003), vivemos num período histórico onde o capital perdeu sua capacidade civilizatória. A exigência histórica colocada é a construção de um novo projeto societário, em suas dimensões éticas e políticas, para a humanidade capaz de desenvolver um intenso processo de humanização da vida.

Mecanismos de dominação e controle social vêm, historicamente, sendo implantados na América Latina a partir dos países do centro do capitalismo financeiro. Do período da colonização até a consolidação do capitalismo dependente, desenvolve-se um processo de intensa exploração do trabalho, acompanhado de massacres e de formas sutis de uma perversa ideologia. No entanto, o movimento da história latino-americana produz lutas e resistências dos povos desse continente e, neste contexto histórico de integração subordinada sujeita à constantes reatualizações, faz-se necessário encontrar alternativas para a América Latina.

A proposição do Curso de Especialização em Estudos Latino Americanos esteve aliada, portanto, com o compromisso de fortalecer a postura democrática e progressista da Universidade Federal de Juiz de Fora. Dentre os objetivos aos quais o Curso se propunha, destacamos:

a) Dar continuidade ao processo de formação de educadores populares e dirigentes de diferentes movimentos sociais urbanos e rurais, que participaram do curso sobre Realidade Brasileira a partir dos Grandes Pensadores Brasileiros, desenvolvido nesta Universidade.

b) Estudar e compreender o processo de formação social, econômica, política e cultural da América Latina, com ênfase nos grandes pensadores latino-americanos, para entender a situação em que vivemos atualmente.

c) Elevar o nível de conhecimentos, bem como a escolarização de educadores e dirigentes populares que já possuem um curso superior e que estão atuando nos diferentes movimentos populares e sociais, qualificando suas práticas.

d) Possibilitar um maior intercâmbio entre educadores/dirigentes de movimentos sociais do Brasil, da América Latina e da própria Universidade, trocando experiências, interpretações e elaboração sobre essa realidade a ser estudada e transformada.

A partir dos dados contidos nas fichas de inscrição dos 55 alunos, realizamos uma sistematização e apresentamos à turma, na disciplina de Metodologia de Pesquisa Aplicada aos Movimentos Sociais, como um exercício onde se discutiu a importância da sistematização de dados dos movimentos sociais acerca do perfil de seus sujeitos e dos documentos por eles produzidos.

Esta sistematização nos possibilitou conhecer o perfil da turma e, ainda, as suas expectativas em relação ao curso. O primeiro aspecto a ser ressaltado se refere à presença majoritária (56%) de mulheres. A formação acadêmica dos alunos é diversificada em termos de áreas de conhecimento abrangendo 18 cursos, a saber: Letras, Artes, Direito, Economia, Filosofia, Ciências Contábeis, Biologia, Agronomia, Educação Física, Serviço Social, Ciências Sociais, Pedagogia, História, Geografia, Teologia, Arquitetura, Informática, Administração de Empresas. Quantitativamente, a concentração maior se encontra nos cursos na área das Ciências Sociais e Humanas.

Os alunos estão vinculados a diversas organizações rurais e urbanas situadas em três países da América Latina. Do Brasil, participaram: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Consulta Popular, Federação dos Engenheiros Agrônomos do Brasil (FEAB) e Rede Nacional de Advogados

Populares (RENAP). Tivemos ainda a participação do Movimento Campesino Paraguai (MCP) e da Coordenadoria Nacional de Organizações de Mulheres Trabalhadoras Rurais e Indígenas (CONAMURI), oriundos do Paraguai, e da Associação Nacional de Mulheres Rurais e Indígenas (ANAMURI), do Chile.

Quanto ao vínculo destes alunos com suas organizações, notamos a predominância de militantes, formadores e dirigentes, mas também a presença de assessores. Em seu trabalho cotidiano nas organizações, estes alunos destacaram, como principais atividades desenvolvidas, a coordenação política nacional, a coordenação do coletivo nacional de educação, a coordenação do coletivo nacional de projetos, a coordenação de equipes técnicas, elaboração e monitoramento de projetos e trabalho de organização de base.

As expectativas dos alunos em relação ao curso revelaram a preocupação coletiva com a busca e socialização de conhecimentos, com a superação de limites e o exercício da disciplina teórica. Isto fica evidente nas seguintes afirmações:

- Aprofundamento de questões históricas e teóricas para melhor compreensão e transformação da realidade latino-americana;
- Capacitação e qualificação da prática militante;
- Continuidade do processo de formação e de qualificação teórica através do estudo dos pensadores latino-americanos e a socialização de conhecimentos sobre a América Latina junto às organizações;
- Intercâmbio e articulação entre os militantes;
- Aprimoramento dos movimentos sociais presentes no curso.

O curso foi desenvolvido em 5 etapas, nos períodos de férias da UFJF, entre junho de 2003 e agosto de 2005. Foi organizado em 15 disciplinas, ministradas por professores e assessores de todo o Brasil e da América Latina, através de trabalho voluntário. Ao final do curso foram elaboradas 37 monografias, cujo processo de elaboração e de avaliação foi, mais uma vez, um momento de socialização de conhecimentos e de afirmação das grandes questões relacionadas às lutas sociais na América Latina e aos desafios postos às organizações populares no continente.

## 2.1.1 – O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTOS: A PRODUÇÃO MONOGRÁFICA

O processo de produção de conhecimentos teve como espaços privilegiados a disciplina de metodologia de Pesquisa Aplicada aos Movimentos Sociais e a elaboração das monografias de conclusão de curso, onde os alunos puderam eleger seus objetos de estudos a partir de um intenso debate com os movimentos sociais, tendo como referência a definição de temáticas estratégicas. A qualificação dos alunos para a elaboração da investigação foi norteadada pela perspectiva pedagógica de Paulo Freire, que nos indica que conhecer e transformar a realidade são exigências recíprocas (FREIRE, 1996).

O processo de orientação e qualificação das monografias foi construído conjuntamente entre a Universidade e os movimentos sociais envolvidos. FERNANDES (2001), ao apresentar a caminhada do MST em relação à pesquisa, nos chama atenção que

Para um movimento social que causa expressivos impactos socioterritoriais com as ocupações de terra, com os acampamentos, e transforma latifúndios em assentamentos, num processo contínuo de ressocialização, pesquisar é fundamental para compreender as novas realidades criadas na luta e na resistência. Por meio da pesquisa o Movimento procura entender melhor as transformações que causa com suas ações, contribuindo para a construção de uma sociedade justa e igualitária (p. 88-89)

Este autor ainda destaca três questões fundamentais que envolvem o trabalho do pesquisador militante: o desafio, a ousadia e o compromisso.

A partir destas reflexões, e tendo como norte o paradigma marxiano, a proposta pedagógica da disciplina foi construída e a metodologia de trabalho foi desenvolvida através de aulas expositivas e dialogadas, trabalhos e exercícios práticos de caráter individual e debate em grupos por mesas temáticas, onde as propostas de estudo foram articuladas por eixos. As orientações individuais para o desenvolvimento das monografias foram realizadas por professores da UFJF e de outras universidades, assessores, dirigentes e militantes dos movimentos sociais. A escolha dos orientadores foi realizada pelos alunos de acordo com suas expectativas e possibilidades, inclusive de proximidade geográfica.

O momento de avaliação das monografias proporcionou aos participantes o exercício de aproximação, diálogo e intenso debate, e ainda a reafirmação de uma prática pedagógica participativa e democrática. Estes trabalhos foram avaliados através de mesas temáticas que

envolveram professores universitários e assessores dos movimentos, reunindo 37 monografias nos seguintes eixos temáticos que apresentaremos a seguir:

**Eixo 1 – Estado e Movimentos Sociais:** Os trabalhos agrupados nesta mesa abordaram temáticas que se referem a: o desenvolvimento do capitalismo na América Latina e o impacto da política neoliberal no processo de organização e resistência dos trabalhadores da América Latina; as características do modelo de desenvolvimento da América Latina e os processos de exclusão social dele resultantes; a contemporaneidade da contradição capital e trabalho e a constituição das classes sociais em luta, com destaque para as classes trabalhadoras da América Latina; o pensamento social latino-americano e sua contribuição para a organização e a luta dos movimentos sociais; a perspectiva de construção de um projeto nacional e popular para o Brasil; o resgate das lutas e movimentos sociais na América Latina; os desafios atuais para a construção do socialismo na América Latina. Os trabalhos apresentados neste eixo foram:

- O impacto do neoliberalismo nos movimentos sociais de alguns países da América Latina
- Aportes à análise crítica do modelo de desenvolvimento econômico chileno
- O resgate histórico das lutas e movimentos sociais pela moradia em Porto Velho
- Capitalismo e Proletariado no Século XXI, na perspectiva de luta de classes
- A dimensão libertária na América Latina no pensamento de Florestan Fernandes
- A Defesa do Estado Nação, como Instrumento de Fortalecimento dos Movimentos Sociais: uma abordagem sobre a Construção de Um Projeto Popular no Brasil.
- O Neoliberalismo e a Resistência dos Movimentos Sociais na América Latina: Exército Zapatista de Libertação Nacional-**EZLZ**

**Eixo 2 – Estado, partidos políticos e políticas públicas:** Esta mesa representou a oportunidade de uma discussão coletiva dos trabalhos que se voltaram para as seguintes temáticas: a contribuição do pensamento social latino-americano para a construção de processos revolucionários na América Latina e para a análise do desenvolvimento capitalista; o processo de construção da democracia e da integração na América latina, com destaque para

os casos do Brasil e da Venezuela; análise histórica de governos latino-americanos, tendo como referência a perspectiva da soberania nacional; implicações da política neoliberal; o debate sobre novas estratégias de organização e luta pelo poder na América Latina; a construção do socialismo na América Latina. Os trabalhos apresentados neste eixo foram:

- O caráter da revolução social na América Latina: o importante legado de José Carlos Mariategui.
- Da esperança à frustração: um paralelo da Continuidade entre os governos FHC e Lula
- Democracia e integração na América Latina: alguns elementos dos casos venezuelano e brasileiro.
- O desafio de contruir um novo instrumento político para o Brasil
- A busca pelo socialismo na América Latina: o governo de Salvador Allende
- El Dr. Francia y la Soberanía Nacional
- BRASIL: um país em desenvolvimento? A atualidade da Dialética da Dependência de Rui Mauro Marini para a análise do avanço do capitalismo na América Latina

**Eixo 3 – Cultura, educação e formação política:** Esta mesa agregou os trabalhos preocupados em problematizar a relação entre educação, cultura e formação política no interior das organizações camponesas participantes do curso, em especial o MST, atentando para as contradições desta relação a partir das influências da lógica de mercantilização da sociedade capitalista. Dentre os temas trabalhados, destacamos: a análise histórica sobre os processos de formação de quadros das organizações políticas da esquerda brasileira; a dimensão educativa das ocupações de luta pela terra no Brasil; a cultura e a arte como elementos formadores da consciência das classes trabalhadoras na sociedade capitalista; a realidade e as contradições na educação e na formação de jovens e adultos no interior do MST; as definições de cor e raça no interior do MST: suas contradições, lutas e seus enfrentamentos; as escolas de formação do MST e sua contribuição para a organicidade do movimento; a construção da Escola Nacional Florestan Fernandes como um processo de formação política através do trabalho voluntário. Este eixo foi composto dos seguintes trabalhos:

- A construção da Escola Nacional Florestan Fernandes: um processo de formação efetivo e emancipatório
- Reflexões acerca da cultura e da arte e o movimento da consciência em si
- A pedagogia do MST: realidade e contradições na educação de jovens e adultos
- Formação Política, Identificação e Juventude no MST
- A natureza educativa nas ocupações de luta pela terra no Brasil
- A formação de quadros políticos de esquerda
- Definições de cor e relações raciais em Marabá/ PA: o bairro do Cabelo Seco
- Escolas de formação e organicidade do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: uma relação necessária?

**Eixo 4 – Gênero e Classes Sociais:** Este eixo teve enfatizado a relação de gênero e classe no processo de desenvolvimento do capitalismo, ressaltando a sua relação com o patriarcado. Foram questões tematizadas pelos trabalhos: a exploração da mulher, a violência nas relações de gênero; o significado da linguagem no processo de reconstrução do ser humano; o protagonismo e a invisibilidade das mulheres nas memórias das lutas e dos movimentos sociais latino-americanos e a pertinência de organizações autônomas de mulheres. Cabe destacar, ainda, os desafios lançados à reflexão e prática dos movimentos sociais referentes às relações de gênero e classe nas organizações mistas e à construção de um projeto popular de agricultura camponesa, a partir da luta e resistência ao agronegócio e à cultura patriarcal e machista.

- A violência nas relações de gênero e classe: uma interpretação a partir das mulheres camponesas no Rio Grande do Sul
- A invisibilidade das mulheres na memória das lutas sociais na América Latina: protagonismo feminino nestas lutas e nos movimentos sociais do campo brasileiro
- CONAMURI, organización autónoma de mujeres del sector popular. Su pertinencia en el Paraguay de hoy.
- Desconstruir a linguagem e descolonizar o corpo

**Eixo 5 - Produção, Cooperação e Meio Ambiente:** Este eixo discute a produção, a cooperação e o meio ambiente, considerando: o desenvolvimento e as crises do capitalismo e os tratados comerciais internacionais; a constituição histórica do modelo de dominação em países da América Latina e processos de transição; o desenvolvimento dependente da América Latina e a formação da ideologia desenvolvimentista; o controle dos recursos energéticos, com destaque para os recursos hídricos e sua apropriação privada; as conseqüências econômicas, sociais e ambientais do modelo energético de barragens, com destaque para a Amazônia, a realidade vivida pelas populações atingidas e a atuação dos movimentos sociais; a identidade camponesa e a constituição de um espaço latino-americano de articulações das organizações e lutas no campo; a hegemonia do capital na construção do modelo de agricultura brasileira; o agronegócio como estratégia política e econômica do capitalismo e seu processo de implantação e desenvolvimento no Brasil; a cooperação e assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária; a participação e o controle por parte dos movimentos sociais, na construção de um novo modelo produtivo e formativo; o ordenamento espacial, as unidades produtivas nos assentamentos, o planejamento espacial e a organização da moradia; lutas sociais na ocupação do espaço rural. Os seguintes trabalhos foram apresentados no desenvolvimento deste eixo:

- Transição do modelo de dominação do Paraguai
- O valor sócio-econômico da água: a exclusão do homem do seu meio e a expropriação dos recursos hídricos.
- América Latina, desenvolvimento e ideologia: entre o desenvolvimento que se tem e o que se quer
- O desenvolvimento do capitalismo na agricultura na região das Missões, suas contradições e superação.
- Assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária, sua função e importância: visão do MST
- Mega-projetos hidrelétricos na Região Amazônica: Infra-estrutura de Rapina Capitalista

- Desenvolvimento dependente na América Latina e a questão ambiental
- Cooperação: desafios atuais e possíveis caminhos
- Identidade campesina e a construção da CLOC como um espaço de lutas e articulações
- Contribuições sobre o planejamento espacial dos assentamentos de reforma agrária e a organização da moradia no DF e entorno
- O Agronegócio no Brasil: Processo de implantação e Contradições

A UFJF deu início a uma segunda turma deste Curso em julho de 2006, tendo em vista a avaliação positiva da primeira experiência. Nesta segunda oportunidade, contamos com 42 militantes de movimentos sociais rurais e urbanos de todo o Brasil e da Argentina, que já se encontram na segunda etapa do curso, definindo temáticas para suas monografias.

## CONCLUSÃO

Apesar da heterogeneidade das experiências aqui descritas, acreditamos que é possível fazer um balanço das parcerias que o MST tem firmado com as universidades brasileiras, pois, enquanto sujeitos coletivos, tanto a universidade quanto o MST vivenciam processos de crítica e de amadurecimento de suas posições políticas e pedagógicas. Podemos considerar que as experiências de parceria entre o Movimento e as universidades constituem um verdadeiro processo educativo. As universidades saem extremamente enriquecidas deste processo, pois ele representa uma oportunidade de avaliação dos caminhos trilhados por elas.

Tais movimentos trazem a dinamicidade da vida e das lutas cotidianas, questionam os valores, as burocracias e os vícios acadêmicos, impulsionam o universo do conhecimento científico a gerar propostas concretas de intervenção na realidade. Neste sentido, fica fortalecida a perspectiva de uma universidade democrática, aberta, plural, capaz de garantir o acesso ao conhecimento como um direito fundamental do ser humano. Estas experiências representam uma importante crítica aos formatos tradicionais dos cursos universitários e à concepção de educação ainda dominante no seu interior, fortalecendo a perspectiva de uma universidade mais próxima às necessidades do povo e ao projeto político da classe trabalhadora.

Universidades e movimentos têm se educado reciprocamente neste processo, pois acabam por se descobrir como parceiros na projeção e na construção de políticas públicas que permitam a democratização do acesso a uma educação comprometida com as grandes causas sociais.

O público alvo atendido por estes cursos nos parece, então, um elemento extremamente positivo para analisarmos. Ao envolver militantes dos movimentos sociais, sobretudo educadores do campo, cria-se um verdadeiro efeito multiplicador, pois a qualificação da intervenção social destes quadros atinge, indiretamente, um grande número de militantes que participam dos movimentos sociais organizados. Além disso, possibilita que uma parcela da população geralmente excluída do meio acadêmico tenha acesso à Universidade, fortalecendo a auto estima e a perspectiva de uma cidadania realmente inclusiva através da educação.

Os educadores do movimento, ao participarem dos cursos em parceria com as universidades, constroem a verdadeira identidade destes cursos. A presença na Universidade não é como indivíduo, mas como parte de uma identidade coletiva cujo processo de construção não começa nem termina no espaço universitário. São pessoas com marcas de exclusão, de discriminação, de dominação, mas também de resistência. Estas pessoas querem estudar para *não ter que sair do campo*. Ao contrário do tratamento individualista que a Universidade ainda sustenta, percebemos a afirmação das turmas como sujeitos coletivos.

“Antes de universitários, somos Sem Terra, temos a marca da terra e da luta que nos fez chegar até aqui”. Este depoimento demonstra que, para os militantes do MST, estar na Universidade é mais do que estar envolvido em processo de profissionalização técnica. É a possibilidade de afirmar a identidade de resistência e de luta social. Isto representa um novo jeito de estar na Universidade, pois divulga a causa da Reforma Agrária e aumenta o compromisso da sociedade com ela. A discussão desta temática fica viabilizada no interior da Universidade pela presença dos militantes dos movimentos em vários momentos e espaços da dinâmica da universidade: comunicações em salas de aula para os alunos da graduação, encontros nos espaços públicos, etc. Enfim, torna-se possível uma saudável troca de experiências e de informações através desta convivência entre os educadores do movimento e a comunidade acadêmica.

Como afirma BOGO (In MOTTA, 2005: p. 419-421),

Sem-terra, mais do que uma condição social, é uma referência política, social, cultural. Inicialmente é um substantivo composto que designa a condição social de alguém que vive do trabalho agrícola e tem aptidão para o mesmo, mas não possui a sua própria terra. É, portanto, um ser social sem propriedade, destituído de bens e posses, ou seja, é alguém que vive em condição de pobreza. A origem do MST, em 1984, está relacionada com a intenção inicial de organizar os sem-terra de todo o Brasil com o objetivo de lutar pela reforma agrária. O movimento passou a considerar sem-terra todos os trabalhadores que vivem no meio rural brasileiro; diaristas, meeiros, posseiros, arrendatários, filhos de pequenos proprietários e pequenos proprietários com até cinco hectares de terra. A partir daquele momento, a gramática ganhou um novo vocábulo e a classe trabalhadora, uma nova categoria de trabalhadores; que passou a dar forma organizativa ao próprio movimento. Assim, o substantivo sem-terra (com hífen) mudou de forma e se tornou sujeito, Sem Terra. (...) Assentado (a) sobre sua conquista, agora o (a) Sem Terra olha para os outros e para o mundo e sente-se parte dele. Quer com suas mãos, deixar impressas na história as impressões digitais para que as gerações presentes e futuras o reconheçam e se orgulhem dele.

No que se refere especificamente à produção monográfica, destacamos que ela representou um esforço intelectual e coletivo. Os conteúdos dos trabalhos elaborados convergem para um elemento central: a compreensão e a análise das transformações societárias para a construção de um projeto popular para a América Latina. No desenvolvimento desta produção, foi possível a realização de uma série de pesquisas de campo, com a sistematização de documentos produzidos pela Via Campesina, Coordenadoria Latino Americana de Organizações Camponesas (CLOC) e demais movimentos sociais, proporcionando uma aproximação e análise da realidade onde atuam os movimentos sociais latino-americanos. Além disso, foi a oportunidade de se “dar voz” à base e aos dirigentes destas organizações, através das várias técnicas de coletas de dados utilizadas pelos educandos (alunos). O conjunto destas monografias se apresenta, então, como uma produção relevante para a UFJF e sua publicização irá contribuir para atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Tem sido e permanece como um grande desafio no processo de formação de quadros, a articulação entre o saber popular do qual os dirigentes são portadores, com o conhecimento científico adquirido nos cursos/universidades, na perspectiva da produção de novos conhecimentos, voltados à interpretação da realidade que está em processo de transformação pela práxis coletiva dos movimentos sociais. No entanto, fica demonstrado nessas

experiências, que estamos abrindo caminhos e construindo alternativas que avancem na construção do novo.

Estes e tantos outros elementos nos fazem postular que as parcerias entre as universidades e o MST devem ter uma continuidade, ampliando, assim, as oportunidades de socialização de conhecimentos e de fortalecimento de organizações da sociedade civil que possam revitalizar o debate acadêmico em torno das grandes causas sociais. Neste processo, acreditamos que as responsabilidades mútuas e o respeito à autonomia de ambas as partes nos parecem lições absolutamente vitais para este tipo de trabalho.

## BIBLIOGRAFIA

BEZERRA, Cristina Simões. A educação no MST e as parcerias com as universidades. *Revista Libertas*. Juiz de Fora: Editora UFJF, v. 2, n. 3, p. 119-125, 2004.

BOGO, Ademar. *Lições da luta pela terra*. Salvador: Memorial das Letras, 1999.

CALDART, Roseli Salete. *Educação em movimento*; formação de educadores e educadoras no MST. Petrópolis: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A questão agrária, pesquisa e MST*. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*; saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KOLLING, Edgar, CERIOLI, Paulo Ricardo & CALDART, Roseli Salete (orgs.). *Educação do Campo*; identidade e políticas públicas. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

MÉSZAROS, Istvan. *Para além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2003.

MOTTA, Márcia (org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *MST 1985/2002*; documento elaborado para o Encontro das Agências de Desenvolvimento. Porto Alegre: 2003, não publicado.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *O MST: a luta pela reforma agrária e por mudanças sociais no Brasil*. São Paulo, 2005.

STÉDILE, João Pedro. Conjuntura internacional da agricultura. In *VIA CAMPESINA. IV Conferência Internacional da Via Campesina*. Honduras: Peres, 2003, p. 08-16.

TORREZ, Fausto. A necessidade da formação e capacitação para os camponeses e camponesas. In *VIA CAMPESINA. IV Conferência Internacional da Via Campesina*. Honduras: Peres, 2003. p. 26-31.

## AMÉRICA LATINA, DESENVOLVIMENTO E IDEOLOGIA\*

Flávia Braga Vieira\*\*

### RESUMO

A principal motivação para a pesquisa e redação deste artigo é a reflexão sobre a luta do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB). Cotidianamente, o MAB se depara com o debate acerca do modelo de desenvolvimento. Isto acontece porque para construir barragens os governos e empresas privadas (nacionais e internacionais) utilizam como justificativa a necessidade de “desenvolvimento”. Este modelo de desenvolvimento latino-americano sempre esteve ancorado na legitimidade que um conjunto de idéias e práticas ajudou a lhe conferir. O presente artigo empreende uma análise crítica da ideologia desenvolvimentista que aparece em diversos autores e correntes do pensamento latinoamericano, as quais serviram para legitimar socialmente ações estatais e privadas na construção de barragens.

**Palavras-chave:** desenvolvimento, ideologia, barragens, América Latina, marxismo.

### ABSTRACT

The main motivation for the research and writing of this article is the reflection on the struggles of the Dam-Affected Movement (MAB). Everyday MAB faces the debate over the development model. This happens because to build dams governments and private companies (national and international) usually use as justification the need for “development”. The latin american development model always found legitimacy in a set of ideas and practices. This article analyses in a critical way the ideology of development present in different authors and schools of the latin american thought, which were used to give legitimacy for state and private actions related to the construction of dams.

**Key-words:** development, ideology, dams, Latin America, marxism.

\* Este artigo é uma versão reduzida do trabalho de conclusão de curso apresentado em 2005 pela autora ao Curso de Especialização em Estudos Latino-americanos (ENFF/MST e UFJF). O trabalho foi escrito sob a orientação da Professora Roberta Traspadini, mais do que professora, uma aguerrida militante da educação popular a quem este trabalho deve seu potencial analítico-militante.

\*\* A autora é socióloga e trabalha no IPPUR/UF RJ em projetos de assessoria do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB.

## INTRODUÇÃO

A principal motivação para a pesquisa e redação deste artigo é a reflexão sobre a luta do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB)<sup>1</sup>. Cotidianamente, o MAB se depara com o debate acerca do modelo de desenvolvimento. Isto acontece porque para construir barragens os governos e empresas privadas (nacionais e internacionais) utilizam a justificativa da necessidade do “desenvolvimento”, um conceito que foi interpretado historicamente como sinônimo de crescimento econômico, incorporação do progresso técnico à economia produtiva. Entretanto, esse modelo de desenvolvimento centrado na acumulação e concentração da renda e da riqueza nas mãos de poucos, sempre esteve ancorado na legitimidade que um conjunto de idéias e práticas ajudou a lhe conferir. Por exemplo, o princípio jurídico que é utilizado para expulsar camponeses, ribeirinhos, indígenas, quilombolas de suas terras é o da “utilidade pública”. Mesmo que a energia produzida, pela barragem, vá toda para uma empresa privada multinacional, ainda assim a expropriação de terras é baseada no princípio da utilidade pública.

Isto acontece porque na sociedade capitalista a “utilidade pública”, o “desenvolvimento” e o “bem comum” são algumas das expressões utilizadas pela burguesia para camuflar, para esconder o real conteúdo destas coisas. Caso mostrasse sua verdadeira intenção, dito modelo não teria a menor possibilidade de aceitação social. Por exemplo, as pessoas não iriam aceitar os impactos sociais e ambientais das barragens se a burguesia dissesse que eles são necessários para: o que é “útil” para o capital, o “desenvolvimento” do capital, o “bem” do capital.

Além disso, o conceito de desenvolvimento esteve também associado à idéia de “progresso”. De uma maneira geral, o progresso foi analisado e reconhecido como algo inexorável, como um destino infalível da história e como um caminho quase natural para a

---

<sup>1</sup> O Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) é um movimento social que nasceu no Brasil como desdobramento das lutas locais e regionais contra grandes empreendimentos hidrelétricos na década de 1980. Em 1991 ocorreu o primeiro Encontro Nacional que marcou sua fundação enquanto entidade nacional. A partir de então o MAB passou a organizar e representar as populações atingidas por barragens, nas quais se incluem: ribeirinhos, camponeses, trabalhadores rurais dos mais variados tipos (assalariados, meeiros, posseiros, arrendatários, etc), pescadores, garimpeiros, indígenas, quilombolas, enfim, todos os grupos que, deslocados compulsoriamente ou não, têm suas vidas e modos de vida afetados de alguma maneira pela construção de barragens. Para maiores informações sobre a história do MAB, ver: VAINER, 2004.

humanidade, de tal sorte que o grande objetivo das sociedades é fazer girar a roda do progresso.

Desta forma, o discurso do desenvolvimento parece muito convincente e faz com que muitos setores populares, da esquerda e dos movimentos sociais da sociedade latino-americana acabem reproduzindo a idéia do desenvolvimento nacional sem questionar o seu profundo caráter de classe. Este artigo pretende ajudar a entender como se formou a ideologia desenvolvimentista na América Latina.

Primeiramente, será apresentado um conjunto de teorias que, no campo acadêmico e principalmente político, construíram um pensamento genuinamente latino-americano sobre o desenvolvimento. Apontaremos as suas virtudes, mas também os elementos da sociedade capitalista com os quais não conseguiram romper. Além disso, discutiremos a maneira como estas teorias se transformaram em ideologias. Por fim, discutiremos a maneira como os movimentos sociais (em especial a Via Campesina) têm discutido a questão do desenvolvimento para que possamos apontar caminhos de um projeto futuro de desenvolvimento sem cair novamente nas armadilhas para as quais o capitalismo nos levou.

Em todo este trabalho o principal referencial teórico-metodológico que teremos é o marxismo. Isso significa dizer que, para debater conceitos e idéias a partir da sua construção histórica na América Latina, estaremos nos referindo ao acúmulo do pensamento marxista sobre o assunto. Assim, além de aparecer problematizado enquanto uma das bases do pensamento desenvolvimentista na América Latina, o pensamento marxista, cumpre o papel de bússola no caminho que vamos percorrer. São papéis distintos e complementares.

É importante também ressaltar que mais do que “resolver” problemas, este artigo se propõe a problematizar alguns temas considerados consensuais ou tabus no debate da esquerda.

### **1. DESENVOLVIMENTO: Quais são, e em que contexto foram produzidas, as Teorias do Desenvolvimento na América Latina?**

Para discutir os conceitos de desenvolvimento que foram produzidos no pensamento social latino-americano é preciso, antes de tudo, responder a uma pergunta inicial e básica: o que é desenvolvimento?

No senso comum, o desenvolvimento é normalmente confundido com o desenvolvimento científico e tecnológico das forças produtivas capitalistas: as máquinas, os inventos, as descobertas científicas e tecnológicas. Tudo isto é associado à melhoria das condições materiais de vida. Assim, uma sociedade é considerada desenvolvida quando ela é muito avançada tecnologicamente. As outras palavras que normalmente se somam à noção de desenvolvimento são industrialismo/industrialização, produtivismo/produção, progresso, etc.

Esta visão é em parte verdadeira porque, de fato, uma sociedade que consegue realizar muitas descobertas científicas pode “em tese” melhorar as condições de vida da população. Situado em um mundo capitalista, no entanto, o avanço científico e tecnológico só se realiza para aqueles que o podem comprar. Assim sendo, parcelas enormes da população continuam excluídas disto que muitos consideram o “desenvolvimento”.

Mas e se todos os frutos de desenvolvimento científico e tecnológico fossem igualmente distribuídos, então teríamos um real desenvolvimento? Não, ainda assim, haveria muitas contradições em relação a esta noção. O século XX nos mostrou que uma certa faceta do desenvolvimento (a idéia de produtivismo, por exemplo) coloca para a humanidade um outro conjunto de contradições, isto é, aquelas que dizem respeito à relação homem-natureza. Neste trabalho, não será possível aprofundar este debate, mas genericamente pode-se afirmar que a própria forma de exploração dos recursos naturais ao ser pautada pela lógica do lucro capitalista é também incompatível com um desenvolvimento real que signifique a melhoria das condições materiais e subjetivas de vida dos trabalhadores. O que falar da poluição de rios, mares e ar? Da extinção de espécies vegetais e animais? Da expulsão de milhares de trabalhadores das suas terras e modos de vida para a produção capitalista em larga escala (produção de alimentos em escala industrial ou agronegócio; barragens para produção de energia que abasteça cidades e indústrias; etc)?

Enfim, uma noção que aparentemente é tão consensual e universal, carrega dentro de si um conjunto de contradições e relações sociais de dominação. Portanto, é necessário fazer o esforço de conhecer as suas teorizações para poder construir novas e alternativas conceituações e práticas sobre ela. Iniciaremos pelas visões marxistas do desenvolvimento. Em seguida, discutiremos brevemente o debate teórico-político sobre o desenvolvimento na América Latina, levando em conta as teorias produzidas, bem como a conjuntura histórica de sua produção.

### Como o marxismo tratou o problema do desenvolvimento?

O desenvolvimento aparece na obra de Marx, na maioria das vezes, associado à idéia de estágios de desenvolvimento, isto é, de um grande modelo histórico pelo qual as sociedades estavam fadadas a passar. Marx e Engels herdaram esta idéia dos estágios do desenvolvimento do pensamento do século XVIII sobre os quatro “modos de subsistência” (caça, pastoreio, agricultura e comércio) considerados habitualmente como uma única seqüência. O primeiro esboço que os autores fizeram nesse sentido, em *A ideologia alemã* (MARX e ENGELS, 1989), era bastante simples. Limitava-se à história européia e assinalava quatro épocas: comunal ou tribal primitiva; era clássica ou antiga, baseada na escravidão; época feudal; e por fim, a capitalista. No “Prefácio” à sua *Contribuição à crítica da economia política*, publicada em 1859, Marx continua neste mesmo caminho dando à primeira época o nome de “asiática”. Em seus textos sobre o colonialismo, Marx também apontava um caminho para as outras sociedades (não-européias) no sentido de cumprir com os estágios do desenvolvimento. É assim que ele vai saudar fortemente o domínio colonial inglês na Índia, afirmando que a Inglaterra cumpria uma missão histórica progressista, pois “*a indústria e o comércio burgueses criam as condições para um novo mundo*”<sup>2</sup>.

No entanto, em suas *Formações econômicas pré-capitalistas* (MARX, 1981), ele buscava identificar todos os tipos possíveis de sistemas produtivos, sem se preocupar em dispô-los em ordem ou explicar como um foi substituído pelo outro. No final de sua vida, em troca de correspondências sobre esta questão, Marx discutia a respeito da possibilidade de avanço direto do comunismo primitivo (que ele identificava na comuna russa) para a superação do capitalismo, isto é, o socialismo. E, mesmo nos ufanistas textos sobre o domínio britânico na Índia, algumas contradições (ou dúvidas sobre o caráter progressista da civilização burguesa) aparecem, como se pode perceber na seguinte passagem: “*a miséria infligida pelos ingleses no Hindustão é essencialmente diferente e de uma espécie infinitamente mais intensa que tudo que este Hindustão tinha podido sofrer antes*”<sup>3</sup>.

<sup>2</sup> MARX, apud LÖWY, 2000, p.78.

<sup>3</sup> MARX, apud LÖWY, 2000, p.78.

Desta forma (e o número de exemplos a este respeito que podem ser recolhidos da obra de Marx é quase infinito), vê-se que há na obra de Marx uma tensão na análise sobre o desenvolvimento e o progresso<sup>4</sup>. É verdade também que o espaço dedicado ao raciocínio teleológico e eurocêntrico deste debate é maior e mais central na sua obra. Isto, no entanto, não poderia ser muito diferente, sendo Marx um pensador de seu tempo, profundamente influenciado pela crença na razão e na ciência, enfim, nas bases da civilização moderna, burguesa, européia.

Este pensamento “progressista” de caráter determinista e eurocêntrico – que já dissemos não é o único, mas o predominante na obra de Marx – serviu de base para a doutrina dita “marxista ortodoxa”, com sua concepção determinista do socialismo como resultado inevitável do desenvolvimento das forças produtivas (em contradição crescente com as relações capitalistas de produção). Ele permitiu também o surgimento de teorias “marxistas” justificando a aliança dos comunistas com a burguesia nacional para realizar as tarefas da revolução democrático-burguesa, o que impediu uma real organização dos trabalhadores na maioria dos países da periferia do capitalismo. Por fim, este raciocínio pôde ser utilizado pelo produtivismo stalinista que fazia do “desenvolvimento das forças produtivas” o critério de “construção do socialismo” na experiência soviética e em boa parte do Leste Europeu.

Mas, apesar de no marxismo do século XX (tanto na Segunda Internacional quanto na Terceira) ter predominado a versão determinista e economicista do desenvolvimento, encontra-se também uma corrente dissidente. Não sendo este debate o foco central deste artigo, nos ateremos a apenas alguns exemplos.

A primeira crítica surgiu com Rosa Luxemburg que, com sua famosa fórmula, “socialismo ou barbárie”, rompeu com a teleologia determinista e afirmou o fator contingente do processo histórico. Esta afirmação tornava possível uma teoria da história que reconhecia o lugar do fator “subjetivo”, isto é, da construção da classe enquanto sujeito da história. Para Rosa, a consciência dos oprimidos e sua organização revolucionária não são fatores acelerando ou retardando o progresso histórico, cujo destino já está pré-determinado pela “contradição entre as forças produtivas e relações de produção”. Pelo contrário, a construção

---

<sup>4</sup> Michael Löwy identifica uma *dialética do progresso* em Marx. Pois ao lado do determinismo econômico e da crença na sociedade capitalista como portadora do desenvolvimento, algumas partes da obra de Marx afirmam que o progresso econômico capitalista vem acompanhado de calamidades sociais, e que a produção capitalista agride os seres humanos e a natureza. (LÖWY, 2000)

do sujeito coletivo é a força decisiva para a solução de uma crise capitalista rumo à emancipação ou à barbárie. Vale ressaltar que a barbárie não é no pensamento de Rosa uma “regressão” às etapas anteriores do desenvolvimento, mas sim uma barbárie moderna<sup>5</sup>.

Outro importante crítico da ideologia do progresso foi Walter Benjamin. Para ele, a revolução não é “inevitável” e muito menos determinada pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas. Pelo contrário, ela deveria ser uma interrupção do progresso nocivo, cujo indicador mais gritante era o aperfeiçoamento das técnicas militares. Benjamin acredita que a sociedade sem classes deveria necessariamente acabar também com a exploração do homem sobre a natureza, substituindo as formas destruidoras de tecnologia por novas modalidades de trabalho. Depois de Benjamin, outros representantes da Escola de Frankfurt realizaram críticas contundentes não apenas do modo de produção capitalista mas da civilização burguesa como um todo e desconstruíram pela esquerda a fé a-crítica na razão e na ciência moderna<sup>6</sup>.

Por fim, antes de passar a análise do problema do desenvolvimento no contexto da América Latina, é necessário apontar breves considerações sobre este tema na obra do mais importante dos marxistas do século XX: Lênin. Seu pensamento não conseguiu se libertar da pesada herança do progressismo e do produtivismo<sup>7</sup>, mas em algumas questões-chave ele

<sup>5</sup> Sobre a análise de Rosa, ver: LUXEMBURG, 1974 e GERAS, 1978.

<sup>6</sup> Ver Benjamin, *Teses sobre o conceito de história*, em LÖWY, 2005. Ver também: ADORNO e HORKHEIMER, 1985 e MARCUSE, 1968.

<sup>7</sup> A visão de Lênin sobre o progresso é tributária da crença marxista na ciência e na técnica modernas. Alguns escritos de Lênin sobre o processo produtivo colocam às claras esta herança. Em *As tarefas imediatas do poder dos soviets* (publicado em abril de 1918), Lênin trabalha duas idéias. De um lado, a necessidade de retirar das massas a atitude passiva frente ao Estado e aos dirigentes da economia, o que significa transferir para os trabalhadores os conhecimentos necessários à gestão das atividades políticas e econômicas. De outro lado, a necessidade de incentivar nos trabalhadores uma atitude de submissão face aos técnicos e dirigentes do processo de trabalho. Neste segundo aspecto, o pensamento de Lênin bebe fortemente no taylorismo (que neste momento estava no auge enquanto sistema de racionalização do processo de trabalho industrial capitalista), visto que a organização “técnica” do processo de trabalho deveria ter por base a concentração da autoridade e a submissão das massas a uma direção do processo de trabalho que lhe era “exterior”. Assim, a técnica assume um lugar neutro, fora e acima das lutas políticas e econômicas: “(...) o sistema Taylor alia a crueldade sofisticada da exploração burguesa às conquistas científicas mais preciosas (...). A República dos soviets deve fazer suas, custe o que custar, as conquistas mais preciosas da ciência e da técnica neste domínio. Poderemos realizar o socialismo justamente na medida em que tenhamos conseguido combinar o poder dos soviets e o sistema soviético de gestão com os mais recentes progressos do capitalismo. (...) O que há de negativo no sistema de Taylor é que ele era aplicado no quadro da escravidão capitalista (...)”. (Lênin, *As tarefas imediatas...*, citado em LINHART, 1983, pp. 107 e 108).

Em seu discurso no *VIII Congresso dos Soviets de Toda a Rússia* (em dezembro de 1920), Lênin debate o desenvolvimento a partir de um viés tecnicista como demonstra o clássico trecho a seguir: “(...) pode a Rússia, do ponto de vista econômico, voltar ao capitalismo? (...) enquanto vivermos num país de pequenos camponeses, haverá na Rússia base econômica mais sólida para o capitalismo do que para o comunismo. (...) não extirpamos

contribuiu de forma significativa para uma visão crítica do desenvolvimento. Em sua teoria do imperialismo, Lênin concebe a expansão mundial não como um processo benéfico de desenvolvimento das forças produtivas, mas sim como uma intensificação das formas brutais de dominação sobre os países coloniais ou semi-coloniais.

Lênin também trabalhou uma idéia fundamental na compreensão do capitalismo, a idéia de “desenvolvimento desigual”. Em sentido amplo, significa que as sociedades desenvolvem-se segundo ritmos diferentes, de tal modo que algumas começam com uma vantagem sobre as outras podendo aumentar essa vantagem, ao passo que, em outras situações, por força dessas mesmas diferenças de ritmo, as que haviam ficado para trás podem alcançar e ultrapassar as que dispunham de vantagem. No capitalismo, é principalmente a possibilidade de alcançar os competidores no uso de técnicas de produção e organização do trabalho, que determina o ritmo de desenvolvimento das empresas e dos países.

[...] o desenvolvimento desigual e a sub-alimentação das massas são as condições básicas, inevitáveis, do modo de produção capitalista. Enquanto o capitalismo for capitalismo, o excedente de capital não é consagrado à elevação dos níveis de vida das massas do país, pois significaria a diminuição dos lucros dos capitalistas, mas sim ao aumento desses lucros através da exportação de capitais para o estrangeiro, para os países atrasados. Nestes países atrasados o lucro é em geral elevado (...). A possibilidade de exportação de capitais é determinada pelo fato de uma série de países atrasados terem sido já incorporados na circulação do capitalismo mundial [...]. (Lênin, *O imperialismo fase superior do capitalismo*, In: LENIN, 1980, p. 621-622)<sup>8</sup>

Desta forma, seu pensamento se difere de muitas das interpretações marxistas que apontavam os benefícios da colonização e mesmo a necessidade de todas as sociedades passarem por todas as etapas do desenvolvimento.

### Na América Latina como foi pensado o desenvolvimento?

---

*as raízes do capitalismo nem minamos os fundamentos, a base, do inimigo interno. Este último mantém-se na pequena economia e para o minar só há um meio: passar a economia do país, incluindo a agricultura, para uma nova base técnica, a base técnica da grande produção moderna. Essa fase só pode ser a eletricidade. O comunismo é o Poder Soviético mais a eletricificação de todo o país”.* (Lênin, *Discurso no VIII Congresso dos Sovietes de Toda a Rússia*, em LENIN, 1980, p. 429, grifo no original)

<sup>8</sup> Registre-se que entre outras análises brilhantes e atualíssimas, em *O Imperialismo...* encontra-se um especial destaque para a indústria elétrica e a tendência a concentração deste setor que atualmente é controlado por alguns grandes grupos (os mesmos que Lenin apresenta), tais como, General Electric e Siemens. (pp.625-629)

As diferenças históricas entre os países da América Latina indicam que é muito difícil falar no continente como uma unidade homogênea. No entanto, há um traço bastante forte e comum à maioria dos países de nosso continente. A história da formação econômica e política da América Latina esteve condicionada todo o tempo pela forma como se processou sua inserção econômica e política na divisão internacional do trabalho desde os tempos da colônia até hoje. Isto é, mesmo com especificidades internas, os países da América Latina têm um conjunto de características em comum muito forte que foi designado de formas diferentes por várias escolas do pensamento econômico e político: subdesenvolvimento, dependência, integração subordinada, etc. Foi, então, na relação entre a América Latina, de um lado, e os países centrais (ou metrópoles) do capitalismo, de outro, que se configurou a própria estrutura econômica de nossos países. Toda a discussão a respeito do desenvolvimento latino-americano acabou pautada por um enfoque econômico que buscava alterar a posição do continente na estrutura do capitalismo internacional.

A principal mudança deste quadro ocorreu após (e em função) da crise de 1929. Esta crise de especulação financeira provocou grandes mudanças na economia mundial. Nos países do centro do capitalismo, houve a construção do Estado de Bem-Estar Social. Este estava baseado nas análises do economista J. M. Keynes a respeito da necessidade do Estado dar respostas aos desequilíbrios da economia. Na periferia, também apareceram mudanças neste sentido.

A brecha aberta, por um lado, pelo keynesianismo nos países centrais (que agregava ao pensamento econômico um forte conteúdo político e destacava o papel do Estado) e, por outro, pela própria realidade européia do pós-guerra que forçou os países do capitalismo central a se fecharem em si mesmos e reconstruírem suas economias, propiciou uma conjuntura muito favorável ao desenvolvimento de teorias e políticas econômicas nativas para a América Latina. Neste momento aparece uma grande novidade, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e seus estudos e proposições de cunho econômico-político-ideológico.

### 1.2.1. A teoria do desenvolvimento econômico da CEPAL

A CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe da Organização das Nações Unidas) foi criada em 1949, na esteira do conjunto de instituições geradas após a II Guerra Mundial. Estas instituições (Fundo Monetário Internacional – FMI -, Banco Mundial – BIRD) compunham o chamado Novo Sistema Monetário Internacional.

Esta escola de pensamento econômico, a CEPAL, se tornou uma referência imprescindível na discussão sobre o desenvolvimento econômico dos países latino-americanos. Com suas idéias originais formuladas pelo economista argentino Raul Prebisch, tinha o objetivo de coordenar as políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico dos países da América Latina e, posteriormente, do Caribe. Embora apresente várias correntes, esse pensamento apresenta um conjunto de conceitos-chave e hipóteses que constitui o núcleo do chamado pensamento cepalino.

O estudo de Prebisch, *O Desenvolvimento Econômico da América Latina e seus Principais Problemas*, de 1949, é o ponto de partida da CEPAL. O contexto histórico do momento desta formulação teórica foi marcado pela obstrução do comércio e do fluxo internacional de capital e de mão-de-obra (migrações) provocada por duas guerras mundiais e pela crise financeira de 1929. As economias dos países latino-americanos encontravam-se transitando, às vezes de modo involuntário, de um modelo econômico primário-exportador voltado para o mercado externo, em direção a um modelo urbano-industrial, voltado para o mercado interno. As idéias da CEPAL buscavam formar um corpo analítico específico, aplicável às condições históricas próprias da periferia latino-americana, o qual encerra o “princípio normativo” de que o Estado deve contribuir para o ordenamento do desenvolvimento econômico desses países.

Celso Furtado, um dos representantes brasileiros na escola cepalina, afirma que seu pensamento (e o da CEPAL, em geral) é bastante eclético. No prefácio de *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (FURTADO, 1961) ele diz que está buscando uma síntese de diferentes pensamentos econômicos, a saber: o rigor metodológico neoclássico; a melhor compreensão do Estado, a keynesiana; e a atitude crítica do marxismo.

O método da CEPAL é o estruturalismo – análise da inserção internacional e dos condicionantes internos (as estruturas) das economias nacionais, a partir de uma concepção

que opõe economias “centrais” e “periféricas”, na qual as estruturas subdesenvolvidas da periferia latino-americana condicionam comportamentos específicos. O conceito fundamental da teoria da CEPAL, a partir do qual emanarão outros, é, portanto, o de “centro-periferia”.

Prebisch pretendia mostrar que a difusão do progresso técnico e a distribuição de seus ganhos na economia mundial aconteciam de forma desigual. No centro, a difusão do progresso técnico teria sido mais rápida e homogênea, atingindo a produtividade de todos os setores da economia, já na periferia, o progresso técnico só teria atingido setores ligados à exportação de insumos ao centro, formando economias duais, isto é, ilhas de produtividade em meio ao atraso do restante do sistema produtivo. Em outras palavras, centros se caracterizariam pelos países que possuíam uma tecnologia homogênea e diversificada, enquanto periferia estaria enfocada no desenvolvimento tecnológico heterogêneo e especializado.

Dessa relação entre processos produtivos desiguais, nasce, através das relações internacionais, uma eminente tendência ao intercâmbio desigual em benefício das economias centrais, a partir da subordinação dos produtos, e preços da periferia aos preços dos produtos das economias mais avançadas que, com seus domínios têm as condições concretas de instituir o jogo da troca no comércio internacional. Este intercâmbio desigual, por sua vez, evidencia uma tendência à deterioração dos termos de troca. Ou seja, tendência à diminuição do poder de negociação da periferia no comércio internacional, em contraposição ao domínio das economias centrais.

Para Prebisch, a periferia não somente deixou de compartilhar com os centros industriais os benefícios provenientes da intensificação do progresso técnico nestes últimos, como também se viu obrigada a ceder-lhes uma parte dos benefícios de seu próprio progresso, sob pressão constante do excedente real ou virtual de sua população economicamente ativa<sup>9</sup>. Esse elemento é absolutamente funcional para ampliar as diferenças entre o poder – econômico, político, militar e ideológico – das nações centrais com relação às periféricas, uma vez que institui reais mecanismos de dependência e subordinação ao jogo da reprodução ampliada do capital no âmbito mundial.

Para estancar o processo de deterioração dos termos de troca, Prebisch defendia a industrialização das economias periféricas por meio de políticas protecionistas, baseadas na

---

<sup>9</sup> Ver: GARZA, 1994.

figura central do Estado planejador, executor, desenvolvimentista. Mesmo que a eficiência da produção industrial da periferia fosse menor, ainda assim seria superior à resultante dos investimentos no setor primário, que permitiria ganhos de bem-estar. Porém, o processo de industrialização seria acompanhado de desequilíbrios estruturais do balanço de pagamentos, em virtude de novas demandas de bens de capital por parte dos países periféricos.

De alguma forma, o pensamento da CEPAL era bastante inovador para a sua época, na medida em que buscava dar conta da *formação econômica específica* da América Latina e suas particularidades nas relações econômicas internacionais. Muitas teorias anteriores, e até posteriores ao pensamento cepalino, afirmam que nossa situação econômica é apenas uma etapa do processo de desenvolvimento<sup>10</sup>, isto é, que todas as sociedades passam necessariamente por etapas do desenvolvimento e o que as especifica é o estágio onde estão. Para a CEPAL, ao contrário, nossa condição (o subdesenvolvimento) é específica do modo de dominação do capital no âmbito mundial a partir da materialização do jogo de instituição do poder via o colonialismo. Para Furtado, por exemplo, o subdesenvolvimento se funda junto com o desenvolvimento e não como uma etapa anterior.

Para a CEPAL, a principal característica do subdesenvolvimento é ser dual/descontínuo e o desenvolvimento é homogêneo/contínuo. Como veremos a seguir, no mesmo período os marxistas discutiam se o Brasil era feudal ou capitalista, para os cepalinos não há esta dúvida, há uma hibridação.

Mas, apesar desta importante inovação que o pensamento da CEPAL traz, ele é muito limitado do ponto de vista do pensamento crítico. Não há nada que se aproxime de um pensamento que aponte para a superação das contradições capital-trabalho, e sim um modelo de planificação do Estado para resolver os problemas do capitalismo da periferia.

### 1.2.2. O desenvolvimento no pensamento da esquerda latino-americana

No mesmo período de produção da teoria do desenvolvimento da CEPAL, um outro pensamento desenvolvimentista dominou a América Latina, se bem que por caminhos

---

<sup>10</sup> Este pensamento aparece em sua vertente de esquerda conforme vimos na análise sobre o conceito de desenvolvimento no pensamento marxista. No entanto, há também no pensamento econômico neoclássico da época uma teoria que embasava o pensamento conservador, e não apenas aqueles sob influência do marxismo, em análises semelhantes. Trata-se da teoria do economista americano Walt Rostow em seu livro *As etapas do crescimento econômico: um manifesto não-comunista*.

bastante diferentes. Era o pensamento marxista (ligado principalmente aos Partidos Comunistas) que, também procurando “a nossa especificidade”, discutia se éramos ainda feudais ou já havíamos chegado ao estágio capitalista.

Para os marxistas, esta é uma discussão que se coloca sempre que a questão da revolução socialista aparece em um ambiente de capitalismo periférico, dependente ou pré-capitalista (como diferentes vertentes o nomeiam). Isto é, qual a possibilidade de se chegar ao socialismo sem passar pelo capitalismo? Tudo isso porque a visão mecanicista e determinista das etapas do desenvolvimento foi dominante no marxismo durante todo o século XX.

Em todos os países da América Latina nesta época (anos 1950 e 1960), prevaleceu a linha dogmática e pragmática do Partido Comunista soviético. Esta linha vem das discussões e deliberações do IV Congresso da Internacional Comunista, em 1928. Segundo esta visão, havia a necessidade de realizar uma “revolução democrático-burguesa”, que aliaria os setores populares e a burguesia nacional na luta contra o imperialismo e o latifúndio.

Este deveria ser o caminho para a superação das estruturas pré-capitalistas para que depois, em uma outra etapa, fosse superado o capitalismo. Desta forma, havia uma idéia implícita de que as forças produtivas deveriam ser levadas ao extremo, de que era preciso desenvolvê-las para superar o atraso de nossos países. A pergunta era: como a revolução socialista ia ser feita se não tínhamos nem proletariado constituído como organização, consciência e luta de classe? Era preciso ter indústrias, era preciso ter capitalismo (e toda a infra-estrutura que ele necessita para se desenvolver) para então superá-lo.

Quase todos os autores da esquerda, validando ou criticando, tinham que se referir a esta pauta. Para estar no campo, era preciso discutir com estas categorias, mesmo que para negá-las. Alberto Passos Guimarães (GUIMARÃES, 1977), por exemplo, vai trabalhar com estas categorias afirmando-as, enquanto Caio Prado Jr vai discordar da categoria feudalismo e de muitas outras, inclusive questionando a forma da revolução brasileira, isto é questionando se era necessária a tal revolução democrática-burguesa (PRADO Jr., 1966).

De toda forma, este foi um debate que marcou várias gerações e que trouxe muitas contribuições, na medida em que os modelos obrigatórios soviéticos tinham que ser adaptados/ambientados na nossa realidade. Embora Prado Jr acuse os seus opositores no debate de simplesmente transportar categorias, houve algum esforço para atualizar/reinterpretar os modelos à luz da realidade brasileira. O que é mais interessante na

comparação entre estes dois autores (que aqui representam o debate que se travava no período) é que, colocados diante do mesmo fato, os dois dão respostas completamente diferentes e contrárias.

No caso da análise sobre o “latifúndio escravista”, Prado Jr. vai mostrar como o mesmo era mercantil e, portanto não-feudal. Já Guimarães vai dizer que o latifúndio era sim feudal e que, na ausência de servos da gleba, usou-se a mão de obra escrava. O mesmo se dá na análise sobre a “parceria”. Os adeptos da teoria feudalista vão dizer que a parceria é uma forma de renda-trabalho, semelhante à corvêia dos servos da gleba. Na perspectiva de Prado Jr., o parceiro é um trabalhador livre que recebe a remuneração sob a forma de produtos, isto é, salário *in natura*. Ambos estão fazendo uma “análise das relações de produção”, como mandava o “manual” soviético, mas à procura de uma prova para sua tese. Por isso, a mesma relação é lida de forma tão contrária.

### 1.2.3. Convergências entre a CEPAL e o marxismo latino-americano

Há algumas questões que aproximam o pensamento cepalino do pensamento marxista dominante naquele período. A primeira delas é uma certa denúncia (em maior grau nos marxistas, mas também em alguns autores da CEPAL) do imperialismo, ou melhor, da ação dos países capitalistas centrais na conformação/formatação de nossa economia e sociedade. Nos cepalinos, isso se manifesta através da defesa do “desenvolvimento para dentro”, no modelo de industrialização substitutiva de importações. Nos marxistas aparece como denúncia explícita do imperialismo (principalmente norte-americano, mas, ainda, também inglês). Os dois pensamentos vêem o “agente externo” como inibidor/impedidor do nosso desenvolvimento econômico.

Há também uma convergência no que diz respeito à análise das estruturas agrárias como sendo o “atraso” das nossas sociedades. Os cepalinos, preocupados com o processo de industrialização/desenvolvimento, obviamente identificam o latifúndio exportador como um dos fatores fundamentais da estrutura dual da nossa sociedade, exatamente a esfera subdesenvolvida. De forma muito parecida, também os marxistas vêem no latifúndio o sinal do atraso que deve ser superado, pois é a prova mais clara de nosso pré-capitalismo ou feudalismo.

Por fim, as duas “escolas” se aproximam na defesa incontestada do desenvolvimento. Estas duas linhas teóricas apresentadas querem o desenvolvimento das forças produtivas, querem a industrialização. É verdade que os comunistas latino-americanos sempre indicavam, ao final de seus textos, que deveria então, no futuro, ocorrer a revolução socialista, mas não sem antes chegarmos a um autêntico capitalismo!

## **2. IDEOLOGIA: De que forma e em que medida as teorias sobre o desenvolvimento engendraram uma ideologia desenvolvimentista na América Latina?**

Assim como fizemos para o conceito de desenvolvimento, também iniciaremos o debate sobre a transformação da teoria do desenvolvimento em ideologia desenvolvimentista na América Latina, por uma aproximação ao conceito de ideologia.

No apogeu neoliberal (com o fim do “socialismo real” e a queda do muro de Berlim) houve quem apressadamente anunciasse o fim das ideologias (e mesmo o fim da história!). Era exatamente um momento de vitória do capitalismo sobre os seus críticos e a última década do século XX assistiu a um reino quase total do chamado “pensamento único”. No entanto, as forças da transformação foram reorganizadas e assistiu-se, nos primeiros anos do século XXI, a gigantescas manifestações contra a chamada globalização neoliberal em Seattle, Praga, Gênova, Porto Alegre, Cancun, Washington e tantas outras até hoje. Assim, não é mais possível falar em fim das ideologias e sim em distintos projetos, protagonizados por distintos grupos sociais.

Tanto no senso comum quanto nas teorias acadêmicas e políticas, o conceito de ideologia é bastante polêmico. Em geral, há um sentido negativo associado ao conceito. A ideologia é vista como algo que atrapalha o funcionamento racional, harmônico (e quase natural) das forças do mercado. A ideologia é vista como algo do campo da política, que, por sua vez, é visto como “negativo”. Enquanto a economia é neutra e racional, a política é ideológica, passional, sustentam alguns reducionistas.

Por outro lado, há quem acredite que a ideologia é um elemento importante na explicação dos jogos de dominação entre grupos distintos, com interesses e projetos delimitados a partir de suas pretensões de classe. Para este grupo, a ideologia está associada a uma espécie de visão de mundo que seria necessária para a participação política dos

indivíduos na sociedade. A ideologia, para os que a lêem desta forma, é um projeto coletivo, um conjunto de valores compartilhados.

Veremos a seguir que estas duas visões contraditórias a respeito do conceito de ideologia têm suas bases no pensamento do próprio Marx e diferentes defensores no marxismo do século XX. E posteriormente, a partir de uma escolha metodológica dentro desta polêmica sobre o conceito de ideologia, debateremos a construção de uma ideologia desenvolvimentista na América Latina.

### 2.1. Como o marxismo tratou a questão da ideologia?

Em seus primeiros escritos sobre o tema, Marx e Engels trataram o conceito de ideologia como uma distorção do pensamento que nasce das contradições sociais e as oculta. Em consequência disso, desde o início, a noção de ideologia apresenta uma conotação negativa e crítica: a ideologia como falsa consciência.

Ao contrário de outros autores de sua época<sup>11</sup>, Marx afirmava que os verdadeiros problemas da humanidade não são as idéias errôneas, mas sim as contradições reais e que aquelas são consequência destas. Para ele, exatamente porque os homens são incapazes de resolver as contradições na prática, acabam projetando-as nas formas ideológicas de consciência, as quais ocultam ou disfarçam a existência e o caráter destas contradições. Ao ocultá-las, a distorção ideológica contribui para sua reprodução e, portanto serve ao interesse da classe dominante. A superação das ideologias não poderia ocorrer, então, apenas pela sua crítica, mas pela superação das contradições que lhes deram origem.

Pouco depois da morte de Marx, o conceito de ideologia começou a adquirir um novo significado. A princípio não perdeu sua conotação crítica, mas este aspecto acabou sendo colocado em segundo plano. Os novos significados tomaram duas formas: uma concepção de ideologia como a totalidade das formas de consciência social, que passou a ser expressa pelo conceito de superestrutura; e uma segunda concepção que caracterizava a ideologia como as idéias políticas relacionadas como o interesse de uma classe<sup>12</sup>.

<sup>11</sup> Ver o debate de Marx com os jovens hegelianos em *A ideologia alemã* (MARX e ENGELS, 1989).

<sup>12</sup> A análise que se segue sobre as causas do deslocamento do conteúdo do conceito de ideologia no marxismo está baseada no verbete sobre o assunto do *Dicionário do Pensamento Marxista* (BOTTOMORE, 2001).

Esse deslocamento do conceito ocorreu, em parte, porque uma concepção neutra de ideologia aparece em certas formulações de Marx e Engels. Gramsci, por exemplo, cita o trecho do “Prefácio” de 1859 no qual Marx se refere às formas jurídicas, políticas e filosóficas – “em suma, formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência desse conflito e o solucionam pela luta” – em apoio à sua concepção de ideologia como a esfera superestrutural<sup>13</sup>. Engels por sua vez refere-se em algumas passagens do *Anti-Dühring* (ENGELS, 1979) à “superestrutura ideológica”, às “esferas ideológicas” e ao “domínio ideológico” com uma generalidade que é possível acreditar que a ideologia abrange a totalidade das formas de consciência.

Outro importante fator que contribui para essa mudança na concepção do conceito de ideologia é o fato de que as duas primeiras gerações de pensadores marxistas posteriores a Marx não tiveram acesso ao texto de *A ideologia alemã*, que permaneceu inédito até a década de 1920. Assim, Plekhanov, Kautsky, Lênin, Gramsci e Lukács (nos seus primeiros escritos) não estavam familiarizados com a argumentação mais forte de Marx e Engels em favor de um conceito negativo de ideologia. Estes autores utilizavam, para a discussão do conceito, os textos do “Prefácio” e do *Anti-Dühring*.

Mas a principal causa da evolução do conceito de ideologia está nas lutas políticas do final do século XIX e começo do século XX. O marxismo é empurrado, neste momento, a criar uma teoria da prática e as idéias políticas das classes em conflito adquirem uma nova importância, precisando ser explicadas teoricamente. Lênin respondeu a isso ampliando o conceito de ideologia. Para ele, a ideologia é a consciência política ligada aos interesses de cada classe e, em particular, ele dirige sua atenção para a oposição entre a ideologia burguesa e a ideologia socialista. Em Lênin, a ideologia já não é mais, portanto, uma distorção necessária que oculta as contradições, mas sim um conceito neutro relativo à consciência política das classes, inclusive da classe proletária. A partir daí, a concepção de ideologia de Lênin passou a ser decisiva no debate marxista sobre o conceito.

Uma das contribuições mais importantes no aprofundamento do conceito proposto por Lênin foi a de Gramsci. Para ele, a ideologia é uma concepção de mundo manifesta na arte, no direito, na atividade econômica e em todas as manifestações da vida coletiva. Mas a ideologia é mais do que um sistema de idéias, ela também está relacionada com a capacidade de inspirar

---

<sup>13</sup> Ver *Os intelectuais e a organização da cultura* (GRAMSCI, 1986).

atitudes concretas e proporcionar orientação para a ação. É na ideologia e através dela que uma classe pode exercer hegemonia sobre as outras, isto é, pode assegurar a adesão e o consentimento das grandes massas. Neste sentido, existe uma ideologia dominante (da classe dominante) e a classe trabalhadora para se constituir enquanto classe capaz de disputar hegemonia na sociedade deve desenvolver sua própria ideologia.

Gramsci desenvolveu ainda uma idéia muito importante no que diz respeito ao papel dos intelectuais na produção da ideologia. Para ele, é certo que a ideologia socialista é desenvolvida pelos intelectuais (como afirmava Lênin), mas não pode haver uma distinção absoluta entre intelectuais e não-intelectuais, e, o que é mais importante, a própria classe trabalhadora cria seus intelectuais orgânicos. Não se coloca, portanto, a questão de uma ciência vinda de fora que é preciso introduzir na consciência dos trabalhadores; ao contrário, a tarefa é renovar e tornar crítica uma atividade intelectual já existente. A ideologia socialista não substitui uma consciência deficiente, mas sim expressa uma vontade coletiva, uma orientação histórica presente na classe.

Assim, a ideologia evidencia os interesses de cada classe e o jogo que permite uma dominar subordinando a outra em cada momento histórico. Neste sentido, como idéia e prática política fundamental na sociedade capitalista, o *desenvolvimento* tem historicamente servido a dominação capitalista. Desta forma, a substituição de uma ideologia burguesa pela ideologia socialista (dos trabalhadores) precisa necessariamente do questionamento sobre a idéia/ prática do desenvolvimento.

Partindo da proposição de Gramsci sobre o papel ativo dos intelectuais na formação das ideologias das classes, analisaremos, em seguida, a construção daquilo que neste texto chamamos de *ideologia desenvolvimentista*, destacando o papel que esta ideologia teve (e tem) na dominação de classe na América Latina. E, na parte final deste trabalho, pensaremos também sob a luz deste instrumental metodológico a respeito das possibilidades de construção de uma nova ideologia, de uma ideologia dos trabalhadores, de um projeto de classe que possa disputar hegemonia em nosso continente saindo da encruzilhada que a burguesia nos colocou com a ideologia desenvolvimentista.

## 2.2. Como se formou uma ideologia desenvolvimentista na América Latina?

A teoria do desenvolvimento teve muita repercussão na América Latina e no Brasil, especificamente, porque, quando de suas primeiras formulações, ela se inseriu num debate mais amplo dos ambientes acadêmicos que buscavam responder a uma pergunta, a saber: **qual é a nossa especificidade?** Esta pergunta já era central há algum tempo nos debates políticos e acadêmicos. No Brasil, por exemplo, no período dos ensaístas como Gilberto Freire e Sérgio Buarque de Holanda, o debate centrava-se nos aspectos culturais e sociais.<sup>14</sup>

No campo artístico, também havia esforços de “fundação” da nação. O principal deles foi o modernismo inaugurado com a Semana de Arte Moderna de 1922. Era um movimento que se propunha, através das artes, a reinventar o Brasil. O fato da Semana de 1922 ter ocorrido em São Paulo, não foi ao acaso. Neste momento, a metrópole paulista começava a dar os primeiros sinais de “locomotiva nacional” com o crescimento rápido da indústria. Assim, o modernismo é expressão da modernização operada no Brasil a partir da década de 1920.

Depois da II Guerra Mundial o debate sobre a nacionalidade/identidade nacional foi deslocado para o campo da economia, aparecendo, neste contexto, a teoria do desenvolvimento. Ela é o esforço teórico de explicação e, ao mesmo tempo, uma proposição de políticas para a industrialização e a formação de uma burguesia nacional. Por tudo isso, a **teoria do desenvolvimento se funda junto com a própria identidade nacional** em muitos países latino-americanos e, particularmente, no Brasil.

A burguesia, ao longo de toda a segunda metade do século XX, investiu em inculcar, no conjunto da sociedade brasileira, a idéia de que a o desenvolvimento nacional era necessário e desejado. Tanto nas suas versões mais democráticas (o governo JK com a construção de Brasília, os 50 anos em 5 e o Plano de Metas é o exemplo mais bem acabado), quanto nas duas ditaduras (Estado Novo e depois os militares), o governo burguês trabalhou no imaginário social brasileiro a idéia do “nacional-desenvolvimentismo”. É verdade que não foi uma idéia unitária, e teve sim um conjunto grande de matizes no que diz respeito às políticas econômicas adotadas por cada um dos governos. Mas, ao menos até a década de

---

<sup>14</sup> Os clássicos *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freire e *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque são ótimos exemplos.

1980, a busca do “desenvolvimento nacional” foi uma das idéias mais fortes de coesão social em nosso país.

Se retornarmos ao conceito de Gramsci da ideologia como o lugar de produção das idéias e valores que asseguram a hegemonia de uma classe sobre as outras, podemos então afirmar que o nacional-desenvolvimentismo (filho das teorias do desenvolvimento) foi uma das mais fortes ideologias de que a burguesia nacional latino-americana fez uso para assegurar sua dominação prática em todos os planos. Ao apresentar um interesse de classe como interesse geral, a burguesia foi vitoriosa na construção de sua hegemonia, especialmente quando, para isto, tinha o Estado em suas mãos como representante do progresso, dos interesses de “todos”. E estes interesses foram traduzidos em arte, em teoria social, em políticas públicas, em todas as esferas da produção ideológica e, portanto, tiveram eficiência total. Por outro lado, como vimos, os intelectuais que poderiam estar construindo a ideologia socialista com e para a classe trabalhadora, não conseguiram sair da agenda que a própria burguesia pautava.

A partir dos anos 1990, há um declínio do nacional-desenvolvimentismo por conta da hegemonia da agenda neoliberal. Na fase neoliberal do capitalismo, as empresas se localizam onde existem menos tributos, mão de obra mais barata, menos sindicatos, etc. O que constitui um imenso retrocesso para as lutas dos trabalhadores.

Além disso, o centro interno de decisão do sistema econômico nacional está fortemente enfraquecido pela abertura comercial e desregulamentação e flexibilização da movimentação financeira. Não é mais a institucionalidade anterior que dá conta do planejamento da economia. Ocorre o enfraquecimento do Estado através da liberalização do comércio, desregulamentação do movimento do capital e os próprios Estados assumem o papel de conduzir as “reformas” necessárias à globalização que inclui o abrir mão do seu direito de planejar a economia.

Assim, estamos hoje no momento de hegemonia do pensamento neoliberal que abandona a idéia do Estado planejador e que abandona até a idéia do desenvolvimento, na medida em que as políticas de superávit primário impostas pelo FMI e aceitas pelos nossos governos não deixam margem para o investimento em infra-estrutura, em crescimento econômico. A ideologia dominante mudou e nos colocou em uma verdadeira encruzilhada pois, se de um lado, o modelo neoliberal é absolutamente nefasto para os trabalhadores, por

outro, o modelo nacional-desenvolvimentista também já demonstrou seus reais interesses de classe por trás dos discursos aparentemente includentes.

Em respostas a esta nova ideologia hegemônica, vemos mais uma vez cepalinos<sup>15</sup> e marxistas defenderem o desenvolvimento econômico, isto é, defenderem mais uma vez a política econômica que eles sempre deslumbraram para nosso continente. Mas permanece a lacuna para um projeto realmente alternativo, realmente da classe trabalhadora. São as possibilidades e as dificuldades da construção deste projeto que iremos debater na última parte deste trabalho.

### **3. PROJETO: Como poderemos construir uma alternativa latino-americana dos trabalhadores que não reproduza o nacional-desenvolvimentismo?**

A realidade brasileira, latino-americana e dos demais países subdesenvolvidos continua sendo a de países desiguais e repletos de contradições. No caso brasileiro, somos o país de pior distribuição de renda do mundo em pleno século XXI. Só para ficar no exemplo da energia (que, desde Lênin, já foi apontada como elemento central para o desenvolvimento), temos, de um lado, um empresário (Antonio Ermírio de Moraes) que em apenas uma de suas empresas (Companhia Brasileira de Alumínio) consome mais energia que todo o Paraguai<sup>16</sup>; de outro lado, 2.248.228 residências do país não têm energia elétrica, a maioria delas na área rural<sup>17</sup>. As 200 maiores empresas do país consomem a mesma energia que as 45 milhões de residências e pagam a metade do preço. 50% da energia produzida pela Hidrelétrica de Tucuruí (no Pará), por exemplo, é consumida por duas fábricas de alumínio que pagam 15% menos da tarifa industrial média que, por sua vez, é quase um terço da tarifa residencial média.

Apesar do modelo neoliberal ter acirrado as desigualdades sociais (por exemplo, na questão de energia, o aumento de tarifas após as privatizações colocou grandes parcelas da população urbana na inadimplência, e mesmo excluiu-as de um serviço ao qual já tinham acesso), o modelo anterior foi quem as produziu. Todas as distorções que ocorrem no setor

<sup>15</sup> Nem todos os cepalinos continuaram defendendo o desenvolvimentismo. Parte deles aderiu ao neoliberalismo e contribuiu decisivamente para o desmonte do Estado Nacional e do planejamento econômico via Estado. O mais emblemático dos exemplos é Fernando Henrique Cardoso.

<sup>16</sup> Segundo jornal O Globo de 25/10/2003.

<sup>17</sup> Segundo a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (Pnad) do IBGE de 1999. Pela pesquisa, 25% da população no campo ainda vive sem energia elétrica.

elétrico, conforme mostramos acima, são fruto do modelo baseado em grandes hidrelétricas para suprir a necessidade de acumulação e reprodução do capital, em sua dominação explícita sobre os aparelhos do Estado brasileiro e demais aparelhos ideológicos e econômicos de dominação. Assim, o Estado brasileiro planejador foi o responsável pelo desenvolvimento do capital imperialista (monopolista e financeiro) no Brasil, mesmo que muitas vezes a população tenha até conseguido alguns serviços e direitos<sup>18</sup>.

Então é hora de construir uma nova idéia de desenvolvimento ou mesmo um novo conceito que substitua o conceito de desenvolvimento na busca por uma nova sociedade. Para tanto, é preciso inicialmente desconstruir a fé a-crítica na tecnologia e nos “avanços” tecnológicos capitalistas.

Já vimos que Marx acreditava em benefícios da modernização capitalista, assim como os marxistas do início do século XX. Vimos também que, em parte, isso se justificava pela conjuntura da época, porque Marx estava vendo apenas o início (e não poderia ter previsto o futuro) de um processo muito rápido que alcançou sua face mais perturbadora no advento da bomba atômica e nos desastres ecológicos do final do século XX. Hoje, no entanto, não é mais possível ser verdadeiramente comprometido com a construção da nova sociedade se não desconfiarmos da técnica, se não formos suficientemente críticos em relação à maneira como o capitalismo desenvolveu técnicas que servem somente à exploração sem limites dos homens e da natureza.

Em 1946, Josué de Castro já afirmava em seu *Geografia da Fome* (CASTRO, 1992): “A tecnologia passou a ser em nossos dias a teologia do ocidente”. Ele também já apontava a ameaça que alguns tipos de tecnologia, que desdenhavam a dimensão ecológica, podiam representar para o meio ambiente e as populações já tão fragilizadas nos países da periferia capitalista. Assim, podemos perceber que a crítica a racionalização técnica capitalista já vem sendo feita há muitas décadas.

No entanto, muitas vezes a esquerda e os movimentos sociais reproduzem consensos que o presente artigo tentou desconstruir. Por exemplo, ao discutir a produção e cooperação agrícola no livro *Brava Gente*, João Pedro Stédile afirma:

---

<sup>18</sup> A produção e reprodução da força de trabalho, como sabemos desde Marx, também é fator fundamental para a acumulação capitalista.

A divisão do trabalho é uma questão objetiva, não é resultante de uma discussão nem depende da boa ou da má vontade das pessoas. O trabalho para o seu êxito exige a especialização das pessoas. Para que isso ocorra cada vez melhor e com rapidez cada vez maior, é preciso dividir tarefas. É claro que há uma variação do grau de complexidade dessa divisão do trabalho. Isso depende do estágio em que se encontra essa organização do trabalho. (STÉDILE e FERNANDES, 2000, p. 108)

Ora, discutimos anteriormente que aquilo que parece natural no desenvolvimento capitalista, como a técnica ou a divisão do trabalho - e que, por isso mesmo, tem uma enorme força na constituição do imaginário social, contribuindo para a hegemonia burguesa – não é natural, e muito menos inexorável, mas sim, se alimenta de sua aparência de fatalidade para reproduzir seu modo de ser.

O mesmo exercício devemos fazer para a idéia de desenvolvimento nacional. Primeiro, porque já discutimos que ele não significou historicamente o desenvolvimento na melhoria das condições de vida dos trabalhadores (mesmo que um contingente pequeno da massa dos trabalhadores tenha se beneficiado de alguns serviços e direitos), mas sim das condições de reprodução do capital baseadas na propriedade e apropriação privada da riqueza e da renda, na relação avanço do capital a partir da extração de mais-valia do trabalho, na ampliação do exército industrial de reserva e, não menos importante, das características das relações internacionais em cada momento histórico e na forma como o Estado vai, pouco a pouco se transformando em espaço de reprodução aberta dos interesses do grupo dominante.

Segundo porque o seu conteúdo nacional é um dos elementos mais importantes para o coescionamento social, isto é, um dos fatores fundamentais de hegemonia ideológica burguesa. É preciso, então, começar a se afastar dos projetos historicamente ligados à burguesia e, entre eles, a própria idéia do nacionalismo, tão presente e revalorizada na esquerda brasileira hoje.

Mas já existem muitas críticas e caminhos apontados na direção de um novo projeto que abandone a idéia do desenvolvimento como ele foi colocado pela sociedade burguesa. As próprias contradições do capitalismo contemporâneo contribuem para o nascimento deste novo projeto. A experiência das discussões da Via Campesina<sup>19</sup> quanto a biopirataria e as campanhas das sementes e contra os transgênicos são fortíssimos exemplos disso. Ao

---

<sup>19</sup> A Via Campesina é um movimento internacional que coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres rurais e comunidades indígenas e negras da Ásia, África, América e Europa.

contrário de antigas elegias ao desenvolvimento e expansão capitalistas, pode-se hoje começar a ouvir de lideranças da esquerda e dos movimentos sociais algumas fortes críticas ao avanço do capitalismo para os locais aonde ele ainda não é dominante. A seguinte passagem da militante indiana Vandana Shiva em seu livro *Biopirataria* é bastante significativa:

No coração da “descoberta” de Colombo estava o tratamento da pirataria como um direito natural do colonizador, necessário para a salvação do colonizado. No coração do tratado do GATT e suas leis de patentes está o tratamento da biopirataria como um direito natural das grandes empresas ocidentais, necessário para o “desenvolvimento” das comunidades do Terceiro Mundo. (SHIVA, 2001, p.27)

Também na questão do produtivismo e da expansão das formas capitalistas de produzir (o que inclui suas técnicas) também encontramos fortes críticas. A idéia da negação da agricultura produtivista capitalista e a afirmação de uma agricultura camponesa poderiam parecer estranhas aos revolucionários russos, como vimos na análise do pensamento de Lênin, mas hoje, com a destruição de vidas e modos de vida de centenas de milhares de trabalhadores rurais, já não resta outra saída aos intelectuais orgânicos da classe trabalhadora a não ser a crítica deste modelo. Podemos ver claramente este pensamento nas seguintes passagens dos militantes franceses José Bové e François Dufour, respectivamente, em seu livro *O mundo não é uma mercadoria*:

A especialização da produção, acompanhando a industrialização agrícola, leva a uma perda da visão global do produto [alienação] para todos: o camponês, o consumidor e todos os que trabalham na cadeia alimentar. A padronização da produção em massa, a divisão e a segmentação do trabalho são as causas dos descaminhos insuportáveis que consideramos ligados ao modelo de modernização da agricultura imposto depois da II Guerra Mundial: aquilo que chamamos produtivismo. (BOVÉ e DUFOUR, 2001, p. 88)

Diga-me qual é a sua agricultura e eu direi em que sociedade você vive! A agricultura camponesa vincula a escolha dos modos de produção à escolha social, às solidariedades locais, à proteção da biodiversidade. (BOVÉ e DUFOUR, 2001, p. 180)

Desta forma, os movimentos sociais vêm apontando para o estranhamento de consensos históricos no que se refere às noções de: desenvolvimento, bem comum, utilidade pública, progresso, tecnologia, produtivismo, industrialização, racionalização, modernização, nação. Da crítica poderemos passar para o projeto, para a alternativa que, ainda encontra

limites e empecilhos, mas que aponta no horizonte da construção teórica e prática. Não é porque a burguesia deixou de falar no desenvolvimento, ou que o desenvolvimento deixou de ser uma idéia hegemônica da burguesia que a esquerda precisa necessariamente incorporar esta ideologia e renunciar à possibilidade e ao papel de construir algo de realmente novo.

A história não pode se vista como progresso, evolução ou desenvolvimento das forças produtivas. Esta perspectiva de história aberta, recoloca com mais propriedade a discussão sobre o potencial transformador da classe trabalhadora e o papel dos diferentes movimentos sociais, sem recorrer a nenhuma teleologia histórica. Assim, a construção do sujeito coletivo – a classe em luta - e a construção da ideologia desta classe são parte de um processo dialético e inesgotável. Não há, portanto espaço para reforçar novamente o projeto burguês, com o risco de se perder de novo a oportunidade da própria alternativa socialista.

Por fim, é necessário neste esforço de construção do novo projeto repensar com profundidade a relação entre sociedade e natureza. A crítica contundente do modelo produtivo que é próprio da economia capitalista – embora tenha marcado também a experiência soviética – é fundamental.

Na sua experiência concreta de luta, o Movimento dos Atingidos por Barragens vem construindo uma cultura política que se estrutura sobre uma complexa combinação de elementos herdados, de um lado, do marxismo revolucionário latino-americano e da teologia da libertação; e, de outro, das lutas pela democratização do Estado (contra a ditadura militar) e dos movimentos ecologistas e libertários (comumente chamados pós-marxistas). Não é uma combinação fácil, encerra também muitas contradições. No entanto, a sua luta histórica contra o modelo de desenvolvimento capitalista dirigido pelo Estado possibilitou caminhar para um projeto de emancipação dos trabalhadores.

Ao longo deste texto, buscou-se apontar alguns caminhos para responder a uma pergunta: *por que é tão difícil pensar em um projeto para a sociedade latino-americana sem reproduzir a ideologia desenvolvimentista?* Certamente que não terminaremos com uma resposta fechada, na medida em que às perguntas históricas só cabem respostas históricas, isto é da práxis.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, T e HORKHEIMER, M. *A dialética do esclarecimento*. RJ: Zahar, (1985).
- BENJAMIN, César [et. al.]. *A opção brasileira*. RJ: Contraponto, (1998.).
- BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. RJ: Zahar, (2001).
- BOVÉ, J. e DUFOUR, F. *O mundo não é uma mercadoria: camponeses contra a comida ruim*. SP: Ed. UNESP, (2001).
- CANO, Wilson. “*América Latina: do desenvolvimentismo ao neoliberalismo*”. In: FIORI, J. L. *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, (2000).
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do desenvolvimento – Brasil: JK – JQ*. RJ: Paz e Terra, (1978).
- CASTRO, Josué (1992). *Geografia da Fome*. RJ: Gryphus.
- ENGELS, F. *Anti-Dühring*. RJ: Paz e Terra, (1979).
- FURTADO, Celso (1961). *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. RJ: Fundo de Cultura.
- GARZA, E. G. “*Economía, teoría y história: la CEPAL y los estilos de desarrollo*”. In: MARINI y MILLÁN. *La teoría social latinoamericana: subdesarrollo y dependência*. México: Ediciones el Caballito, Tomo II, (1994).
- GERAS, Norman. *A atualidade de Rosa Luxemburgo*. Lisboa: Edições Antídoto, (1978).
- GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. RJ: Civilização Brasileira, (1981).
- \_\_\_\_\_. *Os intelectuais e a organização da cultura*. RJ: Civilização Brasileira, (1986).
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. RJ: Paz e Terra, (1977).

LENIN. *Obras Escolhidas*. SP: Editora Alfa-ômega, (1980).

LINHART, Robert. *Lenin, os camponeses, Taylor: ensaio de análise baseado no materialismo histórico sobre a origem do sistema produtivo soviético*. RJ: Editora Marco Zero, (1983).

LOUREIRO, Isabel Maria. *Rosa Luxemburg: os dilemas da ação revolucionária*. SP: Ed. UNESP, (2004).

LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio*. SP: Boitempo Editorial, (2005).

\_\_\_\_\_. “A dialética marxista do progresso”. In: LÖWY e BENSÄID. *Marxismo, modernidade e utopia*. SP: Xamã, (2000).

LÖWY e BENSÄID (2000). *Marxismo, modernidade e utopia*. SP: Xamã.

LUXEMBURG, Rosa. *A crise da social-democracia*. Lisboa: Editorial Presença, (1974).

MAB. Caderno 6: *A crise do modelo energético: construir um outro modelo é possível*. Erechim: Setor de comunicação do MAB, (2001).

MARCUSE, Herbert. *Eros e Civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. RJ: Zahar, (1968)

MARX, K. *Formações econômicas pré-capitalistas*. SP: Paz e Terra, (1981).

MARX, K e ENGELS, F. *A ideologia alemã*. SP: Martins Fontes, (1989).

MÉSZAROS, I. *O século XXI: socialismo ou barbárie?* SP: Boitempo Editorial, (2003).

PRADO Jr, Caio. *A revolução brasileira*. SP: Brasiliense, (1966).

RODRÍGUEZ, O. *La teoría del subdesarrollo de la CEPAL*. México: Siglo XXI, (1980)

STÉDILE, J. P. e FERNANDES, B. M. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. SP: Ed. Fundação Perseu Abramo, (2000).

SWEEZY, P. e HUBERMAN, L. [org.]. *Perspectivas da América Latina*. RJ: Zahar, (1964).

VAINER, Carlos. “Entrevista: *Estado, poder e imperialismo ou os desafios da esquerda*”. In: *Revista Crítica Social*, nº1, abril-junho, (2003).

VAINER, Carlos. “Águas para vida, não para morte. Notas para uma história do movimento de atingidos por barragens no Brasil”. In: ACSELRAD at alli. *Justiça Ambiental e Cidadania*. RJ: Relume-Dumará, (2004).

## A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES: UM PROCESSO DE FORMAÇÃO EFETIVO E EMANCIPATÓRIO\*

Ana Maria Justo Pizetta\*\*

### RESUMO

Esse artigo pretende resgatar, refletir e registrar para a história, especialmente do Movimento Sem Terra, a trajetória de construção, com terra, da Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF, colocando à disposição do meio acadêmico e de outros/as interessados/as, como subsídio e objeto de pesquisa. Por ser a construção, um campo novo para o MST, tornou-se importante analisar como a ação de construir edifícios com o exercício do trabalho (voluntário) e da solidariedade, foi um campo fértil para a formação das pessoas que participaram deste processo.

**Palavras Chaves:** Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST, Escola Nacional Florestan Fernandes-ENFF, trabalho voluntário, solidariedade, processo formativo.

### RÉSUMÉ

Cet article veut sauver, réfléchir et enregistrer pour l'histoire, notamment celle du Mouvement Sans Terre, le développement de la construction, avec terre, de l'École National –ENFF, et veut être aussi à disposition du milieu académique et d'autres intéressés, en tant que soutien et objet de recherche. La construction, nouveau domaine pour le MST, est devenu important pour analyser comment l'action de construire des bâtiments avec le travail (volontaire) et la solidarité, est-il un terrain fertile pour la formation des personnes que participent de ce processus.

**Mots clés:** Mouvement des Travailleurs Ruraux Sans Terre-MST, École National Florestan Fernandes-ENFF, travail volontaire, solidarité, processus de formation.

### INTRODUÇÃO

*“... Legitimam-se não pela propriedade, mas pelo trabalho,  
neste mundo em que o trabalho está em extinção...  
Legitimam-se porque fazem História,  
Num mundo que já proclamou o fim da História.”  
(Pedro Tierra)..*

\* A monografia foi apresentada como requisito para obtenção de diploma de Especialista em Estudos Latinoamericanos, na Universidade Federal de Juiz de Fora, em agosto de 2005.

\*\* Socióloga, especialista em Estudos Latino-americanos pela Universidade Federal de Juiz de Fora-MG, militante no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST, atuando na Escola Nacional Florestan Fernandes, a partir do Coletivo de Projetos.

Objetiva-se com esse trabalho, resgatar e refletir sobre como uma ação, aparentemente trivial, de construir edifícios, transforma-se, no âmbito do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, um campo fértil para o exercício do trabalho voluntário e coletivo, associado à prática da solidariedade e do companheirismo, na perspectiva da formação humana.

Trata-se do processo de construção da Escola Nacional Florestan Fernandes - ENFF<sup>1</sup> como um importante aprendizado, principalmente à luz dos depoimentos dos próprios participantes desta experiência, que se transformou em uma escola para além da escola, da qual todos os que estiveram envolvidos retiraram lições para suas vidas e para a militância no MST.

O processo de construção da ENFF compreende o período de 22 de março de 2000<sup>2</sup> a 23 de janeiro de 2005<sup>3</sup>, configurando-se em torno de 12 mil horas trabalhadas por 1.000 pessoas (927 homens e 63 mulheres), representando 112 assentamentos e 230 acampamentos, os quais foram organizados em 25 Brigadas de Trabalhadores e Trabalhadoras Voluntários<sup>4</sup>, representando 20, dos 23 estados, nos quais o MST se faz presente.

Esta experiência foi possibilitada, a partir das vivências no dia-a-dia, destas pessoas que se desafiaram, no decorrer de cinco anos, a compor as Brigadas, abertas para o desconhecido, construindo juntos, “o novo”, deixando registrada a sua contribuição imprescindível para a história da classe trabalhadora e, especialmente para o MST, através do exemplo de esforço, trabalho (voluntário) e da solidariedade, demonstrando que os aprendizados se dão a partir das práticas concretas acompanhadas dos processos de formação.

O artigo que ora apresentamos é resultado de uma pesquisa monográfica, que em sua forma original está composta por três capítulos, seguida das considerações finais, com o intuito de comprovar a premissa de que a construção da ENFF constituiu-se em um processo

<sup>1</sup> Escola Nacional está localizada no bairro Parateí, no município de Guararema, grande SP, distante 1,5 km da Rodovia Presidente Dutra e a aproximadamente 60 km da capital, SP, no município de Guararema, grande São Paulo, formado por 23.927 habitantes. Distante aproximadamente 22 km da sede do município.

<sup>2</sup> Data da chegada da 1ª Brigada de Trabalhadores Voluntários, do MST, na área destinada à construção da ENFF, no bairro Parateí, município de Guararema, SP.

<sup>3</sup> Data do Ato de Inauguração efetiva da ENFF.

<sup>4</sup> Brigadas de Trabalho Voluntário foi o nome que o MST escolheu para os grupos de trabalhadores e trabalhadoras dos assentamentos e acampamentos de reforma agrária, que os estados organizaram, para contribuir na construção da ENFF. Elas permaneciam durante 60 dias no canteiro de obras e eram auxiliadas em seu aprendizado por uma brigada permanente formada por assentados e acampados com experiência na construção com terra, muitos dos quais, capacitaram-se a partir da vivência nos espaços de trabalho da Escola Nacional.

de formação dos trabalhadores e trabalhadoras voluntários, que fizeram parte desta obra e do MST como um todo.

Os trabalhadores e as trabalhadoras assentados e acampados e o tempo de trabalho por eles dedicado voluntariamente na construção da ENFF serão objetos desta abordagem, refletindo-se sobre o relevante papel que desempenharam, exercitando importantes valores como a solidariedade, a disponibilidade para o trabalho, para o estudo, para a aprendizagem contínua na convivência permanente.

## 1. A DIMENSÃO PEDAGÓGICA E O SENTIDO DO TRABALHO NA CONTRUÇÃO DA ENFF

Tomando por base valores como os acima mencionados, vamos realizar uma “curta viagem” através da pesquisa, vivência e leitura de algumas obras que tratam desses temas, fazendo uma interligação com as práticas vividas pelo MST no processo de construção da ENFF, bem como no processo de luta pela reforma agrária no Brasil.

Neste sentido, resgata-se o tema do trabalho tanto sob a ótica capitalista como o trabalho livre da exploração, incluindo o voluntário, acompanhado pela formação e pelo estudo como elementos fundamentais, juntamente com a prática da solidariedade.

Ao trazer para o debate o trabalho sob a ótica capitalista, Marx, citado por Antunes (2004, p. 9) diz que

sob o capitalismo, o trabalhador freqüentemente não se satisfaz no trabalho, [...] não se reconhece, mas muitas vezes recusa e se desumaniza no trabalho, por isso, alienado frente ao produto de seu próprio trabalho[...] o homem estranha-se em relação ao próprio homem, tornando-se estranho em relação ao gênero humano.

No processo de dominação e exploração do trabalho, diz Marx, mais uma vez citado por Antunes (2004, p.46), é que o sabor do alimento não revela quem o plantou, assim como não é possível reconhecer neste processo “as condições em que ele decorre, se sob o açoite do feitor de escravos, ou sob o olhar ansioso do capitalista”.

No processo de produção capitalista, o trabalhador está alienado do produto de seu trabalho, que é controlado para que tudo se realize de modo a haver o maior lucro possível, e

para que “os meios de produção sejam empregados conforme seus fins, [...] que não seja desperdiçada matéria-prima e que o instrumento de trabalho seja preservado” (ANTUNES, 2004, p.47), para que haja a extração da mais valia.

Marx (1984, p.449-450) aborda ainda o momento em que o capitalista substitui o trabalho do homem pela exploração da mão-de-obra das mulheres e das crianças, como forças de trabalho suplementares à utilização das máquinas, significando um

poderoso meio de substituir trabalho e trabalhadores, a maquinaria transformou-se [...] em um meio de aumentar o número de assalariados, sem distinção de sexo e de idade, sob o domínio direto do capital [...] Tornando supérflua a força muscular, a maquinaria permite o emprego de trabalhadores sem força muscular ou o desenvolvimento físico incompleto.

Marx quer mostrar que, ao apropriar-se do trabalho das mulheres e das crianças, a partir da utilização das máquinas, o capital confisca a vida inteira do trabalhador, ampliando as possibilidades de material humano explorável, obtendo como resultado, enorme crescimento da produção em um tempo cada vez mais curto.

Mas, o trabalho pode adquirir outro sentido, em diferentes processos e sociedades.

De acordo com Pistrak (2000, p. 48)

graças ao trabalho o homem se torna disciplinado e organizado. É preciso ensinar o amor e a estima ao trabalho em geral. O trabalho eleva o homem e lhe traz alegria; educa o sentimento coletivista, enobrece o homem e é por isso que o trabalho [...] de qualquer tipo, é precioso como meio de educação.

O trabalho realizado na construção da ENFF foi um elemento de grande importância para a mudança de comportamento, de acordo com as reflexões e experiências dos próprios integrantes das Brigadas Temporárias e da Brigada Permanente. A ENFF possibilitou que, através da formação e do próprio trabalho realizado de forma livre, mudassem formas de pensar e de agir, contribuindo para a reflexão sobre os erros e os acertos, na perspectiva de tornar esse processo permanente, no decorrer de suas vidas. Isso pode ser percebido em depoimentos como o de Raquel<sup>5</sup>, quando avalia que “nunca estamos acabados, a Escola

---

<sup>5</sup> Raquel Monteiro, 30 anos, assentada no estado do RS, cursando pedagogia.

mostra isso”. Ela refletiu que a escola é um aprendizado para a superação dos nossos vícios e que a liberdade só será possível de alcançar com muita disciplina.

Terrie<sup>6</sup> (2002, p.1), jovem voluntário da França, relata a sua experiência de trabalho voluntário na construção da ENFF, dizendo que

O trabalho voluntário desenvolvido na Escola Nacional mostrou que é possível trabalhar sem patrão, sem procurar o lucro e ao mesmo tempo ter todos, as vantagens de um bom salário [expresso em] comida, alojamento, higiene, conforto material, lazer e mais as vantagens da política alternativa de uma organização popular... participação nas decisões, ambiente solidário, sem submissão, conforto moral, companheirismo, saúde preventiva, segurança no trabalho, formação política, aquisição de conhecimentos teóricos e profissionais.

Mas isso só foi possível porque os trabalhadores tiveram a certeza de estar construindo o futuro, transformando-se o trabalho em uma necessidade e um dever, mas de forma alegre, comprometida, com o vigor principalmente da juventude, ao contrário do que está imposto pela mentalidade capitalista, da qual estamos ainda impregnados.

Gauchinho<sup>7</sup> afirmou que “nunca se sabe tudo. Estamos sempre aprendendo e tentando superar o vício da cidade, que é trabalhar com profissionais. Aqui o trabalho é com quem não sabe”. Refletindo sobre a diferença da construção nas cidades, ele diz que lá, se alguém tem uma tarefa e não é capaz de cumpri-la, é dispensado. Na Escola, é necessário ter paciência e ensinar. Essa é a diferença.

A importância que teve o trabalho na construção da ENFF foi que não era mais uma submissão às relações de mercado e ao patrão, mas se transformou em uma vontade de construir, em longo prazo, um bem comum a todos, indo além do bem estar individual. O objetivo entendido pelas brigadas de construção era de estar construindo uma universidade popular aberta às pessoas que não têm oportunidade de estudar, e, para si próprios, para os seus filhos e companheiros de luta, aberta também aos outros movimentos sociais que se somam na luta por um projeto popular para o Brasil.

A disciplina e a presença no trabalho, o cuidado em fazer bem feito, o respeito à obra, o cuidado com as ferramentas, a integração com os coordenadores do trabalho, estavam livres

<sup>6</sup> Julien Terrie, jovem voluntário francês, que dedicou trabalho voluntário e solidariedade à construção da ENFF, em 2002.

<sup>7</sup> Leonir dos Santos, o Gauchinho, 40 anos, membro da Brigada Permanente, do RS.

da dominação do patrão e da lógica de mercado e carregados do sentimento de estarem envolvidos em uma construção histórica e pelo compromisso e disposição de doar o trabalho voluntário e coletivo de cada trabalhador.

Ainda sobre o tema do trabalho, Lukács, citado por Antunes (2004, p. 7), afirma que “o trabalho é um ato de pôr consciente e, portanto, pressupõe um conhecimento concreto, ainda que jamais perfeito, de determinadas finalidades e de determinados meios”.

Para atingir esse estágio no trabalho, foi preciso que se travasse uma luta para superar a contradição opressor-oprimido, não apenas para angariar liberdade para comer, e sim, como afirma Freire (1981, p. 59) “liberdade para criar e construir, para admirar e aventurar-se” sendo sujeitos do ato de desvelar a realidade, conhecê-la criticamente e de recriar esse conhecimento.

A construção da ENFF criou a oportunidade para a elevação conjunta das consciências. Schlickmann<sup>8</sup> diz que,

Por ser um processo participativo, a consciência foi sendo construída; a construção da escola foi também um processo de construção das pessoas. O trabalho voluntário foi significativo e transformou-se em amor à camisa, para ter uma nova escola para os companheiros e para os filhos [...] aprendi que no trabalho voluntário, todos têm o seu valor, cada um tem seu esforço e que merece destaque e valorização. Aprendi que a terra constrói. Eu sempre sabia que a terra servia apenas para produzir a nossa sustentação.

Esta mesma opinião, de que o processo de construção da ENFF contribuiu para uma formação consciente, é refletida por Eridan<sup>9</sup>, quando diz que a ENFF ensina a trabalharem juntos para “tentar solucionar problemas em qualquer parte ou setor”. E parafraseando Che, “fazer antes para depois pedir que os outros façam”.

O trabalho é a possibilidade de aperfeiçoamento do ser humano, que se forma a partir de suas relações com o conjunto da natureza. Neste sentido, diz Marx (1984, p. 202) “o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza”. A partir dessa reflexão, é possível explicar a importância do debate que se deu em 2001, no canteiro de obras, sobre a implantação de um projeto paisagístico para a ENFF,

<sup>8</sup> Jair Schlickmann, 24 anos, assentado no PR, membro da Brigada Permanente.

<sup>9</sup> Eridan Alves Pereira, 28 anos, acampado no RN e membro da Brigada Permanente.

dando início às primeiras discussões, que se estenderam ao longo dos anos e, versavam sobre a arquitetura que ia surgindo da terra - de terra, pedra e pau, trabalhada por mãos especiais, de militantes profundamente envolvidos com o que faziam, com seriedade e alegria.

Sobre isso, Boucinhas (2001, p. 1), arquiteto responsável pelo projeto paisagístico da ENFF, escreveu um depoimento emocionado, onde relatou que

esses cidadãos curiosos, vindos de acampamentos e assentamentos de todo o Brasil, iam dando respostas às questões que levantávamos nas reuniões que começamos a fazer no canteiro de obras, para trocar experiências, visões e conceitos sobre meio ambiente, paisagem, manejo da terra, lazer, descanso, festas.[...] Às nossas perguntas, lançadas para provocar o diálogo, as respostas vinham rápidas, em linguagem precisa e vivida, em palavras e desenhos.

A experiência que se deu no canteiro de obras, desde o ano 2000, possibilitou que a ENFF, no seu processo de construção, se transformasse em um espaço de criação de novas relações sociais e humanas entre as trabalhadoras e os trabalhadores voluntários que, ao aprender a técnica de construir com terra, foram construindo a si mesmos como cidadãos, através dos estudos e do contato com a natureza, do exercício das técnicas de construção com terra, das trocas de experiências, da solidariedade. Resultaram daí, cidadãos melhor preparados, para além do ato simples que seria a construção, em um ambiente externo aos seus assentamentos e acampamentos. Isso possibilitou também que retornassem aos seus estados com esse acúmulo de conhecimentos, somando-se com a construção de si mesmos.

No MST, o trabalho é colocado como uma importante dimensão da formação do ser social; o trabalho como criação da vida, por possibilitar que os seres humanos pensem o fim, os meios e se apropriem dos resultados do trabalho concreto.

Assim, busca resgatar o trabalho como uma criação humana, fundador do ser social, uma atividade humanizadora do homem, como propõe Bento<sup>10</sup>

Na escola, trabalha-se voluntariamente para construir algo que será das pessoas e, elas vão poder utilizar e dar continuidade ao trabalho que realizamos aqui. Eu aprendi não só a trabalhar na construção, aprendi a construir com terra, fazendo a análise do solo adequado para a produção dos tijolos. Aprendi ler projetos, através dos cursos que foram ministrados na obra. Assim, aprendi na teoria e na prática. E nos cursos de formação

<sup>10</sup> Bento Ferreira de Souza, 47 anos, acampado em SP, membro da Brigada Permanente.

aprendi sobre as linhas políticas do MST, a formação, através desse processo, foi me construindo, deixei de beber, ajudado pelo coletivo.

O trabalho, para unir as pessoas e não para cumprir hierarquias que colocam as pessoas umas contra as outras, é um caminho para que todos os trabalhadores tenham o seu sustento dignamente, no qual o conhecimento é símbolo de libertação, de exercício de valores humanistas e socialistas na construção das relações pessoais e sociais.

Na perspectiva do MST, o trabalho é uma ação consciente onde o militante é livre para escolher e para construir as alternativas, as possibilidades. Quando ele tiver construído essas alternativas, pode-se dizer que conquistou grande parte de sua liberdade. Ao mesmo tempo, através do trabalho, ele cultiva e reafirma a sua raiz, alimenta a sua identidade como integrante da classe trabalhadora, tendo o trabalho como um valor, exercido com gosto e com amor, sendo criador de uma nova sociedade.

A absorção e a vivência de novos valores no MST deve ser vista como um processo que requer ao mesmo tempo, a negação e a afirmação; a desconstrução e a construção como frutos de um profundo processo de formação, até chegar-se à negação daquilo que identifica a velha sociedade e a afirmação e construção daquilo que é o gérmen da nova sociedade, do homem e da mulher novos. Sabe-se que esse processo não é fácil, porque as pessoas carregam os vícios e o estigma da sociedade na qual nasceram, cresceram e vivem. Isso faz com que vivam de forma desarticulada, acomodada.

Ao despertar para outra realidade, com outras possibilidades, nos acampamentos e assentamentos, e por vir de uma sociedade onde prevaleciam as leis impostas pelo capitalismo, vivenciadas na exploração de si mesmos como mercadorias, os homens e mulheres põem em movimento “as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para a sua própria vida” (ANTUNES, 2004, p.36).

Esse processo só tem valor se vier acompanhado pelos processos de formação, através da apropriação dos conhecimentos, possibilitando que os Sem Terra tomem consciência de que são capazes de pensar, de imaginar, de construir um processo em sua imaginação, antes mesmo de colocá-lo em prática.

Na ENFF, ao colocar a força física para fabricar tijolos, subir paredes, fazer piso, cerâmica, reflete, Ademir<sup>11</sup>

a gente se descobre politicamente e descobre a importância de ser um ser humano, faz se sentir mais humano. Fora da Escola eu era individualista e ignorante. Aqui, eu aprendi 100%, não sabia nada de construção. O exercício do trabalho voluntário faz com que a gente comece a compreender a importância de cada ação que se faz, o respeito aos limites de cada pessoa. Aprendi a doar trabalho, amizade, compreensão.

Na construção da ENFF, a experiência de participar de uma obra onde não havia chefe e nem mestre de obras, na qual os trabalhadores voluntários, ao mesmo tempo em que eram aprendizes, eram os coordenadores, discutiam, organizavam, construíam o processo e, em sua grande maioria, não tinham experiência na construção civil, foi um verdadeiro desafio, de acordo com um dos engenheiros da Integra<sup>12</sup>, em cujo depoimento<sup>13</sup> reflete que

era um desafio trabalhar com equipes que ficariam no máximo 60 dias na Escola, período relativamente curto para aprender, dar continuidade a um trabalho, e com deficiência de mão-de-obra, no sentido da experiência profissional, Então era necessário ir corrigindo, melhorando isso, através de uma formação. Muitos que não tinham experiência acabaram se formando no canteiro de obras e passaram a fazer parte da brigada permanente.

Está claro que é um processo lento, que vai sendo construído a partir do momento em que o Sem Terra começa a apropriar-se do conhecimento, mas que surpreende desde cedo quem vive essa experiência, percebendo que os fins aos quais chegam com suas ações são diametralmente opostos aos anteriores.

Nestes primeiros movimentos de superação da lógica capitalista, o trabalho vai se transformando aos poucos em fonte de dignidade, de uma nova cultura, agora, como trabalho social. Porém, dentro de uma sociedade capitalista, ainda não estão criadas as condições objetivas e subjetivas da apropriação total do trabalho, pelos trabalhadores, de modo que exige uma luta permanente para avançar nas conquistas e conservar o já conquistado.

<sup>11</sup> Ademir Goetz, o Biguá, 19 anos, acampado em SC, membro da Brigada Permanente.

<sup>12</sup> Integra é uma Cooperativa de Trabalho Interdisciplinar, que foi responsável pelo acompanhamento à obra e pelo processo de formação das brigadas.

<sup>13</sup> Depoimento para o Vídeo sobre a Construção da ENFF, 2003.

Na Pedagogia do MST, o trabalho é um dos princípios fundamentais; o trabalho manual, intelectual, o trabalho socialmente útil. Não o trabalho pura e simplesmente mecânico, sem um planejamento, sem objetivo, mas o trabalho, ligado ao estudo, exigindo esforço físico e mental. Trabalho que defenda e preserve o meio ambiente em que se vive, que valorize as raízes (enquanto trabalhadores e trabalhadoras) e leve os seus militantes a sentirem orgulho de serem integrantes deste grande coletivo da classe trabalhadora.

É das mãos e mentes dos trabalhadores, através de um processo de qualificação, humanizador, que nascem as idéias e as práticas novas, mostrando que o trabalho, associado à formação e à reflexão permanente, é capaz de operar transformações, primeiro nos homens através deles próprios, depois na sociedade, para dentro dela vivermos de forma digna.

Na construção da ENFF, estudo e trabalho foram elementos fundamentais para a formação de homens e mulheres novos, cujo conhecimento e a base material vieram juntos, mas com novos valores, formando uma consciência nova também.

Valdir Gilli<sup>14</sup> reflete, que *“o compromisso que temos com nossos assentamentos e acampamentos é levar o que aprendemos sobre a construção e sobre a formação, contribuir com o processo de organicidade e envolver-nos em algum setor”*.

José Arnor<sup>15</sup> concluiu, a partir de sua experiência na escola:

Tenho consciência da liberdade que posso ter ao trabalhar com responsabilidade. Não é necessário um horário, imposto pelo patrão, para que, as pessoas tenham responsabilidade. Tenho consciência hoje, que nós somos o símbolo da luta e de uma sociedade melhor para todos. Isso é possível, mas a gente só aprende no MST. Esse símbolo deve ser divulgado [...] é preciso acenar para a liberdade exercitando os conhecimentos e o que acreditamos para uma sociedade livre.

Marx, citado por Löwy (1999, p. 44) chama essa condição de “a humanidade socializada”, tendo como uma de suas características “a ultrapassagem entre o interesse particular e o interesse público, o indivíduo e a comunidade”. E ainda continua Marx, citado por Löwy que

<sup>14</sup> Valdir Gilli, o apagado, 23 anos, acampado em RO, membro da Brigada Permanente.

<sup>15</sup> José Arnor Sebastião da Silva, 26 anos, acampado no RN, membro da Brigada Permanente.

Um homem mais rico interiormente e mais responsável, ligado aos outros homens por um vínculo de solidariedade real, de fraternidade universal concreta, um homem que se reconhece em sua obra e que, uma vez quebradas as correntes da alienação, ‘atingirá a consciência plena do seu ser social, a sua total realização como criatura humana’.

Sérgio Ferro<sup>16</sup>, renomado arquiteto e artista plástico brasileiro, durante homenagem recebida pela contribuição dada à ENFF, declarou emocionado:

A beleza do que vocês estão fazendo é absolutamente extraordinária. Passei minha vida discutindo sobre canteiro de obras, trabalho, e tentando ver como o trabalhador brasileiro é explorado, dia-a-dia, [...]. E vocês aqui [...], estão criando o inverso disso, um trabalho coletivo, um trabalho de união. Um trabalho de respeito mútuo. Um trabalho em que [...] cada um tem o que [...] somar, o que dar de apoio ao outro irmão. (MST, 2003, p. 2)

O trabalho voluntário exercitado no MST possibilita o alcance de conquistas e o crescimento e fortalecimento dos militantes, que vão alimentando a consciência, juntamente com o processo de formação. É a ação diária que cria as condições, que traz os elementos para que, aos poucos, vão se levantando um novo homem e uma nova mulher. Esse desafio vai se construindo desde as pequenas ações e gestos e, em conjunto com a formação, vão se delineando diante dos olhos, da consciência, até que esses os absorvam e os transformem em necessidade e possibilidade da mudança.

Mas, Bogo (2004, p. 113) afirma que

Voluntário não é aquele que está pronto a ser solicitado, mas aquele que já se considera convocado e agindo permanentemente. É quem imagina e faz, tornando-se sempre mais capaz, rebelde, disciplinado e consciente. [...] O trabalho voluntário, portanto, não é uma obrigação, é uma sugestão para fazer um pouco a mais, doar a força para sentir-se iguais no pensar e no dizer, trabalhar é também sentir prazer, por ver cada sonho acontecer. [...] Voluntário é quem faz as coisas por consciência, enfrenta as resistências que existe dentro de si mesmo; organiza-se não faz a esmo o que deve ter destino certo.

---

<sup>16</sup> Sérgio Ferro é radicado na França. Ele contribuiu com a Campanha de Construção da Escola Nacional, doando 12 trabalhos, com os quais foram produzidos a agenda e o calendário do MST do ano de 2001.

Ao aprender as palavras utilizadas no ramo da construção, ao ler os projetos e depois colocar tudo isso em prática acompanhada no canteiro de obras da ENFF, os voluntários acampados e assentados estavam incluindo em seu currículo de trabalhadores rurais, mais uma profissão: de pedreiro, carpinteiro, encanador, eletricista e, construindo uma nova pedagogia do trabalho, coletivo e voluntário, recheada de solidariedade e relações humanas.

O exercício da solidariedade como um processo da formação colocado em prática, como é exercitado em todos os âmbitos do MST, não se restringiu ao canteiro de obras, ele ultrapassou os muros da ENFF e foi organizado nos momentos que poderiam ter sido para descanso, se proliferou pela comunidade próxima, em forma de ajuda permanente às pessoas mais carentes, na construção de casas, doação de material excedente, reforma, fabricação de bancos e construção de barracões para as festas da igreja do bairro, limpezas do campo de futebol, construção e reforma da escola estadual existente no bairro, e produção de horta para a merenda dos alunos.

De grande expressão foi a construção de um protótipo de uma “casa-modelo dos assentamentos”, em um projeto social da Cáritas Reginal - SP, chamado Luxo do Lixo, em parceria com a Cáritas alemã. A casa construída com terra e trabalho voluntário e coletivo propôs ser um espaço para mostrar diferentes experiências alternativas ambientais como a reutilização da água da chuva para os banheiros e o sistema de ventilação ambiental, a partir de outras tantas experiências já existentes naquele contexto, como a reciclagem de plástico, como um espaço de reintegração de meninos de rua.

Surpreendeu até mesmo os seus construtores pela beleza, como declararam alguns membros de uma das brigadas, que quem visitava ficava boquiaberto e eles se perguntavam se tinham sido eles mesmos que haviam construído.

Pistrak (2000, p.54) afirma que a vida coletiva é bastante difícil para as pessoas, mas que ela é muito importante para o processo de transformação social; e diz mais, que se quisermos desenvolver a vida coletiva

devemos formar entre os jovens não somente a aptidão para esse tipo de vida, mas também a necessidade de viver e trabalhar coletivamente na base da ajuda mútua, sem constrangimentos recíprocos [...]. O costume de viver coletivamente deve ser formado [...] tendo como base as tarefas domésticas coletivas [...] desenvolvendo-se [...] o sentimento e a compreensão da necessidade e da utilidade sociais destas tarefas [...] e o grande papel social

desempenhado por todos esses pequenos hábitos na transformação do conjunto de nossa vida.

Pistrak traz para a reflexão o que, na ENFF, foi exercitado na trajetória dos trabalhadores e trabalhadoras voluntários, nas suas práticas coletivas permanentes, transformando pequenas tarefas, em espaços de construção de si próprios, tais como: limpeza e higiene dos alojamentos, das roupas; dos espaços da Escola e entorno da obra; embelezamento e cuidados com os ambientes de estudo, de trabalho e de convivência; lavagem de roupas; produção e distribuição de alimentos e manutenção da cozinha; entre outros.

A importância das tarefas domésticas, destacadas por Pistrak, está em que, ao exercitá-las coletivamente, passa-se a compreender o seu papel social. Sobre esse elemento, Eridan, explicou sua disposição em contribuir sempre. Por isso, nos finais de semana, principalmente aos domingos, quando seria um dia de folga, buscava alguém que necessitasse de ajuda, encontrando algo útil para fazer, inclusive o trabalho na cozinha.

Guevara (2002, p. 61) enfatiza a importância da associação do trabalho à formação quando reflete que

*a formação e a educação permanentes e o mais completas possível, são metas fundamentais, mas que sejam integradas com o trabalho de forma sistemática e permanente, principalmente o exercício do trabalho voluntário, em momentos específicos ou juntamente com o estudo.*

Essa formação é o que mais se identifica com a sociedade que se pretende ver surgir a partir da luta por transformações sociais, das quais, a reforma agrária é a principal, onde o trabalho perde a característica de obsessão evidenciada no mundo capitalista, no qual cada indivíduo está isolado, lutando por sua sobrevivência. Nesta nova sociedade que se almeja, o trabalho passa a ser o ponto de partida do processo de humanização do trabalhador. O trabalho passa a ser uma atividade prazerosa, que realmente é sentida como algo que enobrece o homem, cada um cumprindo com suas responsabilidades definidas no coletivo e em benefício comum.

O trabalho conjunto, dos membros das brigadas, acompanhado, pela formação, criou a possibilidade de crescimento, mas foi mais desafiador, foi um processo lento, ao qual iam se incorporando novos conceitos aos antigos, através da disciplina consciente, a partir da qual

passaram a compreender que esta forma é mais justa, mais coerente e através dela podiam visualizar o amanhã.

Foi unanimidade entre os membros da Brigada Permanente, que a ENFF foi um processo desafiador por possuir uma linguagem nova, mas, além disso, ela uniu as pessoas e fez com que tivessem o desejo de estudar mais, de participar, de transformar-se e transformar a realidade. Foi uma construção de via dupla, na qual as pessoas tinham liberdade para se construir, para deixar seus vícios.

Mas Guevara (2002, p.31) nos lembra que “a mudança não se dá automaticamente na consciência, [...] as variações são lentas e não são rítmicas; há períodos de aceleração, outros pausados e, inclusive, de retrocesso”. Neste sentido, nas experiências acumuladas no processo de formação do MST, o estudo está intrinsecamente ligado ao trabalho em grande parte voluntário e, onde o ser humano vai formando no dia-a-dia o seu espírito revolucionário.

Freire (1981), orientado pelas idéias de Che, propõe que, em uma nova sociedade, a formação deve ser um processo ativo no qual as pessoas se educam a si próprias através do estudo e do trabalho coletivo, ligando-se aos seus companheiros e aos outros homens, por um forte elo de solidariedade.

Che, citado por Löwy (1999, p. 44), diz que “essa educação, não é, nem pode ser, uma aprendizagem puramente passiva: deve ser igualmente e acima de tudo, uma auto-educação [...] é preciso que o povo se eduque a si próprio”. A ENFF tem esse propósito de ser um processo de criação de uma educação que possibilita, a cada trabalhador ou trabalhadora, voluntário, um espaço de reflexão a partir de suas próprias vivências e das possibilidades de conduzir os processos de suas mudanças.

E a prática conjunta vem como um importante elemento para ir, aos poucos, rompendo definitivamente com o velho, que é reforçado insistentemente pelo capitalismo, e utilizar o trabalho, que antes era individual e que sugou as energias nas fábricas, nas multinacionais, na construção dos imensos arranha-céus, sob o jugo dos patrões, numa nova perspectiva, voluntária, intrinsecamente ligada ao estudo, ao conhecimento, fortalecendo a militância e para que o trabalho, sem o qual, nos diz Che, nada pode existir, seja um agente de avanços do ser humano e de suas mudanças sociais.

Bogo (2004, p. 1) reforça a importância e a necessidade da construção como elemento de um processo de formação quando afirma que

Edificar é o jeito de mostrar como queremos a nova sociedade. É antecipar através da construção o que já está em nosso coração. Somos edificantes e edificados. Homens e mulheres lado a lado fazendo o que junto planejamos. Nascemos para forjar mudanças. Os braços agem como lanças, nas lutas, no trabalho ou folheando páginas escritas.

Em suma, as trabalhadoras e os trabalhadores voluntários da construção da ENFF foram as construtoras e os construtores de um futuro que estava apenas no desenho, mas que, com dedicação, empenho e muito estudo, se transformou em um espaço que hoje já põe em prática a formação daqueles e daquelas que a ela se dedicaram, fazendo da organização uma força indestrutível que serve como combustível, para mover a história.

## 2. O SENTIDO DA SOLIDARIEDADE E DOS VALORES NO PROCESSO DA CONSTRUÇÃO

Através da luta por dignidade nos acampamentos e assentamentos de reforma agrária, é possível ir construindo uma sociedade mais justa e igualitária tendo à frente o exemplo prático de homens, mulheres, jovens e crianças militantes, a fim de que, como diz Guevara (2000, p.120)

purifique o melhor do homem através do trabalho, do estudo, do exercício da solidariedade continuada com o povo e com todos os povos do mundo. Que se desenvolva ao máximo a sensibilidade para sentir-se angustiado quando se assassina um homem em outro lugar do mundo e para sentir-se entusiasmado quando em algum lugar do mundo se levanta uma nova bandeira de liberdade (tradução da autora).

Che é, além de tudo, exemplo da solidariedade internacionalista e nos exorta de que não podemos ficar limitados pelas fronteiras do território, diz que nossa tarefa é praticar o internacionalismo e a solidariedade para com a América e com outros países do mundo que lutam também em outros continentes por sua liberdade, contra o imperialismo, contra todas as formas de opressão dos sistemas injustos, para serem como tochas acesas nas quais eles mesmos sejam o espelho onde se vejam os povos da América e do mundo, oprimidos, que lutam por sua liberdade.

Neste sentido, a solidariedade ultrapassa as fronteiras do MST e vai trocar conhecimentos e experiências com outras organizações do Brasil, da América Latina e de outros países do mundo, transformando-se em novas possibilidades de avanço para as organizações, as quais não tinham nenhuma referência de qual caminho seguir. Certamente, são os trabalhadores que saem vitoriosos, e, essa prática foi o que possibilitou a consecução deste projeto que hoje é a ENFF, como reforçou o Comitê de Barcelona (2005, p. 1) que

[...] as e os Sem Terra, trabalhando em coletividade, com esforço e firmeza, conseguiram de novo fazer realidade um sonho. Nós, amigas e amigos do MST, tivemos a honra de acompanhar a vocês nessa longa viagem desde que a Escola era só um projeto, depois um terreno, e por último uma construção.

Temos a possibilidade de ser criadores da sociedade nova, destinados a viver um mundo novo. Para alcançar isso, devemos trabalhar todos os dias, no sentido de aperfeiçoar-nos interiormente, de aumentar os conhecimentos, de aumentar a compreensão do mundo que nos rodeia, de perguntar, verificar e conhecer bem o porquê das coisas e de sentir sempre os grandes problemas da humanidade como problemas próprios.

É importante que todo o conjunto da organização compreenda, lembra Bogo (2000, p. 54), que a

Solidariedade é mais do que doar o que nos sobra, mas também o que nos pode fazer falta, por entendermos que o ser humano tem esta possibilidade de permitir que todos os povos tenham o direito de satisfazer suas necessidades, mesmo que isso dependa da ajuda e da participação solidária de todos.

Bento, define que

A **solidariedade** foi um traço muito forte entre todos que compunham as brigadas, se ajudando para que todos tivessem as mesmas oportunidades, de aprender o que nos empregos dos patrões não era possível. A solidariedade se transformou em um valor muito significativo.

Ninguém melhor do que Che representa o espírito voluntário, humanista, solidário e internacionalista, a dedicação ao estudo, que se resgata permanentemente, servindo de

exemplo na luta para a construção do homem e da mulher novos, que o MST tem como um de seus maiores desafios construir.

Guevara (2002, p. 62-63) traz, para si e para os heróis cubanos, a responsabilidade de ser exemplo para animar as lutas dos povos latinos quando afirma que “... o internacionalismo proletário é um dever, mas, também uma necessidade revolucionária, como força impulsionadora de luta contra o imperialismo, nosso inimigo irreconciliável”.

O MST, em suas práticas, faz a ligação entre o exercício do internacionalismo, a solidariedade e o trabalho voluntário, para construir permanentemente uma sociedade alicerçada no ser humano como elemento maior da natureza, com a qual deve viver de forma responsável e harmônica, tendo como metas fundamentais o cultivo do companheirismo, a igualdade e a indignação contra qualquer forma de injustiça cometida contra qualquer pessoa.

Esses sentimentos vão se consolidando no decorrer de processos de convivência e construção coletiva, na ultrapassagem de desafios, na formação constante, superando os vícios e desvios que estão incutidos em nosso ser, superando o individualismo e transformando-se em sentimentos de generosidade e de amor aos povos.

Fazendo referência à solidariedade no processo de construção da ENFF, Célio<sup>17</sup> declarou que,

A Escola Nacional Florestan Fernandes foi uma grande Escola. Foi aqui que eu [...] conheci amigos e companheiros que me ajudaram a me livrar da pior doença que um ser humano pode ter que é o alcoolismo. Consegui trocar o vício pelo amor à organização. Esta Escola para mim foi uma grande escola, porque foi aqui que eu consegui nascer de novo.

Esses requisitos e elementos, juntamente com o trabalho voluntário, o estudo, a solidariedade, foram vitais na ENFF, unindo diferentes culturas, diferentes saberes, diferentes experiências. Havia uma cultura própria do canteiro de obras, como foi bem definido pelos jovens voluntários da Itália<sup>18</sup> “o som do sino levanta-nos ainda sonolentos; o primeiro sino

<sup>17</sup> Célio Augusto Moreira Reis, acampado no ES, participou da 5ª Brigada Temporária de trabalhadores voluntários e se tornou membro da Brigada Permanente.

<sup>18</sup> Samuela, Carolina e Federico, que dedicaram trabalho voluntário na ENFF durante 30 dias no ano de 2001, vieram indicados pelo Comitê de Roma de Apoio ao MST. As duas jovens atualmente são médicas e continuam a fazer parte do Comitê de Apoio ao MST, da Itália.

que representa o início do dia, o início da vida de todo mundo”. Eles contam que os voluntários chegavam pontualmente ao som do toque do sino, para a formatura<sup>19</sup>:

Depois do café, acontece o momento mais emocionante do dia que é a formatura. A primeira vez que nós participamos desse momento, não pudemos entender toda sua importância, e nem sabíamos se todo mundo podia compreender a força que ele levava para as pessoas. A bandeira do MST perto da bandeira do Brasil, o grito dos núcleos e de toda a brigada junta, o hino, tudo contribui para que se alcance a tarefa máxima do MST: educar as pessoas para que fique no seu pensamento que a luta é justa e não deve acabar.

É no cotidiano do MST que se expressa o que cada um é, através dos gestos, da mística, da cultura, abrindo-se a oportunidade de refletir sobre as práticas que se concretizam nas lutas, nos obstáculos, influenciando nas consciências, fazendo as transformações que vão se dando de forma progressiva, a partir das ações e das vivências.

Pois foi no cotidiano, ao redor dos militantes envoltos na solidariedade e em harmonia com a natureza, que iam sendo construídas as relações, nas maiores e nas menores coisas que foram vivenciadas; nos espaços de moradia, de estudos, envolvidos enquanto coletividade e onde se geravam os conflitos, as tensões que iam transformando as práticas opressoras e dominadoras em práticas libertadoras e humanizadoras.

Guevara (2002, p. 63) defendeu que

Todos os dias é preciso lutar para que este amor à humanidade viva e se transforme em fatos concretos, em atos que sirvam de exemplos, de mobilização (...) a revolução se faz através do homem, mas o homem deve forjar dia-a-dia, seu espírito revolucionário.

A solidariedade no âmbito do MST é um valor extremamente importante e praticado de inúmeras e distintas formas. Internamente, na forma de trabalho voluntário e incentivo aos jovens, na organização e realização de mutirões de embelezamento, plantios de árvores nos assentamentos e acampamentos, trabalho solidário de plantio e estímulo à produção de subsistência. Externamente, através das doações coletivas de sangue efetivadas durante as

---

<sup>19</sup> Formatura era o momento em que a Brigada, se organizava por núcleos, distribuía as tarefas, em muitos casos, rezavam e por fim, cantavam o Hino do MST, saindo para suas tarefas diárias.

atividades de formação realizadas nas universidades, doações de alimentos para creches e hospitais, ajuda na construção de escolas, mutirões de limpeza nas cidades, reformas e construção de casas em comunidades carentes, campanhas de arrecadação de materiais escolares para doação, combinando “estas ações solidárias com o cronograma de luta do estado” (MST, 1998, p. 4), de modo que fazem parte efetiva e permanente das linhas políticas do MST.

No processo de construção da ENFF, esse valor foi vivenciado a partir de cada brigada que vinha dos estados e se colocava à disposição para doar a sua contribuição militante. Mas muitos não tinham idéia da importância de participar da formação profissional, do estudo, da capacitação, do compromisso de se envolver no aprendizado de técnicas e saberes, da disciplina e da socialização de conhecimentos, para a construção de seu ser social.

Terrie (2002, p. 3), ao avaliar a sua experiência de solidariedade internacional no canteiro de obras, relata que “compreendeu somente com o decorrer do processo, que é justamente o papel dos dois meses de trabalho voluntário, fazer nascer esses compromissos, em conjunto com a construção concreta”.

Todos os momentos, desde a preparação de uma brigada para o trabalho na construção, foram partes de um conjunto de ações de formação e solidariedade, interpretadas e praticadas a cada tijolo produzido e compactado com a terra que foi misturada, fortalecendo o espírito da coletividade, pois essa ação necessitou de várias pessoas para realizá-la: alguém que peneirasse a terra, manuseasse o destorroador, alguém que levasse a mistura de terra para as máquinas, uma pessoa que manejasse cada máquina para compactar, outras que retirassem o tijolo pronto, delicadamente e o colocassem ao lado daqueles já produzidos.

Para Guevara (2002, p. 55) é coerente refletir que, ao envolver-se no processo de luta pelas mudanças, primeiramente ultrapassando os limites do ser isolado, alienado, de homem-mercadoria, cuja obrigação era satisfazer suas necessidades através do trabalho,

... o homem começa a libertar seu pensamento [...] e começa a se ver retratado em sua obra e a compreender sua magnitude humana através do objeto criado, do trabalho realizado. [Isso significa ter o trabalho como uma] emanção de si mesmo, uma contribuição à vida comum, em que se reflete.

Foi a partir deste processo que envolveu estudo teórico e sistemático e reflexões realizadas nas noites, fazendo a interlocução com as práticas no canteiro de obras e da

possibilidade de comparar as vivências do passado, com o presente, que muitos membros voluntários das brigadas, desafiaram-se a voar mais alto e a ultrapassar os limites do conhecimento para avançar na continuidade ou conclusão dos estudos iniciados anteriormente e deixados para trás, pelas diferentes circunstâncias históricas.

Assim, as noites, os intervalos, os dias de folga, transformaram-se em espaços permanentes de estudos, tendo à frente novamente a solidariedade, desta vez praticada por membros da própria Brigada Permanente e por professores externos à ENFF, que contribuíram e fortaleceram seus aprendizados para a realização das provas supletivas. Aprovados, não pararam mais e, passaram às aulas freqüentadas na escola do bairro e, estudar passou a ser a palavra de ordem neste novo espaço em que mergulhavam e, que se constituiu em um fascinante caminho que se abria para a liberdade.

Referindo-se às experiências adquiridas, Schlickmann, declarou que, a ENFF foi um espaço muito propício para o exercício de diferentes valores, principalmente a solidariedade, no respeito às limitações, no sentido de refletir conjuntamente,

O que o MST quer com a ENFF, e, o que ele quer de cada um, qual é nosso pape? As reflexões traziam como fruto, maior clareza, que, juntamente com os estudos, o acesso aos livros e à biblioteca, iam trazendo elementos para que as pessoas fossem superando as dificuldades, ajudando a equiparar-se minimamente em suas debilidades, que, por outro lado, são muito pequenas perto do significado da Escola.

Se, durante todos esses anos, a ENFF foi um exercício de formação para os voluntários que vivenciaram este processo, construindo-a coletivamente, chegava o momento de avançar na discussão e compreensão coletiva da ENFF, enquanto a política de formação de quadros da organização, uma de suas necessidades emergentes. A cada discussão coletiva nas instâncias e setores, novas inquietações surgem e fazem aflorar outras frentes de debates, outras inquietações.

Pode-se dizer que o terreno está preparado para dar continuidade ao plantio. Torna-se necessário cuidar das sementes para que germinem e, germinando, regá-las para que cresçam, se multipliquem e produzam bons frutos. Conseqüentemente, colher-se-á novas e saudáveis sementes. A ENFF já é o canteiro. Acredita-se que nem todos terão o privilégio de celebrar as

colheitas, porém, o importante é saber-se semente do novo homem, da nova mulher e da nova sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Disse muito acertadamente o poeta “caminhante, não há caminho, se faz o caminho ao andar”. É evidente esse enunciado no processo de construção da ENFF, pois, o que a princípio era um projeto, um sonho, foi se tornando realidade como resultado de um processo coletivo, carregado de simbologias.

A partir do percurso teórico e prático percorrido neste estudo, que buscou dar conta da reflexão sobre a importância do trabalho desenvolvido no âmbito da construção da ENFF, alargou-se o caminho que já existia; ampliou-se a visão, passando a enxergar mais além, e, foi possível perceber mais claramente, que existem jeitos diferentes de caminhar e de construir o caminho.

Neste sentido, a ENFF representou em todo esse processo, um símbolo da necessidade de ter o estudo como um valor, condição fundamental para a construção de um projeto alternativo, digno, solidário, humano para os trabalhadores e trabalhadoras, jovens e mulheres especialmente. E, nas relações com a sociedade, a ENFF se constituiu com a responsabilidade de ser um modelo da escola pública, gratuita e de qualidade, defendida por Florestan Fernandes e cuja construção foi regida por dois valores fundamentais: o estudo e o trabalho, pois, somente através deles, os trabalhadores e trabalhadoras são capazes de transformar suas consciências, condição básica para a transformação do Brasil.

É importante que se diga que a ENFF não é somente seu espaço geográfico, tampouco a estrutura física, agora, efetivamente consolidada. Antes mesmo de seu nascimento, ela já era o conjunto de ações políticas e formativas/ pedagógicas, que se desenvolviam através das atividades organizadas e realizadas pelo MST, independentemente do local e momento da sua realização. É um processo dinâmico, dialético, que vai sendo construído no cotidiano, tratando-se por formação toda a ação desenvolvida, os espaços/ momentos de cursos, seminários, encontros (estudos científicos, da realidade, da metodologia do trabalho popular, da história, da filosofia da economia, etc.), as marchas e os acampamentos nas cidades,

vinculados com os problemas orgânicos, com o momento histórico, onde o processo da práxis seja um permanente agir e pensar de todos os dirigentes e militantes do MST.

Por outro lado, ela tornou-se uma oportunidade para muitos trabalhadores e trabalhadoras que foram antes, deserdados da terra, de fazer ouvir pela primeira vez, a sua própria voz, em um espaço no qual foram os verdadeiros construtores de si próprios, a partir dos erros e acertos. Estes se constituíram em elementos de desconstrução lenta e gradual da cultura dominante e dos vícios, tornando-se um espaço efetivo de vivências de novos valores, tendo à frente, o trabalho enquanto elemento formador e livre da opressão do modo de produção capitalista, carregado de solidariedade.

A ENFF tem sido uma Escola em permanente construção, em movimento, a partir das contradições do dia-a-dia. Essas, por sua vez, foram construindo as pessoas através do trabalho de suas mãos e mentes, materializando a obra do próprio ser humano, respirando e sentindo o cheiro da terra e o ar da construção, criando conhecimentos, porque são as pessoas, em diferentes práticas e circunstâncias, que geram as transformações.

Fica evidente que o trabalho foi o elemento “chave” na construção da ENFF, alicerçado por outros elementos que proporcionaram a reflexão e, conseqüentemente o avanço rumo à construção dos seres humanos, como é prática no conjunto do MST. Ficou patente mais uma vez, que ele, o trabalho, não pode ser uma espécie de “apêndice” nos processos de formação, pelo contrário, deve permear o todo da organização, a fim de ir forjando sujeitos sociais com consciência e capacidade de fortalecer o processo organizativo nos acampamentos e assentamentos e, conseqüentemente a luta por condições dignas de vida para as organizações de trabalhadores do Brasil, da América Latina e por que não, do mundo.

Pode-se afirmar que a experiência desenvolvida no âmbito da construção da ENFF, recoloca e reforça o significado do Trabalho Voluntário como um valor primordial para a sociedade livre. A experiência aqui desenvolvida resgata esse valor da esquerda mundial. Serve de referência para os movimentos e organizações que não perderam a esperança no futuro e, por isso, continuam construindo no presente as suas bases e os seus fundamentos de uma sociedade socialista, em detrimento da sociedade capitalista, que no presente é uma realidade.

O Trabalho Voluntário, está comprovado, é um valor que liberta, tanto o próprio trabalho, como o sujeito que o exercita, dando um novo sentido à sua vida e fortalecendo a busca por uma sociedade que coloque em seu centro a dignidade e a vida humana e não o

lucro, a exploração capitalista. Portanto, o trabalho voluntário, a solidariedade e a formação, praticados no âmbito da ENFF, são, em um espaço micro, ensaios daquilo que os homens livres são capazes de edificar para eles próprios e para a sociedade como um todo. Só seremos livres se a liberdade de uns, for liberdade para todos/as.

Essa experiência não se conclui, deixa aberta a porta por onde continuarão entrando e se formando as personagens vivas da efetivação de uma nova sociedade que se luta para construir e, que vai se concretizando nestes valores, já praticados no conjunto do MST e, em particular, nas vivências cotidianas no espaço da ENFF. Pois, para além de suas paredes, ela se projeta como espaço de construção de valores cuja grandeza a teoria não consegue dar conta de sintetizar, porque toda prática é sempre mais criativa do que a teoria que dela brota.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo (org). *A Dialética do Trabalho*. Escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, SP, 2004.

BOUCINHAS. Caio. *Projeto Paisagístico da ENFF*. São Paulo, 2001 (Mimeo).

BOGO, Ademar. *O papel da formação no trabalho de Base - Ademar Bogo*. BA, 2001. Mimeo

\_\_\_\_\_. *Cartas de Amor, nº 105*. Ao Trabalho Voluntário. São Paulo: MST, 2004.

\_\_\_\_\_. *Cartas de Amor, nº 109*. A quem constrói. São Paulo: MST, 2004.

COMITÊ DE APOIO AO MST DE BARCELONA (Cataluña). *Homenagem à inauguração da Escola Nacional Florestan Fernandes*. Barcelona, 2005.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GUEVARA, Che. *O socialismo Humanista*. 2 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

\_\_\_\_\_. Che. *Socialismo e Juventude; textos e fotos*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002.

LÖWY, Michael. *O Pensamento de Che Guevara*. São Paulo: Expressão Popular, 1999.

MARCH, Aleída. *Che Guevara habla a la juventud*. N. York, EUA: Pathfinder Press, 2000.

MARX, Karl. *O Capital*. Livro 1, Volume I. São Paulo: Difel, 1984.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA: *Campanha de Construção da Escola Nacional do MST*. Caderno de Formação nº 29. São Paulo, 1998.

\_\_\_\_\_. *Construção da Escola Nacional Florestan Fernandes*. Texto do 1º vídeo sobre a construção da escola. São Paulo, 2003. (Mimeo).

PISTRAK, M. M. *Fundamentos da Escola do Trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

TERRIE, Julien. *Avaliação da experiência de trabalho voluntário na Escola Nacional Florestan Fernandes*. França, 2002 (Mimeo).

## A NATUREZA EDUCATIVA NAS OCUPAÇÕES DE LUTA PELA TERRA NO BRASIL

Gilvânia Ferreira da Silva\*

### RESUMO

A ocupação da terra, da escola, das ruas e dos espaços públicos possibilita ao sujeito momentos de contestação, de ruptura, de diálogo, de debate de idéias, fomentando a construção de uma nova estrutura social. Esse processo ocorre de forma interligada por objetivos e interesses que movem os sujeitos em busca da terra, constituindo a dialética das lutas sociais, desenvolvendo outras dimensões culturais daqueles que se lançam a experimentar, a desafiar e romper com as estruturas de poder geradas pela estrutura fundiária capitalista brasileira, que historicamente se instituiu, impondo ao trabalhador e à trabalhadora uma situação de exclusão e dominação. Neste momento, é estabelecido um palco propício para a luta de classes, disputa entre quem tem o poder e domina e de quem foi dominado e resiste. O ato de ocupar depende de uma decisão individual e coletiva, movida pela necessidade de obter a terra e de se ter espaços de reprodução da vida que sejam próprios.

**PALAVRAS-CHAVE:** Movimentos Sociais, Ocupações de Terras, Reforma Agrária, Educação, Pedagogia Libertária.

### ABSTRACT

The occupation of the land, the school, the streets and the public spaces makes possible to the citizen moments of plea, rupture, dialogue, of debate of ideas, fomenting the construction of a new social structure. This process occurs of linked form for objectives and interests that move the citizens in search of the land, constituting the dialectic of the social fights, developing other cultural dimensions of that if they launch to try, to defy and to breach with the structures of being able generated for the agrarian structure capitalist Brazilian, who instituted itself, imposing to the worker and the worker a situation of exclusion and domination. At this moment, place propitious for the fight of classrooms is established one, it disputes between who it has the power and it dominates and of who it was dominated and it resists. The act to occupy depends on an individual and collective decision, moved for the necessity to get the land and of if having spaces of reproduction of the life that are proper.

**KEY-WORDS:** Social movements, Land Occupations, the Agrarian Reformation, Education, Libertarian Pedagogy.

### 1. FORMAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO DO POVO BRASILEIRO NO ESPAÇO EDUCATIVO DAS LUTAS

O processo histórico de construção e consolidação da formação cultural, econômica e

\* Especialista em Estudos Latino-americanos pela Universidade Federal de Juiz de Fora-UFJF. Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

social do povo brasileiro tem suas origens no modo de produção colonial europeu, baseado na extração e exploração de matérias-primas, tendo a mão-de-obra baseada no escravismo indígena, *a priori*, e posteriormente a negra africana. Em meio à consolidação acumulativa de produção colonial brasileira, como base no cultivo extenso de cana-de-açúcar, café e na pecuária, temos o que podemos definir de perfil sócio-cultural do povo brasileiro, estreitamente ligado às relações de poder da grande propriedade capitalista. Assim:

A gênese do capitalismo no campo reside fundamentalmente na transformação da renda da terra (pré-capitalista ou já capitalista) em capital agrário, na colocação da renda da terra a serviço da acumulação do capital agrário (ao invés de desviá-la para aplicações comerciais e/ou industriais). (GORENDER, 1987, p. 44-45)

No Brasil, a acumulação de terras tem origens na consolidação das estruturas de poder colonialista. Acúmulo de terra aparelha-se com o que entendemos por expropriação dos meios de produção. Por esse modo, “toda a estrutura de nossa sociedade colonial teve sua base fora dos meios urbanos. (...) Se não foi a rigor uma civilização agrícola o que os portugueses instauraram no Brasil, foi, sem dúvidas, uma civilização de raízes rurais” (HOLANDA, 2003, p. 73).

Não obstante, as relações sociais e culturais estabelecidas na formação do povo brasileiro refletiam o modo como as riquezas aqui encontradas e exploradas foram agregadas como meios de produção, e/ ou acumulação, na economia dependente e subordinada às potências européias, ou seja, colonial. O Escravismo Colonial foi, sem sombra de dúvidas, o pilar de sustentação das elites européias e do mecanismo de exploração e de acúmulo de riquezas à metrópole portuguesa. Muito embora esse sistema de dominação se estabeleça na dependência da mão-de-obra do escravo, se entende que tal modelo de produção atendia às necessidades de matéria-prima, necessária à produção de mercadoria final à economia européia. A isso se atribui o estabelecimento de relações tipicamente direcionadas a servir aos interesses da metrópole européia, como exemplo de desenvolvimento e modernidade. A grande propriedade teve seus laços intimamente ligados à hegemonia das estruturas de poder, tendo, esta, fatores incidentes na formação social e cultural do povo brasileiro, “porque é novo o modelo de estruturação societária, que inaugura uma forma singular de organização sócio-econômica, fundada num tipo renovado de escravismo e numa servidão continuada ao mercado mundial”. (RIBEIRO, 2003, p. 19).

É precisamente nessa relação existente de dependência e subordinação da colônia aos interesses da metrópole, que as forças produtivas entram em contradição com os meios de produção colonial, aliadas a movimentos de resistência dos escravos e à revolta popular contra o modelo de dependência que, na realidade, significa o controle e expropriação das riquezas locais pelas metrópoles européias. Esse elemento é essencial na constituição formativa do povo brasileiro e de suas caracterizações posteriores em classes cujos projetos e interesses são antagônicos — o capital e o trabalho.

As lutas sociais no Brasil colônia passaram a ter o protagonismo direto na formação de um novo perfil socioeconômico do povo brasileiro. Na medida em que se desenvolviam as lutas, estabelecia-se uma nova relação educativa, gerando por esse aspecto, a formação de elementos pedagógicos no bojo das lutas populares e sistematizadas em novas relações sociais, precisamente inseridas, ao longo da história do desenvolvimento da sociedade brasileira, como produto das relações de conflito entre classes.

## 2. OCUPAÇÃO: O CONFLITO NECESSÁRIO AO AMBIENTE NOVO E PEDAGÓGICO

Por expropriação se sugere campo amplo de compreensão em torno do controle e domínio do poder de um grupo, baseado na propriedade privada, na acumulação centrada na exploração do território, do espaço para benefício de uns, a partir da exploração do trabalho de outros. Como processo complexo e interligado entre produção material e ideológica da vida, a partir da caracterização da expropriação dos meios de produção, compreendemos o caráter educativo que a sustenta, ao mesmo tempo em que é gerado por ela.

Com a acumulação dos meios de produção, se define o tipo de forças produtivas e a forma de como é tida a expropriação da classe trabalhadora. Toda espoliação traz em sua essência algo de doutrinação ideológica. Dentro do que historicamente se alinha por questão agrária brasileira, a luta pela terra traz no seu bojo uma composição de lutas, sejam elas econômicas, sociais, políticas e culturais. Contemporaneamente, com as lutas do campo, se estabeleceu no ato de ocupar um instrumento direto de ruptura com as estruturas de poder, ao mesmo tempo em que, no ato de ocupar, surge um ambiente pedagógico fértil, capaz, por sua natureza, de proporcionar a formação e educação revolucionária aos sujeitos ativos no espaço das lutas no campo.

A ocupação da terra, da escola, das ruas, dos espaços públicos possibilita ao sujeito momentos de contestação, de ruptura, de diálogo, de disputa entre idéias, fomentando a construção de uma nova estrutura social. É um ato pedagógico e político na medida em que permite ao sujeito, ao reconhecer-se enquanto tal, dar o salto rumo à construção de um novo projeto desenvolvido na coletividade. Esse processo ocorre de forma interligada, a partir do estabelecimento de objetivos e interesses que permitem ao sujeito movimentar-se em busca da terra, constituindo a dialética das lutas sociais, desenvolvendo outras dimensões culturais. Um processo de construção próprio daqueles que se lançam a experimentar os desafios das adversidades, a desafiar e romper com as estruturas de poder geradas pela estrutura fundiária capitalista brasileira, que historicamente se instituiu, impondo ao trabalhador e à trabalhadora uma situação de exclusão e dominação. No momento do espaço ocupado, é estabelecido o ambiente propício para a luta de classes. Para essa ocasião, são postos aos trabalhadores os atores representativos das disparidades de classe, identificando quem são os que estabelecem como classes dominantes e quem são os dominados. Por esse ângulo é “possível um ato pedagógico na luta entre antagônicos, pois as pessoas podem vir a aprender mais e ensinar também e a modificarem sua visão de mundo na luta entre os contrários”. (GUIMARÃES, 1986, p. 29)

Ao se materializar o ato da ocupação, o desenvolvimento educativo ganha dimensões inovadoras na medida que o indivíduo ocupante passa a integrar-se num momento de ruptura com os pilares de sustentação de poder (propriedade privada), incorporando proporções além da luta pela terra, traduzindo-se em lutas políticas de emancipação. Dependendo do caráter da ocupação, da sua radicalidade e dos seus objetivos, o ato pedagógico ocorre no momento em que os sujeitos fazem no seu processo de construção da luta, uma síntese da existência e do papel enquanto indivíduo no coletivo. Portanto, a formação político-ideológica é a base para se formar uma cultura organizativa capaz de proporcionar ao sujeito camponês a consciência de sua realidade, para que, a partir disso, passe a olhar sua prática enquanto sujeito inserido no processo de luta.

Com o processo da ocupação da terra, a luta se materializa em atividade estritamente política, tornando-se plenamente visível à sociedade, tanto a insatisfação dos trabalhadores e trabalhadoras em relação à estrutura de concentração de terras, quanto à possibilidade dos trabalhadores e trabalhadoras de se manterem organizados. Organização que se dá de forma consciente e não espontânea, cujo objetivo é a realização de ações que expressem a resistência

e rebeldia daqueles que se contrapõem aos aparelhos repressores do Estado ou dos grupos paramilitares, armados pelos latifundiários para destruir e desmobilizar a luta. Como sustenta a autora Graciele Fabrício, “a ocupação é um elemento novo, pode-se dizer que a ocupação e a organização do acampamento são formas de resistência que afrontam o conceito de propriedade e ordem estabelecida que transgridem”. (FABRÍCIO, 1999, p. 44).

Na perspectiva de se reivindicar uma nova política fundiária, os trabalhadores passam a agregar elementos de resgate e preservação de suas raízes culturais, enquanto trabalhador(a). Ante isso, ocupar ganha verbo próprio, proporcionando ao Sem Terra um universo educativo que fornece a esse sujeito condições indispensáveis às lutas travadas no seio da questão agrária.

O acampamento vai se transformando em um grande espaço de construção pedagógica, de socialização dos Sem Terra. Esses vivem debaixo dos barracos de lona preta, compartilham o frio, o calor, tanto do sol quanto do corpo humano, a chuva, a fome, a repressão, o debate caloroso, as reflexões coletivas, suas inquietações individuais. Dessa forma, o camponês passa a viver momentos significativos em uma coletividade na qual o jeito de funcionar é muito diferente das suas experiências anteriores.

Cada ação segue um processo individual e cada sujeito produz e reproduz suas aprendizagens e práticas diferenciadas, ainda estando inserido no processo coletivo, compartilhando da mesma luta. O ato de ocupar áreas improdutivas não é apenas um ato de coragem, é uma ação baseada na necessidade econômica e no desejo de se auto-sustentar, a partir de seu próprio esforço. Assim, a ocupação se define em uma luta reivindicatória de caráter estritamente transformador tanto do sujeito quanto do espaço social no qual vive. A ocupação assume um caráter político quando suas ações trazem presentes as mudanças na política agrária, quando pressiona o poder político e garante suas conquistas, sociais, políticas e econômicas.

O ato de ocupar depende de uma decisão individual e coletiva movidas pela necessidade de se ter a terra, de se ter um lugar ao sol, de se ter a reprodução da vida a partir da recuperação do sentido do trabalho e do pertencimento a um grupo gerado por ele. Essa é a posição assumida pelos movimentos camponeses que vêm historicamente produzindo um processo de formação educativa dos sujeitos do campo — homens, mulheres, crianças, jovens e adultos maiores —, ora destituído de sua condição de classes, dadas às conformações da opressão geradas pelo grupo dominante. Cada ação traz consigo tempos e espaços cotidianos

produzidos e recriados intencionalmente, dentro de uma totalidade pedagógica voltada para a formação dos sujeitos Sem Terra. Nas ações concretas, se materializam muitos ingredientes pedagógicos originados das práticas cotidianas diferentes e específicas para cada momento do movimento em que a própria dinâmica das lutas produz.

Essa produção requer muitas reflexões em um processo contínuo sobre cada ação realizada pelos movimentos de luta pela terra. Essa reflexão se dá quando os trabalhadores pensam, analisam e debatem sobre as atividades realizadas no decorrer da luta, como: as ocupações de terra, as preocupações, quando são despejadas, as resistências, as ações de reivindicação das políticas públicas, sejam elas no INCRA, (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), nas prefeituras, nas ocupações de estradas. Todos os momentos das ações são discutidos e analisados pelos trabalhadores, sua viabilidade, atribuindo funções e responsabilidades. Geralmente, em cada atividade se avalia o aspecto positivo e negativo, em que questões avançaram, as limitações e os desafios, pautando novas ações para atingirem as metas traçadas coletivamente, visando a concretização dos seus objetivos.

Toda luta se realiza em matrizes pedagógicas baseadas na prática da formação e cultura camponesa, construindo um novo jeito de criar os espaços pedagógicos, incorporando, no seu contexto de luta, diversas características do pensamento pedagógico centrado na emancipação. Insere-se, nesse contexto, uma linguagem e um método original onde "é somente como um permanente produzir-se e transformar-se em cada prática que essas matrizes pedagógicas podem ser um dos momentos pedagógicos compreendidas". (CALDART, 1999, p. 208).

A luta pela terra aqui se dá num processo que educa as pessoas para transformação da estrutura fundiária entranhada na estrutura econômica de poder. Nesse enfrentamento direto com o latifúndio, ocorre um dos maiores aprendizados, os sujeitos se deparam com um estado de injustiças sem espaços para garantir os direitos fundamentais do ser humano: a dignidade.

Um dos grandes aprendizados na luta é a postura política que os movimentos de luta pela terra adotam para contestar, criando possibilidades de mudanças, olhando a sociedade como um todo, suas contradições e complexidade<sup>1</sup>. Organizado em uma coordenação de base,

---

1 O processo da luta exige que os movimentos sociais assumam uma postura ética, com ações que venham a contribuir na sua formação, trazendo uma reflexão cotidiana das suas práticas no espaço de convivência e em outros espaços e na sociedade.

o camponês combina, em sua estratégia, a luta pela terra, aspectos agrários, a correlação de forças ante a pressão social. A luta pela terra no Brasil traz, na sua essência, a contestação da ordem social imposta, relacionando em ordem o absurdo da concentração da terra por uma minoria dominante. Assim, os camponeses buscam, através das suas canções, poesias e palavras de ordem, expressar a sua indignação referente ao sistema, contestando a ordem vigente e resgatando a esperança da construção de um país justo e igualitário, reconstruindo a utopia. As canções da luta trazem um contexto de denúncia, mas também de esperança e de atitude. As poesias contestam, animam a luta e alimentam a consciência dos Sem Terra. As palavras de ordem expressam cada momento histórico da luta, norteando a postura do Movimento diante do cenário conjuntural, indicando os momentos de acirramento da luta, dos avanços e recuos. Esses instrumentos pedagógicos são fundamentais no processo de formação ideológica dos trabalhadores, que nos acampamentos e assentamentos se transformaram em práticas cotidianas, lhes proporcionando aprendizados significativos, alimentando e re-alimentando sua subjetividade.

Os movimentos de ocupação camponesa se expressam num conjunto de contestação social, na medida em que vai ganhando sentido significativo a possibilidade de resolver os problemas relativos às necessidades dos camponeses, no sentido de garantir a sobrevivência da família e de si próprio. No percurso da luta, esse sujeito fomenta consciência de seu lugar na história e de sua compreensão em relação aos demais e passa a ter uma prática de maior responsabilidade, assumindo tarefas mais complexas, que exijam um nível de entendimento do funcionamento da organização, levando em consideração o jeito de se organizar, suas linhas políticas, objetivos, princípios. Nasce, nesse descobrir-se, uma preocupação com seu fazer histórico e com o destino do seu país e da classe trabalhadora, como forma principal que move as transformações rumo ao projeto popular, antagônico em essência ao projeto de transformação do grupo dominante.

### 3. A RESISTÊNCIA COMO MECANISMO DE TRANSFORMAÇÃO EDUCATIVA

Os que lutam pelos seus direitos são chamados de desordeiros e vagabundos, por contestarem a ordem estabelecida, são colocados fora da normalidade instituída e determinada pelo Estado e o sistema dominante que tem como centro o lucro, a dominação, a exploração

do ser humano e da natureza.

Assim, levando em consideração o espaço do acampamento e assentamento, como lugar que gera contradições externas e internas, através das lutas travadas, bem como: cortar o arame, derrubar a cerca, enfrentar a repressão, o latifúndio, a pistolagem, ocupando órgãos responsáveis pelas políticas públicas, as ruas, as praças, vivendo as experiências coletivas de lutas, evidenciando-se como momentos importantíssimos no processo de formação educativa na vida dos trabalhadores e trabalhadoras. Esse imprescindível fazer deve ser considerado como movimento concreto da luta na vida cotidiana dos camponeses, compreendendo o movimento dialético da luta pela terra, em que operam as relações de poder e de ruptura<sup>2</sup>.

Entretanto, nem todos que iniciam o processo da luta pela terra conseguem dar continuidade a essa caminhada. Muitos ficam apenas na luta pela terra, não avançando em uma compreensão maior de luta de classes. Isso ocorre devido ao fato de que existem muitas limitações, ou seja, por nos depararmos com séculos de destruição do projeto popular, séculos de opressão incorporada, inclusive, em nosso próprio fazer. Assim, os atavismos seculares, aliado aos vícios burgueses, se evidenciam como empecilhos maiores à formação da consciência de luta emancipatória. Tais discrepâncias se delineiam como elementares, considerando-se que esse sujeito passou por um tempo maior de despolitização. Ao ingressar no cenário de luta, o teor pedagógico se inicia com a vivência da coletividade em conflito com o individualismo, abrindo as possibilidades educativas de se educar em coletivo organizado, com clareza dos seus objetivos.

A matriz organizativa dos movimentos de luta pela terra é a ocupação da terra. É através dessa prática direta, dessa ação, que os trabalhadores(as) se mobilizam contra o latifúndio. É no acampamento que se forma o embrião das instâncias coletivas, da participação da mulher, da juventude e de toda a família. É também nesse espaço concreto que se manifestam os valores da solidariedade, da cooperação, do trabalho. Quanto mais os camponeses estiverem arraigados nesse pensar pedagógico, mais possibilidade de resistir e se constituir como sujeito coletivo. Na medida em que estes vão se estabelecendo em uma cultura comunitária, vão se educando e produzindo sua identidade coletivamente, como seres sociais protagonistas de seu papel histórico: a revolução da vida cotidiana.

---

<sup>2</sup> As ações realizadas pelos trabalhadores cotidianamente e a relação dialética que ocorre nos movimentos que a luta proporciona, conduz os sujeitos a pensar sobre sua prática, sobre a relação das suas ações, com a dinâmica do movimento social na sua totalidade, e o impacto dessas ações nas estruturas de poder numa perspectiva de ruptura com a ordem estabelecida pelo Estado capitalista.

Dessa forma, os trabalhadores e trabalhadoras passam a viver estágios significativos de suas vidas em uma coletividade pela qual o jeito de funcionar seja muito diferente das suas experiências anteriores. Esse jeito novo de construir e refazer o caminho faz parte de suas vidas e de suas tomadas de decisões na coletividade.

Na luta pela terra, ocorre um enfrentamento direto das disputas políticas e ideológicas entre dois projetos: o da classe dominante, querendo que a estrutura fundiária brasileira permaneça intocável, seguindo o modelo de desenvolvimento agroexportador, em detrimento da pequena agricultura familiar. Para esse grupo, segundo seu poder e domínio histórico baseado na expropriação do território e do espaço e na exploração do trabalho do outro, o projeto da classe trabalhadora é visto como uma inversão de prioridades nas políticas para o campo, dentre elas a garantia que a terra esteja ligada aos interesses coletivos, e contra a concentração de renda, na proporção das conquistas geradas (crédito, educação, moradia, saúde, estradas, energia e etc.).

Nesse projeto antagônico ao da classe dominante, os trabalhadores constroem sua identidade no que fazer da luta cotidiana, na medida em que participam dos movimentos sociais como sujeitos construtores de um processo de luta, imbuídos de novos valores. Os movimentos sociais se transformam em espaços de construção de novos sujeitos, novos processos educativos na luta social, política e econômica contra o projeto do capital. Essas lutas, com toda sua intencionalidade pedagógica e política, possibilitam aos sujeitos se educarem no próprio “movimento em movimento” (histórico, processual, relacional). É através desse movimento dialógico que os trabalhadores aprendem muitas lições e desenvolvem uma consciência social crítica e organizativa, que o constituem como sujeito coletivo, dando vida ao novo potencial político pedagógico que lhe pertence enquanto classe.

O mais fascinante do ato pedagógico é ver como as transformações ocorrem em todos os âmbitos da vida desses sujeitos. Transformações na forma de ver o mundo, se ver no mundo, atuar no mundo a partir de outro lugar que não o da passiva aceitação dos desígnios dos donos do capital, do poder. Entretanto, como processo, como ruptura do velho para instituição do novo na vida cotidiana mesma desses sujeitos, essas transformações trazem consigo muitos conflitos pessoais. É a briga entre o que, historicamente, foi absorvido por ele em sua velha educação, e o que está sendo criado por ele em sua nova educação. Como são múltiplos os sujeitos, são múltiplas as formas e os tempos de adaptação de cada um ao novo projeto. Uns tantos se redescobrem e vão conscientemente dando conta de romper com o

opressor que habita dentro deles no ato cotidiano de ver e atuar na vida. Outros, entretanto, não conseguem romper com a opressão histórica que habita neles. Esses trabalhadores passam a criticar e a desarticular a organização, quebrando a unidade do grupo, já que seus interesses pessoais não foram contemplados no coletivo. Geralmente, esses camponeses se isolam nos lotes, não participam efetivamente dos espaços de discussões e encaminhamento da vida orgânica do assentamento ou acampamento, não interferindo nos rumos da luta. Esse comportamento ocorre no acirramento das contradições e deficiências no processo de formação dos camponeses.

É precisamente nestes conflitos que o camponês passa a se envolver nos alicerces de sua formação, enquanto elemento pedagógico<sup>3</sup>. Quando os trabalhadores constroem sua unidade e têm clareza dos objetivos a serem alcançados na luta, o que parecia impossível se torna viável. Organizados, os trabalhadores(as) transformam-se em uma força política forte e preocupada em entender que:

a ocupação da terra é uma forma de pressionar o governo a fazer a Reforma Agrária. Foi o único jeito que os trabalhadores encontraram para conquistar a terra. Os trabalhadores têm que se juntar para reivindicar o seu direito e pressionar os poderosos para que a Reforma Agrária saia do papel e do discurso e torne concreta na terra e na vida da gente. Acho que a Reforma Agrária é uma forma justa e correta pra se conquistar a terra (RAIMUNDO NONATO, acampamento Mariguela – Buritirana – MA. in SILVA, 2001, p. 54-55).

É precisamente na luta pela terra que o conceito de conflito gera conceitos educativos próprios. Mas ela só é possível quando os camponeses se percebem nesse processo, movidos por sentimentos de liberdade, solidariedade, que passam a transformar sua realidade e suas vidas. Na ocupação se constituem espaços de socialização das dificuldades, das decepções, como também das esperanças, de partilha, de vida, dos sonhos. O acampamento se transforma em um ambiente educativo, que promove muitas possibilidades de aprendizado.

Essa prática de intervenção promove tipos de aprendizado significativos, indispensáveis, possibilitando assim aos camponeses, um processo de resistência e

---

3 A coletividade, ou seja, a organização dos trabalhadores que prima pelas decisões tomadas em conjunto, levando em consideração a decisão da maioria dos acampados e assentados, constituindo assim, um processo de colaboração que tem como centro das suas preocupações a unidade dos trabalhadores, respeitando as suas diferenças e individualidades. Essa unidade se fortalece com a formação e a apropriação do conhecimento, pelo estudo, pela análise e pela reflexão coletiva.

contestação das políticas de dominação e concentração de renda, no que se refere às políticas agrárias e agrícolas do País.

#### 4. PRODUZIR NO ESPAÇO OCUPADO É APRENDER NOVAMENTE

A sociedade brasileira é capitalista e de consumo, pelo qual a classe dominante tenta nos fazer acreditar que tudo na sociedade deve ser comprado, tudo é mercadoria. Essa lógica desumaniza as pessoas e as transforma em objetos que podem ser vendidos por um valor de mercado, com embalagem e etiqueta. Por isso, as solidariedades, como elo de afinidades entre os trabalhadores e trabalhadoras, são definidas aqui como valor da vida comunitária e que o modelo econômico capitalista tenta cotidianamente destruir. Mas, os valores resistem nas práticas e na vida dos trabalhadores, permanecendo muito presentes na luta pela terra. Para formar a consciência da classe trabalhadora, é necessário que o ambiente educativo no qual o trabalhador está inserido o possibilite praticar ações de solidariedade, que venham a desenvolver um comportamento social de cooperação e partilha dos momentos adversos pelo fato de que vivenciam momentos de escassez de alimentos, falta de infra-estrutura, falta de assistência médica e educacional. No acampamento, esse sentimento de igualdade é inerente aos integrantes da luta. É nesse espaço de convivência e partilha que as mesmas necessidades e precariedades os fazem perceber que essa ajuda mútua faz parte da cultura da luta, que conduz ao avanço do processo de aprendizados dos trabalhadores, motivados pelo sentimento de conquista, ou seja, atingir os objetivos aos quais se lançaram na luta. Para a companheira Zezé, assentada em Davinópolis:

O acampamento é muito importante, lá a gente divide o pouco que a gente tem um com o outro, é o arroz, é o feijão, e a farinha, todos se ajudam a gente divide tudo, os momentos bom da luta, a animação, as músicas, as coisas boas. Também dividimos as coisas difíceis, o despejo, os conflitos, as dificuldades, até a fome.” (ASSENTADA P.A.. Alegria – Davinópolis – MA).

O acampamento acaba se transformando em uma grande escola de solidariedade, cria-se um ambiente de partilha capaz de motivar os trabalhadores a dividir as dificuldades, numa perspectiva de multiplicação e socialização de conhecimentos, da solidariedade, dos valores

da luta. Solidariedade no ato de estar com o outro e não sobre ele que, segundo Freire, nega a opressão historicamente consolidada pelo grupo dominante:

Enquanto a violência dos opressores faz dos oprimidos homens proibidos de *ser*, a resposta destes à violência daqueles se encontra infundida do anseio de busca do direito de ser. (...) Os oprimidos de ontem, que detêm os antigos opressores na sua ânsia de oprimir, estarão gerando, com seu ato, liberdade, na medida em que, com ele, evitam a volta do regime opressor. Um ato que proíbe a restauração deste regime não pode ser comparado com aquele através do qual alguns homens negam às maiorias o direito de ser. (FREIRE, 2003, p. 43-44)

Levando em consideração o valor da solidariedade, valor que organiza e politiza, esta deve também ocorrer não só internamente no acampamento, mas com outros setores da sociedade, categorias, grupos sociais, etc. Assim, as ações devem visar a organização dos trabalhadores nos núcleos de base, nos grupos comunitários, nas associações, contribuindo com a construção coletiva como um todo, seja no setor de educação, produção, formação, saúde, comunicação, etc. É essencial que todos os setores funcionem organicamente e solidariamente. Assim, vale ressaltar que não basta mudar o sistema explorador dominante, é preciso transformar o ser humano visando a sua totalidade e complexidade<sup>4</sup>.

Quando se constitui o acampamento, uma das principais preocupações é a organização do espaço ocupado, para que ele fique belo, limpo, organizado. O belo compreende um sentimento do camponês, que alimenta sua subjetividade, do que é bonito, é bom, é revigorador, que constrói uma estética que dá forma, que embeleza o lugar onde vivem e valoriza o ser humano nesse espaço místico, dando um conteúdo político aos seus momentos de socialização, reflexão, estudo e lazer. Assim, inicia-se a montagem do acampamento, organizam-se as ruas cada uma com o nome de um lutador(a) homenageado, o lugar das reuniões dos núcleos, o barraco para funcionamento da escola é construído em mutirão e organizado pelos professores — eleitos pelos acampados — educandos, pais e o conjunto da comunidade. O local da assembléia é um dos mais cuidadosamente trabalhados no quesito da beleza, pois é lá onde ocorrem as assembléias gerais do acampamento, é nesse lugar que

---

4 Os núcleos de base são constituídos como organismos de participação dos trabalhadores, como espaço de discussão das suas problemáticas, dos seus desafios. Esses são formados levando em consideração a realidade de cada comunidade assentada ou acampada, são compostos em sua maioria por 8 a 10 famílias, elegendo um coordenador e uma coordenadora, proporcionando, assim, a participação das mulheres nas instâncias de decisão.

ocorrem as tomadas de decisões sobre os rumos da luta.

O grande desafio é organizar todos os espaços necessários para viver no acampamento de forma digna, e garantir a resistência, enquanto se resolve a regularização da área ou uma solução para resolver o problema dos trabalhadores de ter acesso a terra. Naquele lugar, começa a nascer um sonho de terra conquistada, deixando para trás uma história de expropriação, de negação de direitos. Quando demora meses e até anos na conquista da terra e o acampamento não é despejado, seja ele na área da fazenda ou na beira das estradas, os trabalhadores começam a plantar arroz, feijão, hortaliças, mesmo sabendo que com o despejo podem perder todo o fruto do seu trabalho. Imagine um acampamento sem essa beleza? Sem essa criatividade? Sem essa dimensão da subjetividade? Sem essa esperança? Essa persistência vem contribuir significativamente, no processo de resistência dos trabalhadores inseridos na luta pela conquista da terra e da nova vida. Dessa prática, emana uma força mística que move os sujeitos sociais a acreditarem que, organizando o seu espaço, dando vida e beleza ao que era visto como privado, proibido, excedente, concentrado, passa a ser de todos, para o bem estar daqueles que vão trabalhar na terra e dela produzir a sua sobrevivência.

No acampamento, começa um processo embrionário para o comprometimento dos trabalhadores no reflorestamento das áreas, na recuperação do solo, que foi deteriorado pelo uso intensivo de produtos químicos nas monoculturas da soja, da cana e pecuária, pela preservação dos rios, construção e conservação das estradas. Esse trabalho ocorre baseado na perspectiva do trabalho consciente e voluntário em uma política de convivência harmônica com a natureza. Assim:

se quisermos, reconstruiremos as florestas, recolocaremos os animais selvagens nelas, faremos renascer os rios com os peixes e poderemos ver as aves voando no céus. Basta que iniciemos hoje e ensinemos nossos descendentes a dar continuidade a esta obra. (BOGO, 1998, p.11).

No decorrer da luta, defender a vida passa a ser a valorização do ser humano, valorização esta que o capitalismo, na sua louca corrida para concentrar riquezas, não respeita. O sistema só necessita da força de trabalho do trabalhador e quando essa força se esgota, ele se torna descartável, substituível, dado que muitos outros estão inseridos tanto no exército de reserva quanto na marginalidade. No mercado, vendem o pacote tecnológico,

obrigando os trabalhadores a usarem os venenos que a indústria agroquímica produz, matando os animais, os seres humanos, envenenados os rios, os solos, a natureza.

Um dos grandes desafios dos trabalhadores do campo é desenvolver formas de produzir alimentos, sem destruir a natureza, constituindo um respeito entre quem planta, quem consome e a natureza. Todavia, é importante ganhar economicamente, produzir para a comercialização. Mas, o mais importante é produzir respeitando a vida, preservando a saúde das pessoas, garantindo seu bem estar. Portanto, é essencial perceber que os indivíduos têm necessidades, que precisam ser compreendidas em sua totalidade.

Construir o sonho buscando nos símbolos para a representação da utopia também é essencial, é o alimento da alma. No acampamento, os símbolos assumem um significado místico, que motiva, anima e revigora a luta e faz com que o sonho de conquista da terra, se aproxime, se materialize nos símbolos, que se transformam em instrumentos de comunicação, de formação, de aprendizado, de esperança e consolidação dos objetivos. É o ato político da mística se concretizando, por meio dos símbolos, como o processo de hastear a bandeira do movimento nas terras ocupadas; explicitar as ferramentas de trabalho, como o facão que corta o arame farpado e derruba cercas; entoar as canções que animam as noites frias e enluaradas nos acampamentos ao redor das fogueiras; recitar as poesias que aquecem o sonho. Esses símbolos constroem a unidade e a identidade dos trabalhadores Sem Terra. Por isso, “o princípio fundamental que devemos seguir, é que os símbolos existem porque antes deles existem as pessoas, que são os verdadeiros símbolos da humanidade de todos os tempos.” (BOGO, 1998, p.14).

O momento histórico exige que o movimento social busque dar respostas imediatas aos problemas emergentes, pois no sistema capitalista, o mercado é quem conduz todos os movimentos impostos pelo capital, conduz as disputas tecnológicas, conduz à disputa do homem contra a máquina, uma vez que inventam máquinas que, cada vez mais, vem ocupando o lugar do humano, e gera, como consequência, pobreza, exclusão, miséria social.

No acampamento, todo o aprendizado contribui para a construção de uma consciência social que respeite o ser humano, seus direitos, valores, religião, crenças, superstições, etc. Partimos do princípio de que devem ser respeitadas todas as manifestações culturais, é o que Paulo Freire caracterizou como unidade na diversidade. E a partir desse pressuposto, a consciência política, que vem se forjando no decorrer da luta, em processo vivido pelos sujeitos, nos erros e acertos, respeitando a história de vida de cada um, aprendendo com as

lições da luta, com os conflitos, as contradições, avanços e limitações.

Muitos erros são cometidos no acampamento, muitas vezes por não conhecer a trajetória de vida das pessoas, por não olhar o indivíduo com humildade, suas virtudes e defeitos. É preciso perceber o sujeito na sua totalidade. Construir um sentimento de povo que luta, sonha e caminha. Pois nesse país se gerou um sentimento que o que se produz aqui, não tem valor, é desprezado. Os produtos, as culturas importadas é que são valorizados.

A luta pela terra é uma das retomadas dessa valorização que vem germinando nas ações populares um sentimento de que o povo brasileiro é importante, e a ocupação da terra é uma retomada dos trabalhadores ao chão dos seus ancestrais que a eles foi negado. É nesse momento que o trabalhador se percebe no conflito direto com o latifúndio, com as injustiças, sobre as quais estão estruturadas as leis e as políticas sociais, entre elas as políticas agrária e agrícola, que privilegiam os donos da terra e do poder no País. É nesse momento que o sujeito, excluído, marginalizado, oprimido, se percebe sem a terra e se dá conta, no encontro com o outro, que é preciso lutar por ela e pela sua própria vida, como instrumento de valorização enquanto trabalhador.

No acampamento ocorre o exercício de conscientização sobre as complexas determinações dos problemas sociais e, sobretudo como combater as atrocidades do capitalismo ao mesmo tempo em que se constrói um país justo, fraterno, com igualdade.

Faz-se necessário resgatar o trabalho na sua ludicidade, mesmo quando o capitalismo aparentemente tenha transformado o jogo e nossas vidas em um objeto da concorrência, da exploração e da espoliação dos trabalhadores. A falta de trabalho desumaniza as pessoas. Nos acampamentos e assentamentos, é vital que os trabalhadores produzam sua própria existência, seus meios de vida, seu sustento, tanto de forma individual quanto coletiva, conforme sua força de trabalho, suas condições físicas e psicológicas. Dessa forma, o trabalho não pode ser visto, como um fardo, um castigo, mas como uma forma de nos produzirmos e reproduzirmos enquanto sujeitos sociais em harmonia com o mundo e os demais seres.

Para tanto, o trabalho deve ter como base de sustentação o estudo, objetivando a construção do conhecimento, não só para resolver problemas da produção, mas, para superar os obstáculos que se colocam no processo da luta de classe. Geralmente, no acampamento, ocorre a formação em processo massivo através dos núcleos de base e na escola se desenvolve o trabalho com as crianças, adolescentes, jovens e nas turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), nas reuniões da coordenação do acampamento, nos setores. Essa formação

ocorre não só pensando na teoria, com todos os aspectos da organização do acampamento: a disciplina, as equipes de trabalho, as relações humanas, o trabalho político-ideológico e organizativo dos valores e princípios éticos, com a apropriação dos conhecimentos pelos trabalhadores, para que este possa enfrentar os desafios orgânicos que se apresentam no acampamento e posteriormente no assentamento. Para tanto, o estudo deve estar voltado para a formação permanente em todas as instâncias, pois, é por meio do estudo, da socialização, do diálogo da luta, da pesquisa, da reflexão, da análise, que se constrói o conhecimento, contribuindo para a formulação uma nova consciência, capaz de redimensionar os sujeitos para que exercite novos valores do companheirismo, da partilha, honestidade, responsabilidade, do compromisso com a luta da classe trabalhadora, vivenciando a crítica e a autocrítica, fazendo uma reflexão das suas ações no espaço individual e coletivo.

A participação é uma conquista que se dá permanentemente, é um princípio da coletividade iniciando um processo que rompe com o autoritarismo de uma só pessoa que, imbuída de poder centraliza as informações. Pois quem tem informação acaba tendo o poder de decidir. Para tanto, “a participação que começou a estar presente nas práticas educativas não apenas se vinculou como uma prática em seu interior, mas também como um valor prenunciativo de uma nova sociedade.” (JIMENEZ, 1998, p. 52).

## 5. A PRODUÇÃO DE SABERES CONSTRUÍDA A PARTIR DOS SUJEITOS

O modo de organizar a luta por direitos, contrapondo-se, ao mesmo tempo, às estruturas dominantes, faz com que os trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra passem a construir uma nova mentalidade educativa, uma nova forma de se pensar e fazer a educação e de formar sujeitos no interior das lutas sociais, colocando-se como possibilidade real e histórica de transformação dos olhares sobre a forma como produzir e reproduzir a vida e seus valores na luta, como também das possíveis mudanças da sociedade.

A luta pela terra exige mudanças no processo educativo, onde as próprias contradições façam parte do fazer educativo, contraponto necessário ao modelo realizado e idealizado pela classe dominante. No entanto, esse novo que fazer educativo não é invenção de uma nova teoria pedagógica, mas sim uma prática concreta que possa recuperar, gerar circunstâncias favoráveis ao realinhamento da identidade de cada sujeito. Em favor disso:

Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua “convivência” com o regime opressor. Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental é que esta não se cinja a mero ativismo, mas esteja associado a sério empenho de reflexão, para que seja práxis. (FREIRE, 2003. p. 52).

Não é novo falar da educação na luta pela transformação social, mas a valorização da prática na educação, nas lutas populares e especialmente no campo, é um elemento novo no processo pedagógico da luta social. Pois o camponês, que trabalha individualmente, tem como lógica a garantia dos seus interesses individuais, tendo a consciência voltada para o direito à propriedade individual. Ou seja, o indivíduo não consegue romper com sua dimensão individual desde o núcleo familiar, e passa a ser inorgânico tanto na organização do acampamento e assentamento. Existem muitas outras formas de organizações cooperativas que envolvem os trabalhadores e os instigam a participar. No entanto, essa participação precisa ser consciente. O trabalhador necessita ter clareza da importância da sua participação, da sua inserção no processo organizativo e produtivo, da sua relação com o outro, do jeito como se vai cooperar, e a que interesses estarão voltados para essa cooperação.

## 6. O APREDIZADO NOSSO DE CADA DIA

A luta do povo brasileiro na construção de um espaço de socialização de conquista de um lugar para trabalhar e viver, se educar e se constituir enquanto sujeito social foi sendo constituído por conflitos, por resistência, por diversas formas de lutas que compreende todas as ações realizadas pelos trabalhadores, criando assim os mecanismos de aprendizado, um método pedagógico próprio gerado no seio dos que protagonizam o cenário das lutas do campo. Uma das principais formas dessa resistência é ocupação da terra que, por meio da sua ação pedagógica, construiu um ambiente educativo na luta pela terra. Fazendo com que a ocupação se transforme em conflito necessário na luta, proporcionando um ambiente de muitos aprendizados e de construção do conhecimento para os trabalhadores e trabalhadoras sem terra. Por esse entendimento, recai a estes a responsabilidade histórica pela retomada de suas identidades enquanto sujeitos ativos e transformadores. Para tanto, o resgate dos

elementos concretos sobre a situação subjacente dos trabalhadores e trabalhadoras em relação às classes dominantes, torna-se necessário para que se possa compreender a necessidade de ampliar espaços educativos no seio das ocupações de luta pela terra como mecanismo real de ruptura com as estruturas agrárias predominantes no Brasil, baseadas na concentração improdutiva da terra.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOGO, Ademar. *A vez dos valores*. Edição Cadernos de Formação/MST n° 26. São Paulo, 1998.

CALDART, Roseli Salete. *A escola é mais do que escola na pedagogia do Movimento Sem Terra*. São Paulo: Vozes, 1999.

FABRICIO, Graciele. *Vozes que rondam: com a palavra, as mulheres sem terra*. Dissertação de mestrado em Educação das Ciências. UNIJUÍ. Ijuí, RS, 1999.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, Paulo et al. *Pedagogia: dialogo e conflito*. São Paulo: Cortez, 1986.

GORENDER, Jacob. *Gênese e Desenvolvimento do capitalismo no campo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

JIMENEZ, Marco R. Mejía. *Sindicato e pedagogia: rumo a uma escola enraizada na educação popular*. Ijuí, RS: UNIJUÍ, 1989.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

## JUVENTUDE, FORMAÇÃO POLÍTICA E IDENTIFICAÇÃO NO MST

Esmeraldo Leal dos Santos\*\*

### RESUMO

O presente artigo tem o objetivo de discutir o processo de formação política oferecido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra aos jovens acampados e assentados, bem como a contribuição deste processo na identificação destes jovens com os princípios e as lutas do Movimento.

Palavras-chave: juventude, formação política, MST, identidade e identificação.

### ABSTRACT

The present article has the objective to argue the process of politics formation offered for the Movement of the Agricultural Workers Without Land to the camped and seated young, as well as the contribution of this process in the identification of these young with the principles and the fights of the Movement.

Key-words: youth, politics formation, MST, identity and identification

### INTRODUÇÃO

O interesse em estudar o processo de formação política oferecido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST aos jovens acampados e assentados<sup>1</sup> e sua contribuição na identificação destes com o movimento, surgiu a partir de discussões realizadas na Direção Estadual do MST acerca da construção de um plano de formação política para “jovens orgânicos” do Estado de Sergipe. Esse interesse ganhou ressonância nos debates, dentro e fora das salas de aulas, sobre formação e identidade na América Latina, no Curso de Especialização em Estudos Latino-americanos, oferecido pela Universidade Federal

\*\* Mestrando em Sociologia, pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG; Especialista em Estudos Latino-americanos, pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF; Graduado em Ciências Sociais, pela Universidade Federal de Sergipe – UFS; Pesquisador do Grupo de História Popular do Nordeste, CNPq/SE e Dirigente Político do MST, desde 1993.

<sup>1</sup> Os jovens estão compreendidos, assim, em duas categorias: acampados são os jovens que, individualmente ou em família, estão em processo de luta pela conquista da terra; assentados são aqueles que, individualmente ou em família, já conquistaram a terra e estão em busca de infra-estrutura no assentamento e condições para poder produzir e comercializar seus produtos.

de Juiz de Fora – UFJF, em parceria com a Escola Nacional Florestan Fernandes, a militantes dos movimentos ligados à Via Campesina.

No decorrer do estudo, ficou claro que apesar de se discutir muito a respeito da juventude, existe pouca publicação, principalmente quando se trata de juventude do campo. Até mesmo o MST que embora seja um dos mais fortes movimentos de luta pela terra no Brasil e no mundo, e tenha um acúmulo histórico em torno da formação de seus militantes e uma preocupação, cada vez maior, com a juventude, não dispõe de uma bibliografia específica e suficiente sobre esta temática.

Esse artigo, de qualquer modo, não tem como finalidade a reconstrução da história da formação no MST e nem pretende dar conta de todo o processo de formação política voltada para todos os trabalhadores rurais sem-terra<sup>2</sup>, mas especialmente aos que se destinam aos jovens acampados e assentados vinculados ao MST no Estado de Sergipe.

O recorte do objeto em torno da juventude justifica-se, em nosso entender, por algumas razões: são os jovens que mais freqüentam esses cursos de formação e estes constituem um grupo que está receptivo a “novos valores”, interesses e perspectivas do que os “mais velhos” que parecem já ter uma “identidade mais sedimentada”. Por isso, acreditamos que os cursos de formação política produzem resultados mais imediatos no processo de identificação dos jovens com os objetivos do MST.

## O MST E A FORMAÇÃO POLÍTICA

O MST nasceu a partir de uma série de lutas travadas no final da década de 70. Dentre estas, destaca-se a ocupação da fazenda Macali, no Rio Grande do Sul; mas outras ocupações foram também muito importantes para sua constituição histórica e política, dentre as quais podemos citar as ocupações em Santa Catarina (Fazenda Burro Branco) e em São Paulo (Fazenda Primavera). Essas ações produziram resultados positivos, embora tenham acontecido de forma desarticulada, configurando-se como ações isoladas. Em vista disso, é apenas no início da década de 80 que a Comissão Pastoral da Terra (CPT) começa a realizar encontros entre as lideranças desses primeiros acampamentos com o objetivo fundamental de

---

<sup>2</sup> Para o MST, existe uma diferença entre os homônimos: **sem-terra** (com hífen) significa todos os trabalhadores rurais sem-terra, organizados ou não; e **Sem Terra** (sem hífen e com letras maiúsculas) define os trabalhadores rurais sem terra organizados no MST como um movimento de luta pela reforma agrária.

unificação do processo de luta pela terra no Brasil. Conseqüentemente, em janeiro de 1984 na cidade de Cascavel – PR, aconteceu o Primeiro Encontro Nacional do MST que marcou sua fundação como movimento nacional.

Nesses mais de vinte anos de história, o MST se constituiu como um movimento nacional, organizado em vinte e três estados do Brasil e conhecido internacionalmente como um dos maiores e mais organizados movimentos de luta pela reforma agrária do mundo. Estima-se que atualmente existem aproximadamente 350 mil famílias assentadas e 150 mil famílias acampadas em todo Brasil vinculadas ao MST<sup>3</sup>.

A estrutura organizativa do MST se dá, nacionalmente e nos estados, através de Brigadas e Núcleos de Famílias; e em Setores como: Formação, Educação, Gênero, dentre outros. Por fim, acontece também em Coletivos como: Juventude e Relações Internacionais, presentes em todas as esferas de organização do MST.

Já nos primeiros acampamentos, os trabalhadores se reuniam para discutir seus problemas e buscar soluções, e nessas assembleias, normalmente, as “lideranças” religiosas, políticas e sindicais discutiam as questões relativas à reforma agrária no Brasil com os trabalhadores e comparavam com outras formas de lutas por terra, por liberdade e igualdade efetivadas em contextos nacional e internacional. Essas discussões foram aos poucos adquirindo um caráter mais “formal”, passando a ser estruturadas em cursos de formação política. Desse modo, surgiu o Setor de Formação, dedicado a organizar a formação política de seus militantes e simpatizantes (PIZETTA, 2004: p. 01).

O Setor de Formação do MST organiza, portanto, diversos cursos: locais (nas reuniões de base, nos acampamentos e assentamentos, nos núcleos familiares, etc); regionais (nas brigadas, nas regiões, etc); estaduais (nos espaços de formação estaduais); e nacionais (destacando a Escola Nacional Florestan Fernandes).

A formação política no MST é entendida como um processo que pressupõe uma relação direta entre a prática e a teoria, por isso visa uma ação transformadora, buscando formar homens e mulheres novos, sujeitos da história e construtores de uma nova sociedade. Um dos elementos mais importantes desses ambientes de formação é a mística que é vista pelo MST, como uma força impulsionadora. Segundo Bogo (2005: p. 38), a mística é “mais que uma palavra ou um conceito. É uma condição de vida que se estrutura através das

---

<sup>3</sup> Banco de dados do MST, 2005.

relações entre as pessoas e as coisas do mundo material. Entre idéia e utopia no mundo ideal.”. Esse elemento é importante e está sempre presente dentro do contexto da formação política oferecida pelo MST.

É bem verdade que, falar de formação em tempos atuais, marcados pelo aceleramento da especialização em todos os âmbitos da atividade e do pensamento humano, indica uma luta contra a corrente. Pois, o termo formação tem uma história que remonta ao século XVIII dos românticos, principalmente alemães, que a definiram, segundo Jessé Souza (2000), mediante um duplo aspecto: o primeiro possui um sentido mais subjetivo de autoformação e autocultivo das capacidades individuais; já o segundo prioriza “... uma atitude de manter-se aberto à alteridade e a um ponto de vista geral e descentrado, tendo, portanto, um interesse comunitário e geral” (SOUZA, 2000: p. 50). Isto é, a possibilidade de desenvolver-se, de tornar-se autônomo e pensar por si mesmo passa pela relação com outro, pelo respeito às diferenças e pela capacidade de tomar o todo (a comunidade, por exemplo) como seu objeto e objetivo primordiais.

Entendemos, por conseguinte, que esse último sentido de formação abandona, de certa forma, o acento individualista e aristocrático do primeiro porque não é mais de um sujeito auto-centrado em si mesmo, independente da ação política e social de que se trata, mas ao contrário, é no confronto e na interação com esses tipos de ação que o indivíduo pode se encontrar em sua totalidade: como um homem ou uma mulher políticos, econômicos, pai, mãe, trabalhador etc.

Além disso, consideramos essa segunda acepção de formação mais próxima da concepção que o MST usualmente sustenta acerca da formação política. Pois, ainda que a própria expressão “formação política” pareça limitar o alcance teórico e prático no sentido específico de dar conta da educação política dos militantes ou simpatizantes, o MST compreende o processo de formação, em uma primeira instância, enquanto vinculado à prática, isto é, conhecer é participar como ator da construção da luta pela terra, pela reforma agrária e pela transformação social.

Numa outra instância, para o MST, o ato de formar e formar-se está direta e necessariamente vinculado à realidade social na qual se esteja inserido, visto que o MST se diferencia de outros movimentos sociais e sindicatos porque entende que a ação política não se resume à conquista de direitos e a efetivação dos que já existem para uma categoria determinada. A melhoria dos salários, das condições materiais de trabalho, da aposentadoria,

etc. estão sempre, ao nosso ver, direitos específicos de uma categoria. De acordo com Stédile, o MST também é sindical, mas não se restringe a isso:

Uma outra característica é o componente sindical. É sindical aqui no sentido corporativo. A possibilidade de conquista de um pedaço de terra é o que motiva a família a ir para ocupação ou permanecer acampado por um período indeterminado. Nesse primeiro momento, é uma luta para atender, essencialmente uma reivindicação econômica. (STÉDILE, 1996: p. 34)

O MST não descarta a necessidade de conquista dos direitos específicos dos trabalhadores rurais, uma vez que é a conquista do seu meio de produção, a terra, expropriada pelo sistema capitalista, que constitui um dos seus objetivos principais (MARTINS, 1991). Todavia, não se trata somente de adquirir terra, mas também de exigir do poder público as condições estruturais para cultivá-la.

(...) Aprendemos ainda que a luta pela terra não pode se restringir ao seu caráter corporativo, ao elemento sindical. Ela tem que ir mais longe. Se uma família lutar apenas pelo seu pedaço de terra e perder o vínculo com a organização maior, a luta pela terra não terá futuro. É justamente essa organização maior que fará com que a luta pela terra se transforme na luta pela reforma agrária. Ai, já é o estágio superior da luta corporativa. É agregado à luta pela terra o elemento político (STÉDILE, 1996: p. 35).

Ressalta ainda Stédile:

Se tivesse se fechado em um movimento tipicamente camponês, só dos *mãos grossas*, teria caído facilmente no corporativismo, nos interesses individuais. Esse caráter popular (...) acabou trazendo uma consistência que contribui para formar um movimento com organicidade e com interpretação maior da sociedade (IDEM, p. 33).

Assim, o elemento que diferencia o MST de outras ações da sociedade civil é, enfim, o ideal de reconstrução da sociedade brasileira, na perspectiva crítica de torná-la mais justa e igualitária para todos, que continua ainda muito presente na prática formadora do MST (MARTINS, 1991; GRAZIANO, 1994). A viabilidade ou não deste objetivo não é nosso elemento de discussão nesse artigo, pois a questão que nos dirige é saber até que ponto a formação política no MST colabora no processo de identificação da juventude Sem Terra.

Tendo em vista esse sentido mais “comunitário” de formação e sua relação com a prática formadora do MST, continuamos em dificuldades históricas, uma vez que a realidade contemporânea do capitalismo e da burocracia dilui quase que totalmente, a possibilidade do homem e da mulher manterem essa relação com o todo (com a sociedade ou com a comunidade) bem como com o todo que ele/ela próprio pode ser, seja tendo consciência das suas potencialidades, seja tendo controle sobre todo o processo de seu trabalho, seja reconhecendo-se explorado e dominado, enfim, autônomo e livre.

Para compreendermos esta contradição, duas características do capitalismo, amplamente discutidas por Marx, são essenciais. A primeira diz respeito ao ponto de partida básico para que o capitalismo se tornasse universal, a saber, a redução ao dinheiro, em seu aspecto meramente quantitativo e acumulativo, dos valores de comunidade, das tradições e dos sentimentos de pertença de um povo. Tudo no capitalismo se transforma em mercadoria, inclusive o trabalho humano. A segunda refere-se ao processo de alienação do trabalho humano, pois à medida que este se torna mercadoria, escapa ao controle do trabalhador, passando a ser avaliado e quantificável pelos capitalistas.

Essa alienação é ainda mais agravada, segundo Marx, com a expansão da divisão social do trabalho responsável pela fragmentação, esfacelamento e idiotização do homem no processo produtivo. Especializar-se em uma determinada tarefa, por exemplo, as atividades de encaixar uma porca no parafuso ou de dosar a saída de adubo de uma plantadeira, impede que se tenha a compreensão do todo, que o trabalhador entenda que ele faz parte de uma lógica econômica, social e política que o exclui e o explora.

Marx empreendeu essa análise no século XIX. Contudo, muitos pensadores atuais não apenas confirmam esses resultados específicos do capitalismo, mas vão mais longe afirmando o agravamento sem precedentes dessa situação de alienação e parcelamento do homem. Mézáros (2003), por exemplo, importante estudioso marxista, entende que não é mais possível associar positivamente, como fez Marx,

... um desenvolvimento geral da produção’ à expansão das necessidades humanas”, posto que “... dada a forma em que se realizou a deformada tendência globalizante do capital – e que continua a se impor –, seria suicídio encarar a realidade destrutiva do capital (...) Na situação de hoje, o capital não tem mais condições de se preocupar com o ‘aumento do círculo de consumo’, para benefício do ‘indivíduo social pleno’ de que falava Marx,

mas apenas com sua reprodução ampliada a qualquer custo (...) por várias modalidades de destruição (IDEM, p. 21-22).

Mészáros nos esclarece, portanto, que a lógica perversa do capital ampliou-se numa escala ainda mais universal e destrutiva porque se tornou cada vez mais controlada pelo “imperialismo do dólar” (IBIDEM, P. 50), ou seja, nações e países tais como Inglaterra, Portugal e Brasil, dentre outros, que mesmo estando em graus diferentes de desenvolvimento, estão submetidos aos interesses econômicos, políticos e sociais dos Estados Unidos.

Diante dessa situação atual, é possível dizer que a proposta de formação do MST parece de fato movimentar-se contra a corrente já que pressupõe homens completos e inseparavelmente ligados a sua sociedade, aos valores comunitários, com sentimentos de pertença a um grupo social. Isto é, a prática formadora prepara o terreno para o processo de “identificação” dos jovens com os objetivos gerais e específicos do MST. Desse modo, o MST vale-se de duas ações fundamentais e interconectadas para construir e manter sua base de sustentação: a formação e a identidade, ou melhor, “identificação”; ações também irmanadas no enfrentamento das dificuldades históricas atuais decorrentes do avanço descarrilado do capitalismo e da sociedade globalizada. Em outros termos, a característica mais marcante do MST é o embate contra a hegemonia capitalista, e seu processo de formação política, sobretudo com os jovens, está diretamente vinculado à preparação, cultural e interventiva, para este enfrentamento.

## AS CONCEPÇÕES DE JUVENTUDE E O MST

Ao refletirmos sobre o processo de formação política oferecido aos jovens militantes do MST, é importante questionarmos sobre de que juventude estamos falando. Em nosso entender, não existe um consenso sobre o que é juventude, qual seria sua faixa etária e como se caracterizaria, pois se a Organização Mundial da Juventude entende que ser jovem é ter entre 15 e 25 anos, para a WHO/OPAS, a juventude começa aos 10 anos e termina aos 20 anos; já para o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a juventude para os homens estaria entre 15 e 29 anos e, para as mulheres, entre 15 e 25 anos. A questão é: poderíamos nos valer desses mesmos marcos definidores para entender a juventude do campo? Ora, os jovens de que falamos são os acampados e assentados e/ou seus filhos, que participam de

atividades de formação oferecidas pelo MST e estes vivenciam, conforme poderemos observar, uma série de particularidades.

Esses, na maioria, assumem prematuramente responsabilidades geralmente cobradas dos adultos, ajudando suas famílias no trabalho do campo ou em casa. Geralmente, muito cedo, casam e têm filhos; e assumem funções políticas em sua comunidade como “lideranças”, mostrando que tem sido cada vez mais comum, nessa realidade específica, jovens desempenhando tarefas políticas como militantes na organização do acampamento ou do assentamento e nas instâncias organizativas do MST. Ou seja, a juventude que participa dos cursos de formação possui características específicas em face de outros grupos de jovens que não podem simplesmente ser ignoradas. Além do que, a tentativa de encerrar um período importante da vida em datas fixas, segundo nos ensina Ribeiro (2004, p. 27), impede que compreendamos a vida como projeto e processo descontínuo e flexível. Escreve:

Vivemos hoje a quebra de uma vida linear. Esta tinha infância, juventude, idade adulta, maturidade, velhice. Ora, essas posições deixaram de estar equacionadas ao longo de uma seqüência sem volta. Continua tendo sido, todas elas, mas não mais como datas, e sim como posições, que podemos saltar, repetir e reciclar. Sempre se disse, de alguns jovens, que já pareciam velhos; mas hoje é mais possível, nunca como antes, recuperar a juventude. Ela até se torna ideal.

Entendemos que a faixa etária é um dos critérios definidores da juventude, porém não é o único. Questões biológicas, econômicas, sociais, políticas, jurídicas e culturais devem ser levadas em conta. O que diríamos das pessoas que se enquadram na faixa etária de jovens, mas trabalham, são casados e têm filhos e filhas, e com isso, assumem responsabilidades identificadas como de adultos. Também encontramos jovens que, para serem assentados, receberam autorização dos pais e adquiriram a maioridade jurídica. Essa tese é reforçada por Bourdieu (1983: p. 113) em seu livro: “Questões de Sociologia”, quando afirma que “o que lembro é simplesmente que a juventude e a velhice não são dados, mas construídos socialmente na luta entre os jovens e os velhos. As relações entre a idade social e a idade biológica são muito complexas.”.

Este mesmo autor afirma ainda que não existe juventude no singular, mas juventudes, uma vez que em cada sociedade e em cada período do tempo são vistas de formas diferenciadas. Portanto, essas fronteiras são arbitrárias e estão constantemente em disputas; mesmo porque não existe indivíduo atômico, ou seja, deslocado ou separado das relações sociais presentes em sua sociedade específica. Nesse sentido, escreve que “dentro dessa

perspectiva de um indivíduo se desvenda como uma ‘variante estrutural’ do *habitus* de seu grupo ou de sua classe, o estilo pessoal aparece como desvio codificado em relação ao estilo de uma época, uma classe ou um grupo” (IDEM, p.18).

Destacamos, ainda, que a família tem um papel importante no MST, principalmente para os jovens. Ao longo da sua história, o MST, utiliza-se do termo “famílias assentadas” que abrange crianças, jovens, adultos, e velhos, além de contemplar a distensão de gênero (filha, mulher, senhora, etc). Aos poucos eles vão saindo do “anonimato”. Só nos últimos anos é que o termo juventude e mulher aparecem com mais assiduidade nas discussões do MST e são refletidos nos seus materiais.

Essa “atenção” aos jovens, como parcela específica só começa a partir de 1999. O MST, nas suas reuniões nacionais, começa a discutir formas de envolver ainda mais a juventude na construção do movimento e de um projeto diferente de sociedade. Para isso, organiza mutirões, campanhas de formação, inserção dos jovens nos setores e nas instâncias de decisão, dentre outras. Sobre essa questão, discute Gohn (2000, p. 118)

Visando superar essa dificuldade, o MST defragou a partir de 1999 uma série de ações objetivando sensibilizar / conquistar os jovens para permanecerem e atuarem juntos ao movimento. (...) As iniciativas mais ousadas foram dois cursos de capacitação destinados a jovens do MST, realizados em parcerias com a UNICAMP, em julho de 1999 e fevereiro de 2000.

Isso demonstra que ao discutirmos juventude (ou juventudes), devemos levar em conta um conjunto de critérios. Esses critérios ainda passam por uma série de especificidades quando falamos de jovens do campo. Por isso, optamos pela faixa etária de 14 a 28 anos, porém sem considerá-la como definitiva, uma vez que, neste período, como veremos a seguir, o indivíduo encontra-se em processo de formação de sua identidade, o qual se prolonga por toda sua vida.

## IDENTIDADE E IDENTIFICAÇÃO ATRAVÉS DA FORMAÇÃO POLÍTICA DE JOVENS MILITANTES DO MST

A preferência pelo termo “identificação” e não “identidade” advém das análises de Stuart Hall<sup>4</sup> que discute a história do “descentramento” e da diluição da identidade antes vivenciada como única, estável e idêntica para todos. Para isso, remete-nos ao primeiro momento da modernidade com René Descartes, o qual concebia como identidade essencial do homem sua racionalidade, isto é, o sujeito é sua capacidade de pensar, e é essa capacidade que torna possível sua existência.

Essa concepção de identidade, com imensas variações, também está presente entre os pensadores iluministas. Entretanto, é com o advento da sociologia que vamos encontrar mudanças mais significativas neste conceito. A crítica mais importante, a nosso ver, é a que a sociologia dirige ao chamado “individualismo racional” do “sujeito cartesiano” (HALL, 2005: p. 31) porque entendeu que os indivíduos são constituídos por relações sociais e pela participação em processos identitários mais amplos. Nesse sentido, é no interior destes contextos que se constrói a identidade do indivíduo.

É com Marx, segundo Hall, que tivemos um considerável descentramento do sujeito, posto que o homem deixa de ser uma entidade fixa que o determina independente de suas particularidades. Em “O 18 Brumário”, MARX afirma:

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstância de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. (MARX, 1997: 21)

Assim, são as circunstâncias materiais, a inscrição numa específica realidade social e num conjunto específico de relações sociais que determina a identidade: estar entre os donos dos meios de produção confere ao sujeito a identidade capitalista e estar entre os despossuídos, inclusive de força de trabalho, confere a identidade proletária.

Atualmente, porém, não podemos – se não quisermos cometer abusos de interpretação – dizer que: estar entre os latifundiários definiria a identidade, pura e simples, do capitalista

---

<sup>4</sup> Neste projeto, a abordagem de Stuart Hall serve-nos para dar a devida dimensão da complexidade da discussão contemporânea sobre identidade.

ou estar entre os sem-terra caracterizaria, de uma vez por todas, a identidade dos excluídos do poder político e econômico. Ora, isso não é possível porque para um mundo que se anuncia como “pós-moderno” é caracterizado, sobretudo, pelas mudanças rápidas, pelo *vir-a-ser* constante do novo e pelas transformações ininterruptas das relações sociais, nada efetivamente se solidifica. Nesse sentido, o próprio Marx antecipou a “pluralização” de identidades dos tempos atuais, consequência e causa (vice-versa) das “descontinuidades” modernas. Essa “pluralização”, porém, tem um duplo aspecto. O primeiro refere-se à multiplicidade de identidades e de posições que um indivíduo pode assumir, estas, inclusive, concorrentes entre si. O segundo é o que nos autoriza falar, ainda no encaixe de Hall, do processo de “identificação” e não de identidade no sentido de que também ela é mutável. Em sua escrita: “Assim, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento” (HALL, 2005: p. 39).

Com isso, os elementos econômicos não constituem sempre o ponto de partida causal: “Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência”<sup>5</sup>, porém na medida em que isso acontece (o real determinando a consciência) fornece condições para que esta última, em todas as suas expressões histórico-político-culturais, também contribua para a formação das posições sociais e nos processos de construção de identidades. Ora, isso de alguma forma foi o que Marx sugeriu quando analisou as circunstâncias históricas possibilitadas pelo próprio desenvolvimento do capitalismo para a união dos proletários, embora com uma importante diferença: esta classe estava restrita à identidade proletária.

Ocorre, todavia, que definir o que seja proletário e o que seja burguesia nos dias de hoje é extremamente complexo, pois estas classes vivem um processo de heterogeneidade que abrange não só a questão da posição no modo de produção capitalista, mas também o momento superestrutural, da consciência social destes segmentos. Realmente não sabemos ao certo como entender, pela via marxista, essas relações e posições sociais contemporâneas; mas nem por isso consideramos viável seguir uma inversão idealista onde seriam os elementos superestruturais, políticos, por exemplo, que determinariam a estrutura material. Acreditamos na possibilidade de que infra-estrutura e superestrutura se condicionam reciprocamente e formam identidades sociais.

---

<sup>5</sup> MARX, 1996:37.

O nosso enfoque, sendo o de geração, está, portanto, diretamente atravessado pela discussão de classe social, pois para o MST isso é inseparável. No período inicial da formação, o MST se centrava apenas na sua configuração de classe. Era preciso ter algo que firmasse a unidade das linhas políticas nacionais. Nos últimos anos, posteriormente à consolidação do MST como movimento de massa nacional, começou-se a discutir, mesmo que “timidamente”, questões como raça, gênero e geração. Com essa “flexibilização”, é possível analisar o MST não mais necessariamente como grupo fechado, centrado numa identidade unificada de classe; ao contrário, pode-se compreendê-lo sob a perspectiva de um movimento social formado por pessoas de culturas, raças, gêneros, faixa etária díspares, mas que, nem por isso, essas pessoas perdem o “sentimento” de pertença ao grupo MST.

E é precisamente por isso que devemos falar de “identidades” e não “identidade”, e que essas “identidades” não podem e não devem ser reduzidas apenas à concepção de classe social, embora esta seja determinante. No caso específico do MST, ressaltamos que não é uma corporação profissional e sim um movimento social com objetivos e interesses mais amplos, podemos dizer que congrega pessoas social, cultural e economicamente diferentes. De acordo com a definição apresentada por Maria da Glória Gohn:

Atuar segundo um movimento/organização implica na tarefa contínua de formar esses quadros. O processo de educação política ganha relevância e o educador que atua nos cursos de formação é também um formador político. Neste sentido, Boaventura Santos tem razão ao afirmar que ‘os movimentos são produzidos pelo encontro entre intelectuais de pensamento crítico e pessoas das camadas populares onde se confrontam idéias, saberes, práticas, produzindo organizações que, aos poucos, vão se transformando em sujeitos coletivos, expressão de movimentos sociais populares (GOHN, 2000: p. 107)

Essa compreensão de movimento social, mais diretamente, do MST reforça a discussão que iniciamos acima, uma vez que evidencia a relação indissociável entre o processo de formação política e o processo de identificação de várias e distintas pessoas com o MST. Ou seja, é a partir do processo dialético (isto é, sem determinantes unilaterais) entre conteúdos, idéias, projetos político-sociais e as diversas experiências, necessidades, práticas individuais ou coletivas, confrontados e efetivados nos cursos de formação política, principalmente pelos jovens sem terra e/ou simpatizantes-colaboradores (jovens estudantes, professores, estrangeiros), que se constitui o processo de identificação com os ideais políticos e práticas do MST. Portanto, do encontro de indivíduos e grupos sociais, distintos,

aparentemente heterogêneos e com outros vínculos identitários, o MST é formado e forma uma organização coletiva de caráter político-social. A partir desta visão se formarão jovens como homens e mulheres “completos” cria as condições para que estes venham a se “somar” não apenas como acampados e assentados, mas como agentes transformadores, ou seja, militantes que se identificam com as linhas gerais do MST.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOGO, Ademar, A Mística, Razão da Persistência. IN: *A Luta pela Reforma Agrária e por Mudanças Sociais no Brasil – Documento Básico*. São Paulo: MST, 2005.

BOURDEIU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco, 1983.

FERNANDES, Bernardo M. *Questão Agrária, Pesquisa e MST*. São Paulo: Cortez, 2001.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-modernidade*. 10ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

MARTINS, José de Souza. A Questão Política no Campo. IN: *Expropriação e Violência*. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

MARX, Karl & ENGELS, F. *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*. 10ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARX, Karl & ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. 7ª ed. São Paulo: Global, 1988.

MÉSZÁROS, István. *O Século XXI. Socialismo ou Barbárie?* São Paulo: Boitempo, 2003.

MORISSAWA, Mitsu. *História da Luta pela Terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

PIZETTA, Adelar J. *A formação no/do MST: Trajetória e Desafios de um Processo Coletivo*. São Paulo: texto impresso, 2004.

RIBEIRO, Renato Janine. Política e Juventude: o que fia da energia. IN: *Juventude e Sociedade: trabalho, Educação, Cultura e Participação*. São Paulo: Perceu Abramo/Intituto da Cidadania, 2004.

SOUZA, Jessé (org.). A Cerca do Lugar da Moralidade na Política. IN: *A Atualidade de Max Weber*. Brasília: Unb, 2000.

STÉDILE, J. Pedro & Fernandes, Bernardo M. *Brava Gente*. São Paulo: Perceu Abrama, 1996.

STÉDILE, J. Pedro & Gorgen, Sérgio A. *A Luta pela Terra no Brasil*. São Paulo: Pagina Aberta, 1993.

ZANETI, Hermes. *Juventude e Revolução. Uma Investigação sobre a atitude Revolucionária Juvenil no Brasil*. Brasília: Edunb, 2001.

## VIOLÊNCIA NAS RELAÇÕES DE GÊNERO E CLASSE; UMA INTERPRETAÇÃO A PARTIR DAS MULHERES CAMPONESAS DO RIO GRANDE DO SUL

Carmen Lorenzoni\*

### RESUMO

---

O fio condutor deste trabalho é o tema da violência contra a mulher camponesa, tendo, como pano de fundo, os elementos geradores da violência no contexto das relações de gênero e classe no campo, dados de uma pesquisa qualitativa dentro do limite geográfico do Rio grande do sul. O enfoque se dá a partir da perspectiva teórico metodológica da pesquisa histórico dialética, qualitativa e feminista enquanto categorias que ajudam na identificação e análise tanto das relações macro estruturais como das relações entre homens e mulheres. As obras de Helieth Saffioti, Ivone Gebara, Suely s. Almeida, Iara Bongiovani, foram os principais referenciais teóricos deste trabalho. A tensa relação gênero/classe traz para o contexto deste trabalho as perguntas: quais as faces da violência que sofrem as mulheres camponesas? Quais as razões de seu silêncio?

Palavras-chave: gênero e classe, violência, mulheres camponesas

### ABSTRACT

---

The main theme of this investigation is the violence against the female peasants. The investigation is based on the elements which create violence in the context of gender and class relations on the countryside. These elements were found by a qualitative investigation in the Estate of Rio Grande do Sul in the South of Brasil. The focus is based on a theoretical methodological perspective on a historical dialectic, qualitative and feminist investigation for getting categories which helps in the identification and analysis of the macro-structural relationships as well as the relationships between men and women. References for the investigation were the papers of Helieth Saffioti, Ivone Gebara, Suely s. Almeida, Iara Bongiovani. The conflictiv relationship gender/class generates the following questions: What are the different sides of violence that women suffer? What are the reasons of heir silence?

Key-words: gender and class, violence, female peasants.

---

\* Carmen Lorenzoni é graduada em Teologia pela PUC de Porto Alegre e Pós-graduada em Estudos Latino Americanos pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

## INTRODUÇÃO

O tema da violência contra a mulher é de grande pertinência diante do contexto geral de mundo, de Brasil, mas vou trabalhar no contexto de Rio Grande do Sul, fazendo um recorte para visualizar mais especificamente a violência contra a mulher camponesa.

No Brasil, dados sobre a violência sexista são poucos e, em geral, constituem estimativas, uma vez que ainda poucos casos são denunciados e o sistema de registro é falho. Dos atos de violência que as mulheres sofrem, a grande maioria deles é praticada por alguém muito próximo, o que gera uma situação ainda mais dramática e constrangedora. Dos casos de assassinatos, 70% são cometidos por ex-maridos, ex-amantes ou ex-namorados.

A Campanha de 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra as Mulheres<sup>1</sup>, no mundo, relata que, em cada cinco dias de falta das mulheres ao trabalho, um é por consequência da violência sofrida em suas casas. A cada cinco anos a mulher perde um ano de vida saudável se sofre violência doméstica. A violência doméstica compromete 14,6% do Produto Interno Bruto (PIB) da América Latina e Caribe, cerca de US\$ 170 bilhões, no Brasil a violência doméstica custa 10,5% do PIB<sup>2</sup>.

Com relação a mulheres de grupos populacionais raciais ou étnicos que vivem em condições de opressão racial/étnica (indígenas e negras), quando violentadas por sua condição de mulher, ainda se soma a esta a violência racial. Nas pesquisas americanas, aparecem taxas de homicídios, revelando que as mulheres negras são 12,3% para cada 100 mil assassinatos, enquanto que a taxa para mulheres brancas é de 2,9% para 100 mil. Mulheres negras, entre 16 e 24 anos, têm três vezes mais probabilidades de serem estupradas que as mulheres brancas.

É sabido que, no Brasil, o estupro colonial perpetrado pelos senhores brancos sobre negras e índias no período escravagista continua legitimando formas particulares de violências vividas por mulheres negras, como o turismo sexual e o tráfico de mulheres. O tamanho dessa

---

<sup>1</sup> Campanha dos dezesseis Dias de Ativismo pelo fim da Violência de Gênero, utilizada no mundo todo, por pessoas e grupos comprometidos com a eliminação de todas as formas de violência contra a mulher, nas datas de 25 de Novembro a 10 de Dezembro, promovida pela AGENDE ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento: CLADEM Brasil seção nacional do Comitê Latino Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher: Bancada feminina no Congresso Nacional: UNIFEM – Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher. Os dados referidos aqui são da campanha de 2004.

<sup>2</sup> Dados retirados do mesmo material da Campanha dos dezesseis dias de ativismo pelo fim da violência de gênero, campanha de 2004

violência se reflete em dados concretos: a pesquisa publicada em 2001 pela Fundação Perseu Abramo, intitulada “A Mulher Brasileira nos Espaços Público e Privado”, estima que 2,1 milhões de mulheres são espancadas por ano no país, 175 mil por mês, 5,8 mil por dia, 243 por hora, 4 por minuto, uma a cada 15 segundos e que 6,8 milhões de mulheres brasileiras já foram espancadas ao menos uma vez. Estudos apontam que as mulheres submetidas à violência estão mais expostas a contraírem o vírus HIV. Conforme dados do Boletim Epidemiológico Aids/2003, do Ministério da Saúde, apontam que, no país, o HIV/AIDS já atingiu 258 mil pessoas: 73 mil mulheres e 185 mil homens. Entre as mulheres, 55% têm de 20 a 29 anos. No início dos anos 80, a relação é de 2 homens para 1 mulher infectada.<sup>3</sup> Este dado é chocante, ainda mais quando estamos falando a respeito da maioria da população brasileira que é composta pelo sexo feminino, 86 milhões de mulheres, que representam 53% da força de trabalho do país. Destes casos de agressão, 70% deles ocorrem dentro de casa, o que exige que se retome a discussão de nossos papéis enquanto pais, homens e mulheres, na formação de nossa sociedade. Estima-se que somente 10% das mulheres brasileiras vítimas de violência, promovem a denúncia.

A violência responde por aproximadamente 7% de todas as mortes de mulheres entre 15 a 44 anos no mundo todo. Em alguns países, até 69% das mulheres relatam terem sido agredidas fisicamente e até 47% declaram que sua primeira relação sexual foi forçada<sup>4</sup>. Segundo documento da Organização Mundial de Saúde (OMS), a prática da mutilação de mulheres nos países islâmicos já aleijou mais de 114 milhões de mulheres em todo o mundo. A mutilação pode ser total ou parcial, muitas vezes chegando a extirpar os lábios vaginais.

Outras formas de violência também são comuns entre as mulheres, independentemente de sua idade, condição social, ou do grau de desenvolvimento econômico e social que tenha uma sociedade. Desde violência explícita direta, atingindo a vida e a integridade física, até as formas de violência mais sutis, indiretas, subliminares, atingindo moralmente as mulheres ou reproduzindo conceitos – ou, no caso, preconceitos, sobre a condição feminina. “Mais que o corpo, a violência atinge a alma, destrói sonhos e acaba com a dignidade das mulheres. Combatê-la deve ser o primeiro passo para resgatar a identidade feminina”. (MULLER, 1995, p.20).

<sup>3</sup> Uma vida sem violência é um direito das mulheres! Folder da Campanha 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, 25 de novembro a 10 de dezembro de 2004.

<sup>4</sup> Fonte: /www.who OMS, Informe Mundial sobre Violência e Saúde 2002, disponível em: < http /violence-injury-preve//>.

Sabe-se que a exploração sexual está na estrutura deste modelo de sociedade em que vivemos, particularmente no campo. Expressão disso é o agronegócio, reforçando a divisão do trabalho, pela imposição da monocultura que exclui as mulheres, criando uma grande necessidade de consumo. Este modelo se sustenta no campo pelo pilar da dominação através de novas tecnologias, insumos, máquinas, mercado, transformação de tudo em mercadoria. Força a migração do campo para a cidade, criando a cultura de que na cidade é melhor, numa tentativa de destruição da auto-estima das pessoas do campo, da identidade camponesa, em nome dos padrões de beleza, da moda, vive-se o culto à aparência (não sou mais aquilo que sou, mas aquilo que eu faço, como me vejo).

## 1 - DESVELANDO A FACE OCULTA DA VIOLÊNCIA SOBRE AS MULHERES CAMPONESAS: ROMPENDO O SILÊNCIO.

O Censo do IBGE, do ano 2000, no Rio Grande do Sul, faz uma estimativa para o ano de 2005 de 10.519.465 habitantes. Destes, 5.335.054 são mulheres, 50.5% da população. Destas aproximadamente 800.000 estão no campo<sup>5</sup>. São mulheres de todas as idades, religiões, raças, e etnias, vivendo e trabalhando em casa e na agricultura. Elas representam 36% da população econômica que desenvolve atividades agrícolas e não agrícolas, nos 497 municípios do Estado. Elas também são 80% das pessoas sem acesso à renda no Brasil. Sabemos que 90% das mulheres camponesas começam a trabalhar ainda crianças, algumas na adolescência, sem carteira assinada, sem benefícios sociais e sem assistência previdenciária.

A mulher camponesa, de modo geral, vive no anonimato e na invisibilidade. Sua peculiaridade de vida, de vida familiar, de cultura e de classe trabalhadora (e neste caso) no campo, suas necessidades no cotidiano, seus problemas, muito raramente são citados. Quando aparecem na mídia, é por consequência de suas próprias organizações e de suas lutas, que acabam chamando a atenção pública. Por consequência do anonimato, da invisibilidade, essa também é a realidade concreta quando se trata da questão da violência.

No Rio Grande do Sul, as Delegacias da Mulher são limitadas pela falta de recursos financeiros, por falta de pessoal capacitado para o atendimento e acompanhamentos

<sup>5</sup> Fonte: IBGE – Censo demográfico 2000 – Elaboração: SCP/DDRU. Disponível em: [www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/), acessado em 25 jun.2005.

necessários às vítimas. Faltam analistas que trabalhem os dados e classifiquem, para que possam contribuir nos estudos e políticas públicas criadas, etc.

Dos 497 municípios do RS, são apenas 5 Delegacias Especializadas de Violência contra a Mulher em todo o Estado. Elas estão localizadas na cidade de Canoas, Porto Alegre, Santa Maria, Pelotas e Caxias do Sul. Não existem dados específicos quanto às denúncias e boletins de violência contra a mulher camponesa. Sobre os boletins policiais de ocorrência de violência em todo o Rio Grande do Sul, conforme a informação da Coordenadora Estadual da Mulher (CEM), Beloni Turcato,<sup>6</sup> cerca de 180 mil denúncias de violência contra a mulher foram registradas no ano de 2003. De janeiro a agosto de 2004, já ocorreram 117.853 casos, estatística muita elevada e preocupante que coloca o Estado com um dos maiores índices de violência no país. Só na Delegacia da Mulher de Porto Alegre, foram registradas 4.441 ocorrências até setembro de 2004, contra 7065 em 2003. O total de denúncias nas delegacias da capital, em 2003, foi de 45.578. A responsável pela Delegacia Especializada da Mulher Anita Klain, informa que a maioria das denúncias é de lesão corporal e ameaças (1.622), morte, fogo na casa (1.305) crime e estupro (87). A maioria das vítimas pertence às classes sociais mais pobres, é semi-analfabeta, casada ou vive com companheiros com idade entre 20 e 40 anos.

No Rio Grande do Sul, estes dados revelam que, de 1996 a julho de 2004, houve uma somatória de 3.334 mulheres que registraram ocorrências na Delegacia da Mulher, revelando um crescimento assustador do índice de violência.

Em declaração ao Diário Popular, boletim da Delegacia de Pelotas a titular da Delegacia Especializada da Mulher, Carla Vernetti, revela que, ao longo de 2003, a Delegacia cumpriu 60 mandatos de busca e apreensão, apreendeu 30 armas e prendeu 20 pessoas acusadas por violência sexual ou doméstica. Este conjunto de dados e elementos desvela uma realidade dura, assustadora, de muita crueldade existente na vida cotidiana das mulheres. Realidade que clama por providências e ações concretas de combate e mudanças destes quadros.

## 2 - AS MULTIPLAS FACES DA VIOLÊNCIA SOBRE AS MULHERES CAMPONESAS

<sup>6</sup> Fonte: Jornal Correio do Povo, de 5 de dezembro de 2004.

Tenho observado que, quando falamos em violência, logo a conversa gira em torno da agressão física. Isto vem confirmar a pertinente necessidade de mostrar as múltiplas faces da violência contra a mulher, para que se possa tomar consciência de como ela está introjetada no nosso cotidiano, desmascará-la e encará-la com mais coragem de combatê-la.

## 2.1- A VIOLÊNCIA DE GÊNERO/SEXISTA

É a violência institucionalizada (de gênero, étnico raciais, econômicas, etc) predominante em diferentes sociedades. Essas desigualdades se formalizam e institucionalizam nas diferentes organizações privadas e aparelhos estatais, como também nos diferentes grupos que constituem essas sociedades. Ela está presente no dia-a-dia da mulher camponesa. É a violência sofrida pelo simples fato de ser mulher. É exercida pelos homens. Tem suas bases na existência de relações desiguais entre homens e mulheres, que são sustentadas pela construção social do ser mulher como gênero feminino, inferior ao ser homem como gênero masculino. Como decorrência dessas relações desiguais de gênero, todas as mulheres estão expostas a esse tipo de violência, que é sempre praticada pelos homens e, por isso, a chamamos de **violência sexista**. Daí resulta que todo o ato que resulte em dano ou sofrimento moral, físico, sexual, político, psicológico, econômico, ou perda patrimonial para a mulher, é violência de gênero, sexista. Acontece em todas as classes sociais, religiões, em todas as idades ou condições, em qualquer local (no trabalho, nas ruas, em casa). A violência de gênero/sexista fere os direitos humanos, de mulheres e meninas, mantém e aprofunda as desigualdades da sociedade, de classe e de gênero, tornando-a cada vez mais discriminatória, excludente, atentatória à dignidade da mulher.

## 2.2 - A VIOLÊNCIA PELA SOBRECARGA DE TRABALHO

A mulher camponesa vive na tríplice jornada, a violência da sobrecarga de trabalho, imposta pela lógica patriarcal que determina alguns papéis para homens e outros para mulheres. Além de contribuir, com 50% do trabalho na agricultura, o trabalho da mulher não é visível. Elas não são consideradas como trabalhadoras ativas dos processos produtivos. Além de trabalhar na roça lado a lado com o marido, são elas que cultivam todas as

“miudezas”<sup>7</sup>, o que significa toda a alimentação que vai para a mesa da família no dia-a-dia. Sabemos que não são as mulheres que se ocultam, são as relações de dominação patriarcal que lhes atribui um lugar menor. A operação da invisibilidade ocorre no momento posterior ao trabalho realizado, seja ele produtivo ou reprodutivo. Acontece quando é negado a mulher o direito de decidir, “é sempre meu marido e os filhos homens que decidem o que vão plantar e qual o pedaço de terra que vão plantar, eu e as meninas não podemos discutir, eles fazem o que eles querem”<sup>8</sup>.

Mesmo quando as estatísticas e análises - trabalhadas pelo Estado e a sociedade civil - não trabalham os dados separados por sexo; quando os discursos mantêm a suposta universalidade do masculino (“o agricultor” ou o “camponês”); quando os projetos políticos da sociedade civil não as consideram como sujeitos de direito, de modo apressado, mas também verdadeiro, pode-se dizer que as mulheres estão em todos os lugares porque, para além dos dados que as ocultam é só olhar a dinâmica cotidiana e constatar que as mulheres, em maior ou menor medida, realizam todas as atividades produtivas e reprodutivas na unidade familiar.

Se o patriarcado é o sistema que cria, justifica e legitima a opressão e exploração das mulheres, a agricultura familiar, ao se organizar a partir desse sistema, reproduz e perpetua tal exploração e opressão. Isto vem demonstrar que o patriarcado continua criando, justificando, e legitimando a opressão e exploração das mulheres camponesa. O trabalho da mulher camponesa, além de ser pouco valorizado, é um trabalho pesado, penoso e difícil. Por exemplo: quando a produção de leite é pequena, normalmente para o consumo, trabalhada de forma manual é tarefa da mulher. Pois o que sobra para a venda é pouca coisa. Mas quando a produção de leite aumenta, se usa a tecnologia, o leite é tirado com a ordenhadeira, na maioria das vezes o homem assume este trabalho e a comercialização do leite. Ao mesmo tempo ele recebe e controla o dinheiro. Mais uma vez prevalece à cultura de que a mulher fica com as coisas pequenas. A partir do momento em que a atividade cresce o homem passa a coordenar.

Elas têm uma dinâmica de vida com tripla jornada de trabalho todos os dias. A violência que a mulher sofre pela sobrecarga de trabalho está vinculada à discriminação de

---

<sup>7</sup> Palavra usada no que se refere a tudo o que se planta para consumir na alimentação da família: feijão, arroz pipocas, frutas, legumes, verduras.

<sup>8</sup> Depoimento de uma camponesa, na reunião da direção estadual do MMC, dezembro de 2004.

gênero, onde os serviços domésticos e o cuidado da casa e dos filhos são considerados tarefas específicas da mulher.

## 2. - A VIOLÊNCIA PELA DESVALORIZAÇÃO: PELA POBREZA E CONDIÇÃO SOCIAL

Conforme dados do IBGE – Censo 2000, a população feminina no meio rural de 15 anos ou mais, no Brasil, soma um total de 6,33%, destas, 4,53% são alfabetizadas e 1,80% são analfabetas. No Rio Grande do Sul, a mesma fonte mostra que, de um total de 7,07 % de mulheres no meio rural, 6,26% são alfabetizadas e 0,81% são analfabetas<sup>9</sup>. Constatase que, tanto no Brasil, como no Rio Grande do Sul, as mulheres ainda continuam com um grande índice de analfabetismo. Da mesma forma, a trabalhadora camponesa, ainda continua com índice de analfabetização significativo, o que vem confirmar esta análise. As 170 mulheres pesquisadas revelam que 70% delas não têm o 1º grau completo, sendo que a maioria tem até 3ª série do ensino fundamental. Com relação ao nível superior, apenas 4 mulheres concluíram curso de graduação e 9 estão cursando Pedagogia e Administração e Desenvolvimento Rural na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul<sup>10</sup>.

A escola, na área rural vai até o ensino fundamental. Em alguns lugares, chega ao máximo a 5ª série, mostrando claramente que o sistema educacional vigente não é voltado ao campo. Somada ao analfabetismo, vem à condição de pobreza. A mulher camponesa sofre a violência da humilhação pela sua condição social, há pouco tempo reconhecida como profissão. Mesmo assim, muitas vezes lhes é negado o direito previdenciário sob o argumento de ser apenas doméstica e não trabalhadora rural. Por estas e outras razões, é considerada ignorante, muitas vezes chamada de “grossa”, “burra”, “feia”, “relaxada”, “mal ajeitada” e tantas outras expressões; desrespeitada no seu jeito de ser mulher, de falar e de trabalhar.

<sup>9</sup> Fonte: IBGE, censo 2000, tabela nº 1553. População residente de 5 anos ou mais de idade por situação de domicílio, sexo, alfabetização e grupos de idade. Elaboração SCP/DDRU. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br).

<sup>10</sup> Estas estão cursando a Universidade pelo fato de se ter criado com a pressão dos Movimentos Sociais do Campo, cursos especiais de Pedagogia e de Administração e Desenvolvimento Rural pela Universidade Estadual do Rio grande do Sul (UERGS), durante o Governo Estadual de Olívio Dutra.

A mulher camponesa é lesada em sua cidadania, pela dificuldade de acesso à documentação. Ainda são muitas as mulheres que vivem à sombra do marido, tendo apenas como documento a certidão de nascimento e de casamento.

Na questão da saúde, a mulher camponesa sofre a violência da falta de atendimento adequado às suas necessidades, especialmente no que diz respeito ao atendimento específico como os direitos sexuais e reprodutivos. Nesse sentido, se coloca a violência como um problema de saúde pública. A assistência ao parto é freqüentemente vista como uma forma de violência contra as mulheres. Os preconceitos presentes nos profissionais de saúde e na organização dos hospitais fazem com que as freqüentes violações dos direitos humanos e reprodutivos das mulheres sejam incorporadas e passem a fazer parte da rotina “normal” da assistência. É necessário lembrar também que a forma de organização dos hospitais muitas vezes reforça a discriminação, não apenas contra as mulheres, mas também contra negros, migrantes e pobres.

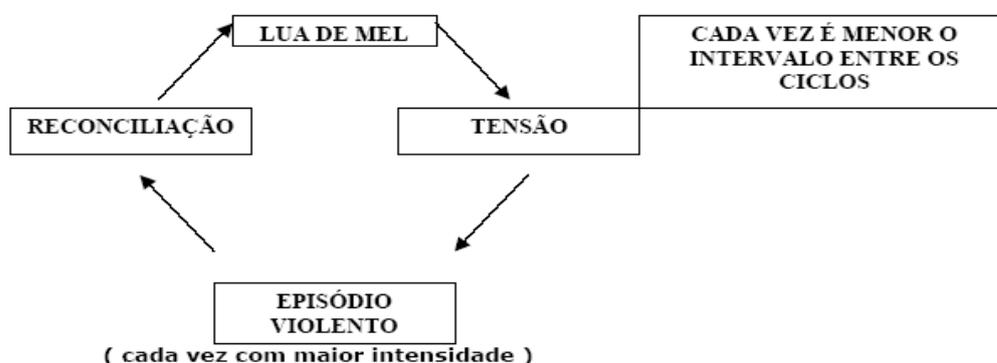
A “epidemia de cesáreas” estaria assim relacionada ao contexto de violência no qual as mulheres vivenciam o parto, conforme sugerem estudos que abordam as relações das mulheres com os serviços de saúde. A violência na relação com esses serviços tem sido uma constante em estudos sobre a violência de gênero no Brasil<sup>11</sup>.

#### 2.4 - VIOLÊNCIA FÍSICA, MORAL, VERBAL, PSICOLÓGICA, DOMÉSTICA

Na vida da mulher camponesa, constatamos que a violência física está interligada e com índice maior de incidência no espaço familiar, dentro da casa ou unidade doméstica e geralmente é praticada por um membro da família que vive com a vítima e está situada no âmbito das relações interpessoais, da intimidade afetiva. As agressões domésticas incluem abuso de poder, abusos físicos, sexuais e psicológicos, a negligência e o abandono. Ela é praticada dentro do lar ou no espaço simbólico representado pelo lar, fundamenta-se em relações interpessoais de desigualdades e de poder entre mulheres e homens ligados por vínculo consanguíneo, de afetividade, de afinidade ou de amizade. Esta face da violência é muito grave porque ela passa por várias fases, compondo um ciclo/espiral que pode se tornar vicioso, repetindo-se ao longo de meses ou anos.

<sup>11</sup>Fonte: Dossiê humanização do parto e direitos reprodutivos – comentário de d’oliveira, Diniz e Schraiber, 2002 publicado por [WWW.redesaude.org.br/dossies/htm/body-hp-3.html](http://WWW.redesaude.org.br/dossies/htm/body-hp-3.html)

Na seqüência, após um período de “lua de mel”, quando o casal se entende às mil maravilhas, por alguma circunstância (ciúme, sentimento de posse, associado ou não a situação econômica, alcoolismo, por exemplo) começa a haver tensão. Qualquer situação que desagrade o homem é motivo de reprimendas e após espancamentos, sempre um crescendo em relação ao episódio anterior. Vem a **fase da tensão**, que vai se acumulando e se manifestando por meio de atritos, cheios de insultos e ameaças, muitas vezes recíprocos. Em seguida, vem a **fase da agressão ou episódio violento**, com uma forte descarga descontrolada de toda aquela tensão acumulada. O agressor atinge a vítima fisicamente com empurrões, socos, tapas e pontapés, ou às vezes usa objetos, como pau, ferro e outros. Depois disso, ainda há um sentimento de culpa e vem a **fase da reconciliação**, em que o agressor pede perdão e promete mudar de comportamento, diz que não vai fazer mais ou finge que não houve nada, mas fica mais carinhoso, “bonzinho, traz presente”, fazendo a mulher acreditar que aquilo não vai mais acontecer<sup>12</sup>.



O risco de uma mulher ser agredida em casa, pelo marido, ex-marido, namorado ou atual companheiro, é nove vezes maior do que o de sofrer alguma violência na rua. Esta forma de violência junto à mulher camponesa tem o espaço intra-familiar como local de maior ocorrência, atingindo e danificando a integridade física (corpo da mulher).

Todas as mulheres que responderam ao questionário romperam o silêncio (algumas falando pela primeira vez) e contaram as situações desesperadoras porque passam. Neste grupo pesquisado, a violência física é praticada no corpo das mulheres por meio de empurrões

<sup>12</sup> (Desenho inspirado na Internet –Disponível em: < <http://www.domesticviolence.org//cycle.htm> //>. Acesso em 15 maio. 2005.

(22%); socos (9.2%); tapas (15.5%); surras (8.2%); predominando a incidência de empurrões, tapas e socos. Estes dados aparecem em 45 questionários individuais dos 170 aplicados e revelam que, 27% das mulheres camponesas pesquisadas sofreram ou sofrem violência física.

A violência moral acontece quando a mulher sofre acusações, calúnia, difamação ou injúria, a honra ou a reputação da mulher. Ou seja, ser chamada de “prostituta”, “vagabunda”, “acusada” de ter amante, entre outras formas de agressão moral.

Das 170 mulheres pesquisadas, 45.8% delas sofreram agressão moral/verbal através de: palavrões (45.9%), deboche (37.5%), acusações (29.5%), calúnias (13.5%), foram chamadas de prostitutas (29.5%), de burra e vagabundas (27.5%). A agressão psicológica se caracteriza pela ação ou omissão destinada a degradar ou controlar as ações, comportamentos, crenças e decisões de outra pessoa, por meio de intimidação, manipulação, insultos, ameaça direta ou indireta, intimidação (por exemplo: de morte, de separação e de ficar sem ver os filhos); humilhação e ironia: (chamada de estúpida, burra, louca, gorda, velha, feia); isolamento: (impedida de sair de casa, cultivar amizades, etc.); ser criticada pelo desempenho sexual, ser comparada a outras mulheres, tanto no aspecto sexual como na beleza, fazendo a mulher se sentir desprezível, ou qualquer outra conduta que implique prejuízo à saúde psicológica, à autodeterminação ou ao desenvolvimento pessoal.

Na violência psicológica, a vítima tem sua auto-estima atingida por agressões verbais constantes, é muito mais sutil, mas não menos daninha, fragilizando a capacidade de reação da vítima à situação de violência. Esta caracterização se confirma nas respostas dadas na pesquisa onde 19.5% sofreram ameaças de surra; 17.5% de serem mandadas embora; 16.5% de arrumar outra mulher; 13.5% de morte; 32.7% foram proibidas de sair de casa ou sair só quando o marido deixa; 13% proibidas de passear; 11% proibidas de ir a festas; 5.5% proibidas de ir a Igreja; 13% proibidas de ir as reuniões do MMC/RS<sup>13</sup>; 4.5% proibidas de viajar e 11.7% só podem usar as roupas que o marido gosta. Ela aparece articulada com a repressão contra o direito de ir e vir, imposição do medo pelo poder de autoridade do companheiro.

Embora a face da violência sexual junto às mulheres camponesas tenha se revelado só dentro do espaço familiar, quero tratá-la mais especificamente. A violência sexual é caracterizada pela ação que obriga uma pessoa a manter contatos sexuais, físicos ou verbais,

<sup>13</sup> MMC/RS - Movimento de Mulheres Camponesas do Rio Grande do Sul

ou participar de outras relações sexuais com o uso da força, intimidação, coerção, chantagem, suborno, manipulação, ameaça ou qualquer outro mecanismo que anule ou limite à vontade pessoal. Aqui, se coloca o caso em que a mulher é obrigada a praticar atos sexuais que não deseja, inclusive com o próprio marido, no que se refere às camponesas, o estupro pelo próprio marido acontece com 54.5%<sup>14</sup>, revelando que as mulheres não têm o direito de decidir sobre seu corpo e nem ao prazer. Considera-se como violência sexual também o fato de o agressor obrigar a vítima a realizar alguns desses atos com terceiros. Neste sentido, percebe-se que ainda está no universo feminino que o homem tem direitos sobre o corpo da mulher e a ela cabe cumprir o seu papel de esposa. Continua vigente o denominado débito conjugal caracterizado pelo dever de manter relações sexuais com o cônjuge. Presas a esse conceito as mulheres o cumprem mesmo quando não estão com desejo de manter relação sexual (SAFFIOTI, 1997).

## 2.5 - A VIOLÊNCIA PELO USO DE AGROTÓXICOS: FÍSICA, CULTURAL E IDENTIDADE CAPONESA

A mulher camponesa convive com duas realidades de violência permanente como consequência do modelo agrícola capitalista neoliberal: uma está ligada à mudança da cultura camponesa de subsistência ecológica, (produção diversificada para a sobrevivência da família, sem venenos), para a produção de monocultura para exportação, que traz no centro de seu pacote fórmulas químicas de fertilizantes e os agrotóxicos. A outra forma de violência é a forma como a monocultura faz o uso do agrotóxico. Além de o agrotóxico ficar impregnado na planta, desce para a terra, atingindo e contaminando água, pois normalmente é misturado com água ou então fica no ar quando é espalhado em pó. Se não bastasse a contaminação venenosa na planta, contamina também os rios, a natureza e todos os seres do ecossistema sofrem esta agressão. Todas as pessoas sofrem essas agressões.

Dados de uma pesquisa realizada em Passo Fundo, nos anos de 1983 a 1986, em 300 casos de crianças que nasceram vivas com má formação genética, revelaram que, num universo total de 14.837 nascimentos, quando o normal de casos com má formação na época era de dois a quatro casos de má formação para cada mil nascimentos, nos Estados Unidos, “a

<sup>14</sup> Incidência constatada nas mulheres entrevistadas para este trabalho.

nossa média ficou bem acima disso (cerca de 20 casos de má formação para cada mil nascimentos). Isso representava um número pelo menos cinco vezes maior do que a medida americana”<sup>15</sup>.

Esta pesquisa mostra que, dos 300 casos analisados, em 120 deles as mães tiveram contato direto com o agrotóxico. Destes, foram 33% com má formação neurológica, 30% com má formação gástrica e 37% com má formação óssea. Em sua pesquisa, a doutora Mara Regina Tagliari Calliari revela que pesquisou esses venenos “in loco”, visitando as famílias e descobriu que realmente poderiam desencadear esse tipo de problemas e também acarretar, além da má formação física, o retardo fisiológico e mental, deficiências de substâncias em algumas partes do corpo, outros tipos de carências que só vão se manifestar mais tarde (alguns problemas podem se manifestar até na terceira geração), retardo no desenvolvimento comportamental, tal como dificuldade de aprendizado e memória.

Além dos efeitos dos agrotóxicos, vive-se a insegurança quanto aos resultados que os alimentos transgênicos podem causar a saúde das pessoas. Entende-se que as sementes transgênicas fazem parte do modelo capitalista agro-exportador, do monopólio das sementes e grãos pelas multinacionais: Monsanto, Bunge, Dal Pont e Bayer. Não é admissível que umas poucas empresas poderosas e alguns agricultores de grande porte pensem apenas no lucro, determinem o que milhões de consumidores devem comer, sem ter estudos suficientes para mostrar que não há riscos à nossa saúde.

## 2. 6 - VIOLÊNCIA NO CAMPO E OS CRIMES NA LUTA PELA TERRA

A violência no campo acontece, desde que as famílias camponesas em sua pequena propriedade, não conseguem produzir o suficiente para manter as despesas básicas da estrutura familiar.

Desde a década dos anos 1990, ocorreu uma grande mudança política na agricultura brasileira. Antes ela era associada ao capital internacional e, a partir desse período, passa a ser subordinada aos grandes monopólios transnacionais, continuando até os dias atuais. Esta opção das elites brasileiras trouxe como consequência a retirada do papel da pequena agricultura que era de garantir a alimentação básica para a população. A partir disso, a luta

<sup>15</sup> Fonte; Revista Agroecologia & Agricultura Familiar – Publicação da Rede Ecovida de Agroecologia – ano III –nº3 – Novembro de 2000 Entrevista com a pesquisadora Doutora Mara Regina Tagliari Calliari

pela terra, pela política agrícola e reforma agrária se transforma numa luta contra o modelo econômico, contra as grandes empresas transnacionais.

Os dados de 2004 deixam claro que os conflitos e a violência se mantêm em patamares elevados. No ano passado, foram registrados 1.801 conflitos, o maior número destes 20 anos de pesquisa, envolvendo 1.083.232 pessoas (número só inferior a 2003 e 1998). Em média, no Brasil, um a cada 29,4 habitantes de área rural esteve envolvido em conflitos rurais em 2004.

Apesar de, em 2004, os 39 assassinatos representarem uma queda expressiva, de 46,6%, em relação a 2003, quando se registrou 73, o ano passado foi especificamente violento, marcado por dois brutais massacres em Minas Gerais: o massacre dos fiscais do Ministério do Trabalho, em Unai, e de cinco sem-terra em Felisburgo.

## 2.7 - VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL/ESTRUTURAL

Este tipo de violência é causado por desigualdades de gênero, étnicas, raciais, econômicas etc, predominantes em diferentes sociedades. Essas desigualdades se formalizam e institucionalizam nas diferentes organizações privadas e aparelhos estatais, como também nos diferentes grupos que constituem essas sociedades.

Podemos dizer que, na sociedade capitalista, há três projetos, de longa duração, de exploração-dominação: o projeto da burguesia, que visa dispor como melhor lhes convém da classe trabalhadora; o projeto dos homens, cujo objetivo consiste em subordinar as mulheres; e o projeto dos brancos de manter sua supremacia, no caso do Brasil, face aos negros. Na sociedade brasileira, o poder é rico, branco, machista e excludente (SAFFIOTI, 1997). Rigorosamente estes três projetos nem sempre são discerníveis. Embora, em curto prazo, os interesses de cada contingente humano destinado a realizar tais projetos possam não coincidir. Em longo prazo, tudo conduz à manutenção de sua supremacia, operando sempre no sentido de dominar-explorar.

Ainda que sejam inúmeras as tecnologias sociais (artes, ciência, discursos, etc.) de reforço ao status quo, não se pode prescindir da violência. Violência étnico-racial, violência de classe e violência de gênero viabilizam a concretização do tripé. Eis porque a violência não apenas existe, mas se torna absolutamente necessária para assegurar o bem estar de alguns em detrimento do sofrimento de milhões. Não se trata, contudo, de uma situação sem saída. Mulheres transgridem e, numa sociedade atravessada pelo patriarcado, a transgressão é

necessariamente feminina, pois quem elabora as leis não as destinam para si próprios, mas para aquelas que pretendem dominar-explorar. A violência está formalmente instalada na estrutura do sistema social capitalista neoliberal vigente em nosso país. No que se refere à violência contra a mulher, além dessa estrutura institucionalizada, ela se alimenta, produz e reproduz na estrutura familiar; na educação através da escola; na religião; no sistema penal da forma como está; na simbologia que está na linguagem expressa de forma mais explícita nas músicas, piadas, nos meios de comunicação social, pela mídia, que alimenta todas as outras formas de violência contra a mulher.

### 3 - RAZÕES QUE IMPEDEM AS MULHERES DE ROMPEREM O SILÊNCIO

A primeira constatação, ao iniciar este trabalho junto às mulheres camponesas, foi de que as mulheres, se tivessem que se identificar (colocar seu nome) quando pesquisadas, não falariam com sinceridade, ou até não falariam nada sobre a sua vida com relação à violência. “Eu só falo e conto se você promete que não vai contar pra ninguém, que o meu marido e a família nunca vão saber”, demonstra um dos depoimentos. Uma das razões é a vergonha de expor uma situação de sofrimento em muitos casos, de anos, falando de situações dolorosas, da intimidade, revelando a humilhação vivida dentro de casa. Além da vergonha, muitas dependem emocionalmente ou financeiramente do agressor: outras até acham que “foi só daquela vez”, ou até que foram elas as culpadas pelo acontecimento; outras não falam nada por causa dos filhos, porque tem medo de apanhar ainda mais ou porque não querem prejudicar o agressor, que pode ser preso ou condenado socialmente. Outra razão está ligada sutilmente à cultura e religião. “Minha mãe me ensinou que devo sempre agradar meu marido e obedecer ele em tudo, tenho que cumprir minhas tarefas de esposa, senão ele vai procurar fora e eu estou fazendo pecado”.

As conseqüências da violência na vida da mulher camponesa são graves e se manifestam no medo de reagir, de denunciar e a violência ser maior; medo da separação e não ter como sobreviver; medo de ficar sozinha; medo de seus pais não a aceitarem de volta; medo de perder seus filhos; em alguns casos, medo da morte; medo do que os outros vão dizer e medo de se impor como mulher capaz de mudar essa situação.

Constata-se, ainda, que, aliado ao medo, existe um sentimento de impotência que as coloca cada vez mais em situação de submissão, reproduzindo essa cultura para seus filhos e filhas, como também um sentimento de culpa e a culpa em dois aspectos: 1) por não ter conseguido resistir diante das formas de violência; 2) por achar que é culpada pelo que aconteceu porque não foi suficientemente obediente, dócil, submissa e que o homem é diferente e pode fazer o que quer. Outra razão muito incisiva somada ao medo é a vergonha de que outras pessoas possam saber do que acontece na intimidade, na integridade física, psicológica de suas vidas. Esses fatores todos contribuem e intensificam a evidência de que a violência é uma das formas de controle da sociedade sobre a vida das mulheres.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGENDE, *Violência contra as mulheres: uma violação aos Direitos Humanos*. Dez anos após Viena (1993 – 2003). Dossiê da Campanha dos Dezesesseis dias de Ativismo pelo fim da violência de Gênero, nov. 2003.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. São Paulo: Difusão Européia do livro, 1970.

BERMAN, Ruth. Do Dualismo de Aristóteles à dialética materialista, a transformação feminista da ciência e da sociedade. In JAGGAR, ALISSON M & BORDO, Susan R (org), *Gênero, corpo e conhecimento*. Rio de Janeiro, Rosa dos tempos, 1997.

CASA DE APÓIO VIVA RAQUEL. *Caxias do Sul*. Disponível em <://<http://www.caxias.rs.gov.br/mulher/violencia.php4.htm>// > Acesso em: dez. 2004.

CASTRO, Mary Garcia. *O conceito de gênero e as análises sobre mulher e trabalho: notas sobre impasses teóricos*. Salvador: Cadernos do CRH, 1992.

COSTA, Lúcia Cortes. *Gênero: Uma questão Feminina?* Disponível em <<http://www.uepq.br/nupes/genero.htm>//>. Acesso em: 12 mar. 2005.

CORREIO DO POVO. Porto Alegre, ano 109, n.97, 05 dez. 2004.

\_\_\_\_\_, Vanderléia. L. P. Educação, *Cultura popular e saúde: experiências de mulheres trabalhadoras rurais*. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2003.

GEBARA, Ivone. *Rompendo o silêncio; uma fenomenologia feminista do mal*. Petrópolis: Vozes, 2000.

IBGE, Censo 2000. *População residente por situação de domicílio, sexo, alfabetização e grupos de idade*. Elaboração SCP/DDRU. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br).> Acesso em: 20 de mai. 2005.

MMC/BRASIL, *Uma afirmação de muitas histórias*. Documento I, Brasília, 2004.

MMTR/RS. *Mulheres parceiras da fertilidade, cultivando o chão, construindo a igualdade*. Passo fundo: Batistel, 1997.

\_\_\_\_\_. *Gênero, Classe e Projeto Popular*. Caderno de Formação, nº 01, Passo Fundo: Batistel, 2001.

\_\_\_\_\_. *Missão do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais/RS*. Resoluções da Quarta assembléia Estadual, documento interno, 1988.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 4. ed. São Paulo: Hucitec-abrasco, 1996.

MURARO, Rose Marie. *Sexualidade da Mulher Brasileira: Corpo classe social no Brasil*. 4ª edição. Petrópolis, Vozes, 1983.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. *Agricultura Familiar: Sustentabilidade Ambiental e igualdade de Gênero*. Disponível m:<http://www.redemulher.org.br/generoweb/memilia.htm/>> Acesso em: 20 jan. 2005.

PALUDO, Conceição. *Educação popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo Democrático e Popular*. Tomo Editorial & Camp, 2001.

PITANGUY, Jaqueline. *Quando a vítima é mulher*. Rio de Janeiro: CNDM, 1989.

## DA INVISIBILIDADE NA MEMÓRIA DAS LUTAS SOCIAIS AO PROTAGONISMO HISTÓRICO DAS MULHERES NO CAMPO\*

Djacira Oliveira\*\*

### RESUMO

Este estudo trata do protagonismo de mulheres latino-americanas nas lutas sociais, com ênfase para a participação da trabalhadora rural brasileira nos movimentos sociais no campo, em especial, no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. As informações concernentes às lutas femininas foram extraídas de bibliografias específicas, do registro de depoimentos de mulheres que vivenciaram situações de lutas no MST e das leituras dessas lutas pela autora, enquanto militante do setor de gênero do MST no estado da Bahia. A análise dos dados possibilitou que compreendêssemos as contradições do movimento e as possibilidades de valorização das mulheres engajadas nos movimentos sociais. O estudo constatou que as mulheres, apesar de sua extraordinária participação em lutas e movimentos sociais ainda estão invisíveis socialmente. No entanto, o estudo revela também, a necessidade de uma mudança na relação de gênero como um todo e no interior do MST, em particular.

Palavras-Chave: Movimento Social; Classe Social; Gênero; Memória; Trabalhadora Rural

### ABSTRACT

This article reveals the protagonism of Latin American women in the arena of social struggle (movements, civil society organizations, etc). It highlights the participation of Brazilian women workers in rural social movements and makes particular reference to the Rural Landless Workers Movement (MST in Portuguese). Information concerning women's struggles used in this article were taken from various literary sources, from interviews with women who have themselves experienced MST struggles, and the experiences of the author as a militant of the 'Gender Sector' of the MST in Bahia. The analysis of data collected enables us to understand the contradictions that exist within the movement, and the possibilities it has to overcome them and begin to valorize women militants. The article reveals that women are still socially invisible, despite their extraordinary participation in social struggles and movements, and demonstrates that a change in gender relations at the very core of the MST in particular is fundamental in order to combat this invisibility.

Key words: Social Movement, Social Classes, Gender, Personal Experiences of Social Struggles, Rural Women Worker

---

\* Artigo elaborado a partir dos estudos: A Invisibilidade das mulheres na memória das lutas sociais na América Latina: O protagonismo feminino nestas lutas e nos movimentos sociais do campo brasileiro. UFJF/MG – Orientado pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sylvia Maria dos Reis Maia.

\*\* Djacira Maria de Oliveira Araújo – Dirigente do MST na Bahia e membro da Coordenação Nacional – Formada em Pedagogia pela Universidade Estadual da Bahia - UNEB e Pós-graduada em Estudos Latino Americano pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF/MG.

## INTRODUÇÃO

Nas picadas, vislumbram-se flores esmagadas pelos pés da tirania que liberam perfumes com cheiro de amor à revolução. São Rosas, Tânicas, Iaras, Haidées, Tinas, Amandas, Margaridas... Tantas flores, tão belas! *É real que a sanguinária tirania monta cárceres para cercar o canto, mas há vozes de liberdade que transpõem os cárceres e se faz ouvir no coração dos humildes da América ferida.*

Djacira e Pipoca

O objetivo deste estudo é descrever e analisar as contribuições de mulheres nas lutas políticas dos movimentos sociais, especificamente do campo, tanto no sentido da luta de classes, ou seja, dos conflitos entre os detentores do capital, dos meios e fatores de produção e, neste particular, os (as) trabalhadores (as) do campo, quanto na perspectiva da luta pela emancipação da mulher na luta pela igualdade de gênero dentro do MST.

A análise dos conflitos de classe no campo se pautou no referencial marxista leninista a respeito das classes sociais. Segundo essa abordagem teórica, denomina-se de classes

(...) grandes grupos de pessoas que se diferenciam segundo o seu lugar no sistema historicamente determinado na produção social, a sua relação (consagrada na maior parte e formalizada pelas leis) com os meios de produção, segundo o seu papel na organização social e, por conseguinte segundo os modos de obtenção e o volume da parte da riqueza social que está à sua disposição” (CHAKHNAZÁROV E KRÁSSINE 1981, p. 78-79).

Por esse prisma as mulheres do MST situam-se no grupo social das trabalhadoras rurais, por pertencerem a um grupo de mais pessoas que se diferenciam por uma série de traços identitários.

A questão da opressão das mulheres já foi levantada por Engels (2000) no livro: *A origem da família da propriedade privada e do estado*. Nesta obra, ele observa que antes da gênese da sociedade classista, a primeira forma de opressão que surgiu na face da terra fora a do homem sobre a mulher.

Quanto às razões ocultas da invisibilidade da mulher nas ciências e na cultura, Carrasco (2003, p. 18), afirma que existem duas grandes razões constituintes:

uma mais antiga, de caráter ideológico patriarcal, e outra, possivelmente mais recente, de caráter econômico. A primeira está

relacionada com as razões do patriarcado. Sabe-se que, em qualquer sociedade, o grupo dominante (definido por raça, sexo, etnia, etc.) determina e impõe seus valores e sua concepção de mundo, constrói estruturas sociais, estabelece as relações sociais de poder; elabora o conhecimento, desenha os símbolos e a utilização da linguagem. Mas, além disso, tais valores tendem a assumir a categoria de universais, como que se invisibilizasse o resto da sociedade.

Isso implica compreender que a historiografia carrega marcas profundas das formas ideologizadas de pensar das sociedades. Portanto, propomos "desenterrar as pontas da fita vermelha fincada na terra" (Bogo, 2003) e perceber o seu tamanho e sua longa permanência por baixo dos escombros da história dos palácios dos imperadores.

A trajetória das mulheres nas lutas sociais na América Latina no campo não está visível, porque as pontas das fitas vermelhas continuam soterradas. Recuperar a memória da participação política das mulheres nos movimentos sociais no campo se compara ao trabalho arqueológico que, para desvendar questões de nossa ancestralidade, exige várias escavações. É com esse intuito que trazemos à baila a questão da presença e contribuição feminina nos movimentos sociais.

Existe muito pó sobre as pegadas que as mulheres deixaram pelos caminhos das lutas revolucionárias da classe trabalhadora. Ora aqui, ora ali podemos observar alguns desses índices, o que nos desafia a seguir. Varrer o "pó" e registrar cuidadosamente as mais diversas experiências e vivências femininas; referências valorosas de práticas que podem contribuir significativamente na transformação das relações sociais que reproduzem a exploração e as desigualdades.

O fato de as mulheres não serem lembradas na memória das lutas sociais não significa que elas estiveram passivas diante dos conflitos sociais durante todos esses anos. Apesar das dificuldades do registro do engajamento do público feminino e da falta de fontes documentais, algumas estudiosas como Randall (1982) e Maia (2002) vêm se esforçando para recuperar essa memória. Graças a esses esforços, tornou-se possível enxergar que, na América Latina, o protagonismo das mulheres nas lutas contra a opressão colonial, pela independência e nas lutas revolucionárias pela implantação de um projeto de sociedade socialista como na Nicarágua, em Cuba e no Chile se fizeram presentes.

Para entender a participação das mulheres nos movimentos revolucionários, questionamos: – Quais os fatores que levaram à exclusão, à obscuridade da militância política

das mulheres? Durante a pesquisa, identificamos vários aspectos, dentre os quais destacamos os seguintes:

O primeiro deles é a cultura do sistema patriarcal e machista. O modelo patriarcal remonta à sociedade e ao pensamento gregos, em que se definia uma ordem para a vida na polis, ou seja, no espaço público, e outra ordem para a vida na *oikia* (espaço doméstico familiar). As atividades que se realizavam na polis eram atribuídas aos homens livres, ou seja, àqueles que tinham sobre o seu domínio outros povos e que poderiam exercer e construir o pensamento lógico racional voltado para explicar o sentido da vida e da organização da sociedade humana enquanto atividades ligadas à produção de bens e ao atendimento das necessidades das pessoas. As atividades para a reprodução biológica da vida eram atividades atribuídas aos escravos e as mulheres (Silveira, 2004).

O sistema patriarcal se baseava na divisão sexual do trabalho e na organização da sexualidade e da procriação, permitindo a apropriação individual das capacidades reprodutivas e sexuais às mulheres, limitavam sua autonomia e liberdade de ação. Essa cultura impunha regras, normas de comportamento e escala de valores distinguindo os papéis sociais dos homens e das mulheres, dando aos primeiros uma posição de privilégio e destaque tanto no espaço público quanto no privado. Esse modo de conceber a organização e reprodução da sociedade gerou uma valorização do homem sobre a mulher

O segundo fator é a cultura da sociedade dividida em classes sociais. Carboni e Maestri (2003) argumentam que o consenso ideológico e a naturalização da exploração surgem e se alicerçam na vigência e solidez objetivas das relações sociais de exploração.

Nas sociedades classistas, a classe detentora dos meios de produção procura se hegemonizar, explorar e dominar a outra classe. Estas sociedades por meio de suas instituições fabricam identidades para os indivíduos, segundo sua classe social, sua raça, etnia, idade e forjam uma ideologia que orienta e se manifesta nas práticas culturais e nas estruturas que alicerçam a sociedade.

Na sociedade capitalista, segundo Godinho (2003, p. 34):

a opressão das mulheres foi assimilada pelo capitalismo como forma de diminuir os custos com a reprodução da força de trabalho, aumentar a exploração da classe trabalhadora; manter uma divisão e competição de interesses e privilégio dentro da classe trabalhadora;

assegurar mecanismos de assimilação da ideologia burguesa e patriarcal no seio dos oprimidos.

Romper com o modelo de sociedade que se alicerça na exploração e na opressão de classes e gênero, para se repensar novos caminhos nas relações humanas, exige enxergarmos como as trabalhadoras estão se posicionando dentro de um sistema marcado pelos conflitos e pelas contradições políticas, econômicas e culturais em todos os processos de lutas. O entendimento dessa formação identitária feminina, perpassa pela leitura do compromisso histórico das trabalhadoras latino-americanas nas mudanças sócio-políticas.

Os processos de luta pela emancipação política, social e econômica são protagonizados pelos oprimidos e não pelas classes dominantes, a quem interessa a manutenção da ordem de classe e dos sistemas sociais e institucionais que lhes permitem privilégios. A mulher trabalhadora, em todos os momentos de lutas sociais, colocou em pauta novas formas de organização da vida, do trabalho e das relações humanas.

É preciso destacar que nem todas as mulheres defendem da mesma maneira as mudanças nas relações sociais, pois não é somente a igualdade de gênero que conta. Na sociedade capitalista, as mulheres da classe burguesa têm privilégios que querem manter. A luta destas mulheres se limita à busca de mais espaço social sem alterar o sistema da sociedade classista e desigual. “Sem direito de ocupar espaços sociais, as mulheres burguesas se limitaram a torcer pelo êxito profissional dos maridos. O sucesso do marido seria o dela também”. (CARTILHA DO MST - Setor de Gênero: 2003, p.16).

Para Godinho (Op. Cit, p. 38):

A coerência política e revolucionária se manifesta no combate permanente para criar, desde hoje, as bases para a construção de um novo homem e uma nova mulher, revolucionários por inteiro que colocam em xeque a assimilação e reprodução da moral, dos valores, enfim da ideologia burguesa e patriarcal por parte dos trabalhadores.

Daí a importância de se incorporar, no desenvolvimento da consciência política da classe trabalhadora do MST, uma reflexão acerca da ideologia machista e um combate permanente contra as formas de sua manifestação cotidiana, individual e coletiva que discriminam e oprimem as mulheres. A opressão da mulher é justificada pela ideologia que se

propaga e se reproduz de forma sutil por meio das instituições sociais como a família, a escola, a igreja, as instituições de trabalho; enfim, através da cultura.

Quanto à participação das mulheres nos movimentos sociais, historicamente têm se projetado duas situações distintas, a saber: a primeira delas é que as mulheres tiveram muitas dificuldades para adentrar nos espaços públicos e assumir papéis tidos como exclusivos aos homens; e a segunda é quando elas ao romperem as barreiras e penetrar nestes espaços atuando lado a lado com os homens, mesmo assim não tiveram suas participações reconhecidas.

Historicamente foi negado à mulher o acesso à educação, a participação política e o reconhecimento do seu trabalho como gerador de renda e valor. Esses fatores também contribuíram para a sua invisibilidade.

Nos atuais movimentos, percebe-se um avanço na participação das mulheres nas lutas pela terra, pela reforma agrária e pela mudança do modelo econômico centrado no latifúndio e agronegócio. Como exemplo, as lutas das mulheres indígenas no movimento Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) no México, na Associação Nacional de Mulheres Indígenas no Chile (ANAMURI) e nas lutas das mulheres sem terra e do Movimento de Mulheres Camponesas no Brasil.

Essas mulheres, de maneira geral, pertencem às classes oprimidas e a uma classe trabalhadora, lutam e atuam no campo se destacando como lideranças e produzindo lado a lado com seus pares masculinos, entretanto, elas não são conhecidas como tal, não são computadas nos censos realizados e, portanto, estão invisíveis.

Sobre a participação das mulheres na luta social, Petras (2003, p.93) observa que no momento que a luta se torna mais intensa, mais aguda, com maiores confrontos, também aumenta a incorporação da mulher, mas quando a luta entra na fase de negociações, de consolidação, a tendência é voltar aos padrões anteriores. E aí os homens assumem os postos de direção e de decisões políticas.

Spindel (apud MAIA, 2002) falando da invisibilidade social da trabalhadora rural, tanto no que se refere ao trabalho agrícola quanto a sua participação na luta pela terra, vai ressaltar a necessidade de fazer justiça à contribuição histórica desta trabalhadora. De maneira geral, a sociedade não a entende como tal, marginalizando-a de forma a negar-lhe até mesmo os poucos direitos que são concedidos aos homens na área rural.

Gradativamente, as mulheres vêm construindo vários instrumentos de organização com diferentes estratégias de lutas e resistência, forçando os movimentos sociais do campo a se estruturarem, permitindo a melhoria das condições de vida das trabalhadoras, em que novos espaços de vivências e de relações se abrem em caminhos com vistas à construção de uma sociedade democrática, mais justa e igualitária, superando discriminações de ver a mulher nas organizações sociais.

## 1. PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL

As formas de lutas e movimentos sociais no campo variaram na história. Podemos caracterizar, como grandes lutas sociais, as lutas dos povos indígenas contra a dominação, as lutas contra a escravidão e a formação dos quilombos; as lutas pela terra e as lutas em defesa da reforma agrária. Essas lutas influenciaram os diversos movimentos que os sucederam, como podemos observar nos movimentos sociais contemporâneos.

A diversidade de movimentos sociais no campo é determinada pela diversidade de contradições existentes e modos de viver e enfrentá-las. As bases dos movimentos estão implantadas nas diversas formas sociais de inserção dos diferentes seguimentos de trabalhadores rurais na estrutura agrária e no processo de produção agropecuária. (GRZYBOWSKI, 1987).

Rufino (1987) argumenta que, na luta contra a escravidão, há registro sobre Ganga Zumba e Zumbi e que as guerreiras, Aqualtune e Dandara, que também participaram, não são lembradas.

Grzybowski (1987, p. 47) avalia que afirmar que a presença de mulheres nas lutas sociais no campo, no Brasil é recente constitui um equívoco. As lutas no campo já produziram mulheres líderes do porte de Elizabeth Teixeira (das Ligas Camponesas), Margarida Maria Alves (presidente do Sindicato de Alagoa Grande na Paraíba, assassinada em 1983) Maria Oneide Costa Lima (líder dos Posseiros em São Geraldo, na conflagrada região do Araguaia-Tocantins). O que se percebe é que em todas as lutas as mulheres se fizeram e ainda se fazem presentes, ora como lideranças ora como companheiras dos seus esposos.

A participação organizada das mulheres como grupo político na zona rural brasileira começou na década de 1950, com maior organicidade na década de 1960, a partir da

Constituição das Ligas Camponesas. Com o golpe militar de 1964, houve um desmantelamento geral das organizações, com perseguições políticas, prisões e mortes dos seus líderes. A organização das mulheres trabalhadoras rurais só foi reaparecer no cenário nacional na década de 80, com a redemocratização do país e com o movimento pela constituinte; assim também o surgimento de novos movimentos sociais, de luta pela terra e pela Reforma Agrária. É no terreno destes movimentos que vamos centrar nossas reflexões sobre a participação das mulheres e a sua luta sem trégua pelo seu reconhecimento como atores sociais e políticos.

A incorporação da mulher nos movimentos aconteceu de duas maneiras. A primeira, a participação por dentro de movimentos de forma heterogênea, isto é, homens e mulheres se aliavam e se organizavam para defender, reivindicar e promover novas formas de organização do trabalho e das relações sociais do campo. A segunda, quando organizaram grupos específicos de mulheres para tratarem de questões inerentes ao público feminino nos movimentos.

A organização de mulheres de forma heterogênea se deu a partir da organização dos sindicatos de trabalhadores rurais na década de 1980. Neste período, as mulheres iniciaram a luta pela participação política nos sindicatos. Silvia (2003, p.36) afirma que

Durante a década de 80 houve uma “ressurreição” do movimento e a consolidação da luta das trabalhadoras rurais. Acontecem vários encontros regionais e nacionais que debatem as dificuldades gerais do trabalho e as questões específicas das mulheres. Um processo fundamental para o fortalecimento da luta foi à sindicalização. Até então, os sindicatos rurais não consideravam necessária a filiação das mulheres, mesmo quando elas trabalhavam na roça. Um dos fatores que contribuiu para a entrada das mulheres nos sindicatos foi à instituição do direito à aposentadoria rural, conquistado pelas mulheres no final dessa década.

A participação das mulheres no movimento sindical do campo possibilitou que elas se perceberem nas lutas. Para Grein (2003, p.9): “foi um período muito bonito de grandes esperanças para os trabalhadores e trabalhadoras do campo [...]”. Antes elas participavam da vida do sindicato, mas não tinham voz nem voto, pois não eram filiadas ao sindicato, mas dependentes de seus maridos, assim não podiam votar, nem serem votadas, pois eram representadas por seus esposos ou filho mais velho.

De fato, foi nas lutas sindicais do campo que a participação da mulher se tornou visível. O assassinato da trabalhadora rural e líder sindical Margarida Alves – presidente do Sindicato de Alagoa Grande(PB) – em 12 de agosto de 1983, em sua casa na frente de seus familiares a mando dos latifundiários e usineiros da região tornou a mulher do campo visível aos olhos da nação, ainda que na condição de mártir.

### A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES CAMPONESAS NOS MOVIMENTOS SOCIAIS

A história das mulheres no MST pode ser analisada em três períodos da luta pela Reforma Agrária e da organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. O primeiro período vai de 1984 a 1988, em que o MST estava se constituindo como movimento sindical, de massa, autônomo e de caráter nacional, a partir daí a sua expansão na luta pela conquista da terra, por meio das ocupações, enfrentando a violência da União Democrática Ruralista (UDR).

O segundo momento de 1988 a 1998, período de consolidação da estrutura orgânica do próprio movimento, setores, instâncias e das lutas contra o latifúndio improdutivo. O último período, de 1998 aos dias de hoje, em que os trabalhadores enfrentam o latifúndio moderno – o agronegócio.

Inicialmente as lutas dos trabalhadores tiveram um cunho religioso, o lema era *Terra de Deus Terra de Irmãos*. As principais formas de luta para denunciar a violência das empresas rurais, dos grileiros e latifundiários eram as romarias da terra, as caminhadas, as greves de fome, a ação de deitar ao chão como forma de resistência pacífica durante os despejos.

Em 1984, no Encontro Nacional, em Curitiba são adotadas as palavras de ordem: *Terra para quem nela trabalha*. A partir desse encontro as ocupações de terra ganharam mais força e intensidade.

No primeiro Congresso Nacional, realizado em 1985, o lema passou a ser *Ocupação é a única solução*. Essa deliberação fortaleceu o movimento de luta pela terra, embora se reconheça ter sido originado esse mote das lutas da Comissão Pastoral da Terra e da Igreja.

As consignas elaboradas trazem implícitos os objetivos e as estratégias da luta pela reforma Agrária. Em 1986, o MST se definiu pelo lema: *Terra não se ganha se conquista*. Em 1988, no bojo da luta pela democracia e pela elaboração de novas leis no país, as palavras de ordem foram: *Sem reforma agrária não há democracia*. No ano de 1990, passou para: *Ocupar, resistir e produzir*. Em 1995 se traduziu em *Reforma agrária uma luta de todos*. Em 2000, o MST adotou a frase – *Reforma Agrária por um Brasil sem latifúndio*.

Foi em 1979 que ocorreram as primeiras ocupações nas fazendas Macali e Brilhante, no município de Ronda Alta e Sarandí no Rio Grande do Sul. A conquista destas áreas estimulou outras famílias a reivindicarem um pedaço de terra, e mobilizou centenas de pessoas na organização do Acampamento de Encruzilhada Natalino em 1981, com cerca de mil famílias sem terra. Pavan (1998, p. 7) avaliou que:

a ocupação foi um acontecimento marcante na experiência de homens e mulheres assentados, porque é o momento da decisão de entrar na luta e se constitui no primeiro enfrentamento com as forças contrárias. Dependendo da motivação para entrarem nesse processo e do grau de envolvimento dos membros da família, essa fase poderá influir, com peso maior ou menor, no desenvolvimento das subseqüentes.

Desde o primeiro Congresso Nacional, as mulheres se fizeram presentes, participativas e propositivas das linhas políticas e dos objetivos do MST na luta pela reforma agrária. Participaram mais de 300 mulheres. Entre elas estavam Maria Oneide, do Pará; Elizabete Teixeira, da Paraíba; Santana Gracielle, do Mato Grosso do Sul; Maria de Fátima Lina Bandeira e Maria Pinheiro Pereira, do Paraná.

Essas mulheres representam a história da luta camponesa em seus estados e no país, participaram ativamente dos grupos de trabalho, discutindo a integração da luta nos acampamentos e nos assentamentos.

Ao tomarem parte da luta, as mulheres também viabilizam a participação de toda a família. Relataram suas experiências e seus sofrimentos. Elizabete, Maria de Fátima e Maria Oneide haviam perdido seus companheiros na defesa de seus direitos pela posse da terra. Da mesma forma como em suas comunidades, em seus municípios, as mulheres ocuparam seus espaços no processo de formação do movimento. (FERNANDES, 2000, p.88)

Na sua luta, as sem terra têm enfrentado a perseguição, a violência e a impunidade que protege e favorece o latifúndio. Muitas mulheres pagaram com suas vidas o compromisso na luta em defesa da reforma agrária e do bem estar coletivo das trabalhadoras e dos trabalhadores do campo.

A lista de mulheres assassinadas é extensa. Roseli Nunes da Silva, assassinada no trevo da estrada de Sarandi, Rio Grande do Sul, no dia 31 de março de 1987, ocasião em que participava de uma manifestação com mais de 5.000 pessoas. Dorcelina Folador, prefeita de Mundo Novo - Mato Grosso do Sul, assassinada em 30 de outubro de 1999; Maria Zilda, acampada no Acampamento Caldeirão em Vitória da Conquista Bahia, grávida de 5 meses foi assassinada junto com mais outros três sem terras no dia 29 de outubro de 1994, quando pistoleiros encapuzados invadiram o acampamento. Recentemente, a sociedade se chocou com o assassinato da religiosa Dorothy Stang, em 12 de fevereiro de 2005.

As funções que as mulheres assumem dentro do MST são diversas: o trabalho de base para as ocupações, o trabalho de secretaria do MST, zeladora do Jornal Sem Terra no setor de comunicação e o trabalho de formação com a juventude para projetar novas lideranças, a organização das mulheres e dos seus espaços de estudo e debate sobre gênero. A participação feminina, ao mesmo tempo em que fortalece o movimento, também fortalece a organização interna das mulheres.

No início da organização do MST, poucas mulheres assumiram cargos nas instâncias nacionais, os homens eram a imensa maioria. Dentre as pioneiras, podemos citar: Fátima Ribeiro, que esteve liderando a expansão do MST em diversos estados do Brasil, no Espírito Santo, Ceará, Minas Gerais, correndo todos os riscos dessa luta.

Até os finais da década de 80, as militantes e dirigentes do MST eram as solteiras. A exigência de disponibilidade para a articulação e a organização do movimento que se expandia nacionalmente acabava dando preferência às mulheres que podiam se ausentar por um longo tempo de suas residências. As mulheres casadas tiveram dificuldades de se engajarem politicamente nessas ações naquela época.

Em contrapartida, os homens casados tinham oportunidade e possibilidade de assumirem as atividades nacionais, enquanto as mulheres casadas eram impostas à atribuição de cuidar dos filhos e da casa. Diante desse quadro, as mulheres que atingiram a projeção de dirigentes foram as solteiras. Com o avanço da luta e a maturidade do movimento, esse quadro sofreu alterações.

No ano de 1986, os trabalhadores (as) sem terra reafirmaram a sua estratégia de luta, formulando e desenvolvendo nas ações cotidianas uma concepção de que a conquista do direito de viver, morar e trabalhar na terra, como condição básica para a cidadania dos sem terras. Muitas famílias que ocupavam as terras eram constituídas por mulheres viúvas, solteiras e separadas. Isso exigia o reconhecimento delas como beneficiárias da Reforma Agrária. Neste ano, é registrada a primeira grande vitória das mulheres do MST: o direito de receber lotes na implantação dos assentamentos, superando a condição de dependência em relação a pais ou irmãos, afirmando a conquista do direito, até então negado, de ser titular da terra.

As mulheres avançam na consciência e na capacidade de liderança, percorrendo o trajeto da luta pela terra, e da militância social em outros movimentos e organizações de trabalhadores:

Um pequeno grupo de mulheres que ingressaram no movimento bem no seu início já com uma experiência de militância nas pastorais das igrejas e dos movimentos sindicais, ingressam no MST com uma certa consciência de classe e de gênero, pois houve um conflito dentro do movimento sindical dos trabalhadores rurais. Após ganharem a diretoria do sindicato elas foram excluídas por não serem sindicalizadas. Foi então que se organizaram em movimentos de mulheres autônomos reivindicando a sindicalização, salário maternidade, titularidade no bloco de produtor, [...]. E algumas mulheres vieram de movimentos urbanos de várias áreas de atuação. Um outro grupo de lideranças foi formado pelo próprio MST no dia a dia das lutas e conquistaram um espaço na organização tornando-se quadros do movimento. (TONIN, 2003, p. 23-24).

Pavan (1998) faz referência ao processo de conscientização dos trabalhadores (as) em consequência de três matrizes formativas: a teologia da libertação, disseminada pelas Comunidades Eclesiais de Base, os discursos de esquerda (marxista) dos vários partidos que atuavam na época e o sindicalismo combativo em ascensão; segundo essa autora, no caso das mulheres sem terra, a reflexão sobre fé e vida proporcionada pelas CEBs foi que lhes permitiu a construção de uma concepção mais elaborada da sua interpretação do mundo, e o engajamento na luta pela terra e pela reforma agrária.

Nas lutas sociais no campo, as mulheres foram ampliando as suas bandeiras reivindicatórias: a luta pela terra, pela reforma agrária e por políticas públicas para o campo.

[...] mulheres fazem marchas, mulheres ocupam prefeituras, né, brigam com secretário de educação, faz com que leve as cadeiras para o assentamento que leve os livros. A gente não registra isso. Olha se isso está registrado? [...] Quantas vezes a gente tem que ocupar a prefeitura para perfurar o poço artesiano lá no assentamento, ou o próprio Incra porque a questão da água atinge diretamente as mulheres que na maioria tem que cozinhar para alimentar as crianças, os seus filhos.[...]. (GEOVÂNIA, dirigente do MST/MA).

De acordo com os estudos do coletivo de gênero, há uma predominância da participação das mulheres nas ações relacionadas à educação, a saúde, a luta pelo saneamento básico. É visível que são elas que se ocupam de discutir e lutar pelo direito à educação e por uma nova proposta educacional.

A partir dos anos 90, com a estruturação dos assentamentos, o MST iniciou a organização do seu sistema cooperativista dos assentados, visando ampliar a organização interna, a comercialização da produção e se fortalecer para poder pressionar pelas políticas agrícolas e agrárias e, assim, sobreviver em uma sociedade em que a agricultura é altamente competitiva e excludente.

Nesse sistema cooperativista, um dos fatores que levou à pouca participação da mulher foi o fato das cooperativas se constituírem vinculadas ao cadastrado na terra. Até então, eram os homens quem tinha a concessão de uso da terra, conseqüentemente eram eles que recebiam os créditos, tornavam-se sócios das cooperativas. Raros casos em que mulheres viúvas, desquitadas ou solteiras se incorporavam no quadro de sócios das cooperativas. Dados indicam que apenas 12% das terras de assentamentos no Brasil pertenciam às mulheres, os índices mais altos eram nas regiões Nordeste e Norte, uma vez que nessas regiões havia muitas mulheres como chefe de família, conseqüência da alta taxa de migração masculina. No sul, o índice é mais baixo. No Rio Grande do Sul, apenas 9% das terras estão em nome das mulheres (Jornal da Emater-RS, dez. 2002).

Na década de 90, a repressão à luta dos sem terra se desencadeou de maneira violenta. Muitas lideranças foram presas, indiciadas e assassinadas. A repressão leva o MST a adotar e a incentivar a denominada resistência de massas onde famílias inteiras, homens, mulheres e crianças atuavam de maneira decisiva, enfrentando os despejos e provocando situações de desgaste das autoridades frente à intensa luta pela reforma agrária, obrigando o governo a intervir e negociar para evitar o desgaste público gerados pelos conflitos.

Durante os despejos, muitas vezes o primeiro grupo a se mobilizar de frente às colunas de policiais eram as mulheres com suas crianças.

No momento da resistência de massa que foi um momento forte no movimento quando o movimento decidiu criar a resistência de massa, as mulheres estavam ali empunhando a bandeira, enfrentando o latifúndio na linha de frente inclusive eram os nossos pelotões. (Fátima Ribeiro - Dirigente Nacional MST/RN).

A necessidade de somar forças para resistir à repressão aliada às pressões internas e externas, em geral feitas por mulheres sem terra, assim como por movimentos em defesa das mulheres exigiu uma ação mais eficaz do MST em relação a inclusão e o combate a discriminação das mulheres.

Nessa época preocupado em unir forças para combater o modelo econômico que estava destruindo a agricultura camponesa, o movimento sem terra intensifica sua articulação com outras organizações do campo no Brasil e no exterior. Na América Latina se reuniam no CLOC Coordenação latino Americana de organizações do campo, que tinha como norma a participação de 50% de mulheres em seus fóruns de debates e deliberações. Isso porque no CLOC já participavam mulheres com consciência de gênero e de classe que pressionaram para que se implementasse essa norma. Todos os movimentos que atualmente estão reunidos na Via campesina<sup>1</sup> mantêm essa exigência no Brasil e internacionalmente. (TONIN, 2003, p. 25).

Assim, o MST é levado a criar um espaço interno para refletir e debater as questões da organização das mulheres. O que resultou na realização do primeiro encontro de mulheres sem terra em outubro de 1995, que deliberou pela criação de um coletivo de mulheres responsável por incentivar e ampliar o debate das questões de gênero. Na conclusão do encontro, apontaram como metas:

Construir novos valores no cotidiano (família, militância, direções, postura pessoal), criar mecanismos para garantir a participação das mulheres em

---

<sup>1</sup> - Via Campesina é uma organização internacional que congrega diversas entidades e movimentos sociais no campo. No Brasil participam desta organização: o MST, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB), a Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), a Pastoral da Juventude Rural (PJR), e a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB) In: <<http://www.movimientos.org>>.

todos os níveis (creches e outras) e criar novas relações em que os resultados políticos, econômicos e sociais sejam distribuídos de forma igualitária entre homens e mulheres. (BOLETIM MST - A questão da mulher no MST. Publicação interna, p.7).

A partir de 1995, o cenário da agricultura brasileira ganhou novos contornos. Em novembro de 1999, com o Consenso de Washington esteve em curso no mundo uma nova reordenação política, com o desmoronamento dos estados nacionais e difusão das idéias neoliberais<sup>2</sup>, cujo eixo central foi fundamentalmente a idéia da organização de um Estado mínimo, o que significava intervenção estatal mínima sobre a atividade econômica. Esta deveria ser regulada pelo mercado e suas leis.

As empresas estrangeiras investiram na agricultura brasileira. Com o uso de alta tecnologia, essas empresas tendiam a concentrar capital e renda e, em consequência, ocorreu uma redução das pequenas e médias empresas que foram incorporadas e/ou destruídas pelas grandes concorrentes. Esse modelo de modernidade avançou no campo, aumentando a concentração de terras e os conflitos sociais.

Segundo dados do Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro Geográfico Estatístico (IBGE), no ano de 1996, foi registrado que 400 mil estabelecimentos foram extintos. O estudo da Comissão Pastoral da Terra (2005) informou também que, nos anos de 1993 a 1999, houve um crescimento contínuo nos conflitos de terra, que saltou de 361 para 870 conflitos, com uma pequena queda registrada em 2000.

Neste período, dois acontecimentos importantes obrigaram o governo a dedicar maior atenção ao MST: o massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido em 17 de abril de 1996, em que morreram 19 sem terras e a Marcha a Brasília, realizada de fevereiro a abril de 1997, que mobilizou cerca de cem mil pessoas. Estes episódios atingiram a imagem do governo federal que, ao invés de propor medidas para avançar na reforma agrária, contrariamente assumiu para si a tarefa de conter e reprimir a organização dos sem terra.

O objetivo era impedir não apenas as invasões de sedes do Incra, como o MST vinha fazendo nas grandes cidades, mas também a ocupação de

---

<sup>2</sup>As idéias neoliberais começaram a ser difundidas pela primeira vez em 1947, quando um grupo de intelectuais conservadores em Monte Pélier, na Suíça, formaram uma sociedade de ativista para combater as políticas do estado de bem-estar social. As idéias neoliberais afina-se com qualquer regime que assegure os direitos da propriedade privada, indiferente se ele é um regime democrático, autoritário ou ditatorial. In: <<http://www.educaterra.terra.com.br/voltaire>>.

fazendas, ação preferencial dos sem-terra. A proposta aprovada na reunião foi coordenar a repressão ao MST no Gabinete Militar da Presidência, em vez de deixar a tarefa para os governadores de Estado, como aconteceu até a semana passada. Toda vez que se verificar que as polícias militares não estão dando conta dos conflitos, tropas do Exército serão chamadas.” (REVISTA VEJA, 1996).

Neste clima de tensão, o MST adotou uma estratégia de divulgação da luta pela reforma agrária – as marchas nacionais ganhavam expressão e notabilidade pela durabilidade, apoio social, resistência dos marchantes e pelo nível de organização dos sem terra. A primeira marcha nacional ocorrida foi em 1997. *A Marcha Nacional por Terra, Emprego e Justiça* que foi organizada em duas colunas de 1.500 pessoas, durou quase três meses, encerrando em Brasília, num ato que reuniu cerca de quase cem mil pessoas. Neste evento, a participação das mulheres foi massiva.

Nesse período, quando os acampamentos passaram a durar anos, o MST pressionava pelas desapropriações e liberações de terras, créditos, assistência técnica, infra-estrutura básica para os assentamentos rurais. “Se a situação dos trabalhadores rurais é crítica, para as mulheres trabalhadoras rurais é ainda pior; 81% delas no ano de 1998 não recebiam nenhum rendimento pelo o seu trabalho”. (Revista Contra a pobreza e a violência, 2000).

As mulheres se articulavam para fortalecer a resistência nos acampamentos. Além de resistirem aos despejos, elas denunciavam a ação do poder judiciário. Exemplo desta denúncia é a carta das mães sem terra, dirigida à desembargadora Maria Isabel Benone que retificou pela quarta vez a decisão de despejar a força 180 famílias sem terras acampadas em terras públicas pertencentes à prefeitura de Belém, em 2000.

Neste ano, na semana do Dia Internacional da Mulher, dois fatos importantes deram notabilidade aos problemas das mulheres do campo. Um destes foi o acampamento nacional de mulheres, coordenado pela Associação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais – ANMTR, que reuniu 3.600 mulheres, de 26 estados, representantes de diversos movimentos entre estes o MST e organizações autônomas de mulheres. O outro foi a Marcha das Margaridas, organizada pela Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura - CONTAG e pelas Federações Estaduais de Trabalhadoras Rurais.

Diversos veículos de comunicação noticiaram esses eventos enfatizando o seu caráter reivindicatório e a participação representativa de diversos seguimentos de trabalhadoras do campo. A matéria, publicada em 12 de março de 2000, no jornal *A notícia*, destaca

Em manifesto, as agricultoras revelam que o neoliberalismo arruinou 942 mil estabelecimentos agrícolas nos últimos dez anos, fez desaparecer 450 mil pequenas propriedades, eliminou 2,9 milhões de empregos no campo e 4,5 milhões de famílias ficaram sem terra. Vive-se a insegurança de chegar à velhice sem aposentadoria, de perder o salário-maternidade, de se expor permanentemente aos perigos da lavoura, sem direito ao auxílio por acidente de trabalho. As mulheres e seus filhos e filhas não têm acesso à educação. No Brasil, existem mais de 6,5 milhões de agricultoras analfabeta.

Passados esses momentos, as mulheres voltaram ao anonimato. Em raros momentos, elas apareceram dando entrevistas e demonstrando que também estão dirigindo o movimento em seus estados, municípios ou acampamentos. O protagonismo das mulheres caiu no esquecimento.

Na luta contra o modelo da agricultura capitalista em que se expande no país, o MST propõe um novo projeto com base na democratização da terra, na diversificação da produção e na defesa de uma agricultura orgânica e luta contra os transgênicos. O setor de gênero elaborou uma cartilha orientando toda a base feminina a se lançar na luta contra o monopólio do conhecimento através do uso da biogenética, contra os transgênicos e a favor das sementes como patrimônio da humanidade.

Em 2002, sob o governo do Presidente Lula, o MST passou a combinar a luta para pressionar o governo pela realização da reforma agrária, com a articulação junto com demais movimentos para propor políticas públicas no campo da reforma agrária e da organização dos assentamentos. Assim, em 2 de maio de 2005, 12 mil trabalhadores e trabalhadoras deixaram a cidade de Goiânia rumo a Brasília para, reunidos, caminhar, protestar e chamar a atenção da sociedade brasileira para a grave situação de pobreza e desigualdade no campo. (Boletim MST, ano IV, nº89 – edição especial).

A participação das mulheres representou um avanço em relação às marchas anteriores. Esse avanço foi atribuído ao trabalho educativo e político que tem sido realizado no MST, e a organização da ciranda itinerante, que é uma forma de organização da escola para atendimento a educação infantil, acompanha as crianças desde o período de residência no acampamento, fase transitória sujeita a mudanças em função dos despejos, até o assentamento definitivo. Durante o percurso da marcha, foi mantida a ciranda itinerante com a participação de mais de 300 crianças.

## 2 A CONSTRUÇÃO DE NOVAS RELAÇÕES NOS MOVIMENTOS SOCIAIS

É inegável o avanço no debate da organização das mulheres e na construção de novas relações de gênero no movimento. Contudo, ainda persistem relações desiguais de poder em muitos setores do movimento. Existem fatores que dificultam a superação das relações de opressão: os valores da sociedade capitalista, que reproduzem as desigualdades baseadas na injusta divisão social e sexual do trabalho; a opressão milenar que o modelo patriarcal tem reproduzido; e os fatores de ordem interna ao próprio movimento, como a falta de uma compreensão mais ampla no conjunto do MST da questão de gênero e a da necessidade de enfrentar esse debate, e ainda a falta de condições reais e materiais que favoreçam a participação da mulher.

Para o setor de gênero do MST, o rompimento do sistema de opressão se dá dentro de um processo muito maior, que é a emancipação da classe trabalhadora. Tonin (2003), liderança nacional do movimento, apresenta como uma das causas que dificultam essa emancipação a concepção teórica das lideranças do movimento que ainda dá pouca ênfase para os instrumentos ideológicos que são utilizados pela sociedade burguesa e capitalista para reprodução da dominação de classe e do padrão de família burguesa<sup>3</sup> que gera desigualdades dentro da classe trabalhadora.

Na sociedade capitalista, persiste uma ordem de valores culturais e ideológicos nas relações entre classes e entre gêneros que se reproduzem nos espaços sociais, da família, escola, trabalho, igrejas, entre outros. Essa ordem de valores deu forma a uma exclusão social tanto quantitativa quanto qualitativa nas relações humanas e uma injusta concepção de poder.

Há necessidade de repensar a sociedade e o que se elaborou ideologicamente sobre a mulher. Esse repensar não se fará como fruto de mera atividade intelectual, mas na dinâmica das lutas sociais e na reflexão sobre elas.

---

<sup>3</sup>Esse modelo familiar surge no século XVIII, "Para o burguês o trabalho é o espaço no qual as relações são regidas pelo, calculismo, a competição, a busca pelo sucesso. Se o mundo dos negócios é o lugar da razão, o lar passou a ser o espaço exclusivo da emoção simbolicamente associado a proteção, amor, carinho, harmonia, enfim o paraíso. E a mulher passou a ter uma vida de reclusão em compensação ficou "protegida" do inferno do mundo dos negócios." Cartilha setor de gênero, julho de 2003, p.16.

As mudanças não ocorrem por elas mesmas. É necessário construir instrumentos que os unifiquem, trabalhadores e trabalhadoras para impulsioná-las. Não basta que as mulheres adentrem nos espaços considerados decisórios e de domínio masculinos. O desafio é o da reorientação dos padrões de valores da sociedade como um todo, incluído aí como os homens estarão reformulando suas relações sociais. Nesse sentido, o MST tem perseguido a luta pela Reforma Agrária e a superação das relações de classes entre sem terra e latifundiários no campo, bem como tem fomentado a discussão e vivências de novas relações de gênero. Isso não quer dizer que ele não tenha problemas de gênero, mas que é essencial uma análise para perceber os avanços e desafios que se apresentam nestes aspectos.

O número de mulheres nas instâncias nacionais do MST, em 1994, era 10 no total de 49 membros na coordenação nacional e 2 no total de 13 membros da Direção nacional. Em 1996, este número era 8 no total de 90 na coordenação e 3 no total de 23 na direção nacional (PAVAN, 1998, p. 59). A partir de 2005, o MST implantou a linha política de 50% de mulheres em todas as instâncias e setores. Isso resultou numa ampliação significativa das mulheres nas direções dos setores e instâncias, locais, estaduais e nacionais. Hoje a direção nacional do MST conta com mais de 50% de participação feminina.

Na aplicação das linhas políticas definidas pelo movimento, o setor de gênero aponta também alguns desafios a serem vencidos pelo próprio setor. Dentre esses desafios, a organização propõe:

No processo educativo, pensar a formação das coordenadoras de núcleos, aglutinar a militância feminina para debater as suas dificuldades e como enfrenta-las no campo teórico e organizativo; Trabalhar na perspectiva da elaboração teórica a partir do aprendizado no MST; Pensar e propor uma formação os educadores sem terra numa perspectiva de novas relações de gênero, envolvendo os homens também nestes espaços; Pensar o desafio de um trabalho formativo na perspectiva de gênero para os homens e mulheres sem terra." (SETOR DE GÊNERO MST, 2004, 0p.1-3)

As mulheres são a força principal que empurra a alavanca da mudança porque são elas que sofrem discriminação e violência. Os homens, pelos privilégios obtidos, têm dificuldades de se abrirem às mudanças. As mulheres sem terra estão sendo protagonistas dessa mudança visível, mas a emancipação feminina ainda demanda muitas ações.

Há duas vias de luta que atravessam a história e a vida dessas mulheres: a luta pela superação da dominação de classe e gênero, com o acesso à terra, e a reforma agrária e pelo fim da discriminação e exploração da mulher que se dá no contexto da sociedade em geral e a luta no interior da própria classe trabalhadora pela desconstrução dos valores machistas, patriarcal.

As mulheres estão fazendo história, tanto quanto seus maridos ou companheiros, de uma luta que não terminou e da qual não querem estar ausentes. A consciência de classe, adquirida nas experiências da luta, leva-as a se sentirem parte de um projeto mais amplo, ainda a ser concretizado, que é a reforma agrária e a perceberem que os acontecimentos considerados pequenos, coisas miúdas, fazem parte dessa luta mais ampla.” (PAVAN, 1998, p. 174).

Para mudar as relações sociais e não só as relações de propriedade, a luta deve continuar. A consciência política que as mulheres militantes atingiram levou-as a lutarem por outras transformações cotidianas, não se submetendo mais aos mecanismos de dominação social e culturalmente impostos, nem pelas classes dominantes, nem por seus próprios companheiros.

Melhorar as condições de vida das trabalhadoras rurais sem terra é uma necessidade, de igual maneira que se exige que os frutos da luta sejam repartidos igualmente entre os gêneros. Ademais, fica evidente que sem a participação feminina, as forças revolucionárias perdem energia e se tornam vulneráveis. Pois como diz o MST na música: “Sem mulher a luta vai pela metade. Revirar os contextos históricos das lutas sociais e buscar enxergar como as mulheres estão vivendo e refletindo a sua luta é condição inerente para a construção de uma nova humanidade”.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOGO, Ademar. *Arquitetos dos sonhos*. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

BOLETIM MST. Ano IV nº. 90 – *Marcha nacional pela Reforma Agrária*, 2000.

CADERNOS de Cooperação Agrícola. Nº. 5. *Sistema cooperativista dos assentados*, 1997.

CARBONI, Florence, MAESTRI, Mauro. *A Linguagem escravizada: poder e luta de classes*. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

CARRASCO, Cristina. "A sustentabilidade da vida humana: Um assunto de Mulheres?" In: FARIA, N e NOBRE, M (Orgs). *Cadernos Sempre-viva*. nº. 8. São Paulo, 2003.

CARTILHA *Mulheres Sem Terra :1984-2004 – 20 anos*. Brasília: MST, 2005.

Chakhnazárov, G e KRÁSSINE, Lu. *Fundamentos do Marxismo -Leninismo*. São Paulo: Progresso, 1981.

FERNANDES, Bernardo M. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

GODINHO, Tatau: *O feminismo e a luta dos trabalhadores*. In: REVISTA Setor Nacional de Gênero – MST, 2003.

GREIN, Isabel. *A Invisibilidade da Trabalhadora Rural no Brasil*. Juiz de Fora: UFJF 2003. (Ensaio monográfico do curso de pós-graduação e extensão).

MAIA, Sylvia M.R & Arapiraca, *Gênero, Agricultura Familiar e geração de renda: Um estudo de caso*, in Feminismo Ciência e Tecnologia CEJUP. REDOR/NEIM, 2002. Pp243-262.

PAVAN, Dulcinéia. *As Marias Sem Terras; trajetória e experiências de vida de mulheres assentadas em Promissão/SP – 1985 a 1986*. São Paulo: PUC, 1998.

PETRAS, James. *Uma revolução dentro da revolução*. In: Revista Setor Nacional de Gênero, 2003.

RANDALL, Margaret. *As Mulheres da Nicarágua; estamos todas despertas*. São Paulo: Global, 1982.

REVISTA Setor de Gênero do MST: *Construindo Novas relações de Gênero, desafiando relações de poder*, Distrito Federal, 2003.

REVISTA Setor de Gênero do MST. Distrito Federal, 2002.

RUFINO, Alzira: *Mulher Negra: uma perspectiva histórica*, s/n São Paulo, 1987. (mimeo),

SILVEIRA, Gema G. *Por uma memória de inclusão da Mulher*. São Paulo, 2004 (mimeo).

STEDILE, Pedro João. Brasil, *Latifúndio: o pecado agrário brasileiro*. (Mimeo)

SILVA, Terezinha A. G. da. *Mulheres e Homens do "Terra à Vista"*; estudo de caso das relações de gênero no MST. Escola de Agronomia/UFBA: Cruz das Almas, 2003. (Dissertação de Mestrado).

TONIN, Ivanete. *A participação das mulheres no MST*. Ensaio monográfico. Juiz de Fora: UFJF, 2003.

## PERTINENCIA DE LAS ORGANIZACIONES DE MUJERES DEL SECTOR POPULAR, EN EL PARAGUAY DE HOY

Magdalena Fleytas\*

### RESUMEN

El artículo aporta argumentos que defienden la pertinencia de las organizaciones autónomas de mujeres del sector popular en la sociedad paraguaya actual. Los argumentos surgen del estudio de la experiencia – individual y social organizativa - de las mujeres integrantes de la Coordinadora Nacional de Organizaciones de Mujeres Trabajadoras Rurales e Indígenas (CONAMURI) y del análisis del contexto socioeconómico, político y cultural en el cual está inserta. Sostiene que las organizaciones autónomas de mujeres trabajadoras cumplen un papel fundamental en el proceso de cambio social y de construcción del poder popular, como espacios que favorecen la superación de la discriminación y marginación de las mismas, y la formación de capacidades necesarias para la actuación en el ámbito público.

Palabras clave: Patriarcado y capitalismo, género, organización autónoma y poder popular.

### ABSTRACT

This article stands for the autonomous women organizations in the popular sector of the Paraguayan society. The main reasons come out of the study of the experience – individual and as an organized social group – of women who are members of Coordinadora Nacional de Organizaciones de Mujeres Trabajadoras Rurales e Indígenas (CONAMURI) and of the analysis of the socioeconomic, political, and cultural context in which they are. The autonomous working women's organization play an important role in the process of social change and in the building of popular power as spaces in which discrimination are discouraged, and the building of elemental skills to intervene out of the domestic area.

Key Words: Patriarchate, capitalism, genre, autonomous organizations and popular power.

### INTRODUCCIÓN

En Paraguay, como en toda América Latina, la existencia de organizaciones autónomas de mujeres campesinas e indígenas –excluyendo a los grupos de base - no data de mucho tiempo atrás. La característica general de la inserción de las mujeres en las organizaciones campesinas e indígenas, ha sido y sigue siendo, la pertenencia a organizaciones mixtas. La primera organización de carácter nacional que articula exclusivamente a grupos de mujeres pertenecientes a organizaciones de diferentes niveles,

\* Especialista en Estudios Latino Americanos – UFJF / ENFF – MST. Militante de CONAMURI, en el Paraguay

que surge en Paraguay, es la Coordinadora Nacional de Organizaciones de Mujeres Trabajadoras Rurales e Indígenas, CONAMURI.

Pero, ¿porqué una coordinadora integrada solamente por mujeres? ¿Qué razones la justifican? ¿Es un avance en la organización de la clase trabajadora en su conjunto, o por el contrario, se la debería considerar un factor entorpecedor en el proceso del movimiento popular hacia el logro de sus objetivos más amplios? ¿Puede pensarse que es una división de fuerzas del sector popular?

Creemos importante tratar de ver con claridad los motivos por los cuales se justificaría la existencia de las organizaciones autónomas de mujeres del sector popular, en el Paraguay, ya que ellas siguen generando resistencia en los mismos sectores populares organizados, principalmente de parte de los hombres. Pensamos que este hecho se constituye en un importante obstáculo en el proceso de fortalecimiento y crecimiento de dichas organizaciones, las cuales cumplen un papel importante en la ardua tarea de concienciación y de desarrollo de capacidades para la vida pública de las mujeres. Entendemos que la incorporación activa de las mujeres como protagonistas a la lucha popular, con el aporte de sus diferencias de género, alterará la correlación de fuerzas y significará un avance, no solamente cuantitativo, sino también cualitativo del movimiento popular.

Pretendemos demostrar la pertinencia de las organizaciones autónomas de mujeres campesinas e indígenas en el Paraguay de hoy, tomando la experiencia concreta de CONAMURI y considerando la situación actual en que se encuentran los procesos de lucha, de las mujeres por lograr la equidad de género, y del sector popular por la superación de la sociedad de clases.

Este artículo comprende, además de las conclusiones, dos partes<sup>1</sup>. La primera: “*La organización autónoma de mujeres, CONAMURI*” describe y caracteriza a CONAMURI, relata brevemente su historia, y muestra sus luchas y logros en sus cinco años de existencia. En la segunda, el tema es el “*Contexto político, socioeconómico y cultural en el que surge e interactúa CONAMURI*”, que a criterio nuestro justifica la formación de organizaciones autónomas de mujeres campesinas e indígenas en el Paraguay.

---

<sup>1</sup> La versión original del artículo consta de una parte más titulada “*Capitalismo y Patriarcado versus Poder Popular*”, que enfoca la explotación de la mujer en el sistema capitalista, y contrapone la propuesta de construcción de poder popular a las estructuras de dominación capitalista y patriarcal.

## 1. LA ORGANIZACIÓN AUTÓNOMA DE MUJERES, CONAMURI.

### 1.1. EL PROCESO DE FORMACIÓN. CARACTERIZACIÓN.

CONAMURI nace de la confluencia de dos vertientes de larga trayectoria de militancia social en Paraguay. Una, conformada por mujeres campesinas organizadas desde mediados de la década de los ochenta, y otra, de mujeres del sector urbano, que también desde los años de la dictadura estronista se organiza y lucha por la defensa de los derechos ciudadanos y de las mujeres.

Al proceso de las mujeres campesinas en organizaciones mixtas se suma el trabajo aunado de militantes sociales de organizaciones de mujeres del sector urbano, y de ONGs<sup>2</sup> dedicadas a la sensibilización en el tema género y comprometidas con el sector campesino, quienes desde el año 1995, comienzan a coordinar tareas con el propósito de articular a las mujeres campesinas e indígenas del país. Es así como, luego de cuatro años en los que se llevaron a cabo tres encuentros regionales, 300 mujeres indígenas y campesinas, representantes de comités de mujeres de diversos orígenes: organizados por ONGs, por la Pastoral Social de la Iglesia Católica, por instituciones gubernamentales, por empresas que tercerizan servicios estatales a las familias campesinas, o pertenecientes a organizaciones campesinas, se reúnen en Asunción, en octubre del año 1999, en el Encuentro “Día Mundial de la Mujer Rural”, encuentro nacional de mujeres donde se incorpora, a través de varios comités de mujeres y de importantes lideresas campesinas de larga trayectoria y formación política, la Coordinadora de Mujeres Campesinas, CMC, del Movimiento Campesino Paraguayo, MCP, que pasa a desempeñar un papel fundamental en la orientación política de CONAMURI.

Magui Balbuena, una de las socias fundadoras describe de esta manera el proceso:

El surgimiento de CONAMURI obedece a un proceso de intervención de las mujeres en sus propias organizaciones, es decir que las organizaciones existentes en el país ya habían comenzado hacía años a promover un poco la participación de las mujeres. También a raíz de la existencia de algunas organizaciones de mujeres en el Paraguay, la influencia internacional y del

<sup>2</sup> CECTEC (Centro de Educación, Capacitación y Tecnología Campesina), CCDA (Centro de Capacitación de Desarrollo Agrícola), SATOC, CDE (Centro de Documentación y Estudio), BASE IS (Base - Investigaciones Sociales), MxD (Mujeres por la Democracia), SEFEM (Servicios de Formación y Estudios de la Mujer), PROMUR (Centro de Promoción de la Mujer) – “Nuestro Documento” . 2000, CONAMURI

nivel de intervención de las mujeres en los espacios públicos. A esto se suma, creo yo, las ONG.s que han ayudado a incorporar en sus áreas de trabajo el tema de género, y la introducción del derecho de las mujeres en nuestras leyes. Todo eso contribuyó a que las mujeres puedan comenzar a reunirse y a ocupar espacios propios en sus organizaciones. Surgieron también grupos de mujeres en organizaciones mixtas, (...) como la Coordinación de Mujeres Campesinas dentro del Movimiento Campesino Paraguayo, que se fundó en 1985, (...) que tuvo sus acciones, sus luchas, sus intervenciones públicas también. Son un conjunto de elementos que abrieron inquietudes en las mujeres, de que necesitaban realmente otro espacio. Ese proceso que se estaba desarrollando dio un salto importante en 1999 con el surgimiento de CONAMURI”.<sup>3</sup>

Este primer encuentro nacional se reúne con el objetivo de “analizar y elaborar las demandas de las mujeres rurales para ser elevadas a las autoridades nacionales, así como visibilizar el aporte económico de las mujeres”<sup>4</sup>

Al finalizar el encuentro, y luego de analizar la situación política y socio-económica del país y la de las mujeres del sector popular, y considerando que ya existían las condiciones para la construcción de un espacio propio de mujeres y vista la necesidad de hacer frente a los graves problemas que aquejaban a las familias campesinas e indígenas, resuelven iniciar el proceso de constitución de una coordinadora nacional de mujeres campesinas e indígenas.

Luego de un año de intenso trabajo en las bases, de continuas reuniones de las representantes departamentales, y un encuentro nacional en febrero de 2.000 cuyo objetivo fue analizar la importancia de la construcción de un espacio propio de mujeres rurales e indígenas, se realiza el Congreso de Constitución de CONAMURI, en octubre de 2.000, donde se ratifica como organización autónoma de mujeres del sector popular que tiene la finalidad de construir junto con la clase trabajadora un país con igualdad social y de género.

CONAMURI (Coordinadora Nacional de Organizaciones de Mujeres Trabajadoras Rurales e Indígenas) es una organización de clase y género, instancia de coordinación de grupos de mujeres pertenecientes a organizaciones campesinas e indígenas de Paraguay. Las organizaciones a las cuales pertenecen las mujeres asociadas son nacionales, regionales o distritales, y la mayoría de ellas son mixtas.

Es una organización de mujeres del sector popular, democrática y autónoma. Se define como una herramienta de lucha de la clase trabajadora por sus derechos, y de las mujeres por

<sup>3</sup> Entrevista a Magui Balbuena – Informativo Campesino, CDE. N° 193, octubre 2004.

<sup>4</sup> Doc. CONAMURI. Invitación, 1 de octubre 1999, Encuentro “Día Mundial de la Mujer Rural”,

la igualdad de género, que busca la construcción de una nueva sociedad basada en los principios y valores del socialismo: justicia social, democracia participativa, igualdad, cooperación y solidaridad. Lucha por los derechos de la población indígena, el sector más discriminado de la sociedad, respetando su cultura y rescatando sus valores tradicionales.

Actualmente, coordinan en CONAMURI, mujeres campesinas de 18 organizaciones, la mayoría mixtas, y mujeres indígenas de 15 comunidades. Las mujeres campesinas, provienen de 11 Departamentos del país. Las indígenas son de las etnias Ava Guaraní, Mbya Guaraní, Qom, Guaraní Ñandéva y Pâingua. CONAMURI reúne más de 3.000 miembras.

## 1.2.LAS TAREAS Y LOS LOGROS A CINCO AÑOS DE SU FUNDACIÓN.

*“Si no existiese CONAMURI, muchísimas mujeres no hubiesen tenido participación en las organizaciones” (Ramona Benítez)*

La constitución y consolidación de un espacio propio de mujeres es considerada una conquista importante para las mujeres campesinas e indígenas, desde donde pueden intervenir como ciudadanas y desde su especificidad de mujeres, en los espacios nacionales e internacionales sobre cuestiones de interés general para el sector popular, y las específicas de las mujeres. Mayor grado de conciencia sobre sus derechos, desarrollo de competencias para el trabajo organizativo y para la actuación pública, fortalecimiento de la autoestima, reconocimiento de sus liderazgos fuera del ámbito de Conamuri, están entre los logros mencionados por las mujeres de Conamuri.

En sus cinco años de existencia, CONAMURI ha logrado no sólo visibilizar la problemática de las mujeres rurales e indígenas de Paraguay, convirtiéndose en “una de las voceras más visibles”<sup>5</sup> de ellas, como también ha logrado que sus planteamientos, denuncias y demandas sean tenidas en cuenta tanto por el estado paraguayo como por las organizaciones populares y sociales. Ha logrado colocar la problemática específica de las mujeres campesinas e indígenas en el debate nacional, y fue una de las primeras organizaciones en llamar la atención sobre los efectos sociales, económicos, políticos y medioambientales del modelo agroexportador y en especial de las extensas plantaciones de soja transgénica. Esta

<sup>5</sup> CDE-AREA MUJER, Informativo Mujer, Año 16 – Nº 171

lucha y otras son llevadas a cabo en forma coordinada con organizaciones pares, nacionales e internacionales. Conamuri ha logrado que las mujeres estén presentes en las articulaciones más amplias como lo son la Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo y la Vía Campesina, en los niveles continental e internacional. A nivel nacional articula en la Plenaria Popular Permanente, (PPP) y el Frente Nacional de Lucha por la Vida y la Soberanía (FNLVS). Las luchas nacionales en las que Conamuri está presente están: por un Presupuesto de Gastos de la Nación, justo; por la Banca Pública; contra el ALCA, contra las privatizaciones, por la tierra para quienes la trabajan y contra su extranjerización, contra el modelo agroexportador, entre otras.

En el ámbito jurídico, una conquista importante ha sido el reconocimiento legal, en el Estatuto Agrario, de la necesidad de "...promover el acceso de la mujer a la propiedad de la tierra, garantizando su arraigo a través del acceso al título de propiedad, al crédito y al apoyo técnico oportuno" Art. 2º (inc.b). Con el fin de efectivizar esta ley, ya que no existen acciones encaradas por el Estado para su cumplimiento, CONAMURI, en el 3er. Congreso Nacional, octubre del 2004, ha estructurado una Secretaría de Sinttierras, para presentar a través de ésta, las demandas específicas al Gobierno.

Los logros de CONAMURI vistos por sus lideresas<sup>6</sup> son muchos y los sitúan en lo personal, en el ámbito familiar y organizativo, en lo social, en lo jurídico y en lo político. Estas son sus palabras:

"Con la constitución de CONAMURI, las mujeres dimos un gran salto, porque CONAMURI es un espacio muy importante donde las mujeres toman las decisiones. Es un avance para las mujeres, no solamente en la instancia nacional, sino también en la departamental y en la regional, en las mismas organizaciones y en los comités de base, porque tomamos conciencia de que tenemos que luchar por nuestros derechos en todos los espacios, también en nuestra comunidad en defensa de los derechos del pueblo. Y vamos consiguiendo logros importantes. (ALICIA AMARILLA)

(...) En nuestra organización, PROCI, que es mixta, luego de diez años de existencia, hemos logrado con mucha lucha, que las mujeres participen en un 50 % como delegadas en las Asambleas, y también en un 50 % en la dirección de la organización. Fue un importante paso que se dio mediante nuestra participación en CONAMURI. (...) Hicimos cambios en nuestra metodología de trabajo, ahora conocemos otras metodologías para organizar

<sup>6</sup> Las miembras de Conamuri que han sido entrevistadas para la realización de este trabajo son: Julia Franco (Dpto. Itapúa), Ramona Benítez (Dpto. Concepción), Alicia Amarilla (Dpto. Caaguazú), Eugenia Servín (Dpto. Pte. Hayes), Nidia Fernández (Dpto. Alto Paraná), Concepción Meza (Dpto. San Pedro), Aida Martínez (Dpto. Guairá), todas ellas de la Dirección Nacional de Conamuri 2004-2006, y Magui Balbuena, miembra fundadora.

a las compañeras en comités. Conamuri nos da oportunidad para adquirir muchas experiencias”.

“En Conamuri, las representantes de las organizaciones mixtas se conscientizan y capacitan, y luego ellas hacen lo mismo con sus compañeras de base. Esto lo hacemos nosotras. (...) La juventud de nuestra organización ha logrado muchas conquistas con igualdad de género.” *(ALICIA AMARILLA)*

“...cinco años continuos de participación, discutiendo, debatiendo, proponiendo y aportando me fortalecieron políticamente” “...actualmente estoy como Coordinadora de la Plenaria Popular Permanente (PPP) del Departamento de Itapúa. Es un cargo de mucha responsabilidad, y que lo esté ocupando una mujer, es un reconocimiento, de parte de la sociedad, del trabajo y la capacidad de las mujeres” *(JULIA FRANCO)*

“Las mujeres de mi comunidad antes no conocíamos los derechos de los indígenas, no sabíamos lo que era una organización ni lo importante que era. A través de Conamuri nos organizamos y ahora sabemos que las mujeres tenemos los mismos derechos que los hombres, que podemos ocupar cargos igual que los hombres, y tomar decisiones. Aprendimos que las mujeres tenemos capacidad para asumir responsabilidades, no solamente en la casa, sino que podemos ocupar cargos en la comunidad. Las mujeres participamos de las reuniones de nuestra comunidad con los mismos derechos que los hombres, podemos opinar, proponer y ocupar cargos de dirección. Estos son logros muy importantes para nosotras.” *(EUGENIA SERVÍN)*

“...se la ha “reconocido como una alternativa para las mujeres campesinas e indígenas, se la ha reconocido como un espacio de defensa de los intereses de la mujer, (...) el gobierno reconoce a Conamuri como interlocutora válida para presentar demandas económicas a organismos del Estado. En ese sentido, ha tenido logros importantes (...) Entre ellos “conseguir proyectos productivos para las bases de las organizaciones integrantes de Conamuri, que son los comités de mujeres.”

“.....Conamuri lucha por la unidad de la clase trabajadora, organiza, concientiza y moviliza a las mujeres sobre sus derechos sociales, económicos y de género. Estos aspectos están colocados en los espacios de discusión de las organizaciones (...), que sí existe una organización de mujeres que defiende la igualdad entre los géneros, que lucha por los intereses de la clase trabajadora, que lucha por la unidad, y que las acciones tienen que ser cada vez más unificadas como clase trabajadora.” “Nosotras creemos que el tema de género está instalado en las organizaciones, que ha generado debate y muchas veces críticas...”

“...las mujeres han dado un paso hacia adelante, tomando como suya esta organización y llevando adelante su propio programa, su propio

pensamiento, y articulando un verdadero espacio de mujeres donde las mismas deciden y llegan a la acción.”

“Conamuri, como instancia nacional abre más oportunidades a las mujeres para trabajar la unidad de la clase trabajadora. Ha permitido una mayor articulación con el sector popular, muy importantes son las articulaciones con la CLOC<sup>7</sup> y la Vía Campesina, a nivel internacional, y a nivel nacional con la PPP y el FNLVS<sup>8</sup> (MAGUI BALBUENA, DPTO. CAAGUAZÚ).

“En CONAMURI fui fortaleciendo mis capacidades para el liderazgo. Personalmente fui ganando mayor libertad por los compromisos que fui tomando, ya no puedo estar tan atada a la casa. Con más compromisos me fui fortaleciendo. Desempeño tareas en las instancias departamental, nacional e internacional.” (NIDIA FERNÁNDEZ)

“Yo veo que mi vida cambió después de integrarme a CONAMURI. Primero, porque encuentro un lugar donde yo puedo compartir con mujeres de varias organizaciones de distintos puntos del país, de distintas clases sociales, y encima con distintos problemas. Y entonces podemos encontrarnos, compartir, darnos nuestra voz de aliento, y también ayudarnos...” (CONCEPCIÓN MEZA)

“Hubo un gran cambio en mí desde que estoy en Conamuri. Conozco mis derechos, hago propuestas ante los hombres, ya no tengo miedo. En mi organización hemos avanzado en la organización de las mujeres y los jóvenes. Hay más comités, y en esto ha ayudado mi trabajo” “Conamuri me dio muchas oportunidades para cubrir espacios nacionales, departamentales y activar más en los comités, me da oportunidades para fortalecerme.” (ALICIA AMARILLA)

“Dentro de las evaluaciones que hicimos (Congreso Nacional, oct.2004),...encontramos que hubo avances, las mujeres tienen más autoestima, saben defender mejor sus derechos, ya hay más dirigentas en los departamentos, van surgiendo nuevos grupos de mujeres, también la Conamuri despierta mayor credibilidad en las jóvenes, se le respeta más también a la Conamuri, ...las autoridades respetan más a nuestra organización, al igual que otras organizaciones, y se visibiliza más el aporte de las mujeres en los diferentes ámbitos donde interviene la Conamuri. Vemos como un logro importante, el hecho de que vamos ganando más espacios como mujeres en el Paraguay.” “...hay 18 organizaciones regionales, que en su mayoría son mixtas, y en muchas creo que se avanzó, los compañeros entienden más nuestra propuesta, porque al principio no aceptaban a la CONAMURI, ahora hay avances en ese sentido, ellos nos

<sup>7</sup> CLOC (Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo)

<sup>8</sup> PPP (Plenaria Popular Permanente) FNLVS (Frente Nacional de Lucha por la Vida y la Soberanía)

respetan, y reconocen la importancia de la participación de las mujeres.”  
(*JULIA FRANCO*)<sup>9</sup>

Una de las tareas más importantes a la que se aboca Conamuri es la formación de las mujeres y sus familias en el tema de género desde una perspectiva de clase. Esto lo hace por medio de talleres y cursos. Los logros son heterogéneos. Las dirigentas de algunos departamentos ven que el avance ha sido importante, otras dijeron que se ha avanzado muy poco. Como ejemplo de progreso en este sentido, tenemos el caso de PROCI (Promoción Campesina Integral), organización campesina mixta de Repatriación, Dpto. de Caaguazú, que ha logrado la participación paritaria de mujeres y hombres, en las Asambleas Generales y en la composición de la Dirección. Otro ejemplo es la actuación destacada de numerosas dirigentas en instancias de coordinación zonal o departamental de organizaciones mixtas, que encaran problemas comunes del sector, quienes se constituyen en respetadas referentes del sector popular organizado.

Otra de las tareas que insume más tiempo, esfuerzo y recursos es la lucha contra el modelo agroexportador que avanza sobre las comunidades campesinas e indígenas con plantaciones de soja transgénica. En esta resistencia, ha solicitado y logrado, junto con la familia Talavera-Villasboa, el enjuiciamiento y la condena en dos instancias de dos empresarios sojeros culpables de la muerte del niño Silvino Talavera (11 años). Este juicio ha servido para colocar en el debate nacional e internacional la situación de indefensión en el que se encuentran las familias campesinas e indígenas de Paraguay ante enemigos tan poderosos como lo son las empresas transnacionales – en este caso la Monsanto-, ya que la protección a las mismas proviene del mismo estado paraguayo. En su 3er. Congreso Nacional, realizado en octubre del 2004, CONAMURI resuelve que la organización mantendrá su lucha por el cambio del “modelo de desarrollo agroexportador y latifundista, excluyente, contaminante, degradante y destructivo” que está “generando un proceso de genocidio campesino e indígena en nombre del progreso, de la integración, la globalización y la modernización”.<sup>10</sup>

<sup>9</sup> Entrevista a Julia Franco. Informativo Campesino, CDE, N° 193, octubre 2004

<sup>10</sup> Declaración Política. 3er. Congreso Nacional.

## 2. CONTEXTO POLÍTICO, SOCIOECONÓMICO Y CULTURAL EN EL QUE SURGE E INTERACTÚA CONAMURI.

### 2.1. EL CONTEXTO POLÍTICO Y SOCIOECONÓMICO.

Luego de 35 años de dictadura, la caída del Gral. Stroessner en el año 1.989, dio inicio a la llamada “etapa de transición” del proceso de democratización de la sociedad paraguaya. Transcurridos diez y seis años, este proceso, luego de haber logrado avances muy limitados en la realización de libertades públicas y políticas, tales como la libertad ideológica, el derecho a elegir y ser elegido, a organizarse, a opinar, a manifestarse, ha sufrido graves retrocesos en los últimos años con la criminalización de la pobreza y de la protesta social, que se expresan en las violentas represiones y desalojos de ocupaciones de tierra, que ya han causado numerosos heridos y muertos; y en la persecución judicial, encarcelamiento y asesinato de militantes populares. Para esto, actúan sincronizadamente los fiscales y jueces del Poder Judicial, el Poder Ejecutivo, las Fuerzas Armadas y la Policía Nacional.

Mientras que la corrupción, la impunidad y las componendas imperan en los tres poderes del Estado, las Fuerzas Armadas y la Policía Nacional copan las calles, las rutas y las comunidades campesinas para “hacer cumplir las leyes” violando los derechos civiles y políticos de los y las ciudadanas. Tampoco hay avances en relación a los derechos sociales y económicos: 2.346.000 paraguayos/as, el 51 % de la población es pobre<sup>11</sup>. El 79% de la indigencia y el 57% de la pobreza total, es rural.<sup>12</sup> Según el mapa de NBI (necesidad básica insatisfecha) elaborado sobre la base del Censo Nacional de Población y Viviendas de 1992<sup>13</sup>, el 64.18% de los hogares paraguayos tenía por lo menos una NBI; en el campo la proporción sube al 72,16%. El desempleo y el subempleo llegan al 59,1 % de la PEA.<sup>14</sup> El desempleo total de las mujeres es mayor que el de los hombres, 20,5% y 11,8% respectivamente. El Paraguay es el país con mayor desigualdad en el mundo en materia de consumo: la diferencia de consumo entre el 10% más rico y el 10% más pobre es de 91 veces (SAS.PNUD,2003)<sup>15</sup>.

<sup>11</sup> Paraguay. Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos –DGEEC-Diario Noticias 23.07.04p15

<sup>12</sup> Citado en Políticas de empleo para superar la pobreza. Paraguay. Santiago, Oficina Internacional del Trabajo, 2004. p.206

<sup>13</sup> Citado en Políticas de empleo para superar la pobreza. Paraguay. Santiago, Oficina Internacional del Trabajo, 2004. p.82

<sup>14</sup> Paraguay. Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos –DGEEC-Diario Noticias 23.07.04p15

<sup>15</sup> Citado en Políticas de empleo para superar la pobreza. Paraguay. Santiago, Oficina Internacional del Trabajo, 2004. p.89

Además, es uno de los países de América Latina con mayor desigualdad social. El 10% de la población más rica percibe en promedio 41 veces más que el 10 % de las familias más ricas<sup>16</sup>.

Los conflictos por la tierra se han multiplicado en los últimos años – sólo en los meses de setiembre y octubre del 2004, se registraron más de 70 <sup>17</sup>- ya que el Estado no ha dado respuestas que hicieran avanzar hacia la solución del problema de tierra que es histórico en Paraguay. También es histórico que las conquistas de tierra de parte del campesinado, siempre se han dado como resultado de la aplicación de medidas de presión sobre el gobierno, como ocupaciones y movilizaciones. Si bien el último censo agropecuario data del año 1991, se estima que las cifras no han variado. Según él, 3.240 explotaciones (1,05%) disponen de 18.358.260 hectáreas, lo que significa el 77% de las tierras de todo el país<sup>18</sup>.

A la mala distribución de la tierra, se suman la falta de asistencia técnica, créditos accesibles, comercialización segura y justa, y de infraestructura básica en salud, educación, agua potable, caminos, comunicación y vivienda digna, en los asentamientos y comunidades campesinas e indígenas. En los barrios marginales de los centros urbanos, las condiciones de vida son las mismas o peores, por el hacinamiento y la falta de industrias u otros puestos de trabajo que absorban la fuerza de trabajo migrante.

A los problemas estructurales, se agregan políticas económicas que marginan la economía campesina y priorizan el modelo de producción agroexportador basado en la explotación de grandes extensiones de tierra con monocultivos-especialmente de soja- , financiamiento externo, y la utilización intensiva de semillas transgénicas, agrotóxicos y maquinarias agrícolas, todos ellos importados.

A pesar de que este modelo tiene graves consecuencias sociales – aumento del desempleo, precariedad laboral, mayores índices de delincuencia, criminalidad, drogadicción, violencia contra menores y mujeres, prostitución - y ya ha acarreado enormes daños a la ecología, el estado paraguayo sigue haciendo oído sordo a las denuncias y propuestas de las organizaciones campesinas, que no se han limitado a la exigencia de medidas coyunturales. Las reivindicaciones campesinas e indígenas exigen urgentes cambios estructurales que encaminen soluciones al acelerado empobrecimiento de la población rural que aún resiste en

<sup>16</sup> Datos de la Dirección General de Estadísticas, Encuestas y Censos –DGEEC

<sup>17</sup> Informativo Mujer, CDE. Año 16 N° 171, p 9

<sup>18</sup> Paraguay. Ministerio de Agricultura y Ganadería (MAG), Censo Agropecuario 1991. Asunción, 1993

el campo, la migración de familias campesinas e indígenas a los cinturones de pobreza de las ciudades<sup>19</sup>, la migración de mujeres y hombres jóvenes a otros países, enfermedades y muerte, contaminación, pérdida de grandes extensiones boscosas y sus efectos: cambio climático, pérdida de biodiversidad, degradación de la tierra y contaminación de las aguas.

Otro proceso que ha sido desencadenado por este modelo de agricultura es la asalarización de la mano de obra campesina, que aumenta el nivel de pobreza, especialmente de la mujer, y hace que ésta se vea más sobrecargada de trabajo, ya que se ven obligadas a realizar tareas “productivas” para mejorar en alguna medida el ingreso familiar, sin que se de al mismo tiempo una redistribución del trabajo doméstico.

La crisis económica del campo, es enfrentada por las familias campesinas de diversas maneras. Una de ellas es la salida de las mujeres de sus hogares y su inserción en otros espacios de la actividad productiva – en este caso mayoritariamente de servicios. Esto tiene un aspecto positivo, en el sentido de que las pautas socio culturales están cambiando a favor de la mujer. No son pocas las mujeres que salen a trabajar, estudian, se independizan, abriendo sus perspectivas y las de su familia a nuevas realidades que posibilitan un mayor bienestar. Pero, de contrapeso tenemos los riesgos, y las desventajosas y precarias condiciones en que esta mayor libertad de la mujer campesina se está dando, colocándola entre los grupos más vulnerables de la sociedad paraguaya.

## 2.2. PAUTAS SOCIOCULTURALES. LAS MUJERES CAMPESINAS EN LA SOCIEDAD PARAGUAYA.

“.....fueron pasos importantes luego de la caída de la dictadura estonista. Se promulgaron leyes que garantizan el derecho de las mujeres, superando en varios aspectos la discriminación ante la ley.” Estas leyes “.... incorporan a las mujeres con mayor posibilidad de intervención. Pero los logros son limitados. Las mujeres no somos aún protagonistas en los espacios sociales y políticos.” (MAGUI BALBUENA).

---

<sup>19</sup> La disminución porcentual de la población en el área rural (43,3 %<sup>19</sup>), revela la rápida urbanización de la población paraguaya, ya que en 1950, la población rural ascendía al 65,4 %. Paraguay. DGEEC. Censo Nacional de Población y Vivienda, 2002

En efecto, en el Paraguay, la mujer ha logrado que el Estado reconociera constitucionalmente su igualdad con el hombre, pero esa conquista es sólo un elemento más de la democracia formal que vivimos en Paraguay desde la caída de la dictadura. Concretar en realidades ese reconocimiento exige, no solamente la superación de las desiguales relaciones de género existentes, sino también el cambio de las estructuras socioeconómicas vigentes en el país.

En lo relacionado a los roles de género, la sociedad paraguaya en general, se caracteriza por el conservadurismo. La tradicional cultura patriarcal y machista, subordina a las mujeres tanto en lo público como en lo privado. Estas desiguales relaciones de género tienen resultados que perjudican a las mujeres paraguayas de diversas maneras: violencia doméstica, explotación sexual, mayor explotación laboral, doble jornada de trabajo – o triple cuando se agregan las tareas comunitarias –, índices más elevados de desempleo y analfabetismo en relación a los hombres, ausencia de autonomía, baja participación en el ámbito público y muy poco acceso a espacios de poder.

Si bien es cierto que las mujeres han logrado en la post-dictadura, un marco legal favorable a la igualdad, los roles sociales siguen estando fuertemente diferenciados, correspondiéndole a la mujer el ámbito privado, y al hombre, el público.

“La mujer es de la casa, el hombre atiende los asuntos de afuera”. Esta es una norma compartida por la mayoría de los varones y las mujeres, que condiciona el rol social de la mujer, limitando su participación en el ámbito público, y haciéndola la principal responsable, casi siempre, la única responsable de las tareas domésticas y el cuidado de los hijos. La mujer sigue subordinada al hombre, sea padre, hermano o marido, en lo social, político y económico.

La importancia de la mujer campesina en el trabajo productivo no es reconocida, y ella sigue teniendo un rol secundario en la vida pública de su comunidad, por más que su aporte a la economía familiar sea sumamente importante, tal como lo demuestran diversos estudios realizados sobre el tema: el 64,5 % del trabajo en las fincas agropecuarias familiares es realizado por mujeres.

A causa de la pobreza creciente, las mujeres están saliendo más de sus hogares en busca de trabajo. El hombre se ve así obligado, a asumir tareas domésticas que anteriormente no las hacía. Son pequeños cambios en los patrones de conducta, que si bien son consecuencia

de la crisis del sector campesino, está trayendo cambios socioculturales al campo, como por ejemplo el incremento de la participación de las mujeres en las organizaciones campesinas.

### 2.3. MUJERES CAMPESINAS Y ACTUACIÓN EN EL ÁMBITO PÚBLICO.

Uno de los problemas más significativos que afectan negativamente la fuerza gremial del campesinado en general, es su reducido nivel de organización. A pesar de que el último censo de organizaciones campesinas, realizado por el Centro de Documentación y Estudios, fue hecho en el año 1992, sus datos pueden ser considerados próximos a los actuales. Según dicho estudio, sólo el 3,7 % de la población rural de 18 años y más pertenecen a organizaciones campesinas independientes; y el 11% de los agricultores está asociado a algún tipo de organización. De este porcentaje, el 68% son hombres y el 32%, mujeres. Otros datos más actuales, aunque referidos por un censo de cobertura menor – Censo de Colonias del Instituto de Bienestar Rural (IBR, 2003), revelan que solamente el 10.8% de los colonos pertenecen a algún tipo de organización social – las mujeres en un 6.4% y los hombres en el 11,2%.

La participación de las mujeres del sector rural en el ámbito público se da preferentemente a través de organizaciones ligadas a su rol tradicional – cooperadoras escolares, comités de salud, comisiones de padres, asociaciones ligadas a la iglesia, comités de agricultores y organizaciones campesinas. En estas organizaciones de base, la participación y el protagonismo de las mujeres son importantes.

“La participación de las mujeres a nivel de dirigencia de las organizaciones campesinas es significativa, a pesar de estar aún distante la equidad de género. A nivel de organizaciones nacionales las mujeres tienen el 21 % de los cargos directivos, a nivel regional el 12 %, en las zonales el 8,5 % y en las organizaciones de bases o comités la representación femenina con respecto al total de cargos directivos llega al 17,5 %.<sup>20</sup> El tipo de organización hacia el cual demuestran generalmente escaso interés es aquella de tipo político partidario, que son las que tienen rasgos o prácticas consideradas masculinas.

Las dirigentas de CONAMURI que fueron entrevistadas nos dicen ahora porqué y cómo se da la participación de las mujeres campesinas e indígenas en las organizaciones del

<sup>20</sup> Censo Nacional de Organizaciones Campesinas, 1992, Centro de Documentación y Estudios. Paraguay

sector popular. Aquí debemos recordar que la característica general de la inserción de las mujeres en las organizaciones campesinas, sigue siendo la pertenencia a las organizaciones mixtas.

“.....somos un sector mayoritario de la población, somos trabajadoras y somos muy discriminadas en todos los aspectos: económico, educativo.... Socialmente, somos las más relegadas.” (MAGUI BALBUENA)

“Las mujeres campesinas e indígenas se organizan a causa de la doble discriminación que sufrimos, en el caso de las indígenas, esa discriminación es triple. Ellas también se organizan para conocer sus derechos, para buscar la igualdad en el hogar.” (...) “En la mayoría de las organizaciones mixtas, muy poco se tiene en cuenta a las mujeres. Aunque una mujer sea capaz y tenga experiencia, no se tienen en cuenta sus propuestas. Se menosprecia a las mujeres. No se las nombra en los cargos directivos, ni siquiera en los comités.” (ALICIA AMARILLA)

“En las organizaciones mixtas siempre somos minoría en todas partes. En las reuniones de base somos minoría y en los cargos directivos estamos en porcentajes muy bajos....., 30 o 40 por ciento es mucho. Son muy pocas las organizaciones que tienen ese porcentaje de mujeres en su directiva. Los que toman las decisiones son los hombres..” (NIDIA FERNÁNDEZ)

“En todas las instancias de mi organización, el Movimiento Campesino Paraguayo, hay participación, pero no en igual porcentaje. En las bases las mujeres participan más, en las reuniones, actividades....” (...) “La lucha es que las mujeres estén en igual porcentaje en las instancias de decisión, pero no lo hemos logrado aún.” (MAGUI BALBUENA)

La doble discriminación de la mujer trabajadora o triple – en el caso de las indígenas – que la condiciona y limita, social, económica y políticamente, empuja a la mujer a buscar una salida a esa situación incorporándose a las organizaciones campesinas. Esa discriminación también es reclamada a los compañeros con quienes militan en sus organizaciones. La participación de la mujer es menor que la del hombre en todas las instancias. En las bases, sin embargo, las mujeres participan más, se involucran más en las

actividades. Pero, la capacidad y la experiencia no son suficientes cuando se es mujer para ocupar espacios de decisión.

La importancia política de la participación de las mujeres en todos los espacios en que se discuten y deciden cuestiones relacionadas a los diversos aspectos de la realidad nacional – político, económico, social y cultural – es reconocida como motivo de participación de las mujeres en las organizaciones, con el reclamo de participación protagónica en condiciones de igualdad con los hombres. Se recalca además la necesidad de hacerlo a partir de la realidad específica de la mujer y a través de un espacio propio de mujeres. Así lo explican Magui Balbuena y Alicia Amarilla:

Las mujeres... “somos un sector importante en lo productivo, lo político y social” Debemos estar donde “.....se debate y decide, en situación de igualdad. (.....) Las mujeres que participan deben ser protagonistas en esos espacios donde se discuten las políticas que van a ser implementadas en nuestro país.” Es importante que la mujer se organice para “poder construir su propio espacio, ensayarse en el poder, interviniendo en los espacios públicos políticos y sociales del país donde existe un interés social, político, económico y cultural...” Las mujeres deben... “conquistar permanentemente su propio espacio, intervenir públicamente, plantear su pensamiento, sus necesidades y sus propuestas ante el gobierno y la ciudadanía.” Plantear que “una organización de mujeres es una necesidad, que es necesario que las mujeres construyan su propio espacio, ya que tienen necesidades específicas económicas y políticas. Las mujeres y sus propuestas no son fácilmente visibilizadas. Pero esto lo ha logrado Conamuri con mucho esfuerzo.” (MAGUI BALBUENA)

“Es importante que las mujeres se organicen porque ni siquiera en las comisiones vecinales, las mujeres son presidentas. Casi siempre están al final, para completar las listas. Tenemos que organizarnos para combatir el machismo, no para dejar de lado a los hombres. Además, como mujeres, muchas cosas podemos llevar adelante. Es importante que surjan organizaciones de mujeres campesinas e indígenas, teniendo en cuenta que vivimos en una sociedad de estructura patriarcal, y además por el machismo que hay en Paraguay.” (ALICIA AMARILLA)

Podríamos resumir diciendo que el motivo que lleva a las mujeres a organizarse es la situación de opresión que sufre la mujer en una sociedad de estructura patriarcal-capitalista, en la que las discriminaciones de clase, de género, de etnia la marginan de los espacios en los que se debaten y se toman decisiones relacionadas con el bienestar de ellas, de su familia, de

la comunidad y del país, decisiones que no tienen en cuenta las condiciones y las necesidades específicas de las mujeres.

#### 2.4. DIFICULTADES DE LAS MUJERES CAMPESINAS PARA LA MILITANCIA SOCIAL.

Las mujeres de CONAMURI consideran que las pautas socioculturales constituyen una gran dificultad para la participación en organizaciones sociales y políticas. Los prejuicios propios de la sociedad patriarcal, que ubica a la mujer en situación de subordinación e inferioridad, discriminan a la mujer en lo privado y en lo público. Esto se reproduce en el interior de las organizaciones mixtas, entre mujeres y hombres. El pretexto es protegerla de los peligros y cuidar la honorabilidad de la familia.

La rígida separación de roles, que deja las tareas reproductivas – trabajo doméstico, crianza y cuidado de los niños, atención a los mayores y enfermos, mantenimiento de las relaciones familiares - a cargo exclusivo de la mujer, dificulta que ésta se ausente del hogar para asistir a reuniones y para cumplir otras responsabilidades.

La falta de tiempo y el agotamiento son otras causas mencionadas frecuentemente, para explicar la inasistencia a las reuniones o actividades en la comunidad. La mujer campesina enfrenta la pobreza con una extensa jornada: de 14 a 15 horas de trabajo diario en su doble rol: doméstico y productivo. La falta o deficiente infraestructura social para los servicios de salud y educación, el acarreo de agua y leña para uso doméstico, hacen que la cotidianidad de la mujer se desarrolle en condiciones muy precarias, exigiéndole más esfuerzos en el cumplimiento de las tareas domésticas.

La alta tasa de fecundidad de las mujeres del área rural: 4,7 hijos, contribuye a que la gran mayoría de las mujeres, como únicas responsables de la crianza de los hijos, se mantengan alejadas de la militancia en las organizaciones a lo largo de su ciclo reproductivo.

La escasez de recursos económicos, de “plata”, y la falta de autonomía en las decisiones sobre los recursos económicos, es otra dificultad colocada para la militancia social, ya que muchas veces las líderes deben pagar sus gastos de movilidad y alimentación durante su trabajo organizativo.

La interiorización de las pautas tradicionales que la sociedad patriarcal atribuye a los sexos, se refleja en el sentimiento de inferioridad, y el de culpa cuando no se responde a las expectativas familiares y sociales.

El analfabetismo (15,4 % de mujeres del área rural<sup>21</sup>) y el bajo nivel de escolaridad (promedio de años de estudios 4,4)<sup>22</sup> que afecta la autoestima de las mujeres y la migración rural, sobre todo de las mujeres más jóvenes, son otras causas que afectan la participación de las mujeres campesinas en las organizaciones. Este hecho dificultaría también la renovación de liderazgos.

Así reflexionan las compañeras de Conamuri sobre el tema:

“En los primeros tiempos, las mujeres hemos pasado muchos maltratos a causa de nuestra participación en CONAMURI, de parte de compañeros organizados. Hubo compañeras de mi Departamento que desistieron.... Pero, actualmente esto ya se ha superado. (RAMONA BENÍTEZ)

“.....Luchamos también por la igualdad de hombres y mujeres, (lo) que se nos hace un poco difícil porque ellos no nos ven..... no quieren vernos de igual a igual, no nos dan oportunidad, siempre quieren tenernos detrás. Pero, nosotras queremos caminar al lado de ellos, porque nos sentimos con igual capacidad y pensamos también que podemos ser buenas dirigentas, sólo que no se nos da la oportunidad...pero seguimos peleando, yo creo que vamos a ir avanzando.” (CONCEPCIÓN MEZA)

“Son muchas las dificultades para que las mujeres participen activamente en las organizaciones. Primero están los maridos que siempre dificultan la participación de las mujeres...y las mismas mujeres no toman las decisiones..., por miedo o por otros motivos. Son muchas las dificultades que atajan a las mujeres: los hijos, la familia, los animales domésticos, los quehaceres domésticos..... siempre son las mujeres las que se encargan de hacer.” (NIDIA FERNÁNDEZ)

“Se hace muy difícil que la mujer deje su casa, sus animales; si tiene muchos hijos, es más difícil todavía...” (ALICIA AMARILLA)

<sup>21</sup> Encuesta Integrada de Hogares. 2000/2001. PNUD. Paraguay, 2003

<sup>22</sup> Políticas de empleo para superar la pobreza. Paraguay. Santiago, Oficina Internacional del Trabajo, 2004. p.150

“Las mismas mujeres no se animan a ocupar los lugares que muchas veces tienen la oportunidad de hacerlo. Para decidir, depende de su marido, la mayoría no se siente libre todavía. Por este motivo hay muy pocas mujeres líderes. Es más difícil que la mujer avance. Muchas veces, por los hijos no puede participar de las reuniones; el hombre sí se relaciona más a nivel social.” (ALICIA AMARILLA)

“Mucho depende del factor económico. Las mujeres son las más pobres en sus comunidades, las que menos deciden, las que menos administran (el dinero). Esto repercute en la organización. Es un problema para que las mujeres se autofinancien, y que asuman responsabilidades en la organización.” (MAGUI BALBUENA)

“Primeramente está el factor económico. Conamuri es una organización donde participan organizaciones dispersas en diferentes lugares del país y se hace muy difícil la participación por ejemplo en las reuniones de la Coordinación y de la Dirección Nacional (que se realizan en Caaguazú y Asunción) porque los recursos propios son muy escasos.” (CONCEPCIÓN MEZA)

El poco desarrollo de una conciencia de clase y de género – de la mujer y su familia- que la lleve a organizarse para defender sus derechos como sector explotado y marginado, es otra causa mencionada por todas:

“Las dificultades para la participación de la mujer empiezan en el hogar. Si el marido no se siente incluido en lo que hace la mujer, si no entiende su lucha, es muy difícil que la apoye.” (RAMONA BENÍTEZ)

“Es muy difícil que la mujer participe si su marido no ha tomado todavía conciencia. Es necesario que él también esté consciente, que entienda la necesidad de que la clase trabajadora se organice para luchar por sus derechos”. (ALICIA AMARILLA)

“Sin la comprensión a profundidad de la situación de desigualdad y opresión, de la marginación y discriminación de la mujer, es difícil que los compañeros comprendan a cabalidad cuán importante es una organización de mujeres que va creando conciencia (en ellas) de su dignidad, de su fortaleza, de su capacidad. En las organizaciones mixtas se debe lograr que los hombres tomen conciencia de la realidad, necesidades y derechos de las mujeres para que las mujeres alguna vez podamos alcanzar esa igualdad. Deben comprender que este sistema busca mantener a las mujeres en condiciones desiguales para que sobreviva el sistema.” (MAGUI BALBUENA)

Las dificultades que se presentan a las mujeres campesinas e indígenas son situaciones y hechos derivados tanto de las pautas socioculturales vigentes en la sociedad, como de la crítica situación socioeconómica en que se encuentran el campesinado y las comunidades indígenas; así como también de la falta de desarrollo y el fortalecimiento de una conciencia de clase y de género tanto de los hombres como de las mujeres.

La comprensión de que la situación de desigualdad de las mujeres con relación a los hombres, al interior de la sociedad campesina, funciona a favor del sistema que mantiene dominado y explotado al campesinado, es considerada necesaria en la lucha del sector popular. De la misma manera es vista la importancia de que los hombres tomen conciencia de la realidad diferenciada de las mujeres, como también de la necesidad de que las mujeres tengan sus propios espacios que les permitan concienciarse, capacitarse y fortalecerse.

## CONCLUSIONES

Considerando que la utopía que mueve a la clase trabajadora es la superación de la sociedad de clases y la construcción de una sociedad verdaderamente democrática, igualitaria y con justicia social, nos preguntamos: ¿cómo podremos avanzar hacia ella, si al mismo tiempo, no vamos superando la discriminación de las mujeres y la marginación de la lucha social del 50 por ciento de la clase trabajadora?

Hoy, más que nunca, ante la brutal embestida del capital globalizado a la clase trabajadora y el acelerado empobrecimiento de los pueblos, ante el hambre y la exclusión, ante la destrucción de la vida y hasta de las posibilidades de ella, necesitamos urgentemente ampliar y profundizar la resistencia y la lucha, e iniciar la reversión de ese proceso. Y esto lo podremos hacer solamente incluyendo, construyendo un poder de mayorías que pueda hacer frente al capitalismo en su fase actual. No lo podrá hacer un solo grupo, se necesita de todos los grupos que tengan el interés común de derrotar al capitalismo. No lo podremos hacer excluyendo. Necesitamos democratizar nuestras organizaciones haciendo una profunda autocrítica, promover la organización de todos los explotados, marginados y perjudicados por el modelo político y socioeconómico actual, y articular la lucha de todos esos grupos. Es decir, incluir construyendo poder. Entre esos grupos está el de las mujeres, cuya inserción

protagónica a la lucha social, no solamente aumentará la fuerza del movimiento popular cuantitativamente, sino también lo favorecerá cualitativamente.

Al hablar de la construcción de un poder desde el “vamos”, de la construcción de un modelo de sociedad, capaz de ir creciendo y ocupando espacios haciendo frente a la globalización capitalista, necesariamente debemos incluir el tema de género. No sólo porque las mujeres constituyen la mitad de la clase popular, sino también, porque – y en este sentido lo decíamos más arriba - las cualidades consideradas femeninas – el cuidado, la atención en el bienestar de los otros, el altruismo, la sensibilidad, la protección de la vida, la preocupación por el futuro, la paciencia, la atención por lo básico, lo fundamental, las cosas aparentemente pequeñas.... - son fundamentales en la construcción de una nueva manera de relacionamiento, entre los seres humanos y entre éstos y la naturaleza, oponiendo el consenso y la cooperación, al dominio y la explotación de la sociedad capitalista. La inserción protagónica y consciente de las mujeres contempla la necesidad de ir avanzando en el proceso de superación de la desigualdad existente entre los géneros, cambiando los valores de una sociedad dominada por los hombres, por otros nuevos, que serán los pilares de la nueva sociedad por la cual estamos luchando.

Considerando esta necesidad, ante la cual se eleva el muro del conservadurismo patriarcal de la sociedad paraguaya, acentuado en el ámbito rural, por condiciones históricas y socioeconómicas, vemos que las organizaciones autónomas de mujeres cumplen una función importante en ese desafío.

Todas las mujeres entrevistadas coincidieron en la importancia de un espacio organizativo propio, donde encontrarse, tomar conciencia de la dominación, explotación y marginamiento en que se encuentran como mujeres y trabajadoras, en la necesidad de un espacio propio - físico y psicológico - donde se den mejores condiciones para debatir, proponer, tomar decisiones y actuar “como mujeres”, facilitando el fortalecimiento de la autoestima, el desarrollo de la creatividad y de las competencias necesarias para la lucha social.

La experiencia de Conamuri ha demostrado que el fortalecimiento y la formación político-ideológica de nuevas lideresas redundan en beneficio de las organizaciones, en su mayoría mixtas - a las cuales ellas pertenecen. Igualmente, el aporte de estas lideresas en instancias de articulación popular más amplias, se ha revelado importante en los últimos años. La existencia de Conamuri, además, posibilita la canalización de recursos y de esfuerzos hacia

el objetivo de ir disminuyendo la discriminación de las mujeres, y crea mejores condiciones para la priorización de las tareas tendientes a la atención de las cuestiones de género.

Considerando que la mujer es la encargada principal de la crianza de los hijos y que el ámbito doméstico es donde se producen y desde donde se reproducen las relaciones de dominación, opresión y explotación que alimentan al sistema hegemónico, pensamos que es allí donde debe empezar la tarea de transformación social. Esta tarea no la puede llevar a cabo una mujer que no ha tomado conciencia de su situación en la familia y en la sociedad, que no ha visto aún la necesidad de su emancipación como mujer y como trabajadora, ni ha entendido la urgencia de redefinir los roles tanto de las mujeres como los de los hombres. Y en este sentido, las organizaciones de mujeres son un espacio privilegiado, donde ellas pueden compartir experiencias, analizarlas, acompañarse, sostenerse emocionalmente y fortalecerse en proceso de concienciación y fortalecimiento.

Resta decir, que un gran desafío de las organizaciones populares de Paraguay es la construcción de nuevas relaciones de género en su mismo seno, relaciones que tomen en consideración las necesidades y las propuestas de las mujeres e incorporen en su accionar la visión y las cualidades consideradas propias de las mujeres. Esto, junto con un mayor reconocimiento de la importancia de las organizaciones autónomas de mujeres, como CONAMURI, de parte de las organizaciones mixtas, expresado en acciones coherentes, serán importantes pasos en el proceso de fortalecimiento del sector popular.

## BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, CLARA. *Marxismo e Feminismo*. Tensoês e encontros de utopias atuais. Presença da Mulher.

ARDITI, BENJAMIN; RODRÍGUEZ, JOSÉ CARLOS. *La sociedad a pesar del Estado*, Movimientos sociales y recuperación democrática en el Paraguay. El Lector, Asunción, 2003.

BARBOZA GUEDES, NAIR. *Mulher e poder político: As cotas como estratégia democrática*. UFRJ, Janeiro de 2001. Paper

CÉSAR, MARIA AUXILIADORA. *Mulher e Política Social em Cuba*. O contraponto socialista ao bem-estar capitalista. Editora Santa Clara, Brasília-DF, 2005

GREIN, MARIA IZABEL. *A mulher trabalhadora na história do Brasil, sua invisibilidade e a necessidade de resgatá-la nos movimentos camponeses*. UFJF-MG. 10 de fevereiro de 2003. Trabalho de conclusão de curso de extensão universitária.

KOLONTAI, ALEXANDRA. *A nova mulher e a Moral Sexual*. Expressão Popular. 1ª Edição, São Paulo, 2000.

MARINI, RUY MAURO. *Dialética da Dependência*. Editora Vozes, Petrópolis, RJ; CLACSO, Buenos Aires, 2000.

MURARO, ROSE MARIE; BOFF, LEONARDO. *Feminino e Masculino: Uma nova consciência para o encontro das diferenças*. Editora Sextante, Rio de Janeiro, 2002.

OCAMPOS, GENOVEVA. *Mujeres Campesinas y Estrategias de Vida*, RP Ediciones. BASE ECTA, Asunción, 1991.

PALAU, TOMÁS. *Avance del monocultivo de soja transgénica en el Paraguay*. Universidad Católica, CEIDRA. QR Producciones, Paraguay, 2004

RAUBER, ISABEL. *Construcción de poder desde abajo*. Conceptos Claves. Pasado y Presente siglo XXI. 2002.

RAUBER, ISABEL. *Gênero e Poder*. Ensaio-Testimonio: Edição Especial. Parte I

SCOTT, JOAN. *Gênero, uma categoria útil para análise histórica*. Tradução: Rufino Dabat, Christine e Avila, Maria Betânia.

TOLEDO, CECILIA. *Mulheres, o Gênero nos une, a Classe nos divide*. Editora Xamã, São Paulo, 2000.

VALENZUELA, MARIA ELENA (Editora) *Políticas de Empleo para Superar la Pobreza*. Santiago. Oficina Internacional del Trabajo, 2004.

AMORÍN, JAIME. *Capacidade x Oportunidade*. Cópia. Dezembro. 2004

Censo de Población y Vivienda, Enero, *Dirección General de Estadísticas*, Encuestas y Censo, Paraguay, 2003.

*El marxismo y la emancipación de la mujer*, Rebelión, 31 de mayo del 2002.  
<http://www.rebelion.org/izquierda/mujer310502.htm>

*Informe Nacional sobre Desarrollo Humano*. Paraguay, 2003 PNUD.

*La lucha por la tierra y la vida en el Día de la Mujer Rural*. Rodríguez, Mirta y Villalba, Verónica. Artículo. Informativo Mujer, CDE. Año 16. Nº 171, Set/Oct 2004.

Nuestro Documento. Coordinadora Nacional de Mujeres Trabajadoras Rurales e Indígenas – Paraguay, 2002.

Organizaciones Campesinas de Mujeres – Centro de Documentación y Estudios, CDE. Asunción, 1994.

Organizaciones de Mujeres Campesinas, Centro de Documentación y Estudio, CDE Asunción, 1992

Situación de la Mujer Rural en el Paraguay- Secretaria de la Mujer de la Presidencia de la República, SMPR. Paraguay, 1999

Una mirada desde las perspectivas de género y de equidad. *Comisión de Equidad, Género y Desarrollo Social de la Cámara de Senadores 2001-2002*. FENUAP

## A DIMENSÃO LIBERTÁRIA DA AMÉRICA LATINA NO PENSAMENTO DE FLORESTAN FERNANDES

**Patrícia Menna Barreto Ferreira\***

### RESUMO

O presente artigo tem o objetivo de contribuir para a compreensão das idéias centrais do pensamento de Florestan Fernandes como um dos parâmetros para a interpretação das realidades latino-americana e brasileira. O que nos move aqui é o viés que se produz em seu pensamento como conteúdo de resistência à contra-revolução burguesa e como compromisso histórico. Referimo-nos à formação das classes sociais na América Latina, à revolução burguesa como processo histórico-social que produz uma burguesia associada e gananciosa e, ainda, a revolução proletária como revolução anticapitalista e antimperialista, auto-emancipadora das classes despossuídas.

Palavras-chave: pensamento social de Florestan Fernandes, revolução burguesa, anticapitalismo, anti-imperialismo.

### ABSTRACT

The present article has the objective to contribute for the understanding of the ideas central offices of the thought of Florestan Fernandes as one of the parameters for the interpretation of the realities Latin American and Brazilian. What in it moves them here is the bias that it produces in its thought as content of resistance to the bourgeois counterrevolution and as historical commitment. We mention the formation to it of the social classrooms in Latin America, to the bourgeois revolution as description-social process that produces a bourgeoisie associated and greedy e, still, the proletarian revolution as anticapitalist and anti-imperialist, revolution of the dispossessed classrooms.

Key-words: social thought of Florestan Fernandes, bourgeois revolution, anticapitalism, anti-imperialism.

### 1 EM QUE ROTA NAVEGA O PENSAMENTO DE FLORESTAN FERNANDES?

Para compor um estudo com a finalidade de buscar compreensão das idéias centrais do pensamento de Florestan Fernandes, é necessário intercambiar vários escritos, principalmente aqueles ensaios que revisitam o legado do pensamento de Marx, como um dos parâmetros para interpretação das realidades latino-americana e brasileira. Trata-se, então, de captar um

---

\* Militante e educadora popular de movimentos sociais no campo. Especialista em Estudos Latino-Americanos pela Universidade Federal de Juiz de Fora

determinado enfoque da obra de Florestan, construído a partir de um corte histórico definido – a ditadura militar. O que nos move aqui é o viés que se produz em seu pensamento como conteúdo de resistência à contra-revolução burguesa e como compromisso histórico. Como nos diz Octavio Ianni “no caso das ciências sociais, em particular da sociologia, é inegável que a obra de Florestan Fernandes inaugura um estilo de pensamento” (IANNI, 2004, p. 68). O que sobressai na produção do seu pensamento é a perspectiva crítica que, segundo Ianni, é a construção de “uma crítica que vai sempre às raízes da realidade social” (IDEM).

Trata-se de um grande pensador brasileiro, que trouxe contribuições teóricas e práticas, atualmente enfocadas nos cursos de formação do Movimento Sem Terra, da Via Campesina e da Consulta Popular. A intenção deste artigo é apresentar algumas idéias de Florestan Fernandes para colocar em debate. Este trabalho visa contribuir com o universo de discussão teórica do socialismo nos movimentos sociais, sem deixar de levar em conta que é preciso trazer o pensamento de Florestan para um debate abrangente, ou seja, que contextualize o tempo histórico em que está imersa a sua produção teórica, no seio de uma prática política. Compreende-se, então, que sua análise crítica da realidade renasce em função da militância, da luta e da resistência com relação ao regime militar.

Neste sentido, tomamos como referenciais de análise as interpretações de: Plínio de Arruda Sampaio Jr., considerando a produção de textos que tem como foco analítico a obra de Florestan. Este artigo também traz as contribuições dos debates feitos nas aulas do professor Plínio, no curso Realidade Brasileira, na Universidade Federal de Juiz de Fora; contamos também com as discussões feitas por José Paulo Netto, acerca da categoria de revolução, desenvolvida por Florestan Fernandes. Na visão de Netto, trata-se de um giro de pensamento que acaba por redimensionar a elaboração teórica de Florestan Fernandes, frente à realidade concreta de uma contra-revolução avassaladora, que precisava ser compreendida em todas as suas medidas e sentidos histórico-sociais. Desta forma, sobe à superfície um repertório de categorias e uma linha de interpretação que remonta à tradição do pensamento de Marx. Assim diz José Paulo Netto:

É que a recuperação das categorias da tradição marxista, neste novo patamar teórico e histórico, operando-se na análise concreta do movimento social real, induz Florestan a recuperar como um todo a impostação teórico-crítica de Marx. Com isto, o projeto histórico do proletariado, calço ineliminável da perspectiva socialista revolucionária, deixa de ser, na consciência teórica, uma petição de princípio, convertendo-se em ponto

arquimédico da análise concreta, inscrevendo-se como contraponto necessário do movimento da própria contra-revolução (burguesa) (NETTO, 2004, p. 211).

Para este artigo, que não pretende esgotar o sentido interpretativo do pensamento de Florestan Fernandes, propõe-se apenas uma aproximação de algumas de suas idéias que apontamos como centrais para nosso estudo. Referimo-nos à formação das classes sociais na América Latina, à revolução burguesa como processo histórico-social que produz uma burguesia associada e gananciosa – concentradora de renda, poder e prestígio social. E, ainda, a revolução proletária como revolução anticapitalista e antimperalista, auto-emancipadora das classes despossuídas. Uma pequena incursão no pensamento de Florestan, cuja intenção é produzir perguntas para sua obra e conexões com os debates atuais dos movimentos sociais, sobre a realidade latino-americana e brasileira.

## 2 EXISTEM CLASSES SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA?

Esta é uma pergunta com a qual Florestan Fernandes trabalha em “Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina”. Este é um ensaio escrito no início da década de 70, antes da elaboração do pensamento sobre a realidade social brasileira, naquilo que José Paulo Netto chama de “síntese original”, a obra “A Revolução Burguesa no Brasil”. Nele, Florestan procura elaborar os percursos históricos da origem e da formação, estrutural e dinâmica, das classes sociais na América Latina. É um longo e denso ensaio elaborado, em que o autor constrói o significado de seu principal conceito - classes sociais.

O trânsito de Florestan para este novo patamar analítico-interpretativo se desenha nas suas investigações sobre as conexões entre o sistema imperialista (com o prolongamento substancial dos estatutos de natureza colonial) e os capitalismo dependentes nacionais, conexões que gravitavam num campo travejado pelo subdesenvolvimento e pela estrutura de classes próprios à periferia explorada do circuito capitalista. (NETTO, 2004, p. 213)

Florestan coloca a pergunta num horizonte de longo alcance histórico. Ele está imerso na investigação da formação social da América Latina, no contexto do “aborto das vias democrático-nacionais latino-americanas”, segundo Netto. Deste modo, pensar a formação

das classes sociais parece significar, em Florestan, o olhar para dentro das transmutações que se manifestam na dimensão histórica da colônia e da consolidação do capitalismo moderno, na América Latina. Ele vai pontuar que a própria expansão do capitalismo se compatibilizou com as “estruturas sócio-econômicas de origem colonial ou variavelmente dependentes ou pré-capitalistas”. Sua perspectiva é a de que o capitalismo não leva à descolonização, mas propicia a “arcaização do moderno”. Assim, o autor toma como referência de análise o processo de industrialização. “Todavia, a inovação incrusta-se em uma realidade sócio-econômica que não se transformou ou que só se transformou superficialmente, já que a degradação material e moral do trabalho persiste” (Fernandes, 1981, p. 41-42). Neste sentido, as classes sociais na América Latina guardam uma formação histórico-social típica que engendra valores de classe e de estamento. Florestan chama atenção para seguinte questão: “como a emergência de novas realidades econômicas, sociais e políticas, vinculadas à expropriação capitalista, permitiram a revitalização de atitudes, valores e comportamentos estamentais” (Fernandes, 1981, p.39).

Na perspectiva construída por Florestan Fernandes, as classes sociais são formações típicas que “apresentam variações (...) que não são simples produtos de diferenças de contexto sócio-cultural ou de tempo histórico” (Fernandes, 1981, p.39), mas da forma como o capitalismo se desenvolveu na América Latina. Trata-se de matrizes de formação social, que apresentam variações em função dos patamares de desenvolvimento alcançados no capitalismo dependente. Neste sentido, o capitalismo teria se expandido de maneira generalizada, abrangendo todos os países latino-americanos, embora de maneira não integrada e com diferenças históricas específicas. Diz Florestan que se desenvolveu a um nível tal, que as classes sociais tornaram-se a principal forma de organização social, estruturadas a partir do sistema de produção. Classes possuidoras e classes despossuídas compõem o contexto histórico-social, as relações entre burgueses e proletários, desde a divisão de classes, e também entre burgueses e “condenados do sistema”.

Ao mesmo tempo, porém, a referida expansão do capitalismo ajustou-se de maneira variável, mas geral, a condições externas e internas que restringiram ou entorpeceram as funções diferenciadoras, classificadoras e estratificadoras do mercado e do sistema de produção capitalistas, inibindo assim o grau de universalidade, a eficácia e a intensidade dos dinamismos revolucionários ou estabilizadores da ordenação em classes sociais (FERNANDES, 1981, p.39).

O capitalismo, que, segundo Florestan, nasceu na América Latina, tem no passado colonial, neocolonial até o presente desdobrar do imperialismo, extensas raízes históricas que vão estar na origem da formação das classes sociais. Estas irão se desenvolver no ambiente histórico marcado pelo sentido de colonização e, posteriormente, pela formação do capitalismo dependente, que surge como pilar do tipo de dominação externa que caracteriza o período imperialista. Sob o imperialismo, a burguesia latino-americana se converte numa engrenagem do sistema capitalista mundial. A drenagem de riquezas, a concentração do capital e a transferência de altos lucros para as nações hegemônicas, determinam a extensão da assimetria social, a intensidade da exploração do capital sobre o trabalho e a posição pró-imperialista, que a classe burguesa assume nos circuitos políticos, interno e externo. Trata-se de um tipo de capitalismo incapaz de gerar por si mesmo processos de descolonização da ordem social existente. Assim escreve Florestan:

(...) torna-se patente que o ‘amadurecimento do capitalismo’ não está contribuindo para imprimir ao regime de classes as funções de desagregação social dos vícios, tradições e estruturas pré-capitalistas, que o capitalismo não preencheu no passado e que só perfilhou de modo pouco efetivo (FERNANDES, 1981, p.40).

As classes sociais na América Latina são consideradas, por Florestan Fernandes, do ponto de vista de suas funções sociais construtivas e destrutivas. No modelo de capitalismo “original”, a grande função desintegradora operada pela burguesia refere-se à destruição das condições sociais do “antigo regime” – dos laços feudais com a terra e com a servidão. Para Florestan Fernandes, o tipo de capitalismo que emerge na América Latina desfigura o que considera funções construtivas e destrutivas das classes sociais. Na periferia, a modernização jogaria um papel parcial e de composição com relações sociais arcaicas, segundo o autor. Mesmo o auge da industrialização leva a marca da “arcaização do moderno”, pois os novos símbolos que retratam a era industrial não encontram correspondência nas condições sócio-econômicas oferecidas. A nova mentalidade (burguesa), “as novas estruturas econômicas” e as orientações de modelos de desenvolvimento, convivem com orientações de valores herdados do sistema colonial. Para o autor, a diferença entre o capitalismo dependente e o capitalismo avançado não está na existência ou não das classes. As classes sociais existem tanto na periferia quanto no centro do capitalismo. A grande diferença não está na existência ou não das classes, mas na forma como o capitalismo dependente se desenvolveu nos países

da periferia. Que tipo de burguesia e de proletariado ele criou e quais os caminhos e tarefas políticas postas à revolução proletária, são questões que atravessam seu pensamento.

### 3 QUE TIPO DE RELAÇÃO EXISTE ENTRE LUTA DE CLASSES E REALIDADE HISTÓRICA?

A pergunta nos leva a retomar a leitura de José Paulo Netto. Ao analisar o pensamento de Florestan no contexto da contra-revolução burguesa, Netto ressalta um certo “giro do pensamento” relacionado à prática política de Florestan. Ele procura em Marx “matrizes preferenciais”, que possibilitem uma releitura da categoria de revolução. O foco na categoria de revolução parece se colocar na dimensão política, como uma “resposta militante” de Florestan à situação vivida sob a ditadura militar. Segundo Netto, há uma busca dos escritos de Marx e Engels, que respondem aos contextos de ruptura. “É assim que ele resgata privilegiadamente os Marx-Engels de 1848-1849, o Marx de 1870-1871 e o Lênin de 1905-1907 e 1917”. No ensaio “Nós e o Marxismo”, da década de 80, Florestan procura recuperar a atualidade das idéias de Marx, tendo em vista uma ferrenha polêmica que delineava a crise do marxismo, nos planos teórico e prático, colocando em campos opostos reformistas e marxistas revolucionários. Assim, escreve:

No interior de uma posição marxista coerente, a crise é um processo normal e necessário – e não pressupõe a negação das idéias de Marx. Se se considera que Marx investigou não só o capitalismo de sua época, mas as condições objetivas da produção e da reprodução da acumulação capitalista acelerada, só seria possível negar as suas idéias se o capitalismo se tivesse tornado o avesso de si próprio, ou seja, se a mais-valia relativa, a manipulação econômica, social e política do exército industrial de reserva, a concentração e a centralização do capital, as classes e a dominação de classe, etc, tivessem desaparecido. Ora, isso não ocorreu. As contradições do capitalismo monopolista e do imperialismo assumem dimensões aterradoras exatamente por isso. Todas essas condições objetivas foram postas em um contexto internacional, o que conferiu às contradições básicas do capital industrial o gigantismo e uma magnitude ultradestrutiva, que ele não podia ter na época de Marx. De outro lado, essa evolução fortaleceu o capital contra o movimento operário revolucionário (FERNANDES, 1995, p. 168).

No “Manifesto do Partido Comunista”, podemos encontrar elementos que levam à uma definição acerca da concepção da luta de classes, referida logo inicialmente como

processo histórico. Na parte I, lemos: “A história de toda sociedade até hoje, é a história da luta de classes” (Marx, Engels, 1999, p.66). No contexto das realidades históricas, Marx e Engels se referem à permanente tensão entre opressores e oprimidos. Estes se encontram, ainda acrescentam, “envolvidos numa luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre ou com uma transformação (umgestaltung) revolucionária de toda a sociedade, ou com o declínio comum das classes em luta” (IDEM). Com o elemento histórico essencial, Florestan recupera a leitura do Manifesto Comunista para refletir, do ponto de vista sociológico, sobre a formação e o desenvolvimento da classe trabalhadora na América Latina. No Manifesto, Marx e Engels se referem às condições de aparecimento da sociedade burguesa na era moderna, como também à divisão de classes que está na base de sua estrutura econômica. Isto é, a oposição entre burguesia e proletariado.

Por burguesia entende-se a classe dos capitalistas modernos, que são proprietários dos meios de produção social e empregam trabalho assalariado. Por proletariado, a classe dos trabalhadores assalariados modernos que, não tendo meios de produção próprios, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver (IBIDEM).

Florestan Fernandes destaca que o caráter de sua análise, sobre o legado de Marx, se diferencia de uma visão eurocêntrica e do ponto de vista de que a construção teórica de Marx está historicamente superada, “pois as classes não desapareceram e tampouco a luta de classes deixou de existir” (Fernandes, 1995, p. 169). Em “Nós e o Marxismo”, ele se refere ao Manifesto Comunista como conteúdo que “melhor permite explicar sociologicamente a formação e o desenvolvimento dos proletariados como classe em si e a que melhor coloca objetivamente as tarefas políticas das classes trabalhadoras na luta de classes” (IDEM). Para o autor, o que está em jogo é a forma de existência das classes e as tarefas políticas dadas no horizonte da transformação social. Sob este prisma, ele destaca dois debates essenciais no contexto das sociedades latino-americanas: “a forma do desenvolvimento capitalista” e o “estágio (ou fase) relativo da constituição da classe trabalhadora”. Tomando em conta o capitalismo dependente, como modo de produção capitalista subordinado, Florestan Fernandes tem em vista as classes sociais sob o prisma das relações sociais de produção. A burguesia, como classe possuidora, garante seus interesses sobre o tripé: concentração de capital, propriedade privada e associação com o imperialismo. De outro lado, ao proletariado, como classe despossuída, agregam-se distintos estratos sociais como trabalhadores semi-

integrados (operariado) e os “condenados do sistema”, que não têm acesso à classificação pelo mercado de trabalho.

A abordagem teórica sobre a luta de classes na América Latina, construída por Florestan Fernandes, nos leva a considerar sua ênfase em dois fatores históricos primordiais: primeiro, o tipo de desenvolvimento capitalista que possibilitou a formação da sociedade de classes na América Latina. Segundo, a formação do proletariado como classe independente e seu papel revolucionário no contexto do capitalismo dependente, numa época designada por Florestan como “imperialismo total”. Nesta nossa jornada reflexiva, o eixo central de análise requer a captura da questão da revolução, no pensamento de Florestan Fernandes. É quase dispensável dizer que a problemática que serve de alicerce ao pensamento do sociólogo tem por base uma relação umbilical entre teoria e prática. Vista a partir da atividade política, tal relação encontra sua essência na própria realidade do oprimido e na sua potência de auto-libertação. O que se encontra em jogo no “marxismo revolucionário”, para Florestan, é a possibilidade de um movimento real de destruição da sociedade burguesa, ao contrário do “socialismo reformista” que leva muito pouco a fundo a idéia de transformação social, quando a toma enquanto sentido de reciclagem do capitalismo. Segundo José Paulo Netto,

Nessa produção ensaística, a problemática da revolução é axial. Mas se me afigura muito simplista lê-la considerando que a centralidade da categoria de revolução que nela comparece deve-se somente à motivação polêmica. Penso que a questão é bem outra: as condições – históricas e crítico-analíticas – sob as quais Florestan recuperou a impostação teórica de Marx é que determinam esse traço pertinente da sua produção intelectual (e da sua militância cívica) a partir da segunda metade dos anos 1970. O privilégio da problemática da revolução significa, em Florestan, que a obra de Marx é toda ela interpretada em função da prática política (inclusive no que demanda de elaboração teórica) que pode conduzir à ultrapassagem do mundo burguês. Isto é: a centralidade temática, crítico-analítica e categorial da revolução tem raízes históricas e teóricas no pensamento de Florestan que desbordam largamente a sua função polêmica (NETTO, 2004, p. 216)

“O que é revolução?” Esta é a pergunta, título de um artigo de Florestan, tomada como ponto de partida de uma discussão sobre a concepção de revolução enquanto “uma realidade histórica”. Seguindo seu texto, “a contra-revolução é sempre o seu contrário (não apenas a revolução pelo avesso: é aquilo que impede ou adultera a revolução)” (FERNANDES, 2000, P. 57). O sentido da palavra chave do texto, *revolução*, encontra-se no processo histórico da luta de classes, de modo que sua definição parte da relação com o seu contrário – a contra-

revolução. Neste caso, Florestan ressalta a condição da apropriação da palavra revolução e aponta o uso de termos como “revolução institucional”, enquanto um falso sentido produzido para o que na realidade significou o golpe de Estado de 64. Ele diz:

É patente que aí se pretendia acobertar o que ocorreu de fato, o uso da violência militar para impedir a continuidade da revolução democrática (a palavra correta seria contra-revolução: mas quais são os contra-revolucionários que gostam de ver-se na própria pele?) (FERNANDES, 2000, p. 55).

Em seu escrito, Florestan chama atenção para os significados históricos do sentido dado à revolução e o uso do termo pela contra-revolução burguesa. Ressalta que o sentido de revolução remete à luta para derrubar as estruturas sobre as quais se organiza a sociedade capitalista, de modo a solapar com as relações sociais que dela deriva. Trata-se de dois níveis opostos de transformação que ele pontua: mudança gradual (contra-revolucionária) e mudança revolucionária. Ou seja, mudança lenta e contínua ou ruptura violenta – veloz, e simultaneamente vigorosa e ultra-criadora. Em relação à experiência revolucionária, Florestan considera que as energias mobilizadas, em elevado grau, pelas revoluções possuem componentes construtivos e destrutivos de alta intensidade. Para ele, existe nisso uma capacidade de revelar o aparecimento do novo, como uma sucessão de transformações profundas. Sobretudo nas sociedades capitalistas, a luta de classes é, para o autor, o único meio de o proletariado seguir seu destino revolucionário e colocar em marcha as transformações necessárias à criação de outras formas de existência social.

#### 4 QUE PAPEL JOGA A REVOLUÇÃO BURGUESA NA LUTA DE CLASSES?

A leitura do desenvolvimento do capitalismo dependente como fator histórico, considerando os “padrões de dominação externa”, debatidos por Florestan, conduz o autor a uma análise dos padrões de revolução burguesa dentro de visão histórica do capitalismo. De acordo com Plínio de Arruda Sampaio Jr., “O que é revolução” é um texto, cujo “objetivo específico é mostrar a particularidade da revolução burguesa no capitalismo dependente e os desafios que devem ser enfrentados pelos que lutam pela revolução operária no Brasil” (Prado Jr, 2000, p. 11). Este artigo, publicado em 1981, traz uma reflexão de perspectiva histórica das revoluções burguesas, apresentando comparações sobre o contexto da contra-revolução no

Brasil, com situações históricas que remetem à luta do proletariado europeu. Sendo assim, os textos de Marx e Engels são referências teóricas trabalhadas pelo autor, como em “A Guerra Civil na França”, “As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850”, “O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte”, entre outros.

Seu ponto de chegada é a compreensão das especificidades da revolução burguesa, que se desdobra sob o capitalismo dependente. Construindo um fio histórico para sua análise, as revoluções clássicas correspondem ao processo de luta e derrubada do “antigo regime”, com a instauração de um processo de transformações a partir da revolução nacional e democrática, tomando-se como parâmetro as revoluções francesa e inglesa. Plínio de Arruda Sampaio Jr., em seu artigo sobre “A natureza da burguesia brasileira em Florestan Fernandes”, acrescenta que o processo desdobrado pelas revoluções burguesas originais “caracteriza-se pelo encadeamento das revoluções agrária, urbana, nacional, democrática e industrial”. Quanto à revolução burguesa atrasada, contextualiza-se no eixo da dominação . Assim diz Plínio Sampaio:

Por fim, as revoluções burguesas atrasadas se caracterizam pelo fato de que sua direção política foi monopolizada por burguesias ultra-conservadoras e dependentes que, ao fechar o circuito político à participação das massas populares e selar uma associação estratégica com o imperialismo, acabaram por associar capitalismo e subdesenvolvimento. O drama das revoluções burguesas que eclodem dentro dos marcos da dependência é que as condições históricas externas e internas restringem muito da possibilidade de conciliar capitalismo e integração nacional. É este último caso que se enquadra o Brasil (SAMPAIO JR, s/d, p.2).

A elaboração teórica de Florestan Fernandes, quanto à mudança social no contexto do capitalismo dependente, não se coloca nem como processo isolado das relações entre centro e periferia, nem como fator estrutural puro, a-histórico. Este parece ser um elemento chave de construção teórica, para Florestan Fernandes. A leitura tem como ponto de partida a mudança social que engendra as particularidades das formações sociais e do processo histórico que, em conjunção, determinarão o raio de abertura da mudança. O capitalismo dependente, típico dos sistemas econômicos da periferia, possui duas grandes forças de sustentação, para Florestan: uma histórica e outra estrutural. A primeira refere-se às raízes do antigo sistema colonial. A segunda diz respeito à sua dinâmica de organização extraída “simultaneamente da incorporação econômica, tecnológica e institucional a sucessivas nações hegemônicas”

(Fernandes, 1981, p. 45). Em Florestan, a problemática da revolução no capitalismo dependente, pinçada no contexto histórico da contra-revolução burguesa, não deixa espaço à “revolução dentro da ordem”, que corresponderia à revolução democrática e à revolução nacional, de padrão clássico. Em vários textos do autor, a “revolução dentro da ordem” aparece como contraposição à “revolução contra ordem”, considerando que:

o grau de subalternidade das burguesias periféricas, determinado pela sua associação dependente ao imperialismo, retirando-lhes quaisquer veleidades ‘heróicas’ e inviabilizando, nos seus espaços nacionais, os processos de revoluções democráticas de corte ‘clássico’ - esta particularidade, que barbariza a emergência e a consolidação da dominação burguesa no capitalismo dependente, responde pelo fato de a revolução proletária configurar-se como resolução da ‘revolução dentro da ordem’ na ‘revolução contra ordem’ (NETTO, 2004, p. 217).

Na América Latina, a luta pelo poder de controle das transformações sociais, segundo Florestan, implica uma forma de dominação burguesa que tem como princípio básico a reprodução de uma dupla articulação: assimetria social interna e dependência externa - dois fatores do capitalismo dependente, considerados fundamentais por Florestan. A fonte do poder da burguesia provém essencialmente, para o autor, do desequilíbrio social, a partir do qual ela se tornaria onipotente “para dentro”. Isto é, porque têm à sua disposição mecanismos de reprodução das condições de desigualdade e conseguem restringir, ao máximo, a participação da classe trabalhadora no cenário político. Neste sentido, gera-se um tipo de revolução burguesa que produz um Estado autoritário e autocrático, governado a partir dos interesses econômicos da burguesia. Este Estado, como diz Florestan: “é o Estado burguês típico da América Latina capitalista, que propõe sufocar pela força, já que não pode resolver, as contradições de uma sociedade de classes dependente e subdesenvolvida” (Fernandes, 1981,p.103).

O Estado autocrático burguês, que Florestan aponta, funda uma forma de dominação burguesa que permite às classes dominantes controlar o sistema de poder correspondente a um regime de “democracia restrita”. Ele aponta que o regime de “democracia restrita” contém um sentido de revolução nacional ultra-conservadora, pois não nacionaliza nem os canais de poder e nem a estrutura econômica, o que torna o nacionalismo uma grande “mistificação burguesa”. Para o autor, isto faz da oposição existente entre capitalismo e democracia, o seu principal conteúdo político.

Apreciando-se as coisas desse ângulo, o milagre capitalista não aparece na ascensão da burguesia à hegemonia social de classe e à conquista do poder político, mas no fato histórico muito mais complexo e importante que mostra como uma burguesia crescentemente conservadora e reacionária foi capaz de fomentar sucessivas revoluções técnicas, dentro e através do capitalismo, inclusive absorvendo, filtrando e satisfazendo parcialmente pressões especificamente anarquistas, sindicalistas e socialistas das massas operárias, pelas quais se alargou e se modificou a democracia burguesa. Esse fato histórico fez com que na Europa – e mais tarde nos Estados Unidos e no Japão - a modernização capitalista se desenvolvesse subvertendo as bases técnicas da produção e revolucionando dinâmismos do mercado (interno e externo – eles não podem ser separados), enquanto se intensificava a concentração de riqueza real e do poder real nas mãos de um tope restrito (FLORESTAN, 2000, p. 66-67).

## 5 QUE SENTIDO HISTÓRICO SE MOSTRA NA REVOLUÇÃO PROLETÁRIA?

Em “Como fortalecer a revolução e levá-la até o fim”, tema desenvolvido no texto “O que é Revolução” de Florestan Fernandes, o autor parte do princípio de que o proletariado se encontra diante de dois processos revolucionários: a revolução burguesa e a revolução proletária. A primeira, “como força tutelada e cauda política da burguesia”, diz Florestan, e a segunda, “inicialmente criando condições que a tornam possível (o que se dá dentro da ordem burguesa e graças a meios que são típicos da existência do trabalho livre) e, mais tarde, na luta pela conquista da hegemonia social e do poder político” (Fernandes, 2000, p. 92). Em sua análise, como aliada da revolução burguesa, a classe trabalhadora só poderia jogar um papel transformador reduzido, dentro do capitalismo dependente, pois a própria burguesia possui limites estreitos quanto à sua capacidade revolucionária. Suas habilidades de conter a pressão social interna estão mais ligadas à capacidade contra-revolucionária, aguçada no “espírito burguês” da periferia. Ao apresentar as idéias centrais da questão de “Como fortalecer a revolução e levá-la até o fim”, que por sua vez é uma questão central do artigo “O que é revolução”, Plínio de Arruda Sampaio escreve:

Sua preocupação é definir uma estratégia de luta de classes capaz de tirar a classe operária da estaca zero. O desafio consiste em fomentar a constituição e o desenvolvimento independente do proletariado. Para tanto, as forças comprometidas com o socialismo devem fazer de tudo para que a expansão da classe trabalhadora seja acompanhada de uma “proletarização

política revolucionária”. Dadas as condições extremamente adversas decorrentes da contra-revolução permanente, para que as classes despossuídas consigam superar a estaca zero, elas precisam de um mínimo de “poder real”. Isto significa que para poder e estruturar como ator social, o proletariado requer certas condições objetivas que asseguram a sua existência enquanto classe em si (isto é, precisam existir como realidade social) (FERNANDES, 2000, p.16).

Para Florestan, como oposição à revolução burguesa e enquanto classe revolucionária, o proletariado atravessa uma via de amadurecimento próprio, que o prepara para executar seus objetivos primordiais, no campo da luta de classes. Vista em comparação com a classe operária inglesa, Florestan Fernandes ressalta as “similaridades estruturais e dinâmicas” com relação à classe operária latino-americana. É o que ele aborda como certas condições básicas, dadas pela industrialização, para se atingir níveis econômicos, políticos e sociais que permitem a conformação do operariado em classe. Florestan Fernandes observa:

Os elementos diferenciais não aparecem, porém, apenas na constituição dos proletários como classe. Eles se desenham com igual ou maior força na evolução da burguesia, que não é uma burguesia nacional e conquistadora, mas uma burguesia associada, dependente e pró-imperialista (FERNANDES, 1995, p. 171)

Florestan irá ressaltar que os “ritmos do desenvolvimento” e a “vitalidade do capital” vão interferir diretamente na qualidade do desenvolvimento e organização da classe trabalhadora. Assim diz: “seria paradoxal que uma burguesia fraca tivesse como oponente, na cena histórica, um proletariado forte”. O capitalismo monopolista pode ser visto como uma arquitetura de grandes corporações preparadas para explorar ao máximo as riquezas e o trabalho no país em que elas se encontram, e para transferir lucros para os países de origem. No processo de industrialização brasileira, Florestan enfatiza que “para dentro” a acumulação de capital é drenada para o setor da burguesia industrial, vinculado ao imperialismo. Coube ao Estado burguês criar os mecanismos de dominação que colocam a classe despossuída na posição de “inimigos da ordem”, principalmente quando se trata do setor operário, organizado como movimento social autônomo e independente.

A burguesia como um todo vê a sua revolução como desenvolvimento com segurança, excluindo pela violência extrema, se necessário, a classe operária de qualquer intento de criação de uma comunidade nacional (no sentido de que esta é conciliável com o despotismo do capital) e de

realização de uma revolução democrática (no mesmo sentido). Ela própria se incorpora a um sistema de poder mundial, que solapa institucionalmente estas tendências, confere eficácia duradoura ao controle violento da ordem por parte dos estratos estratégicos das classes dominantes (FERNANDES, 1995, p. 171).

Em “Nós e o marxismo”, olhando para o capitalismo dependente no Brasil, Florestan Fernandes visualiza o movimento operário do ABC paulista, como expressão de uma realidade histórica, que colocava o proletariado daquele período, num plano elevado de confronto com os interesses burgueses. Tomando em conta a interpretação de Marx, em seus escritos políticos sobre a França, Florestan Fernandes refere-se às conquistas políticas e econômicas do movimento operário como conquista, não de uma auto-emancipação, mas de espaço de luta política. As classes se enfrentam num estágio em que a classe trabalhadora se vê plenamente constituída, como classe em si, segundo Florestan. Esta fase em que a classe trabalhadora se expande, se especializa e se organiza para a luta política, é vista dentro do processo histórico da luta de classes como um episódio da “revolução dentro da ordem”. Lemos em Florestan Fernandes:

Ao enfrentar a ditadura e ao desobedecê-la, o proletariado vergou o arco do despotismo burguês – mas assustou todo o sistema de poder capitalista, em suas ramificações nacionais e internacionais, e não conquistou outra coisa além do espaço político que abocanhou para lutar enquanto classe plenamente constituída, que exige sua autonomia como e enquanto classe e a liberdade para travar tal luta em todas as direções necessárias. (FERNANDES, 1995, p. 172).

A análise de Florestan traz uma referência de esfera de dominação burguesa que se abre em duas faces: a do estado autocrático e autoritário e a dos laços de dominação externa, estabelecidos principalmente com os EUA. Diante destes dois planos da dominação, a classe operária que Florestan olha, aparece como principal oponente da ordem burguesa. Através de suas organizações sindicais e políticas, que suscitam um nível de formação independente e autônomo, a classe trabalhadora atingiu um alto grau de pressão sobre os dois elos da dominação: o Estado autocrático burguês e os laços dependentes. Ao focar a formação do movimento operário no ABC, Florestan enxerga os limites da “revolução dentro da ordem”. Na face proletária da revolução a chave da mudança, conforme Florestan Fernandes, “se articula e se confunde com a “revolução contra a ordem”. Ao explicar sob a perspectiva do

Manifesto Comunista, o desenvolvimento das revoluções proletárias, na América Latina, Florestan afirma:

Logradas as condições de um desenvolvimento independente de classe, os operários tem de lançar-se à arena política por suas próprias causas, libertando-se do patrocínio burguês e da relação de cauda política com os interesses e as forças da ordem existente (FERNANDES, 1995 ,p. 175).

Neste horizonte histórico, onde se mostra o antagonismo inerente ao processo da luta de classes, Florestan propõe um caminho para compressão do nível de complexidade que envolve a dimensão da emancipação do proletariado, sob o capitalismo dependente. Suas especificidades histórico-sociais, debilidades e potencialidades próprias pertencem a uma realidade, onde Florestan vê múltiplos tempos históricos, em que a vigência do sistema capitalista não é incompatível e nem mesmo prescinde da existência de elementos pré-capitalistas, incorporados na forma das relações de dominação. Na visão de Florestan, esta é uma das características cruciais das sociedades capitalistas de origem colonial, cujas relações sociais se constituíram, desde o início, com base num padrão de ultraexploração. Em Florestan, para existência dos agentes privilegiados, que concentram a renda, o prestígio social e o poder, é condição *sine qua non* que haja, de outro lado, agentes destinados ao vazio sócio-econômico do trabalho. Segundo ele, esta especificidade histórica está na base da existência das camadas despossuídas. Ou seja, a visão do que se constitui enquanto forma de poder burguês se assenta na “naturalização” da existência do desequilíbrio social, como fonte de poder real e dos privilégios das classes dominantes.

O processo da revolução burguesa, no Brasil, levou à constituição de uma ordem burguesa ultraconservadora, que, segundo Florestan Fernandes, determina o caráter antinacional e antidemocrático da burguesia, em geral formada na periferia do sistema capitalista. Nos países de capitalismo dependente, a revolução proletária passa a ser a única a portar um conteúdo realmente revolucionário. Neste sentido, Florestan opera com o pensamento de Gramsci referindo-se às três fases da luta do proletariado: a sindical (de resistência ao capitalismo), a luta pelo controle dos meios de produção e a sua socialização. A revolução proletária é um “produto da atividade coletiva dos trabalhadores, a principal força produtiva dentro do capitalismo” (Fernandes, 1995, p.183). Os objetivos transformadores da classe operária:

“pressupõe univocamente uma rejeição (e, portanto, uma negação e uma superação) total da sociedade burguesa (por conseguinte, da alienação do trabalhador, da objetificação que a propriedade privada, o capital e o trabalho como mercadoria lhe impõem, da existência das classes e da dominação das classes, da hegemonia ideológica da burguesia, do Estado democrático etc.” (FERNANDES, 1995 ,pg. 183)

No intuito de iniciar uma aproximação com o pensamento de Florestan Fernandes, este artigo apresenta a interpretação do autor para gerar o debate. À luz da contribuição do pensamento de Marx, Florestan reelabora categorias de grande importância para os debates vigentes nos movimentos populares que lutam contra o capitalismo. Destaca-se o conceito de revolução. A concepção de classes sociais também é uma contribuição teórica importante e essencial de ser discutida e revista, nos dias de hoje. Neste sentido, o estudo e a elaboração visam ampliar o conhecimento e o debate, que se desdobra nos movimentos sociais, referente às duas categorias. Certamente, a perspectiva da leitura de Florestan requer a existência do diálogo com outras teorias, do pensamento marxista, para podermos elaborar as críticas pertinentes ao pensamento que pertence ao seu próprio tempo. O mesmo podemos dizer quando nos referimos à prática.

O pensar as classes sociais hoje, remete à reflexão acerca da formação histórica das classes no capitalismo (suas formas de organização, de elaboração, de estratégia etc), bem como as raízes de uma classe trabalhadora que tem como experiência a reestruturação produtiva, diante da qual as relações sociais e os mecanismos de produção e reprodução social se transformam radicalmente. Nesta transformação ou transfiguração da classe trabalhadora, aparecem lutas sociais marcadas também por protagonistas e formas de lutas distintas das anteriores. O cenário da luta de classes se complexifica e daí o desafio de pensar o que significa a mudança revolucionária. Extrai-se da reflexão de Florestan que a “revolução dentro da ordem” não está presente na ordem do dia, para as sociedades do capitalismo dependente. Este é um elemento essencial para a análise de estratégias dos movimentos sociais que lutam contra o capitalismo e que discutem o socialismo como horizonte de transformação social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CERQUEIRA, Laurez. *Florestan Fernandes, Vida e Obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FERNANDES, Florestan; PRADO Jr, Caio. *Clássicos sobre a Revolução Brasileira*. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

\_\_\_\_\_. *Em Busca do Socialismo: Últimos Escritos e Outros Textos*. São Paulo: Xamã, 1995.

\_\_\_\_\_. *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ENGELS, F; MARX, K. *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis: Vozes, 1999.

IANNI, Octavio. *Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

MARX, K. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Ed. Alfa-Omega.

NETTO, José Paulo. *Marxismo Impenitente: contribuição à história das idéias marxistas*. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

## BRASIL: UM PAÍS EM DESENVOLVIMENTO? A atualidade da Dialética da Dependência de Rui Mauro Marini para a análise do avanço do capitalismo na América Latina\*

Rogério Antonio Mauro\*\*

### RESUMO

Esse artigo pretende resgatar os principais elementos do debate sobre subdesenvolvimento e dependência a partir do Informe Econômico da América Latina de 1949, divulgado pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Pode-se afirmar que a CEPAL não se reduziu apenas a tarefa de difusora da teoria desenvolvimentista dos países ricos, mas se preocupou, também, em aprofundar o estudo das contradições apontadas por esta, visando explicar as causas do subdesenvolvimento latino americano. É sob este viés que se toma como referência o pensamento de Ruy Mauro Marini, pelo qual demonstrou que desenvolvimento e subdesenvolvimento não são duas faces da mesma moeda. A partir dele, apresentamos a atualidade da dialética da dependência na América Latina, em especial, o caso brasileiro e a noção de sub-imperialismo.

**Palavras-chaves:** CEPAL, Ruy Mauro Marini, Teoria da dependência, desenvolvimento-subdesenvolvimento, centro-periferia, sub-imperialismo, comércio internacional.

### ABSTRACT

This article intends to rescue the main elements of the debate on underdevelopment and dependence from Economic Inform of Latin America of 1949, divulged for the Economic Commission for Latin America (Cepal). It can be affirmed that the Cepal did not scumble only the diffusing task of the development's theory of the rich countries, but if it worried, also, in deepening the study of the contradictions pointed for this, aiming at to explain the causes of the American Latin underdevelopment. It is under this bias that if takes as reference the thought of Ruy Mauro Marini, for which it demonstrated that development and underdevelopment are not two faces of the same currency. To leave of it, we present the present time of the dialectic of the dependence in Latin America, in special, the Brazilian case and the notion of sub-imperialism.

**Key-words:** Cepal, Ruy Mauro Marini, Theory of the dependence, development-underdevelopment, center-periphery, sub-imperialism, international trade.

\* Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Estudos Latino-Americanos, realizado pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em parceria com a Escola Nacional Florestan Fernandes, sob a orientação da Professora Roberta Traspadini.

\*\* Bacharel em Ciências Econômicas, pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Especialista em Estudos Latino Americanos pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

## INTRODUÇÃO

A história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do capitalismo mundial. Seu estudo é indispensável para quem deseja compreender a situação que enfrenta atualmente e as perspectivas que a ele se abrem. (BARSOTTI, 1998, p. 113).

O presente artigo tem como objetivo central resgatar os principais elementos do importante debate sobre subdesenvolvimento e dependência, realizado em nosso continente, a partir do Informe Econômico da América Latina de 1949, divulgado pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Mesmo tendo sido criada com um objetivo bastante claro, a CEPAL não se reduziu apenas à tarefa de difusora da teoria desenvolvimentista dos países ricos, mas se preocupou, também, em aprofundar o estudo das contradições apontadas por esta, visando explicar as causas do subdesenvolvimento latino americano. A consequência deste esforço resultou numa teoria original do continente, com grandes repercussões, tanto na academia, como no meio político. Os principais formuladores desta teoria foram o argentino Raúl Prebisch<sup>1</sup>, o brasileiro Celso Furtado e o chileno Aníbal Pinto, dentre outros<sup>2</sup>. Neste trabalho, procurar-se-á resgatar os pilares que sustentavam esta concepção.

A teoria da dependência estava centrada na necessidade de se aprofundar o debate acerca das concepções cepalinas. Neste campo, destacaram-se duas grandes linhas de pensamento: uma de concepção marxista, tendo como principais expressões, os brasileiros Ruy Mauro Marini,<sup>3</sup> Vânia Bambirra e Teotônio dos Santos, além do latino-americanista de coração André Gunder Frank; e a outra, mais heterodoxa, representada principalmente nos trabalhos do brasileiro Fernando Henrique Cardoso e argentino Enzo Faletto.<sup>4</sup>

<sup>1</sup> Foi Diretor do Banco Central Argentino no Governo de Perón.

<sup>2</sup> A formação dos principais quadros da CEPAL era em geral keynesiana, com apreciável domínio da economia política clássica, porém, com pouco domínio no campo do marxismo. (Marini, 1994).

<sup>3</sup> Ruy Mauro Marini é um dos intelectuais marxistas mais importantes da América Latina da segunda metade do séc. XX. Nasceu em Barbacena-MG, em 1932, formou-se em Administração de Empresas em 1957. Foi fundador da Universidade de Brasília (UNB), junto a Darcy Ribeiro, em 1963. Além de intelectual, foi militante, preso, torturado e exilado durante a ditadura militar no Brasil. Viveu no Chile e México, onde militou e lecionou na Universidad Nacional do México (UNAM). Faleceu em Brasília, em 1997. Seu pensamento é influenciado por Marx, Lênin e Rosa Luxemburgo, além de outros marxistas como André Gunder Frank.

<sup>4</sup> Sua principal obra é: Dependência e Desenvolvimento na América Latina.

O trabalho, ora apresentado, explica a situação de dependência da América Latina com base na leitura da teoria marxista realizada por Ruy Mauro Marini. Isso se justifica por ter esta uma aplicabilidade evidente no atual estágio de desenvolvimento da América Latina. Por meio deste resgate, buscar-se-á analisar alguns indicadores atuais da economia brasileira, verificando, a atualidade desta teoria para o estudo de uma situação concreta vivenciada por um dos principais países latino- americanos: o Brasil.

## A CONCEPÇÃO DA CEPAL

A CEPAL surge no momento em que se encerrava um dos capítulos mais dramáticos da história da humanidade, a Segunda Grande Guerra, iniciando-se uma era em que o poderio bélico, deflagrado pelo lançamento da bomba H em Hiroshima e Nagasaki, ditaria as novas relações sociais em nível global. O mundo via-se dividido em dois grandes blocos: um formado pelos países socialistas que se aglutinavam em torno da União Soviética (URSS), grande responsável pela vitória sobre a Alemanha nazista; e o outro, formado pelos países capitalistas, hegemônico pelos Estados Unidos. A configuração desses blocos determinaria a conformação política, econômica e militar do mundo nas décadas subsequentes.

No mundo capitalista, muitos países haviam saído recentemente de processos de descolonização. É o caso da América Latina, que possuía vários Estados nacionais consolidados, um processo de industrialização em andamento e uma complexa estrutura de classes, com a burguesia industrial fazendo parte do bloco no poder. Diante das crescentes tensões, geradas pela insatisfação das ex-colônias, frente às relações internacionais desiguais e da eminente ameaça comunista, os países capitalistas centrais apontavam para a real necessidade de convencer os países subdesenvolvidos de que as possibilidades de progresso estavam abertas para todos.

É assim que nasce a teoria do desenvolvimento econômico dos países ricos, destinada a explicar e orientar aos demais países sobre como alcançar esse tão sonhado objetivo. Segundo esta teoria, o desenvolvimento aparece como uma consequência natural da organização dos três setores produtivos: primário, secundário e terciário. Logo, a posição privilegiada que os países desenvolvidos possuíam no contexto internacional, representava

nada mais do que um fenômeno natural, dado o grau de evolução alcançado. Seguindo este raciocínio, o conceito de subdesenvolvimento é praticamente idêntico, constando-se simplesmente da fase anterior deste mesmo processo, que corresponde à situação pré-industrial.

Destacavam ainda, que o desenvolvimento econômico era sinônimo de modernização das estruturas econômicas, sociais e ideológicas. Todavia, até que este não fosse alcançado, os países subdesenvolvidos teriam que conviver, por certo tempo, com uma dualidade estrutural de modelos, que oporia setores modernos e avançados a setores tradicionais e atrasados. Esse processo seria marcado pela possibilidade de haver tensões e crises freqüentes.

Por fim, como partiam do princípio de que desenvolvimento e subdesenvolvimento eram duas partes de um mesmo processo, no plano metodológico, se sustentava que o diferencial dos países entre si era apenas critérios quantitativos, medidos através de vários indicadores: PIB, grau de industrialização, renda per capita, índices educacionais, taxa de mortalidade etc. Essa teoria foi amplamente difundida pelo mundo, através das universidades, centros de pesquisa, organismos internacionais criados no pós-guerra, entre eles: o Fundo Monetário Internacional (FMI); o Banco Mundial (BIRD); e o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT)<sup>5</sup> e pelas Nações Unidas (ONU), que foi encarregada de criar as comissões regionais para difundir a mesma nos diversos continentes. Daí a origem da CEPAL.

O ponto de partida da análise cepalina é a caracterização da economia internacional a partir da existência de dois pólos constitutivos: centro e periferia. Os países que se encontram no centro do sistema são aqueles cujo grau de desenvolvimento capitalista já atingiu um patamar superior, a fase de industrialização - aqueles que possuem uma estrutura econômica considerada homogênea e diversificada. Por outro lado, a periferia é representada pelos países subdesenvolvidos - aqueles que estão ainda na fase anterior, almejando chegar ao desenvolvimento pleno. Estes, por sua vez, se encontram nesta posição pelo fato de possuírem uma estrutura econômica heterogênea e especializada.

Pode-se dizer que a estrutura econômica de um país é homogênea quando o progresso técnico chegou a praticamente todos os setores da economia, considerando-se diversificado o país que desenvolveu vários setores econômicos importantes, possuindo assim um conjunto de atividades relevantes e viáveis. Por heterogênea é caracterizada uma economia em que o

---

<sup>5</sup> O GATT foi transformado, em 1995, na Organização Mundial do Comércio-OMC, que é um fórum permanente para negociar regras multilaterais para o comércio internacional.

progresso técnico ainda não se espalhou por todo o sistema, pelo contrário, encontra-se concentrado em apenas alguns setores da economia, especialmente naqueles voltados à exportação. Neste caso, o país está dividido em algumas “ilhas” altamente desenvolvidas, com muita tecnologia e alta produtividade do trabalho. Contrastando com esta realidade, existem amplos setores tradicionais e atrasados, com pouco acesso ao progresso técnico e conseqüentemente, baixa produtividade. Trata-se, portanto, de uma economia especializada.

Contrapondo os postulados teóricos de economia internacional dominantes na época, os economistas da CEPAL vão demonstrar que, ao contrário do que se afirmava, a divisão internacional do trabalho não permitia que os frutos do progresso técnico fossem distribuídos de maneira equitativa para todas as nações. De acordo com os ideólogos da lei das vantagens comparativas<sup>6</sup>, todo aumento de produtividade deveria necessariamente ser acompanhado de diminuição dos preços. Logo, mesmo os países produtores de produtos primários, com baixo nível de desenvolvimento tecnológico e produtividade baixa, tenderiam a ser beneficiados com a queda dos preços dos produtos industrializados, importados do centro.

Os estudos realizados por Prebisch demonstraram exatamente o contrário do que se apregoava na época. Verificou-se que, a partir de 1870, nos países industrializados e com maiores ganhos de produtividade, os preços das mercadorias haviam aumentado ao passo que naqueles com produtividade menor, os preços haviam decrescido. Comprovava-se assim a existência de um intercâmbio desigual com tendência à deterioração dos termos de troca. Para que um país da periferia pudesse continuar importando do centro uma mesma quantidade de produtos industrializados, precisaria dispor de uma quantidade sempre crescente de produtos primários. Ocorria desta forma, uma transferência de renda e riqueza da periferia para o centro.

Para a CEPAL, aí residia a causa principal do subdesenvolvimento da periferia. E, para superar esta situação e chegar ao desenvolvimento só havia um caminho a ser seguido, o da industrialização. Construir indústrias significaria modernizar a estrutura econômica do país, alocando melhor a força de trabalho entre os setores produtivos, que naturalmente elevaria os salários, aumentando a renda da população. As conseqüências diretas deste processo seriam o desenvolvimento do mercado interno que impulsionaria ainda mais o

---

<sup>6</sup> Essa teoria postula que cada país deve especializar-se na produção daqueles bens em que possa obter maior produtividade, a qual se encontra em geral, determinada pela fertilidade do solo, pela disponibilidade de recursos naturais, etc. (Marini, 1994)

crescimento e a endogeneização do progresso técnico, indispensável para aumentar a produtividade do trabalho e era um elemento chave para a reprodução ampliada do capital. Esses dois elementos são considerados fundamentais para o crescimento sustentado de qualquer nação. O passo inicial desta longa caminhada deveria ser a substituição das importações, iniciando pela produção de bens de consumo não duráveis.

Para impulsionar esse modelo, o Estado era fundamental. Este, utilizando instrumentos fundamentais como a política econômica e o planejamento de médio e longo prazo, levaria adiante esse processo. A concepção predominante entre os cepalinos era de um Estado situado acima da sociedade, capaz de mover-se por uma racionalidade própria e atender aos interesses de todos.

Outra questão debatida relacionava-se ao financiamento deste processo. A CEPAL sempre defendeu que a poupança interna é que deveria financiar a industrialização. Para isso, só quem poderia cumprir essa função seria o setor exportador da economia que deveria ser o grande responsável por trazer os dólares necessários para a importação dos bens de capital. Encontrava-se, aí, a causa fundamental da aliança da burguesia industrial com a burguesia primário-exportadora e a explicação do motivo de tanta relutância por parte dos cepalinos em pautar o tema das reformas estruturais, como a reforma agrária, capaz de criar um ambiente econômico favorável ao novo modelo em questão.

Nos anos 60, uma grave crise se abateu em praticamente todos os países da América Latina. Verificou-se que a industrialização, por si só, não resolvia todos os problemas, tal como se afirmava anteriormente. Além de não distribuir a renda como se previa, houve uma maior concentração, e como consequência, o mercado interno não se desenvolvia conforme o esperado, gerando uma crise de realização da produção. Outro limite verificado foi que, ao não desenvolver um setor produtor de bens de capital, os países latino americanos reproduziam em escala ampliada a dependência tecnológica, com o agravante da falta de divisas para a importação dessas novas tecnologias.

Esta situação levou a CEPAL a reformular sua análise e propostas. Em 1965, ao considerar a política exterior dos Estados Unidos e a ação das empresas multinacionais como fatores negativos para o desenvolvimento latino-americano, Celso Furtado vai falar, inclusive, da possibilidade de superar as determinações estruturais mediante a prática de um socialismo de corte nacional, estatal e terceiro mundista.

Em síntese, podemos afirmar que o desenvolvimentismo foi a ideologia da burguesia industrial latino-americana, que acreditava na possibilidade e viabilidade de um modelo capitalista autônomo, com enorme impacto político, sobretudo na década de 50. Com seu esquema centro-periferia, a CEPAL deu uma grande contribuição, principalmente, na crítica a teoria clássica do comércio internacional, baseada no princípio das vantagens comparativas, indo muito além da teoria do desenvolvimento proposta pelos países ricos.

Seus limites, segundo Marini (1994), são um efeito de seu vínculo umbilical com a teoria do desenvolvimento. Por acreditar que desenvolvimento e subdesenvolvimento não são fenômenos qualitativamente diferentes, acreditavam que, com uma política econômica adequada que estimulasse o processo de industrialização e com algumas correções no comércio internacional, tornando-o mais justo, se resolveriam naturalmente os problemas e se atingiria o desenvolvimento pleno. Não estava em questão a crítica ao capitalismo, mas a possibilidade de encontrar um caminho para as economias periféricas se inserirem nele, a partir da ótica formal e universal da reprodução ampliada do capital.

#### A DIALÉTICA DA DEPENDÊNCIA DE MARINI

Não é porque se cometeram abusos contra nações não industriais que estas se tornaram economicamente fracas, é porque eram fracas que abusou-se delas. Não é tampouco porque produziram além do devido que sua posição comercial deteriorou-se, mas foi à deterioração comercial que as forçou a produzir em maior escala. (MARINI, 2000.)

A primeira forma de inserção da América Latina no cenário internacional foi como colônia, nascendo como uma grande empresa exportadora comandada e explorada de acordo com interesses externos ao continente. Além desta participação no aumento do fluxo de mercadorias, o continente latino-americano contribuiu para o desenvolvimento do capitalismo internacional no processo denominado por Marx de acumulação primitiva do capital. A enorme quantidade de metais preciosos e gêneros exóticos saqueados pelos europeus nos séculos XVI, XVII e XVIII permitiu o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, indispensável para o surgimento da grande indústria.

A independência política dos países latinos americanos, levada a cabo nas primeiras décadas do século XIX, não foi capaz de romper com a dependência econômica externa. O

que ocorre é o aprofundamento da divisão internacional do trabalho determinando o papel, posterior, da região. Por esta divisão, caberá aos países da América Latina produzir e exportar produtos primários, em troca da importação de produtos manufaturados de consumo dos países centrais. Assim, a dependência se configura como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes. Neste caso, segundo Marini (2000), o fruto da dependência significará apenas mais dependência.

Segundo Marini (2000), outra grande contribuição da América Latina ao capitalismo mundial, e talvez a mais importante, está relacionada ao deslocamento do eixo de acumulação nas economias industriais, da produção da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa, deixando esta de depender simplesmente do prolongamento da jornada de trabalho ou do aumento da intensidade do mesmo, que constantemente levam a revolta dos trabalhadores. Essa mudança qualitativa ocorre devido ao barateamento dos meios de subsistência que chegam aos países industriais, o qual leva, necessariamente, à diminuição do valor da força de trabalho. Significa, portanto, a diminuição do tempo de trabalho necessário para o operário produzir seu salário, e reproduzir assim, suas condições de vida. Conforme explicou Marx, a diminuição do trabalho necessário leva necessariamente ao aumento do tempo excedente, que é aquele em que o operário produz a mais-valia, ou seja, tempo de produção que não se reverterá para o trabalhador e que será apropriada pelo capitalista. Trata-se, portanto, da exploração.

Cabe observar ainda que essas cotas extras de mais-valia, proporcionadas pela produção dos países dependentes e apropriadas pelos capitalistas dos países centrais, são uma forma de compensar para os capitalistas, a queda tendencial das taxas de lucro.

A partir de 1875, o capitalismo mundial passa por algumas transformações que terão grande influência em nosso continente. A primeira delas, é que novas potências vão surgir e se projetar para o exterior. É o caso da Alemanha e dos Estados Unidos. Estes últimos desenvolverão uma política própria para o continente americano, que muitas vezes vai se chocar com os interesses ingleses. Pois, com o tempo, a tendência será o deslocamento das relações comerciais da América Latina com a potência do norte. A segunda mudança importante será o surgimento dos monopólios a partir do processo de concentração do capital nas unidades produtivas. Nesta fase, para o capital continuar se desenvolvendo, precisa extrapolar as fronteiras nacionais. Inicia-se assim a corrida na busca de aplicação em outras partes do globo. É a fase imperialista do capital.

Entretanto, a consolidação do imperialismo não ocorrerá de forma tranqüila. As primeiras três décadas do século XX são marcadas por duas grandes crises: começando com a primeira guerra mundial, deflagrada em 1914, caracterizada como uma guerra pela partilha colonial, e passando pela grande crise econômica do capitalismo, que explodiu em 1929, levando a desorganização do mercado mundial.

Com a crise, as exportações primárias dos países latino-americanos passaram a enfrentar enormes dificuldades de se realizarem, o que, por sua vez, afetou o padrão de vida das classes mais abastadas, dependentes das importações de mercadorias dos países centrais. A principal conseqüência desta para a América Latina foi a inviabilização da antiga forma de vinculação ao sistema mundial, como países primário-exportadores. A industrialização substitutiva de importações se impôs como uma necessidade de sobrevivência.

Vários países latino-americanos vão aproveitar a situação criada e se lançar nesta estratégia. Especialmente, aqueles que tinham amadurecido as condições objetivas e subjetivas para enfrentar esta nova etapa, como o Brasil, Chile, Argentina e México. As principais condições apresentadas foram: (a) a existência de uma base industrial mínima em alguns países, ainda que incipiente; (b) grande contingente populacional concentrado nas cidades; (c) existência de uma poupança interna gerada pelas exportações primárias de posse dos donos de terras; (d) mercado interno não abastecido pelas importações, com uma classe rica ansiosa por manter seus padrões de consumo.

Um fato que chama atenção é que, diferente do que ocorreu na Europa e em outros países industrializados, aqui, esse processo aconteceu de forma pacífica, uma vez que, dado às condições citadas acima, o ambiente foi propício para o estabelecimento de um pacto de poder, entre a nascente burguesia industrial e a burguesia primário-exportadora.

No entanto, o pacto firmado não excluía a existência de divergências no interior da coalizão dominante. Mas, apesar de haver conflitos de interesses, os fundamentos do poder eram preservados, principalmente em temas como política cambial e de créditos. A não realização da reforma agrária no país fez parte deste pacto político. Diferença marcante em relação ao que ocorreu no processo de industrialização de outras nações, onde as reformas estruturais, como a reforma agrária, eram vistas como medidas necessárias para criar um ambiente econômico favorável à industrialização.

Com o desenrolar da segunda guerra mundial, criaram-se as condições necessárias à aceleração do processo de industrialização latino-americano naqueles países que já haviam

iniciado, bem como a motivação de outros para lançarem-se neste caminho, como a Venezuela. Dada esta condição, a burguesia enfrentou a segunda fase do processo de industrialização, rompendo aliança com a burguesia primário-exportadora. Isto, na prática gerou um novo pacto de poder, buscado com apoio das classes médias e do proletariado. Este pacto deu origem ao “populismo”.

O discurso populista era, por natureza, nacionalista e estava centrado na necessidade de promover a dinamização do mercado interno, por meio da distribuição de renda, que agradava a amplos setores da população. Esta política poderia ser implementada através do aumento dos salários e até mesmo pela realização da reforma agrária, que não interessava nem um pouco à burguesia latifundiária, mas agradava aos camponeses.

As duas principais expressões políticas desta corrente na América Latina foram: Perón, na Argentina e Vargas, no Brasil. Nesses dois países, as implantações de parte dessas políticas levaram seus dirigentes a gozar de amplo prestígio popular. Todavia, a estratégia burguesa de desenvolvimento autônomo foi derrotada. Este fracasso deveu-se a inúmeros fatores, dentre eles: (a) fragilidade do mercado interno; (b) insuficiência de divisas e (c) assédio do capital estrangeiro.

O abandono da estratégia de desenvolvimento autônomo e o divórcio da burguesia com as massas populares, pondo fim às políticas populistas, tanto no Brasil, como em outros países da América Latina, vão levar à implantação de regimes tecnocráticos militares, instalados a partir de golpes de Estado, com apoio explícito do imperialismo norte-americano. Com o advento de uma nova divisão internacional do trabalho, alguns países da periferia, como Brasil, México, Argentina, Chile etc. deixam de ser apenas produtores de produtos primários para a exportação, passando a se dedicarem, também, à produção industrial baseada na superexploração do trabalho. Entretanto, caberá a esses países, a tarefa de desenvolver apenas etapas inferiores do processo de produção, uma vez que, as etapas superiores, dos produtos de maior valor agregado (como a produção dos eletro-eletrônicos, da robótica, da química fina, da biotecnologia, etc.), e o devido controle das tecnologias correspondentes, são reservadas aos centros imperialistas.

Por esta divisão, há ainda um outro grupo de países, que são convertidos apenas em produtores primários de mercadorias e em mero mercado consumidor para os produtos de seus vizinhos industrializados. Ao analisar este aspecto, Marini vai falar do surgimento de

verdadeiros centros subimperialistas na América Latina, que se associam à metrópole para explorar os povos vizinhos.

O subimperialismo corresponde à expressão perversa de um fenômeno resultante da diferenciação da economia mundial, com base na internacionalização do capital, que levou a superação da divisão simples do trabalho, expressa na relação centro-periferia, tematizada pela CEPAL, em prol de um sistema muito mais complexo. Nele, a difusão da indústria manufatureira, elevando a composição orgânica média do capital, quer dizer, a relação entre meios de produção e força de trabalho, dá lugar à sub-centros econômicos (e políticos), dotados de relativa autonomia, ainda que permaneçam subordinados a dinâmica global imposta pelos grandes centros. Como Brasil, países como a Argentina, Israel, Irã, Iraque e África do Sul assumem, ou tem assumido, em certo momento de sua evolução recente, caráter subimperialista. (MARINI, 1993).

É nesse sentido que o progresso técnico propiciado pela importação de tecnologias dos centros imperialistas tornou mais dinâmicas as indústrias locais, que aumentaram muito sua produtividade. No entanto, apesar desses ganhos, os capitalistas não abriram mão da superexploração do trabalho. Desta forma, o mercado interno continuou achatado e a consequência imediata que se apresenta é o problema da realização da produção a partir dos aumentos de escalas. Ou seja, produzem-se roupas, calçados, automóveis, eletrodomésticos, etc., mas estes são inacessíveis às grandes massas de desempregados e até mesmo aos próprios operários que fabricam essas mercadorias.

Para enfrentar este problema, a burguesia tratou de desenvolver uma verdadeira política subimperialista, buscando várias saídas possíveis: a primeira foi programar uma política regressiva de distribuição de renda. Utilizou o mecanismo da inflação e operou no sentido de promover uma transferência de renda da imensa maioria da classe trabalhadora para os setores médios e altos que possuíam condições de sustentar o mercado. Como consequência, separou, ainda mais, produção e consumo. Essa política foi muito utilizada no Brasil durante o regime militar, quando os salários reais recebidos pelos trabalhadores foram reduzidos em mais de 50%.

Um segundo recurso utilizado foi à intervenção do Estado. Uma frente foi a ampliação das subvenções aos produtores (caso da agricultura, por exemplo, que foi estimulada a modernizar-se, por meio da política de créditos para comprar máquinas e outros insumos industriais da revolução verde), e o financiamento do consumo de artigos de luxo. A outra foi

transformar o próprio Estado em um grande consumidor dos produtos industriais, criando, desta forma, uma demanda estatal.

A terceira saída buscada e, por sinal, a mais importante, foi à expansão para o exterior, como alternativa de realizar a produção não absorvida pelo mercado interno. É o ressurgimento da velha política exportadora, agora aplicada à indústria, que só consegue competir no mercado internacional porque está assentada sobre a superexploração do trabalho. É nesse contexto que se pode falar da existência do subimperialismo, onde os mais desenvolvidos da periferia são tutelados pelo centro, aos quais estão associados, para explorar os mais fracos. Um dos resultados mais evidentes desta política foi à alteração da pauta de exportação com a inclusão dos produtos manufaturados (incluindo artigos de luxo) e semi-elaborados.

O caso brasileiro expressa bem o que representou essa política. Em 1964, quando a ditadura militar se instalou no Brasil, o saldo anual das exportações era da ordem de 1,4 bilhões de dólares. A pauta era composta por 85,4% de produtos primários; 8,0% de produtos semi-elaborados; e apenas 6,2% de manufaturados. Em 1984, quando os militares deixam o governo, o país já exportava 27 bilhões de dólares por ano, com uma pauta profundamente alterada: os produtos primários representavam 32%; os semi-elaborados 10,6%; e os manufaturados 56%.

Entretanto, essa política trouxe como conseqüência o endividamento externo do País. Em 1964, a dívida externa brasileira atingia a cifra de 2,5 bilhões de dólares. Em 1984, essa mesma dívida havia saltado para 102 bilhões de dólares. Sem contar o fato de que entre 1981 e 1984, o Brasil pagou a soma de 30,7 bilhões de dólares em juros<sup>7</sup>. Além do endividamento externo, outra conseqüência importante decorrente da desnacionalização das economias dependentes diz respeito à evasão de divisas por meio da exportação de lucros.

Resumindo, o desenvolvimento capitalista latino-americano reproduziu aqui as leis gerais que regem o sistema em seu conjunto, porém, acentuou-as ao limite. Trata-se de um sistema integrado, cujo fundamento encontra-se na superexploração do trabalho, que pode aparecer de diversas maneiras: (a) aumento da intensidade do trabalho sem alterar a jornada e o nível tecnológico existente, ou seja, é a arte de fazer o trabalhador produzir mais no mesmo tempo de trabalho; (b) prolongamento da jornada de trabalho, muito utilizada no campo, mas

<sup>7</sup> Trata-se de dados oficiais do Banco Central do Brasil. Foi organizado pelo Jubileu Sul Brasil e encontram-se disponíveis na página: [www.Jubileubrasil.org.br](http://www.Jubileubrasil.org.br)

que aparece também na indústria sob o manto das horas extras; (c) rebaixamento dos salários a um nível inferior ao valor real de sua força de trabalho. Isso significa não respeitar as condições médias de subsistência dos trabalhadores e as condições técnicas de produção. Esta é, sem dúvida, a forma mais utilizada nos países dependentes latino-americanos.

A aplicação desta prática trouxe várias conseqüências, dentre as quais se destacam: (a) concentração das riquezas; (b) vulnerabilidade a fatores externos - neste caso, a saída encontrada pelo capitalismo dependente é colocar em prática o que aprendeu com o império, buscando a expansão comercial ao exterior, exercendo assim seu poder subimperialista sobre seus vizinhos; (c) fragilidade do mercado interno e a continuidade da separação das esferas de produção e consumo.

A grande diferença existente na análise de Marini em relação à CEPAL, é que ele, ao analisar a história como processo, a partir da luta de classes, busca uma explicação estrutural ao problema da dependência. Marini não visualiza desenvolvimento e subdesenvolvimento como duas partes de um mesmo processo, que se diferenciam apenas quantitativamente. Pelo contrário, considera-os fenômenos qualitativamente diferentes, antagônicos e, ao mesmo tempo, complementares entre si, em uma relação dialética com o cenário internacional. Isto quer dizer que os países dependentes são extremamente funcionais ao processo de acumulação do capitalismo mundial. Além de fornecedores das demandas dos países centrais, especialmente, de matérias-primas e alimentos, contribuem decisivamente para que esses países desloquem o seu eixo de acumulação da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa. Isto significa que sua acumulação passa a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador. Contraditoriamente, essa mesma produção que contribui para a mudança qualitativa nos países centrais, está assentada aqui, em uma maior exploração dos trabalhadores. Segundo Marini:

A dependência é entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. O fruto da dependência só pode assim significar mais dependência e sua liquidação supõe necessariamente a supressão das relações de produção que ela supõe.

## A ATUALIDADE DA DIALÉTICA DA DEPENDÊNCIA E DO SUBIMPERIALISMO: O CASO BRASILEIRO

Tomando os dados atuais da economia brasileira como referência, verificaremos que estamos assistindo a reedição da política subimperialista adotada há várias décadas. A busca desesperada pelo mercado externo para realizar a produção nacional, além de não constituir nenhuma novidade, até hoje não conseguiu romper com a dependência imposta pela divisão internacional do trabalho. Nesses últimos anos, muitos *records* de produção foram comemorados, especialmente pelo agronegócio e pela indústria de baixa densidade tecnológica, mas a situação objetiva do povo brasileiro e do país não se alterou.

Os governos que sucederam o regime militar não conseguiram fugir, se é que tentaram, da armadilha econômica montada em torno da necessidade de exportar um montante cada vez maior de mercadorias para alimentar a ciranda financeira da dívida externa, dificultando o desenvolvimento da nação. Do governo Sarney ao governo FHC, o Brasil obteve um superávit comercial de 143,4 bilhões de dólares. Todavia, pagou em torno de 250 bilhões de dólares na forma de juros da dívida, e mais 385,7 bilhões de dólares em amortizações. Ou seja, de 1985 a 2002, pelo menos 635,7 bilhões de dólares foram embora e mesmo assim o país continuou endividado.

Nesta operação, parcelas do pagamento são atribuídas aos valores obtidos com a descapitalização do país proveniente do processo de privatizações. Outra parcela advém do superávit primário, que é a diferença entre o que o governo arrecada cobrando impostos da população e os gastos sociais e investimentos públicos. Uma terceira fonte é proveniente da chamada dívida interna. Esta, por sua vez, representa hoje o mesmo mecanismo perverso da dívida externa, levando a transferência de renda do conjunto da sociedade aos setores mais abastados e a evasão das riquezas nacionais. Devido aos altos juros pagos pelo Brasil, um dos mais altos do mundo, esta dívida que era de R\$ 59,7 bilhões de reais, em 1994, saltou para R\$ 852 bilhões em 2004.

No governo Lula, a situação até o momento não se alterou. Somente no ano de 2003, foram enviados para o exterior 13 bilhões de dólares na forma de juros e 27 bilhões para amortização. Apesar disso, a dívida externa total fechou o ano em 235,4 bilhões de dólares<sup>8</sup>.

<sup>8</sup> Segundo cálculos da Rede Jubileu Sul Brasil, somando-se todos os empréstimos externos tomados pelo Brasil ao longo dos muitos anos em que a dívida foi formada, e aplicando sobre esses valores uma taxa de juros de 6%

No ano de 2004, não foi diferente: o país continuou pagando e a dívida continuou aumentando. Além disso, os números das exportações brasileiras dos dois primeiros anos do governo Lula demonstram ter respondido à ofensiva comercial empreendida. Em 2003, o saldo das exportações atingiu 73 bilhões de dólares e, em 2004, o *recorde* de 96 bilhões de dólares<sup>9</sup>. Tal situação foi possível em função de um cenário internacional extremamente favorável nos últimos dois anos. Acrescenta-se ainda a preocupação relacionada à tendência de reprimarização da pauta de exportações brasileiras, puxada pelo agronegócio, que, como já foi demonstrado pela CEPAL há mais de 50 anos, não conduz ao desenvolvimento.

Outro agravante está relacionado ao aumento que vem se verificando nas remessas de lucros e dividendos ao exterior. Entre 1994 e maio de 2004, as empresas estrangeiras enviaram para seus países de origem nada menos que 46 bilhões de dólares. Somente no ano de 2004, foram enviados US\$ 7,3 bilhões e a previsão para 2005 é que chegue a nove bilhões de dólares. Várias razões explicam esse aumento: a primeira está relacionada à maior participação das transnacionais na economia brasileira, que, em dezembro de 2004, possuíam 142,4 bilhões de dólares investidos no Brasil, contra 112,3 bilhões de dólares registrados em dezembro de 2003<sup>10</sup>; a segunda razão que ajuda explicar o aumento, diz respeito às mudanças cambiais, neste caso, a desvalorização do dólar frente ao real; e a terceira, ao aumento da lucratividade das empresas.

Sobre esta última, um exemplo concreto para mostrar como essas empresas aumentam facilmente seu lucro pode ser verificado no brutal aumento dos serviços públicos ocorrido nos últimos anos. Ganham destaque à energia e a telefonia, setores muito atingidos pelas privatizações. Segundo o IBGE (2004), em 1996, uma família gastava em média 12,98% de seu orçamento pagando tarifas públicas. Em 2003, esse índice aumentou para 16,81%. Ou seja, está ocorrendo, através das tarifas, uma transferência de renda das famílias brasileiras para as transnacionais, que não tem nenhum compromisso com o desenvolvimento país.

Ainda sobre as contas externas, os dados do BACEN indicam que em 2004 deixaram o país, 9,5 bilhões de dólares em investimento brasileiro direto<sup>11</sup>. Esse dado pode refletir a

---

ao ano (mesmo assim, acima dos padrões internacionais vigentes), e subtraindo-se os pagamentos feitos pelo país até o final do ano de 2004, o resultado que se chega é que o Brasil ao invés de devedor, seria credor, naquela data, de um montante aproximado de 161,12 bilhões de dólares.

<sup>9</sup> Gonçalves, 2005.

<sup>10</sup> Folha de São Paulo, 22 de junho de 2005.

<sup>11</sup> Gonçalves, Reinaldo, 2005.

expansão do subimperialismo brasileiro para o exterior, mas também pode refletir estratégias de diversificação de riscos dos empresários brasileiros, ou ainda, fuga de capitais.

A manutenção da atual política econômica, centrada na volúpia exportadora, nos altos juros, na falta de controle sobre operações financeiras e no superávit primário, traz como conseqüências imediatas, o baixo crescimento econômico, a reconcentração da riqueza e o conseqüente agravamento da crise social, gerada pelos crescentes índices de desemprego. Essas características têm sido uma constante na economia brasileira dos últimos anos, segundo apontam indicadores seguintes.

A taxa média de crescimento do PIB brasileiro durante o século passado foi de 5,9% ao ano. Já nos anos 90, durante o governo de FHC, a média anual de crescimento ficou em pífios 2,3%. Nos dois primeiros anos do governo Lula, a média foi de 2,9% ao ano e as projeções mais otimistas para 2005, ficam em torno de 3,5%<sup>12</sup>. Segundo Pochmann (1999), durante os anos 90 no Brasil, foram abertos, anualmente, 951.400 postos de trabalho. Em contrapartida, ingressou no mercado uma média anual de 1.417.100 pessoas, ou seja, 465.700 pessoas ficaram desempregadas anualmente, isso sem contar os que perderam o emprego nesse período, em virtude, principalmente, dos processos de reestruturação produtiva<sup>13</sup>.

Como já afirmava Marini, o aumento do desemprego contribui para aumentar ainda mais a exploração do trabalho. Além da queda dos salários reais verificados no período, a qualidade do emprego no país piorou e as relações de trabalho foram precarizadas. Ampliou-se o número de trabalhadores sem carteira assinada e no subemprego, vivendo amontoados nas periferias das cidades. É a velha economia dependente se sustentando como pode na superexploração dos trabalhadores.

Muitos economistas calculam que é necessário um crescimento anual de 3,5% ao ano, para o país apenas manter o nível atual de empregos, incorporando os novos que entram no mercado todo ano. Para o professor Carlos Leal (1999), para que realmente se ataque o desemprego no país, é necessário um crescimento da ordem de 6% aa. Enquanto esse crescimento não aparece no horizonte, se é que algum dia aparecerá, a sustentação do sistema depende da manutenção da chamada ordem social, ou melhor, dizendo, do controle do grande contingente de pobres, desempregados ou subempregados, que vivem aglutinados no entorno das grandes e pequenas cidades. Com este objetivo, a burguesia lança mão de algumas

<sup>12</sup> Gonçalves, R. 2005.

<sup>13</sup> Jornal da Unicamp, dezembro de 1999.

fórmulas clássicas de controle: a violência, por um lado, e, por outro, as políticas compensatórias.

A lógica como está estruturado o sistema capitalista mundial conduz a um duplo problema relacionado à apropriação da renda e da riqueza produzida. Por um lado, há um brutal processo de concentração nos países centrais em relação à periferia, e, por outro, não menos trágica, é a concentração que ocorre dentro da própria periferia. Para elucidar esta afirmativa, verificamos que, no mundo, em 2003, os 68 países mais ricos do mundo controlavam 98% do produto interno global, ao passo que os 121 países mais pobres ficavam com apenas 2%; em torno de 86% da renda mundial está nas mãos de apenas 20% da população; as 10 maiores empresas do mundo têm um faturamento igual ao PIB do Brasil Argentina, México, Venezuela e Equador somados; apenas 10 países, concentram 80% do conhecimento, informações, linhas telefônicas e Internet; apenas 7,7 milhões de pessoas do mundo (0,13%), têm uma riqueza que equivale a 29 trilhões de dólares, ou quase três vezes o PIB norte americano de 2003<sup>14</sup>. No Brasil, enquanto 80 mil milionários brasileiros (0,5% da população) concentram uma riqueza de 1,5 trilhões de dólares (equivalente a dois PIB do Brasil), mais de 30% de sua população vive abaixo da linha da pobreza, vivendo com menos de um dólar por dia. Isso é resultado das políticas e estratégias econômicas adotadas pelos governantes brasileiros<sup>15</sup>.

Um outro aspecto relativo às desigualdades diz respeito às diferenças que o modelo reproduz no próprio desenvolvimento regional. Enquanto que algumas regiões do país concentram a grande maioria dos investimentos produtivos e em infra-estrutura, outras regiões são condenadas ao completo abandono. Isso torna possível encontrar, dentro de um mesmo país, algumas ilhas altamente desenvolvidas e amplas regiões convivendo com a extrema pobreza, ou seja, é o desenvolvimento e o subdesenvolvimento convivendo lado a lado.

A experiência brasileira das últimas duas décadas indica que o neoliberalismo representou uma nova ofensiva de recolonização do país por parte do império. O principal mecanismo utilizado é o da dívida externa e das famosas “ajudas” dos organismos financeiros internacional, como FMI e Banco Mundial, que junto aos seus receituários que levam os países a uma reconversão econômica, representada pela desnacionalização de suas economias

---

<sup>14</sup> PACS, 2005.

<sup>15</sup> idem

e uma clara tendência a reprimarização, significa reproduzir em escala ampliada a dependência.

## CONCLUSÃO

Marini demonstrou que desenvolvimento e subdesenvolvimento não são duas faces da mesma moeda. São fenômenos qualitativamente diferentes que disputam e se complementam entre si. Em outras palavras, os países centrais não teriam alcançado o grau de desenvolvimento que alcançaram se não fosse à contribuição daqueles que são hoje são chamados países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, via uma relação de dependência econômica bastante cruel. Manter e reproduzir essa relação de dependência é crucial ao centro para seguir gozando dos privilégios que sempre teve. Assim o faz pela imposição de uma divisão internacional do trabalho que garante ao resto do mundo o papel de coadjuvantes de seu processo de acumulação. Ao aceitar esse papel e as regras do comércio internacional dele derivadas, impostas, principalmente, por organismos internacionais que atuam a serviço do capital, os países dependentes não apenas aceitam sua condição de dependência, como a reproduzem cotidianamente em escala ampliada.

O modelo neoliberal implantado na América Latina nas décadas de 80 e 90 representou mais uma ofensiva imperialista para a consolidação do mercado mundial, passando por cima das fronteiras nacionais para viabilizar a livre circulação do capital e das mercadorias.

Outra conclusão a que se chega é de que não há margem para o desenvolvimento de um capitalismo autônomo na América Latina. Não há condições materiais para isso e menos ainda, uma classe burguesa disposta a levar adiante esse processo. A burguesia brasileira e latino-americana já deu e continua dando inúmeras provas de que é incapaz e não está disposta a romper com as amarras impostas pelo capitalismo mundial, preferindo unir-se a ele. Logo, não serão os trabalhadores que colocarão em pauta o reformismo burguês.

Somente a classe trabalhadora poderá construir e levar adiante a luta pela libertação da América Latina. Uma estratégia dessa envergadura requer muita disposição, coragem, organização, luta conhecimento e fundamentalmente, a construção da integração latino-americana sonhada por Bolívar. Além da realidade comum que une o continente, é comum

também o inimigo a ser enfrentado, que por sinal, é muito poderoso. Sem contar que no atual contexto histórico da globalização, como afirma Marini, nenhum país latino-americano é hoje viável isoladamente. Neste caso,

Chegamos aquele ponto em que nossa sobrevivência como brasileiros, mexicanos, chilenos, venezuelanos depende de nossa aptidão para construir novas superestruturas políticas e jurídicas, dotadas da capacidade de negociação, resistência e pressão indispensável para ter efetiva presença ante os Super-Estados que existem já ou estão emergindo na Europa, Ásia e na mesma América. (MARINI, 1993).

É preciso deixar claro que a integração que se levará a cabo pela classe trabalhadora é uma outra integração, que deverá brotar das massas e das relações solidárias entre os povos, lição que o povo cubano vem nos ensinando a mais de 40 anos. Uma integração verdadeira não deve ser apenas comercial para beneficiar uma classe, mas deverá ser social, econômica, cultural e política. Ou, como mais uma vez sublinha Marini, não se trata de um simples agregado de espaços econômicos relativamente dinâmicos, ou seja, pequenas ilhas desenvolvidas em um oceano de subdesenvolvimento,

pelo contrário, supõe a construção de uma nova economia, baseada na incorporação de amplos contingentes de população ao trabalho e ao consumo, mediante uma correta distribuição dos investimentos, uma verdadeira revolução educacional, a supressão das elevadas taxas de superexploração do trabalho e, por fim, uma melhor distribuição da renda. (MARINI, 2003).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARSOTTI, Paulo e PERICÁS, Luiz Bernardo (org). *América Latina: história, idéias e revolução*. São Paulo: Editora Xamã, 1998.

*CIÊNCIA HOJE, Revista*. Volume 30, número 180, março de 2002.

FOLHA de São Paulo. *Exportações em alta elevam Previsão de Superávit Externo*. Dia 22 de junho de 2005.

FURTADO, Celso. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 3º edição, 1996.

GONÇALVES, Reinaldo. *A Macroeconomia do Governo Lula*, 2005. (mimeo).

IBGE. *Síntese dos Indicadores Econômicos*. Comunicação Social, 13 de abril de 2004. Disponível em [www.jubileubrasil.org.br](http://www.jubileubrasil.org.br). Acessado em 20 de dezembro de 2006.

MARINI, Ruy Mauro. *Dos Momentos en la Integración Latino-Americana*, 1993 (mimeo).

MARINI, Ruy Mauro. *El Desarrollo del Capitalismo Mundial y su Impacto em América Latina*, México, 1993 (mimeo).

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. São Paulo: Editora Vozes, 2000.

MARINI, Ruy Mauro. *La Acumulacion Capitalista Dependiente y la superexplotación del trabajo*. México, 1973, (mimeo).

MARINI, Ruy Mauro. *La Crisis del Desarrollismo*. México, 1994, (mimeo).

PACS - *Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul*, 2005. Disponível em [www.pacs.org.br](http://www.pacs.org.br). Acessado em 20 de dezembro de 2006.

RODRIGUEZ, Otávio (1980). *La Teoria Del Subdesarrollo de la CEPAL*. México, Siglo XXI Editores.

## O VALOR SÓCIOECONÔMICO DA ÁGUA: A EXCLUSÃO DO HOMEM DO SEU MEIO E A EXPROPRIAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

**Demóstenes Ramos De Melo\***

### RESUMO

As reflexões deste artigo centram-se na análise do aspecto econômico conferido à água pelas legislações na América Latina, enfocando a transformação deste importante recurso em mero produto comercial. Tratamos também da inclusão do ser humano na legislação e no direito ambiental, principalmente e com especial enfoque para a legislação brasileira, o que não se diferencia das demais legislações latino-americanas, ou seja, a visão antropocêntrica do direito ambiental. Sobre o enfoque do valor econômico da água, pretendemos demonstrar que a importância econômica dos recursos hídricos é muito grande para os países periféricos não-industrializados, mas que também é fundamental o tratamento social dado a esses recursos naturais, principalmente quando se divulga que há escassez mundial de água, provavelmente propulsora de futuras guerras.

Palavras-Chave: Recursos hídricos, valor socioeconômico.

### ABSTRACT

The reflections of this article are centered in the analysis of the aspect economic conferred to the water for the legislation in Latin America, focusing the transformation of this important resource in mere commercial product. We also deal with the inclusion of the human being in the legislation and the environmental law, mainly and with special approach for the Brazilian legislation, what it is not differentiated of the too much Latin American legislation, that is, the anthropocentric vision of the environmental law. On the approach of the economic value of the water we intend to demonstrate that the economic importance of the hidrical resources is very great for the not-industrialized peripheral countries, but that also is basic treatment social data to this natural resources, mainly when is divulged that it has world-wide water scarcity, probably propeller of future wars.

Key-words: Hidrical resources. Social and economical value.

---

\* Graduado em Direito pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), pós-graduado em direito processual pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e advogado de movimentos sociais e organizações não-governamentais no Estado de Sergipe. Especialista em Estudos Latino Americanos pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

## INTRODUÇÃO

Esse pequeno artigo tem o objetivo de analisar os aspectos socioeconômicos conferidos à água pelas legislações ambientais na América Latina, enfocando, diante dos danos causados ao meio ambiente, a transformação deste importante recurso em mero produto comercial.

Antes de iniciarmos a discussão, gostaríamos de lembrar que a água, em seu aspecto fundamental, é um meio de existência da humanidade. No entanto, também a distribuição, a captação e o consumo adequados da água não são somente uma questão econômica, mas sim uma questão ética, política e principalmente social.

Aqui escreveremos sobre a inclusão do ser humano na legislação e no direito ambiental, com especial enfoque para a legislação brasileira, que não se diferencia das legislações latino-americanas, ou seja, a visão antropocêntrica do direito ambiental. Fizemos isso no intuito de ressaltarmos que, no nosso entendimento, não há a possibilidade de salvaguardar os recursos naturais com o afastamento total e absoluto do ser humano dos “santuários” ambientais, mesmo porque, na totalidade das vezes, o ser humano é parte desta biodiversidade e conviveu por milênios em total harmonia, até que a influência mercadológica tenha se espreado até ele.

Tivemos especial cuidado com a legislação ambiental brasileira, pois, como sabemos, o Banco Mundial, importante investidor e especial interessado nos recursos hídricos da América Latina, reputa o marco legal brasileiro como um dos mais modernos e mais adequados aos seus interesses continentais<sup>1</sup>. Isso fica claro ao analisarmos a política ambiental brasileira e como está sendo tratada na Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

A citada lei, em seu artigo 2º, traz como principais objetivos: a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade humana. Há também objetivos específicos elencados no art.4º, que são, em suma, os seguintes: compatibilizar desenvolvimento e preservação; definir áreas prioritárias de ação

---

<sup>1</sup> Cf. Tool-Kit sobre o Gerenciamento de Recursos Hídricos do Banco Mundial. Disponível em [http://www.bancomundial.org.ar/grhtoolkitport/pr\\_introduction.asp](http://www.bancomundial.org.ar/grhtoolkitport/pr_introduction.asp).

governamental; estabelecer critérios e padrões de qualidade ambiental e normas relativas ao uso e manejo dos recursos ambientais; desenvolver pesquisas e tecnologias orientadas para o uso racional de recursos naturais; difundir a tecnologia de manejo e despertar a consciência pública sobre a necessidade de preservação; preservar e manter recursos naturais; impor sanções ao poluidor e predador, obrigando-o a recuperar ou indenizar os danos ambientais.

A Constituição Federal de 1988, que é o instrumento legislativo de maior força legal, tem a proteção ambiental amparada em um só artigo, o art. 225, e em seis parágrafos, que possui em seu § 1º, sete incisos, ou seja, a CF trata da proteção ambiental em 14 dispositivos, que, apesar de extensos, tomo a iniciativa de transcrever:

Art. 225 - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

§ 2º - Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

§ 4º - A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a

preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

§ 5º - São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

§ 6º - As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

Estes são os princípios e alguns dos marcos legais brasileiros, o que nos resta analisar é se realmente condiz com o verdadeiro interesse do país ou de interesses maiores. É o que tentaremos responder. Mas inicialmente trataremos da inclusão do homem como componente da comunidade biótica neste marco legal chamado de “protetivo ambiental”.

## 1 - A INCLUSÃO DO SER HUMANO NA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL . O HOMEM E O MEIO AMBIENTE EM UMA VISÃO ANTROPOCÊNTRICA:

Segundo Casado (2000, p.20),

a questão ambiental constitui-se num problema multifacetado incluindo componentes científicos, políticos, jurídicos, econômicos e sociais. Mesmo para o caso da alteração do meio ambiente com deterioração de suas qualidades, seja poluentes, as fontes desses processos resultam de ações produtivas e de consumo inadequado, ligados ao sistema econômico adotado.

Realmente parece claro que os problemas ambientais se caracterizam por várias facetas e uma delas, de fundamental importância, é a faceta social. Desta forma, acreditamos que a visão meramente “preservacionista pura” está completamente ultrapassada, apesar de vários movimentos ambientalistas ainda defenderem esta corrente.

Como também é inaceitável que várias comunidades tradicionais tenham que modificar seu modo de vida, (pesca, extrativismo e agricultura tradicional de subsistência) por ferir a legislação ambiental, enquanto, em determinadas condições, é permitido a instalação de hotéis e aparelhos turísticos de pessoas não nativas daquelas localidades, sob o timbre do desenvolvimento sustentável.

Outro problema, quanto às populações tradicionais, é a criação de parques ecológicos, estações ecológicas ou áreas de proteção ambiental sem a devida consulta dessas comunidades, enquanto componentes desses ecossistemas.

Muitas vezes, as comunidades são afastadas e a unidade de conservação é implantada sem ao menos haver estudos fundamentadores do potencial destrutivo da permanência daquela comunidade na unidade de conservação.

Diegues (1996, p. 20) diz, a respeito desse problema,

as autoridades responsáveis pelas unidades de conservação percebem as populações tradicionais como destruidoras da vida selvagem, desprezando oportunidades reais de incorporá-las no projeto de conservação. A chamada participação das populações tradicionais no estabelecimento dos parques e reservas, muitas vezes, não passa de cortina de fumaça para responder a certas demandas internacionais que consideram o envolvimento dessas populações fator positivo para o êxito do empreendimento. Na realidade, geralmente, as autoridades não vêem com bons olhos a organização das populações que ainda se encontram em áreas de parques ou que foram reassentadas nos arredores. Quando essas associações se tornam mais exigentes e mais organizadas, defendendo seus direitos históricos para permanecer nas regiões em que viveram os antepassados, elas são acusadas de se postarem contra a conservação do mundo natural.

O mais curioso é que quando estas mesmas comunidades se colocam contra a instalação de um grande empreendimento que, por seu porte ou sua destinação, claramente causará grave dano ambiental, são acusadas de serem contra o progresso da nação e serem responsáveis pela não criação de empregos e renda para a região “beneficiada” pelo empreendimento.

Para dar mais substância ao que pretendemos dizer, observe-se o que diz Leite (2000, p. 78-79)

De fato, uma aceitação de um antropocentrismo alargado, que se coloca amparado legalmente no direito brasileiro (art. 225, caput, Constituição Federal, 1988; Lei nº 6938). Nesta acepção constata-se uma responsabilidade social perante o meio ambiente, que deve ser executado não só pelo Estado, mas também pela coletividade como um todo. Esta perspectiva antropocêntrica alargada coloca o homem como integrante (art. 3º, inciso I, Lei 6938, 1981) da comunidade biótica.

Ora, não é isso que pretendemos fundamentar, ou seja, o homem como mero responsável pela conservação da biota e simplesmente por isso colocado como “integrante da comunidade biótica”. Esse ponto de vista coloca o ser humano apenas com responsável pelos danos que causar, ou seja, bem ao gosto do princípio do poluidor-pagador<sup>2</sup>.

A questão, em nosso entender, não é essa. Mas sim um pouco do que diz o princípio I da ECO/92, “o homem está no centro das preocupações com o desenvolvimento sustentável”. Não estamos falando, ainda, em desenvolvimento sustentável, visto que essas comunidades, chamadas tradicionais, têm o direito de se desenvolverem não como exigência economicista, mas como necessidade inerente ao seu modo de vida; por exemplo, uma comunidade remanescente de quilombolas pode não desejar ser submetida a um regime de desenvolvimento artificial e capitalista de produção, simplesmente porque o mercado exige. Elas podem desejar continuar com seu modo de produção artesanal. Por que não?

O que se quer dizer, em poucas palavras, é que essas comunidades tenham, dentro do modo de produção tradicional, a sua autodeterminação capaz de escolher se “desenvolverem” ou não, pois, muitas vezes, quando se fala em desenvolvimento sustentável, se fala apenas em um aspecto desse desenvolvimento: o aspecto da sustentabilidade econômica, ou seja, a alocação de recursos públicos e privados no sentido de explorar “racionalmente” o meio ambiente, deixando as comunidades em uma situação de meros subempregados, por falta de conhecimento técnico ou científico formal, ou totalmente excluídas do processo.

Para os defensores do desenvolvimento sustentável, é necessário se fazer uma pergunta, bem ao estilo dos índios americanos que pagaram um alto preço por esse desenvolvimento: “Desenvolvimento para quem, cara pálida?”. A resposta indica o que se quer com ou quem deseja o desenvolvimento sustentável, se para as comunidades ou em detrimento dos valores e cultura dessas comunidades, ou se para grandes empreendedores econômicos.

Outro ponto que não concordamos com o autor citado, Leite, é que o que ele chama de “antropocentrismo alargado, que se coloca amparado legalmente no direito brasileiro (art. 225, caput, Constituição Federal, 1988, Lei 6938/81)”, em primeiro lugar parte da premissa

---

<sup>2</sup> Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992, princípio 16. Art. 4º, Lei 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente) e Lei 9.433/97 (Lei das Águas) e art.225, §3º Constituição Federal: “a imposição, ao poluidor ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados e, ao usuário da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos.” (art. 4º da Lei 6938/81)

de que a legislação possibilita a participação das populações atingidas na fiscalização do cumprimento dessa mesma legislação e na cobrança do ressarcimento pelos danos causados ao meio ambiente, seja uma participação diretamente com atuação no Judiciário ou indiretamente auxiliando os órgãos responsáveis pela fiscalização.

Ora, isso não é bem assim, pois a forma mais comum de participação da população seria através dos estudos de impacto ambiental e na fiscalização do relatório de impacto ambiental - EIA/RIMA. O problema é que, apesar da legislação ambiental prever que o EIA-RIMA deve ser de acesso facilitado a toda as populações atingidas e suas entidades representativas, isso é meramente uma ficção jurídica, pois as dificuldades técnicas e culturais, obviamente, impedem qualquer entendimento ou previsão a respeito dos impactos ao modo de vida dessas populações. Esse problema não é sanado com participação de técnicos especializados, advogados, engenheiros etc, pois, essa é mais uma ficção, visto que o acesso a esses técnicos é difícil ou, até mesmo, inimaginável para algumas comunidades.

Outro exemplo de que há uma exclusão do ser humano na legislação ambiental é a mais nova e festejada criação jurídica, não só brasileira, mas mundial: a atribuição de “um valor econômico à água”. Aqui, adentramos no aspecto de maior relevância para nossa discussão.

Ressaltemos que o termo econômico e não socioeconômico fora escolhido propositadamente, porque o valor social ainda está sendo construído na literatura ambiental mais progressista, visto que, diferentemente do que pensam os legisladores, há um processo paulatino de exclusão do homem, enquanto beneficiário direto da utilização da água em benefício de projetos empresariais de grande porte.

No Brasil, a lei de recursos hídricos, com base na Constituição Federal, trouxe para o mundo jurídico esse conceito de “Valor Econômico da Água”, ou seja, o que antes era algo abundante e relativamente irrelevante para o mundo jurídico, a não ser sobre o aspecto ambiental, passa a ser uma propriedade com valor “econômico”,<sup>3</sup> mas somente alguns autores tentam abrandar o significado deste valor econômico, mesmo quando, por força da própria Constituição Federal, toda propriedade, para assim ser caracterizada, tem que cumprir uma

---

<sup>3</sup> O Decreto 24.643, de 10 de julho de 1934, já trazia a referência a águas particulares da seguinte forma: “Art. 8º. São particulares as nascentes e todas as águas situadas em terrenos que também o sejam, quando as mesmas não estiverem classificadas entre as águas comuns de todos, as águas públicas ou as águas comuns.”, mas não trazia uma referência direta a “valor econômico” para a água.

função social, quer em seus aspectos normativos (Arts. 5o, XXII e XXIII, 170, III, 184 e 186 da C.F de 1988), quer em seus aspectos fundamentais da pessoa humana.

Isso fica bem claro quando se observa que os inúmeros conflitos, registrados na recente história brasileira, envolvendo trabalhadores, organizados em movimentos sociais, a exemplo do MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens – ou em movimentos espontâneos, e grandes empreendimentos governamentais ou não-governamentais, têm sido apontados, do ponto de vista fático-sociológico, como tendo origem na estrutura da propriedade e na aparente incapacidade do Poder Público, aí incluído o Poder Judiciário, em dar respostas adequadas aos embates entre as populações residentes nos locais dos empreendimentos e as empresas que pretendem se instalar.

Ora, queremos deixar as nossas primeiras indagações, quais sejam: a legislação, ao dizer econômico, não deixa claro que a água, sobre todos esses aspectos, passa a ser uma mercadoria? E dessa resulta a questão: como a água pode ser uma mercadoria? Pretendemos responder a essas questões em breve.

Mas para isso, teremos sempre em foco essa visão antropocêntrica dos bens naturais, que se torna importante quando tratamos de bens como a água, por ser caracterizada como bem fundamental, principalmente, quando já há afirmações de que esta é o petróleo do novo século e a própria ONU – Organização das Nações Unidas - chega a afirmar que, por volta de 2050, estarão sedentos 40% da população do mundo (CPT,2001, p. 270), o que obviamente conduzirá a guerras por esse bem vital. Mesmo assim, empresários tentam transformar “a água em uma commodity”.(MANVEZZI, 2001, p. 130), com uma padronização do seu comércio internacional de forma direta ou indireta.

## 2 – A ÁGUA

### 2.1 - O VALOR ECONÔMICO DA ÁGUA

Sobre este foco, pretendemos demonstrar a importância econômica dos recursos hídricos. Desta forma, analisaremos textos e documentos sobre os recursos hídricos de alguns países, com enfoque especial aos recursos hídricos disponíveis no Brasil, que hoje são, aproximadamente, 58% do total de recursos latino americanos.

Segundo Bouguerra (2004, p. 72),

vinte e três países possuem dois terços dos recursos mundiais de água: trata-se, além dos quatorze países da União Européia, do Brasil, Canadá, Estados Unidos, Índia, Indonésia e Rússia. A Ásia abriga 60% da Humanidade, mas dispõe de 36% dos recursos de água do Planeta, enquanto a América do Norte e América Central gozam de 15% das águas da terra para 8% de seus habitantes. A Índia, cuja população vem imediatamente após a do império do Centro, dispõe somente de 4% das águas do globo. Quanto aos países árabes que representam 10,3% da superfície terrestre e 4,5% da população mundial, não possuem mais do que 0,43% dos recursos de água recuperável e se beneficiam somente de 2% das chuvas do planeta. Para os seis países membros do Conselho de Cooperação do Golfo, o déficit de água em relação às necessidades é de 15 bilhões de metros cúbicos [...] A china, que conta 22% da população total do globo não tem mais que 8% da água do planeta.

Esse quadro demonstra quão importante pode ser o comércio de recursos hídricos para o mundo e como será importante a clareza desse aspecto para o futuro, ou mesmo para a existência dos países periféricos.

Como dito anteriormente, a ONU chega a afirmar que, por volta de 2050, estarão sedentos 40% da população do mundo, essa afirmação parece se repetir constantemente, através de muitos autores e, principalmente, de altos investidores. Ressaltamos que não pretendemos dizer se essa afirmação é verdadeira ou falsa, mas, polemizar e encontrar o porquê dessa afirmação e porque, mesmo em virtude disso, se fazem tão poucos esforços no sentido de minorar os seus efeitos.

Segundo os especialistas que debateram na I Semana Mundial da Água, ocorrida em Estocolmo, Suécia, em agosto de 2004, são três as causas centrais da escassez de água no mundo:

La primera es que la creciente urbanización de la población dificulta el acceso al agua potable. La segunda es que el incremento del consumo de carne ha elevado la cantidad de agua necesaria para criar ganado. Los expertos destacaron como tercera causa la corrupción, que dificulta la creación y mantenimiento de infraestructuras dedicadas a la distribución equitativa del agua, sobre todo en los países pobres.<sup>4</sup>

<sup>4</sup> Cf. Centro de Notícias da ONU. Acesso em: 29/03/2003. <<http://www.un.org/spanish/News/fullstorynews.asp?newsID=2903&criteria1=Ambiente&criteria2>>.

Sempre tivemos a certeza de que o agronegócio, a pecuária e a monocultura fossem altamente responsáveis por boa parte da devastação ambiental e pela destruição de mananciais de água do planeta. No entanto, trataremos desse aspecto mais adiante. Por ora, gostaríamos de focar um outro aspecto: a “escassez de água”.

Como dito, as legislações de recursos hídricos do mundo adotaram uma nova figura jurídica, o “valor econômico da água”, ou seja, o que antes era algo abundante e relativamente irrelevante para o mundo jurídico, a não ser sobre o aspecto ambiental, passa a ser uma propriedade com valor “econômico”. O problema é que, para o capitalismo, a abundância não é algo relevante, mas sim a escassez.

Segundo Roberto Malvezzi (2003)<sup>5</sup>, quando tratamos da água, poderemos ter quatro formas de escassez:

A primeira é a “escassez natural”: faz parte do estágio atual de evolução do planeta Terra. Conforme a era geológica que o planeta atravessa, a quantidade e distribuição da água na face do planeta variam. Por exemplo, onde hoje é uma região de caatinga no semi-árido brasileiro, apenas 12 mil anos atrás, quando terminou o último período glacial, era uma imensa floresta tropical cortada por rios caudalosos. Essa mudança natural na “geografia” da água é lenta e as civilizações históricas ainda não passaram por uma delas. As civilizações pré-históricas, como aquela que havia na região de São Raimundo Nonato, sul do Piauí, tiveram tempo de adaptar-se a ela. Por isso, até vinte anos atrás ninguém falava em escassez da água em escala planetária. Esse era um fenômeno restrito às regiões áridas e semi-áridas do planeta. Um exemplo muito conhecido é o próprio semi-árido brasileiro. Nos últimos dez anos – principalmente nos 5 últimos – fala-se em escassez em escala planetária.

A segunda, “Escassez Produzida pela Atividade Humana”, para ele, pode ser dividida em três aspectos ou matizes:

1 – a **escassez como fruto da depredação**, ou seja, oriunda fundamentalmente da “degradação dos recursos naturais, principalmente a poluição dos rios e das águas subterrâneas”, poluição por agrotóxicos oriundos da agricultura, poluição dos mananciais por esgotos.

<sup>5</sup> Cf. Notícias - Escassez e Valor Econômico da Água por Roberto Malvezzi (Gogó). <<http://www.cptnac.com.br/>>. Acesso em 29/03/2003.

Chega a afirmar o autor que “70% dos rios brasileiros estão com suas águas contaminadas”.

2 – a “**escassez como fruto do aumento populacional**”: o aumento da população é crescente e a demanda de água para consumo humano aumenta na mesma proporção. Por isso, a ONU projeta escassez crescente até o ano de 2050.

3 - a **escassez como resultado do desequilíbrio no “uso múltiplo das águas”** - : algumas atividades estão consumindo grande parte da água doce do planeta, restringindo o uso para outras atividades. A principal delas em nível planetário é a agricultura (leia-se principalmente irrigação), que consome aproximadamente 70% da água doce do planeta. A indústria usa 22% e o uso doméstico 8%. O Brasil apresenta outra particularidade que é o uso intenso para a geração de energia elétrica. A CHESF, por exemplo, controla 80% do volume de água do São Francisco. Evidentemente essa destinação da água doce prioritariamente para a irrigação ou geração de energia elétrica provoca desequilíbrio no uso múltiplo das águas e incrementa a escassez para o uso humano.

Por fim, ele apresenta a terceira forma de escassez, que nos interessa mais de perto, a “escassez ideológica”. Para o este autor

a síntese da “escassez ideológica” é a seguinte: grandes corporações da água, visando a apropriação dos principais mananciais de água doce do mundo, trabalham os dados da escassez natural e produzida, afirmando que o mercado é a solução perfeita para o gerenciamento de um elemento natural que tornou-se escasso. Com isso, introduzem o “valor econômico” da água, as regras de mercado como método, por excelência, para gerenciar os recursos hídricos, com a conseqüente apropriação privada, mercantilização e concentração da água.

Esse aspecto é muito importante, pois os mananciais hídricos são um grande filão para o mercado. Aliás, “atualmente, a água constitui o quinto filão industrial para os países do G7” (BOUGUERRA, 2004: p. 46). Com a escassez ideológica ou não, é extremamente perigoso que os recursos hídricos dos países periféricos fiquem sob o controle de mãos privadas, pois o absoluto controle da oferta de água de boa qualidade também permite o absoluto controle destes países, somente desta forma o “valor econômico da água” passa, realmente, a existir, e aí sim, a água será uma *commodity* importante para o mercado mundial.

## 2.2 - A MERCADORIA ÁGUA E A CRISE CRIADA

Mas, será que realmente a crise da água é uma crise criada ideologicamente?

Para responder a essa pergunta, devemos primeiro entender como um recurso ambiental, antes abundante e irrelevante para o mercado, se tornou uma mercadoria tão importante, que sua comercialização tenha se tornado o quinto filão mundial.

Segundo Bottomore (2001, p. 266)

o conceito de mercadoria é usado por Marx para analisar formas que surgem com base na produção e na troca de mercadorias já bem desenvolvidas, mas que não são propriamente mercadorias no sentido primitivo, isto é, produtos criados com o propósito de circularem em um sistema de trocas. Por exemplo, a força de trabalho é vendida por um determinado preço, o salário, e portanto aparece no mercado como uma mercadoria(...)

Segundo Segnini (1984, p. 8)

o que distingue a mercadoria dos objetos produzidos pelo homem em outros modos de produção, é que a mercadoria não é criada para consumo de quem produzia, mas para ser trocada no mercado por outras mercadorias. Ela é produzida não pela sua utilidade, mas pelo valor que poderá ter ao ser trocada por outras mercadorias.

É basicamente isso o que Marx chamou de “Fetichismo da Mercadoria”. O fetichismo da mercadoria explica muito bem porque seria necessária uma crise de proporções mundiais para transformar algo abundante e sem relevância comercial em uma mercadoria necessária e desejada a qualquer preço. Não é que a água não seja necessária, é mais que isso, é um bem sem o qual a vida não seria possível. No entanto, enquanto valor de troca, ela teria que ser escassa, pois o valor de uso é óbvio, porém o valor de troca teria que ser criado, ou melhor “fetichizado”. Mas antes disso, teria que se tornar uma propriedade privada, como ocorreu com as terras e todos os demais bens naturais, e talvez a própria vida, com o patenteamento de organismos vivos.

Não estamos dizendo que a grande calamidade ambiental por que passamos seja simplesmente um fetiche, mas o que nos parece é que, por mais destrutiva que seja e é capaz de destruir tudo e todos, a poluição ambiental não é algo que não traga lucro para um capitalista oportunista.

O que discutimos é que a poluição e a destruição dos recursos hídricos pode ser uma fonte de lucro para o sistema capitalista, ou seja: somente bebe água quem pode pagar! Isso não é nenhuma novidade, basta verificarmos o que acontece há séculos no nordeste brasileiro, o que os brasileiros batizaram de indústria da seca, ou seja, um complexo político-comercial que tem por base a água, seja em troca de votos ou mesmo de dinheiro. Aí está o tão comemorado “valor econômico da água”?

Outro exemplo, agora nas grandes cidades brasileiras, é o sistema pré-pago de distribuição de água, ou seja, somente terá água aquela casa na qual o morador compra, previamente, um cartão, o qual autoriza que seja distribuída água; sem ele é cortada a distribuição. Sistema que está sendo testado nos estados brasileiros de Tocantins, Goiás e São Paulo.

Assim, a partir de agora, homem e meio ambiente estão separados e somente se reconectarão por intermédio de um liame chamado dinheiro.

Insistimos : será que realmente há uma crise mundial de água?

Segundo Bouguerra (2004, p. 120)

em um estudo publicado em setembro de 1998, a Escola de Saúde John Hopkins de Baltimore estimava que, em 1995, 458 milhões de pessoas viviam nos trinta e um países que experimentavam o estresse hídrico, ou seja, a penúria d'água. Enquanto isso, durante o Fórum Mundial da Água, em março de 2000, em La Haye, o Centre for Science and Enviroment de Deli, por sua vez, achava que o problema não era a “escassez d'água”, mas sim a “má gestão da água”, que precisa ser resolvida.

O autor continua:

a crise pode ser edificada por lobbies industriais, como foi o caso no condado de Santa Bárbara, na Califórnia, nos anos de 1980. A percepção (dirigida) da seca, com efeito, conduziu a população a aprovar por referendo a extensão do Starte Walter Project ao seu território. (...) . Para orientar o debate desta maneira, o lobby da água utilizou três estratégias: 1)

organizar a infra-estrutura de distribuição da Comissão de modo a evitar qualquer ingerência da população nas tomadas de decisão; 2) evitar desde o início da seca a utilização de tecnologias econômicas de água; 3) definir a seca nos debates públicos como “uma crise”. (BOUGUERRA, 2004, p. 121-122)

Ora, esse tipo de atuação é muito clara quanto aos lobbies dos serviços da água - captação e distribuição-, mas merece um aprofundamento nesta discussão quanto tratamos da água enquanto propriedade por si só, ou seja, quando o Estado ou particulares cobram um preço pela mera utilização da água, apropriando-se de um recurso natural, criando figuras jurídicas garantidoras da “propriedade água”, como é o “valor econômico da água”, ou a propriedade particular desta, que, aliás, no Brasil existe desde 1934, como citado acima.

### 2.3 - A ÁGUA COMO PROPRIEDADE

Para que a água passe a ser uma mercadoria, primeiro ela terá que ser apropriada, ou seja, terá que ser constituída juridicamente como uma propriedade particular. E esse é o nosso próximo ponto de análise: como um bem essencial à vida pode ser uma propriedade?

A Declaração Universal dos Direitos Humanos diz que toda pessoa tem direito à vida<sup>6</sup>. No entanto, as legislações hodiernas dizem que a água é uma propriedade. Ora, se observarmos que a água é essencial à existência de vida, mas que por ela temos que pagar, estaríamos pagando pelo direito de viver; a contrário senso, estaríamos submetendo a vida à propriedade.

Para alguns autores, como Mares (2003, p. 23),

John Locke (1632-1704) foi o grande pensador da propriedade contemporânea, que analisou a sociedade em mutação e organizou a defesa teórica da propriedade burguesa absoluta, que viria a se transformar no direito fundamental das constituições liberais próximas.

Por isso, citemos Locke (2004, p. 40). Para este autor, a propriedade dos bens comuns se adquire com o trabalho, “a extensão de terra que um homem lavra, planta, melhora, cultiva

<sup>6</sup> Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). “Art.III. Toda pessoa tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.”

e de cujos produto desfruta, constitui a sua propriedade. Pelo trabalho, digamos, destaca-a do que é comum”. No entanto, essa apropriação estava diretamente ligada à possibilidade de uso, a ninguém seria lícito se apropriar do que não pudesse usar:

e tampouco esta apropriação de qualquer parcela de terra pela sua melhoria implica em prejuízo para outrem, uma vez que ainda havia dela bastante e de boa qualidade à disposição, e mais do que os não-possuidores pudessem usar. Assim, na verdade nunca ficou disponibilidade menor para os outros por causa dessa separação feita por aquele; pois quem deixa a quantidade que outro pode utilizar, procede tão bem como se nada tornasse. Ninguém se julgaria prejudicado se alguém bebesse, embora fosse longo o trago, se dispusesse de um rio inteiro da mesma água para matar a sede; é o caso da terra e da água, quando há bastante para ambos, é perfeitamente o mesmo. (Idem, p. 40/41). (grifamos)

Locke parece prever a apropriação da água, mas simplesmente pelo seu valor de uso, e isso é lógico, mas não quanto ao valor de troca, pois se o proprietário ao se apropriar da água deixando *in natura* o bastante para os não-proprietários, qual seria o valor de troca que teria esta propriedade, mercadoria? Nenhum. Quem compraria, algo que pode se apropriar na natureza de forma gratuita, apenas com utilização de seu trabalho? Ninguém.

Parece que isso torna óbvio que para haver uma mercantilização da água, há necessidade não só da apropriação desta, mas uma apropriação em sua totalidade, e, para isso, a destruição dos mananciais é algo oportuno para os novos proprietários, pois, somente assim, o valor de troca passaria a existir.

A título de exemplo do que se espera neste novo mercado, observe o que diz Bouguerra (2004, p. 179):

A venda de água em garrafa triplicou nos Estados Unidos desde 1985. Mais precisamente, enquanto em 1977 os americanos bebiam 1,5 bilhão de litros de água em garrafas, vinte anos mais tarde esse consumo chegou a extremos: 12.600 bilhões de litros! A coca-cola aproveitou essa pechincha e comercializa a água *Dasani*, enquanto a Pepsi vende *Acquafina*, a campeã americana das águas em garrafa. (...). Note-se, no entanto, que um litro de água engarrafada é vendida hoje pelo mesmo preço que mil litros de água de torneira e dez mil litros de água num canal de irrigação.

O que mereceria uma observação aqui é que essas empresas, constantemente, compram aquíferos na América latina, a exemplo dos aquíferos comprados pela Coca-Cola na Amazônia. (BOUGUERRA, 2004, p. 180)

Mas, essa não é a única forma de se comercializar com água, por força da destruição ambiental, vejamos como a água pode passar a ser um valor agregado aos demais produtos.

#### 2.4 - A ÁGUA COMO VALOR AGREGADO ÀS MERCADORIAS INDUSTRIAS E AGROINDUSTRIAS.

Uma característica importante que ganha a água neste contexto de mercado é a sua inclusão enquanto valor agregado a outras mercadorias. Ou seja, aparentemente, na produção de mercadorias industriais ou agroindustriais o custo da água não é incluído, no entanto, o quanto é gasto com água na produção agrega valor no momento da troca das mercadorias.

A título de exemplo do que estamos falando, pode-se verificar que “para produzir um quilograma de pão são necessários muitos litros de água, a produção de um simples ovo de granja exige uma enorme quantidade, ou seja, 180 litros.” (BOUGUERRA, 2004, p. 189). Assim, há um consumo de água na produção que, em altas escalas de produção para exportação, pode caracterizar um grande atrativo para os países importadores.

O que pretendemos expor aqui é que a água não é simplesmente uma mercadoria *in natura*, mas uma mercadoria que entra na linha de produção industrial e agroindustrial, no entanto, esta fase fica encoberta na comercialização. Um país rico, v.g., que possui seus mananciais degradados pode comprar grande quantidade de soja ou outro produto agrícola que requeira grande quantidade de água na produção, incentivando esta produção em outro país; aparentemente, está importando soja, mas indiretamente, ao “economizar” seus recursos hídricos, está importando água. Isso fica claro quando observamos que 70% dos recursos hídricos atuais são utilizados na agropecuária.

Bouguerra (2004, p. 193) aponta que, para a produção industrial, a quantidade de água empregada também é fabulosa, hoje em torno de 25% dos recursos hídricos, veja-se:

- 13.000 litros de água são necessários para fabricar uma placa de (wafer) de silícios de seis inches (15,24cm) usada em todo aparelho eletrônico;
- 400.000 litros de água são indispensáveis para fabricar um automóvel;

- 750.000 litros de água são consumidos na produção de uma tonelada de papel-jornal;
- Oito toneladas de água são necessárias para produzir uma tonelada de produto final no tratamento de areias e de xisto betuminoso como os do Marrocos ou do Canadá;
- As atividades de mineração consomem enormes quantidades de água, principalmente a extração de ouro. Jóias e joalherias em geral são extremamente dispendiosas de água.

Na agroindústria não é diferente. O mesmo autor chega a dizer que “são necessários nos EUA mil litros de água para se produzir um único litro de suco de laranja” (2004, p. 189). Então, porque não comprar laranja do Brasil onde os recursos hídricos são abundantes?

Por este motivo, fica claro que a comercialização indireta de recursos hídricos é um excelente negócio para os países industrializados, ao mesmo tempo em que adquirem grande quantidade de recursos hídricos de forma indireta, comercializam, interna e externamente, com água engarrafada.

Deste ponto de vista, podemos observar que há uma verdadeira deturpação nas grandes campanhas midiáticas a respeito da preservação dos recursos hídricos. Essas campanhas apontam como o principal degradador o consumo doméstico, que, segundo a literatura especializada, é responsável por 8% do consumo total, porém, verdadeiramente o consumo agroindustrial tem sido, com larga vantagem, o maior e mais voraz degradador dos recursos hídricos, enquanto que a mesma mídia estimula um consumismo desenfreado destes produtos, fomentando verdadeiras necessidades criadas, ou, como diria Marx, o valor de troca dessas mercadorias agroindustriais.

## CONCLUSÕES

Não pretendemos, à guisa de conclusões, esgotar o tema, mesmo porque a idéia inicial desta análise é apenas estimular as discussões sobre o tema e contribuir para um melhor entendimento deste, que promete provocar um tormentoso debate teórico e prático.

De qualquer forma, apresentamos, apenas a título de deduções, alguns tópicos, quais sejam:

1 – Inicialmente, devemos observar que se faz necessário nas nossas práticas ambientais e nos debates teóricos ter em mente que não se é mais possível abstrair o ser

humano de seu contexto biótico e pensarmos a preservação ambiental afastada da própria intervenção humana nas áreas de preservação, mesmo porque a prática tem apontado que a exclusão das comunidades atingidas na tentativa de preservação tem provocado mais pressão sobre o meio ambiente, o que torna impraticável qualquer tentativa preservacionista;

2 - À água não se pode dar meramente um valor econômico, submissão completa às regras de mercado, mas em caso de inevitabilidade da atribuição desse valor econômico, deve-se buscar também que a esta seja atribuído um valor social, criando assim o valor socioeconômico, permitindo que ao ser humano seja garantido acesso aos recursos hídricos necessários a sua sobrevivência, pois a vida humana não pode ficar submetida ao mercado;

3 - A agroindústria tem que assumir a responsabilidade pela destruição dos recursos hídricos, seja por meio do princípio jurídico do poluidor-pagador, ou por meio de uma taxa adequada. Taxação esta que deverá ser dirigida para a recuperação dos recursos e indenizações das comunidades e países atingidos pela prática destrutiva.

Neste aspecto, podemos perceber que se faz necessário desestimular o consumismo de supérfluos, desestimulando diretamente o uso desenfreado dos recursos hídricos pela indústria e agroindústria, responsável pelo consumo de 92% desses recursos;

4 - A apropriação privada dos recursos hídricos não deve ser tolerada, sob pena de permitir o controle econômico sobre a vida humana e sobre as decisões soberanas dos países periféricos;

5 - Os países detentores de grande quantidade de recursos hídricos, como o Brasil e muitos países latino-americanos, possuem um grande patrimônio, portanto, sujeito a interferência dos países ricos - G8 -. Desta forma, faz-se necessário criarmos formas de controle do uso e da transferência desses recursos por meio da aquisição dos aquíferos por empresas multinacionais, como ocorre constantemente na Amazônia ou se pretende fazer com o aquífero Guarani.

Essas são algumas das deduções, diante dos dados catalogados neste trabalho.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AZEVEDO, L G. T. Margulis, SERGIO. H., GORDON. G., Martin.P. **BANCO MUNDIAL – Brasil. : A Gestão da Qualidade da Água Inserção de Temas Ambientais na Agenda do Setor Hídrico.** 2002. [http://www.bancomundial.org.ar/grhtoolkitport/pr\\_introduction.asp](http://www.bancomundial.org.ar/grhtoolkitport/pr_introduction.asp) . Data: 24/01/2005.

AZEVEDO, L G. T. Margulis, SERGIO. H., GORDON. G., Martin.P.; MEJIA, A.; TRICHE, T. Banco Mundial . *Água, Redução de Pobreza e Desenvolvimento Sustentável* . 1ª edição: Brasília. 2003. [http://www.bancomundial.org.ar/grhtoolkitport/pr\\_introduction.asp](http://www.bancomundial.org.ar/grhtoolkitport/pr_introduction.asp) . Data: 24/01/2005.

BONET, L. W. *O silêncio das águas: políticas públicas, meio ambiente e exclusão social.* Ijuí: Ed. Unijuí, 2003.

BOTTOMORE, T. (Ed.). *Dicionário do pensamento marxista.* Co-editores L. Harris, V.G. Kiernan. Tradução W. Dutra ; A. M. Guimarães. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2001.

BRASIL. *Constituição Federal*, coletânea de legislação de direito ambiental. organizada por Odete Medauar. São Paulo: RT, 2005.

BURSZTYN. M. (Org.). *Desenvolvimento Sustentável.* São Paulo: Brasiliense, 1993

BOUGUERRA, M. L. *As batalhas da água: por bem comum da Humanidade.* Tradução João Batista Kreuch. Petrópolis: Vozes, 2004.

CASADO, A.P. B. *Estudo do processo erosivo na margem direita do Rio São Francisco: perímetro irrigado Cotinguiba/Pindoba – Baixo São Francisco Sergipano.* Dissertação de Mestrado, 2000.

COSTA, F. J. L. *Estratégias de gerenciamento de recursos hídricos no Brasil: áreas de cooperação com o Banco Mundial - 1ª edição – Brasília.* 2003.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, FIAN/Brasil, CARITAS. *Água da chuva: o segredo da convivência com o semi-árido brasileiro.* São Paulo: Paulinas, 2001.

DIEGUES, A. C. S. *O mito moderno da natureza intocada.* São Paulo: HUCITEC, 1996.

LEITE, R. M. *Dano ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial*. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2000.

LOCKE, J. *Segundo tratado sobre o Governo*. São Paulo: Martins Claret, 2004.

MALVEZZI, R. *O limite das águas: agenda latinoamericana*. São Paulo: Loyola, 2001.

MARES, C. F. *A função social da terra*. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Editor, 2003.

NOVOA, J; SANCHEZ A. Hacia una agenda intersectorial ambiental en el contexto de los derechos ambientales. *In* Sistema socioeconómico y modelo de desarrollo: los derechos humanos económicos sociales, culturales y ambientales. Bogotá: Ediciones Antropos, 2002.

PETRAS, J. Neoliberalismo, resistência popular e saúde mental. São Paulo: *Revistas Lutas Populares*, 2003.

REZENDE, L. P. *Dano moral e licenciamento ambiental de barragens hidrelétricas*. Curitiba: Juruá, 2002.

SEGNINI, L.R. P. *O que é mercadoria*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

## CONSIDERAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO ESPACIAL E A ORGANIZAÇÃO DA MORADIA DOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NO DF E ENTORNO

**Valéria Andrade Bertolini\***

**Fernando Ferreira Carneiro\*\***

### RESUMO

Este trabalho tem o intuito de apresentar contribuições sobre o planejamento espacial dos assentamentos de Reforma Agrária e a organização da moradia. Devido à diversidade de situações existentes em todo o país, trata-se aqui da realidade do DF e entorno. Constitui-se de duas partes: a primeira com a apresentação do estado da arte e reflexões teóricas sobre o tema e, a segunda com os condicionantes e agravantes da realidade do entorno do Distrito Federal e algumas contribuições práticas sobre a organização da moradia. No planejamento de um assentamento, consideram-se os aspectos produtivos e o uso de recursos naturais existentes para se definir as formas e modelos de parcelamento. Porém, nos assentamentos do MST, busca-se pensar o espaço de maneira “sistêmica”, ou seja, a vida no centro do projeto. Entre as estratégias empregadas encontram-se o estímulo ao convívio e à participação social e novas formas de relacionar produção e aproveitamento dos recursos naturais.

**PALAVRAS CHAVE:** reforma agrária, MST, moradia, planejamento espacial, assentamentos de reforma agrária.

### ABSTRACT

This work has intention to present contributions on the space planning of the nestings of the Agrarian Reformation and the organization of the housing. Due to diversity of existing situations in all the country, one is about the reality of the DF. One consists two-piece: first with the presentation of the state of the art and the theoretical reflections on the subject and, second with the practical aggravations of the reality of the Federal District and some contributions on the organization of the housing. In the planning of a nesting, the productive aspects and the use of existing natural resources are considered to define the forms and models of division. However, in the nestings of the MST, one searches to think the space in "sistemic" way, or either, the life in the center it project. Between the employed strategies they meet the stimulatón to the conviviality and the social participation and new forms to relate production and exploitation of the natural resources.

**Key-words:** agrarian reform, MST, housing, space planning, nestings of agrarian reform.

\*Especialista em Estudos Latino Americanos pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Militante do MST/ DF. Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela FAU/ UnB.

\*\* Doutorando em Ciência Animal pela Escola de Veterinária da UFMG.

## 1 - ESTADO DA ARTE E DISCUSSÃO TEÓRICA

### 1.1. Ordenamento espacial e unidades produtivas

O planejamento do espaço agrícola, devido à finalidade da conquista da terra para produzir, encontra-se relacionado à conformação da unidade produtiva (ou parcela). Existem diferentes tipos de unidades produtivas e formas de exploração (plantio), não havendo necessariamente alguma relação entre elas. Podem coexistir formas de exploração coletivas e individuais em propriedades estatais, coletivas, cooperativas, comunitárias. As unidades produtivas podem ser agrupadas em quatro grupos: familiar, cooperativo, autogestionário e estatal.

A propriedade individual de parcelas de terras “não impede que os camponeses se organizem para explorá-las coletivamente através de cooperativas ou agrupamentos mais avançados de autogestão. Muitas combinações são possíveis entre os diversos tipos de propriedades e os diversos tipos de exploração” (VEIGA, 1986, p.34).

No caso brasileiro, o Estatuto da Terra estabelece duas formas para as unidades produtivas das terras desapropriadas: a propriedade familiar (também conhecida por lote individual) e a associação de agricultores organizados sob regime cooperativo (as cooperativas ou grupos coletivos). No censo agropecuário do INCRA, de 1996, a distribuição das formas de exploração dos beneficiários constava de 86,59% individual, 8,03% mista e 5,38% coletiva (BRASIL, 1997). A experiência de movimentos sociais como o MST inclui para o parcelamento das unidades produtivas tanto a forma individual, quanto a coletiva e um modelo *híbrido* que são os núcleos de moradia.

Além da unidade produtiva, é preciso considerar também a existência de uma gama variada de situações de ordenamento e reordenamento espacial das populações no campo. Destacam-se, por exemplo, os programas de colonização dos governos militares e programas de reassentamento de famílias de agricultores atingidos por barragens. No tocante aos assentamentos de reforma agrária, Leite et al (2004) também apontam uma variedade de situações como a regularização de terra de posseiros, áreas reivindicadas por movimentos de luta pela terra como o MST ou sindicatos, reservas extrativistas como as dos seringueiros, usinas falidas desapropriadas para os próprios trabalhadores locais, dentre outros.

## 1.2. Caracterização espacial dos assentamentos de Reforma Agrária no Brasil

Os assentamentos, geralmente, são áreas de antigos latifúndios<sup>1</sup>, conquistados por trabalhadores rurais sem-terra por meio do processo de ocupação (acampamento no local). A área dessas fazendas passa por nova dinâmica de ocupação espacial, com características econômicas e sociais distintas das antigas propriedades. São realizadas alterações na conformação do espaço local, no sistema produtivo e nas relações sociais, de forma a viabilizar a implantação do assentamento. Segundo Ademar Bogo, “o mais difícil não é o processo de conquistar a terra, mas sim fazê-la produzir, organizar a cooperação, a comercialização, desenvolver novas tecnologias e forjar uma nova consciência nos assentados...” (BOGO, 1999, p.35). A terra do antigo latifúndio passa a ser compartilhada por muitas famílias inseridas agora numa comunidade.

Variando de estado para estado<sup>2</sup>, o parcelamento do assentamento envolve o zoneamento e a delimitação dos seguintes componentes:

- Reserva permanente – Áreas existentes de proteção ambiental, intocável, correspondendo às margens de rios, encostas<sup>3</sup>...;
- Reserva legal – De acordo com as resoluções ambientais que podem variar de estado para estado, 20 a 30% de toda a área do assentamento são destinadas à reserva legal (80% na Amazônia). Não se pode extrair madeira, mas, há a possibilidade (desde que controlado) do extrativismo vegetal (frutas regionais) e do plantio de mudas nativas. Algumas áreas inaproveitáveis para cultivo agrícola também costumam ser designadas como reserva legal visando ao reflorestamento.
- Lotes ou Parcelas – Extraídas as reservas, o que sobra de área aproveitável para a agricultura e pecuária é parcelado, considerando-se o número de famílias e o módulo rural local. Em áreas onde a exploração é coletiva, não há divisão dos

<sup>1</sup> Palavra empregada desde a Roma antiga para designar grande área de terras sob a posse de um único proprietário. No Estatuto da Terra (1964) foi empregada para designar grandes propriedades improdutivas.

<sup>2</sup> Acrescidos às leis governamentais, há estados (como é o caso de São Paulo) que possuem legislação própria para tratar dos assentamentos. O tratamento das questões ambientais também apresenta variações entre os estados.

<sup>3</sup> A definição das áreas de reserva permanente e legal bem como o licenciamento ambiental para projetos de assentamentos deve basear-se nas seguintes leis: Constituição federal Art. 225; Código Florestal, lei 4.771/65; lei 6.938/81 da Política Nacional do Meio Ambiente; as resoluções CONAMA 237/97 e 01/86; a lei de Crimes Ambientais 9.605/98 e as respectivas legislações estaduais e municipais.

lotes. Em alguns casos, as áreas de reserva legal são retiradas nos fundos dos lotes. De acordo com manual do INCRA:

As parcelas deverão ser planejadas e distribuídas de forma que as mesmas tenham, preferencialmente, acesso à água, localizado nas partes baixas, e a rede viária, que deverá ser projetada nos divisores d'água, que dão acesso aos lotes. Este tipo de planejamento permitirá que a frente da parcela fique na parte alta (estrada) e o fundo voltado para a drenagem ou aguadas. (INCRA, 2004).

No parcelamento, define-se também área comunitária (variável por região) para implantação de equipamentos (escola, centro comunitário) e de atividades de lazer. Em alguns assentamentos, utiliza-se a área da antiga sede da fazenda visando a aproveitar as estruturas existentes.

Consideram-se como elementos do orçamento do projeto para a implantação do assentamento os serviços de topografia, a locação das estradas e a perfuração de poços (nos casos necessários). Demais elementos como escolas, centros comunitários, postos de saúde vão depender de projetos específicos (federais, estaduais, municipais, de organismos financiadores via ONGs) ou de conquistas obtidas pela pressão de famílias assentadas.

Em estudo recente, envolvendo seis regiões brasileiras<sup>4</sup>, Leite et al (2004) traçam um apanhado médio da utilização das áreas dos lotes para a safra 1998/99. A forma de utilização das áreas dos lotes apresentou 40% da área para reservas, 39% para pastagens, 16% de área cultivada e 5% de áreas não aproveitadas<sup>5</sup>. Observa-se que as áreas destinadas à reserva nos assentamentos ultrapassam os valores médios de reserva legal definidos por lei (20 a 30%). A utilização da área dos lotes divide-se em cultivos e pastagens, sendo esta última a maior parte. São poucas as áreas não aproveitadas decorrentes de áreas inadequadas e/ou da falta de recursos financeiros para sua utilização.

Com relação à organização e localização, as moradias podem estar situadas nos lotes individuais ou em agrovilas conforme as seguintes situações:

<sup>4</sup> Sul da Bahia, sertão do Ceará, Entorno do Distrito Federal, sudeste do Pará, oeste de Santa Catarina e, Zona canavieira nordestina.

<sup>5</sup> O estudo focaliza, apenas, o uso das áreas dos lotes acrescido das áreas de reservas, não abrangendo os demais componentes do parcelamento como as áreas comunitárias. As áreas não aproveitadas existentes nos lotes possuem condições de solos desfavoráveis e/ou não utilizadas por falta de recursos financeiros.

- Lotes individuais – As casas são construídas nos lotes, geralmente quadrados ou retangulares. Comumente sobrepõe-se uma malha reticulada sobre o perímetro da área, situação que muitos assentados denominam de *quadrado burro*, pois, muitas vezes, não são consideradas características locais como tipo de solo e acessos. Os equipamentos comunitários se encontram na área coletiva determinada em um ponto do assentamento.

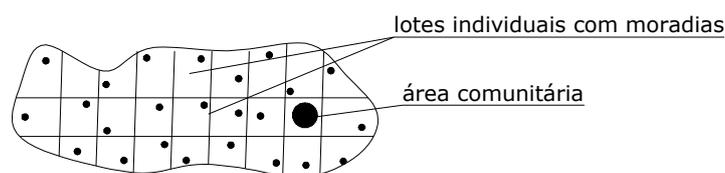


FIGURA 1 – Croqui de assentamento com lotes individuais

- Agrovilas - As casas são construídas próximas, num núcleo social onde se busca promover a convivência e facilitar o acesso a uma estrutura básica (energia, água, escola, transporte); podem estar associadas tanto à forma individual de parcelamento, quanto à coletiva. No interior das agrovilas, há local reservado à construção dos equipamentos comunitários.

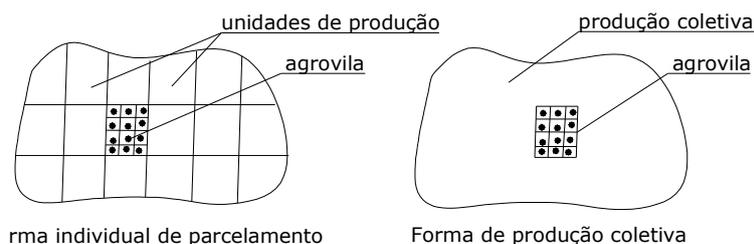


FIGURA 2 – Croqui de assentamentos com agrovila

- Núcleos de moradia – Comumente chamados de *raio de sol* devido ao formato de alguns núcleos. Diferem da agrovila pelo fato das casas serem construídas nos lotes. O assentamento é parcelado em lotes individuais com desenho que facilite a proximidade entre as diversas moradias. Dentro dele, existem vários núcleos de 10 a 15 famílias, em média, cujo tamanho varia de acordo com a topografia, a

hidrografia e as estradas existentes. No interior de cada núcleo, reserva-se uma área coletiva para aquelas famílias. A área comunitária de todo o assentamento localiza-se num local central, podendo estar inserida no interior da área de um dos núcleos.

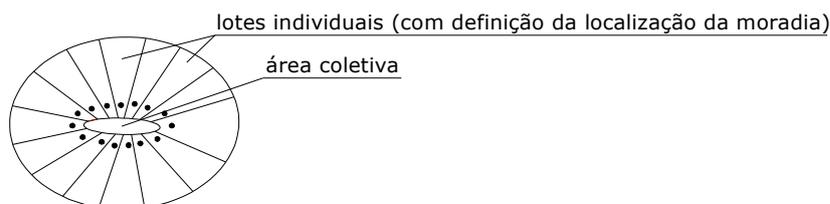


FIGURA 3 – Esquema de núcleo de moradia

A partir de 1998, como premissa para a implantação de novos assentamentos, o governo federal passou a solicitar a realização de um Plano de Desenvolvimento de Assentamento (PDA), definindo questões de infra-estrutura, moradia, produção. Esses planos visam a elaborar estratégias de planejamento de tal forma que o processo de ocupação e organização da produção possa obedecer a uma lógica que permita o alcance de melhores resultados em termos de produtividade e qualidade de vida. Porém esse serviço, comumente terceirizado, apresenta como resultado um volume extenso arquivado nas sedes regionais do INCRA, não havendo acompanhamento posterior. Ainda que os trabalhadores sem-terra pressionem o governo para realizar o parcelamento e a distribuição dos créditos, o histórico de atuação governamental no planejamento do assentamento ocorre de forma impositiva não havendo maior participação da comunidade local.

### 1.3. Assentamentos do MST

A realidade dos assentamentos do MST passa por distintos processos históricos e peculiaridades locais. O MST não visualiza um assentamento somente como unidade produtiva, mas, “... o renascimento da vida humana e da natureza. Este é um dos princípios básicos que orientam as atividades do MST nas áreas conquistadas.” (MORISSAWA, 2001, p.237). Considera, portanto, necessário desenvolver a convivência e a participação das famílias no processo de construção do assentamento:

Após a conquista da terra, os sem-terra precisam assumir um conjunto de lutas específicas, como por exemplo: crédito agrícola, estradas, energia elétrica, preço mínimo, etc., que são lutas que interessam diretamente àquela comunidade... A conquista da terra não é o fim da luta, é sempre um ponto de partida. Os sem-terra foram aprendendo na caminhada que quem só luta pela terra tem na própria terra o seu fim. Perder o vínculo pela organização dos trabalhadores é cair no isolamento. É justamente a organização que abre caminho para o avanço da luta. Somente por meio de um forte movimento, os sem-terra transformarão a luta pela terra em luta pela reforma agrária (FERNANDES, 2000, p. 85).

A organização produtiva dos assentamentos amadurece, ao longo dos anos, com a realidade vivenciada pelas famílias (uma premissa no MST). Em 1986, surge a comissão de assentados voltada para discutir e dar encaminhamento às dificuldades enfrentadas pelas famílias assentadas. Nos anos 90, estabelece-se o setor de produção, organizando a produção por meio das associações de produtores, cooperativas, assistência técnica e crédito. Com o advento das Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs)<sup>6</sup>, fomenta-se a discussão sobre como planejar um novo modelo de assentamento que estimule a convivência e a participação. Porém, Martins (2004) apresenta a seguinte ressalva em relação às CPAs:

Ocorre que esta forma de cooperação foi incapaz de absorver a maioria da base social do MST. Este contingente de pessoas tratou de optar pelo lote familiar individual como forma de superação da sua subalternidade antes vivida. Para estes trabalhadores, o sentido de liberdade era dispor de seu lote e de sua força de trabalho (e de sua família) organizando de sua maneira a vida que melhor lhe convinha. A coletivização não se colocou no horizonte desta fração de classe do proletariado. Portanto, as CPAs absorveram pequenos grupos de famílias de trabalhadores rurais, sendo uma forma de cooperação restrita àqueles assentados que apresentaram uma melhor compreensão do processo histórico vivido. Elas não massificavam a cooperação agrícola no interior do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MARTINS, 2004, p.170).

Em relação à organização da moradia, a maioria das famílias, ao optar pela produção no lote familiar, preferia também morar no lote. Entretanto, o sistema produtivo não se

---

<sup>6</sup> As CPAs são grupos de produção coletiva que se constituem como empresa. Um estudo mais aprofundado encontra-se no “*Caderno de formação n.º 21*” do MST.

encontra necessariamente vinculado à organização da moradia<sup>7</sup>. As variações encontram-se relacionadas a peculiaridades e/ou alternativas locais. Em regiões onde há uma carência maior de água (principalmente no nordeste), independente do sistema produtivo, as famílias costumam morar em agrovilas onde se instalam poços artesianos profundos.

No ano de 1994, após reunião do setor de produção em Rondônia, a moradia passa a ser considerada um elemento principal, aglutinador para a cooperação e a participação e, também, como instrumento para um novo modelo de produção. Nesse sentido, surgem novas propostas de organização da moradia, como é o caso do núcleo de moradia, também conhecido como *raio de sol*, visando, além da economia com infra-estrutura, a melhoria da organização das famílias:

O MST aprendeu que era possível combinar o interesse individual (ter a posse da terra) com o interesse da organização (estimular a convivência e a participação). Assim desenvolveu diversas experiências de cortes das fazendas desapropriadas, organizando as moradias de maneira que aproximassem as famílias (conforme suas opções), viabilizando uma estrutura física de tal ordem que facilitou a convivência e organização dos núcleos de base (participação social) (MARTINS, 2004, p. 196).

A partir de 2001, dá-se início a experiências de PDA com equipes do próprio movimento. Esse instrumento passa a ser empregado como elemento potencializador dos princípios do MST. Em 2003, elabora sua própria metodologia nas oficinas desenvolvidas no sul, sudeste, centro-oeste e nordeste. Na proposta do MST (inicialmente denominada de Planejamento e Organização do Assentamento):

O pressuposto é a participação social entendida como processo de empoderamento das informações e tomada de decisões pelas famílias. As famílias são entendidas não como unidades individuais, mas como parte de coletivos diversos, sendo: os núcleos, os setores e a coordenação (...) O planejamento e organização do assentamento deve considerar as especificidades sócio-culturais dos grupos de famílias que ali estão; a relação como o meio ambiente e entre si. Por isso, a disposição e formato dos lotes

---

<sup>7</sup> Caso esta situação fosse regra, a conformação seria: casas nas agrovilas para CPAs, coletivos e semicoletivos e casa no lote para lote individual.

devem permitir o estabelecimento de laços comunitários fortes, permitindo o desenvolvimento social em sua plenitude (MST, texto não publicado).

Além dos mecanismos de organização da produção e moradia, outras estratégias foram sendo tomadas visando a sobrevivência dos assentamentos no processo histórico da política agrícola brasileira. As estratégias atuais do setor envolvem: produzir alimentos para consumo e excedentes para comercialização; produção de variedades/diversificação alimentar; organizar a produção e comercialização por meio de cooperativas; produção de sementes para ter autonomia, não dependendo do mercado de insumos; agricultura ecológica, sem agrotóxicos e com tecnologias alternativas; explorar a potencialidade de extrativismo da região; implantação de agroindústrias de beneficiamento, entre outros.

#### 1.4. Reflexões teóricas para auxiliar na análise espacial de assentamentos do MST

##### Campo e cidade

A relação moradia / produção / natureza tem sido abordada por pensadores e urbanistas ao longo da história. No século XIX, Robert Owen e Charles Fourier – também chamados de socialistas utópicos – já relacionavam a questão do planejamento produtivo à moradia. Owen, com sua empresa em *New Lanark* (Escócia), incorporou a cidade e o campo. Fourier idealizara os Falanstérios<sup>8</sup> compreendendo “todo um mundo composto de refletidos sistemas sociais, psicológicos, econômicos e técnicos, e baseado em conhecimento e imaginação, mas sem nunca haver sido posto em prática” (CORNELL, 1998, p. 111).

Mais tarde, (fins do século XIX e início do século XX), Camillo Sitte e Patrich Guedes idealizavam o planejamento como um todo, envolvendo a cidade e o campo. Na seqüência de suas idéias, o urbanista Ebenezer Howard levantara propostas de ‘Cidades Jardins’ visando a interação entre o urbano e o rural. “A nova forma de construção social seria movida com

---

<sup>8</sup> Sociedade baseada em comunidades de até duas mil pessoas. Estas viveriam em fazendas coletivas agroindustriais, onde todos desempenhariam suas tarefas em proveito da comunidade. As pessoas deveriam trabalhar apenas no que quisessem. Os falanstérios seriam edifícios-cidade que abrigariam todos os membros da comunidade e onde seriam instalados bens coletivos como cozinha e biblioteca. (fonte: <http://geocities.yahoo.com.br/jonhassuncao/presocialismo.htm>)

comércio, lavoura e indústria. De preferência, devia ser auto-sustentável e dotada de todas as instituições necessárias: moradias, parques e demais serviços” (CORNELL, 1998, p. 146). Howard buscava cidades sustentáveis relacionando a moradia com o trabalho.

Atualmente, discute-se a sustentabilidade do projeto urbano embora não exista mais um vínculo tão forte entre cidade e campo. Empregando questões ecológicas, Gouvêa, considera sustentável o projeto que “na sua implantação e manutenção gaste menos energia e insumos básicos, que gere menor impacto ecológico e que satisfaça as exigências culturais locais e regionais, para que as gerações atual e futura tenham suas necessidades atendidas”. (GOUVÊA, 2004)

No âmbito rural, recentemente, algumas correntes ambientalistas abordam a relação moradia-produção em núcleos denominados de ecovilas, centrados na questão ecológica. Os assentamentos de reforma agrária, vinculados ao MST, diferem das ecovilas por serem fruto de movimentos sociais e, apesar de apresentarem estratégias relacionadas à natureza, têm no processo de transformação social seu foco principal.

O planejamento de assentamentos rurais não corresponde somente à implantação de elementos urbanizadores (núcleo comunitário com escola, centro comunitário, área de lazer, estradas), mas também moradia e produção no contexto dos trabalhadores rurais, considerando suas relações sociais e com a natureza. O planejamento surge na apropriação do espaço como forma de poder. No espaço físico do assentamento... “Do ponto de vista dos movimentos sociais que fazem a luta pela terra, um assentamento é sinônimo de terra conquistada... é um processo histórico de transição e transformação, de organização do território, do espaço agrário em questão” (CALDART, 2000, p. 120). A materialidade do espaço não mais se limita à constituição material dos lugares. Passa a incluir a presença ativa neles contida, que os relaciona entre si. Seu conhecimento não se reduz ao da forma sugerida por uso imediato, mas forçosamente considera as qualidades da totalidade social de que é parte. Uso e presença são parte do modo de produção e do modo de vida maior, da formação socioeconômica vigente e das qualidades herdadas (SVENSSON, 2001).

A sustentabilidade em um assentamento de Reforma Agrária

Nossa preocupação deve estar relacionada com a mudança da aparência física do latifúndio. O assentamento é o renascimento da vida humana e da natureza, por isso é fundamental estabelecer uma política de desenvolvimento econômico, social e humano, preservar o meio ambiente, recuperar as nascentes dos rios, reflorestar as áreas devastadas... (BOGO, 1999, p. 103).

Ademar Bogo, militante do MST, levanta a existência de novas relações sociais inseridas no processo de construção do assentamento, bem como uma preocupação com o uso dos recursos naturais e outros fatores que muitos estudiosos relacionam ao conceito de sustentabilidade.

Desde a publicação do informe Brundtland<sup>9</sup>, a palavra sustentabilidade está comumente relacionada a desenvolvimento. Joan Martinez Alier critica essa questão ao afirmar que “O crescimento econômico (rebatizado como ‘desenvolvimento sustentável’) é um remédio ao mesmo tempo contra a pobreza e contra a degradação ambiental: essa foi a mensagem de Brundtland, que relegou a um segundo plano a questão da redistribuição e da equidade” (ALIER, 1998, p. 100). Ao contrário de uma das premissas do informe, a de que a pobreza é uma das causas da degradação ambiental, poderíamos seguir outro caminho: “as rendas e a riqueza desiguais levam à pobreza, e a pobreza à degradação ambiental.” (ALIER, 1998, p.127) A pobreza, mais que uma causa, é um efeito do atual modelo de desenvolvimento. Observa-se “profunda contradição e impossibilidade de conciliação entre progresso, crescimento econômico ilimitado e a finitude dos recursos ambientais que, em última instância, sustentam o processo de produção e consumo. Em outras palavras não há sustentabilidade no modelo de desenvolvimento vigente”. (TAVARES, 2002, p. 13).

Porém, o MST busca outro modelo de sociedade, mais justa, centrada nos interesses de uma população a que Milton Santos denominou de *nação passiva*. Segundo esse pensador, existe uma *nação passiva* – onde podemos incluir os trabalhadores sem-terra do campo – que se encontra à margem ou participa de forma residual do mercado global:

A “nação passiva” é estatisticamente lenta, colada às rugosidades do seu entorno, localmente enraizada e orgânica. É também a nação que mantém

---

<sup>9</sup> Relatório denominado “Nosso futuro comum” publicado em 1988 pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas.

relações de simbiose com o entorno imediato, relações cotidianas que criam, espontaneamente e na contracorrente, uma cultura própria, endógena, resistente, que também constitui um alicerce, uma base sólida para a produção de uma política. Essa nação passiva mora ali onde vive e evolui, enquanto a outra apenas circula, utilizando os lugares como mais um recurso a seu serviço, mas sem outro compromisso (SANTOS, 2002, p.96).

Esta nação passiva, a princípio, encontra-se desarticulada pelas pressões dos interesses globalizados da “nação ativa”, mas:

[...] a tomada de consciência trazida pelo seu enraizamento no meio e, sobretudo pela sua experiência da escassez torna possível a produção de um projeto, cuja viabilidade provém do fato de que a nação chamada passiva é formada pela maior parte da população, além de ser dotada de um dinamismo próprio, autêntico, fundado em sua própria existência – daí sua veracidade e riqueza (SANTOS, 2002, p.96).

Para trabalhar sustentabilidade em um assentamento, na dinâmica dessa *nação passiva*, é preciso considerar seu *enraizamento*, suas necessidades reais. Para Ademar Bogo do MST, é preciso “Colocar a preservação e o desenvolvimento da vida no centro do projeto”. A vida do agricultor possui uma dinâmica própria, as pessoas produzem no mesmo local em que consomem e moram “... na vida do camponês, os aspectos econômicos estão profundamente associados, misturados aos aspectos sociais... Teremos que contemplar em nossas ações propostas para as diversas esferas da vida humana e não apenas para as necessidades econômicas” (MST, 2001).

Um processo de Reforma Agrária abre perspectivas de recuperação de áreas degradadas e o cuidado com as áreas ambientais pelas próprias famílias assentadas. Nesse âmbito, o MST elabora os “Nossos compromissos com a terra e com a vida” e, entre suas resoluções políticas, encontra-se “a luta em defesa do meio ambiente e da biodiversidade”. As estratégias de ação do MST para a construção de um programa ambiental envolvem: o “*planejamento e a organização territorial do assentamento*” e a adoção de uma prática

agrícola diferenciada, utilizando o ”manejo da agrobiodiversidade com enfoque na agroecologia”<sup>10</sup>.

### Planejamento e participação como processo de aprendizagem

Considerando que o objeto principal do MST não é a terra, e sim as pessoas, tratar da sustentabilidade num assentamento implica compreender de que forma ele foi planejado e como acontecem as relações atuais internamente.

Na realidade rural dos assentamentos do MST, as idéias de planejamento e gestão estão inseridas no processo de participação e formação da consciência social do Sem-Terra. “A consciência social é a resultante natural de uma situação em que a convivência é intensa e as pessoas assumem a condução do núcleo social, participando amplamente de suas decisões. Isso faz parte da concepção de assentamento do MST: uma estrutura social que proporciona o convívio e permite a participação” (MORISSAWA, 2001, p. 227). Mais do que unidade produtiva, o assentamento para o MST é um centro de convivência.

A participação, em todos os processos de decisão num assentamento, é elemento de formação de cidadania nos assentados. Tem-se a necessidade da participação como processo de transformação da realidade e aprendizagem. A participação surge como elemento educador – entre os princípios filosóficos referentes ao setor de educação do MST, encontra-se a “educação para a transformação social” – como processo permanente de formação/transformação humana.

A participação das famílias de trabalhadores rurais sem-terra no planejamento do assentamento corresponde a um dos elementos do processo de aprendizagem e mudança de consciência.

## 2. ANÁLISE DA REALIDADE DO ENTORNO DE BRASÍLIA

### 2.1. Histórico da ocupação do espaço rural no entorno do Distrito Federal

---

<sup>10</sup> Cf. ‘*Construindo o programa ambiental do MST para a reforma agrária*’ – texto interno do MST, em construção (não-publicado) / 2004.

De acordo com o historiador Paulo Bertran, as sesmarias mais antigas da área do Distrito Federal datam de 1741. “Embora as bandeiras percorressem a região desde o século XVI, com suas doenças e seus fogos a dizimar os indígenas, a colonização só começou no ano de 1700, em Minas Gerais, depois no Mato Grosso (1718) e, por último, em Goiás (1726)” (BERTRAN, 1994, p.18).

Grandes fazendas de gado, instaladas nas áreas de cerrado propícias ao desenvolvimento da pecuária extensiva, dinamizaram a ocupação da região a partir do século XVII:

As fazendas, com seus vaqueiros e agregados, mantinham em suas margens núcleos de agricultura de subsistência, conjugando um padrão de convivência e dependência entre os grandes latifundiários e os colonos, moradores, parceiros e posseiros. Os primeiros municípios da região foram sendo construídos entre as grandes fazendas, como entrepostos de tropeiros... (LEITE et al, 2004, p. 49)

Com a criação do Distrito Federal, passando a capital do país para Brasília em 1960, as regiões de seu entorno imediato passam a sofrer mais influência da capital federal do que a capital de seus estados. Um dos principais elementos dessa zona de influência foi a questão da migração, principalmente do norte e nordeste, aumentando o número de municípios e a população. A região passa a sofrer a valorização das terras devido à proximidade da capital e ao intenso fluxo migratório. O processo de ocupação fica marcado pela discrepância entre a modernidade representada por Brasília e o atraso dos latifúndios improdutivos e da pecuária extensiva de seu entorno.

O quadro rural começa a se alterar a partir da década de 1960, com o processo de modernização da agricultura e os investimentos governamentais para viabilizar projetos agrícolas no cerrado. Dentro das linhas políticas dos governos militares observa-se que:

O estado teve um papel relevante neste processo por meio da oferta de abundantes recursos a taxas de juros negativos e incentivos à pesquisa de variedades vegetais adequadas ao cerrado. Durante as décadas de 60 e 70 foram implementados vários projetos de desenvolvimento agropecuário nesta região (federais e estaduais) (...). Estes projetos e programas acabaram por reforçar a tendência histórica de concentração fundiária dessa região. Parte dos recursos advindos desses projetos foram indevidamente

direcionados para a pecuária extensiva, com conseqüências sociais ainda piores (LEITE et al, 2004, p. 58).

Esse processo intensificou a concentração fundiária, levando à expropriação de pequenos proprietários e posseiros, ocasionando o aumento dos conflitos agrários.

A partir da década de 1970, começam a surgir mobilizações mediadas pela igreja católica e movimento sindical (CUT). Os conflitos se intensificam e, na década de 80, começam as ocupações de terras improdutivas por meio das federações de trabalhadores rurais, gerando os primeiros assentamentos na região. No noroeste mineiro, os marcos referenciais foram as desapropriações das fazendas Saco Grande/Palmeirinha, em Unai (1984), e Fruta D'Anta, em João Pinheiro (1986); a primeira devido a conflitos com posseiros ameaçados de expulsão e a segunda por ação do movimento sindical. No nordeste goiano, o principal agente era o movimento sindical de trabalhadores rurais, além de movimentos de atuação local.

Os atuais movimentos de luta pela terra são oriundos desse processo histórico. Alguns atuam de forma isolada e boa parte deles encontra-se ligada a sindicatos e associações, embora desarticulados entre si. Muitas famílias descrentes do processo de lutas dos sindicatos encontram-se hoje no MST. As configurações políticas variam para cada município.

Embora já consolidado em Goiás e Minas Gerais desde a década de 80, no Distrito Federal e região, o processo de organização do MST começou em 1992, através de experiências espontâneas e isoladas. O marco de nascimento foi a ocupação da fazenda Barriguda I, em Buritis, noroeste de Minas Gerais, no dia 1º de setembro de 1995 por 650 famílias, originando o assentamento Mãe das Conquistas. Ainda em 1995, o MST inicia as ocupações do entorno em Goiás com 150 famílias no município de Água Fria – hoje assentamento Terra Conquistada. Atualmente, o MST envolve 11 acampamentos com 1957 famílias e 23 assentamentos com 1696 famílias, num total de, aproximadamente 3000 famílias na região.

Com as pressões dos movimentos sociais, o INCRA, visando tratar das questões agrárias no entorno do Distrito Federal, cria, em 1998, a Superintendência Regional SR28 que passa a atender municípios do noroeste mineiro, nordeste goiano e entorno sul de Brasília.

Compreendem o que se denomina de Região Integrada do Distrito Federal e Entorno (RIDE). São áreas que possuem maior influência da capital federal do que as capitais de seus estados.

Em relação à caracterização das famílias, existem camponeses com uma cultura típica da região e migrantes de outras regiões do país. Há migrantes de caráter urbano e rural. Quanto mais próximo de Brasília, mais diversificada é a origem e o processo anterior de trabalho das famílias. Dessa interação de interesses e culturas distintos, podem surgir fatores novos na dinâmica dos assentamentos. Neste emaranhado de origens e realidades, vai-se conformando a cultura dos trabalhadores rurais sem terra da região.

## 2.2. Contexto atual em que se inserem os assentamentos do entorno do DF

Considerando o processo histórico, as formas de ocupação características das áreas rurais do entorno (Minas e Goiás), (podendo ocorrer interações entre elas) compreendem:

- Fazendas de exploração agrícola que empregam trabalhos sazonais. Moram nessas fazendas algumas famílias de trabalhadores rurais que fazem algum tipo de trabalho ‘à meia’ e ‘cuidam’ da fazenda. O restante dos trabalhadores rurais denomina-se ‘bóia-fria’. Esses moram nas periferias das cidades da região, geralmente cidades pequenas e médias, indo para o campo apenas nas épocas de plantio e colheita;
- Latifúndios improdutivos - Vastas extensões de terras que empregam um ou dois peões para cuidar da terra e de algumas cabeças de gado;
- Fazendas agroindustriais – Médias e grandes fazendas na linha do agro-negócio, com uma produção agrícola de monocultura voltada para a exportação, mecanizada com o uso intensivo de fertilizantes e agrotóxicos. Empregam pouca mão-de-obra, mas qualificada como tratorista, administrador e gerente.
- O restante da população do campo se distribui em pequenas propriedades e assentamentos rurais produzindo para subsistência e para o mercado local, além de sítios como áreas de lazer para finais de semana.

Ao longo dos anos, a paisagem do cerrado sofreu modificações, principalmente após o incremento da modernização conservadora, com grandes áreas de monocultura de grãos.

Fazendas *produtivas* de soja são visualizadas nas áreas férteis dos altos das chapadas, onde há abundância de água (marcadas por veredas de buritis) necessária para a instalação de pivôs centrais. Grandes extensões de terra são *limpas* para a instalação de lavouras que empregam insumos agrícolas de forma intensiva durante todo o processo.

O impacto sofrido na região decorrente do desmatamento pode ser constatado na maioria das fazendas onde as famílias estão acampadas. Fazendo uso do método popularmente chamado de “correntão<sup>11</sup>” o fazendeiro desmata a área enviando madeira para carvoeiras. No local, cultiva-se pasto ou deixa-se a vegetação renascer novamente para retornar ao ciclo do desmatamento. O descaso com a preservação das áreas de nascentes e leito dos rios acarreta a diminuição gradual do volume de água.

A configuração espacial das fazendas destinadas aos assentamentos rurais caracteriza-se por topografia irregular, terras com desgaste intenso do solo, falta d’água e desmatamento até o leito dos rios (em raros casos a mata ciliar encontra-se preservada). A forma de implantação desconsidera o sítio natural como fontes de água e topografia. Apresentam cercas antigas delimitando extensas áreas de pasto com poucas áreas de cultivo. As estruturas (casas, currais, etc.) encontram-se deterioradas e em estado de abandono. Os agravos no ecossistema local, frutos do desmatamento e das monoculturas plantadas de forma indiscriminada em grandes extensões, são sentidos nos próprios assentamentos de reforma agrária da região. O quadro a seguir ilustra algumas conseqüências da situação levantada acima, como o gado, a soja e a ocupação humana de forma desordenada:

---

<sup>11</sup> Método de desmatamento empregado em áreas do cerrado no qual uma corrente grossa é puxada por tratores derrubando a vegetação existente.

### QUADRO 01

Impactos ambientais presentes nos assentamentos.

| Assentamento       | Localização         | Principais problemas ambientais enfrentados   |
|--------------------|---------------------|---|
| Mãe das Conquistas | Buritis/MG          | Rio Confins contaminado por agrotóxicos pulverizados por aviões nas fazendas do alto da chapada. Rio Urucuia contaminado pelo esgoto do município. Queimadas oriundas de fazendas do outro lado da serra.                                     |
| Carlos Lamarca     | Arinos/MG           | Rios transformados em grotas secas devido a destruição de toda a mata ciliar. Falta de água, parcelamento inadequado com assentamento dividido por rodovia federal e famílias assentadas na serra sem ligação com o restante do assentamento. |
| Oziel Alves I      | Planaltina/DF       | Derrubada da cobertura vegetal para implantação de monocultura de soja pelo antigo proprietário. A nascente fora drenada e a mata ciliar retirada para desenvolvimento do plantio.  |
| Cunha              | Cidade Ocidental/GO | O rio da divisa dos lotes secou devido ao desmate de toda a mata ciliar. (Obs. com o cuidado das famílias e o reflorestamento, estão conseguindo recuperá-lo gradativamente).   |
| Esusa              | Auto Paraíso/GO     | Área inadequada para assentamento de reforma agrária devido aos terrenos com baixa fertilidade e necessidade de preservação ambiental (próximo a Chapada dos Veadeiros).  |
| Vanderli Ribeiro   | Buritis/MG          | Falta de água, terrenos com baixa fertilidade, parcelamento inadequado com dificuldades dos órgãos públicos para determinar áreas de reserva.   |

Considerando-se os problemas ambientais vividos nos assentamentos e o avanço da fronteira agrícola no cerrado pelas grandes monoculturas, observa-se enorme tendência de segregação espacial. Nesta, o agronegócio fica com as melhores terras no alto das chapadas; e os assentamentos, com fazendas antigas, degradadas e com terras irregulares nos fundos de vale.

Acrescido à questão ambiental, o tempo médio do processo de implantação de um assentamento na região varia de 1 a 5 anos, considerando-se desde a ocupação, o acampamento, os trâmites legais (laudo de vistoria, desapropriação, portaria de criação) até o parcelamento e a liberação dos créditos. Porém, segundo os técnicos do próprio INCRA, não há nenhum assentamento local que esteja totalmente implantado. Mesmo entre os mais antigos, há pendências de infra-estrutura ou créditos. Comumente, o resultado do trabalho de empresas contratadas para realizar o PDA, como a EMATER e a Universidade de Brasília, significa um volume extenso arquivado na sede regional (INCRA - SR28), não havendo acompanhamento posterior.

As dificuldades enfrentadas repercutem o quadro, em âmbito nacional, de políticas públicas incipientes. A seguir, encontram-se alguns dos principais entraves à viabilidade dos assentamentos no Distrito Federal e Entorno - fruto da morosidade das ações governamentais:

- Créditos – As principais críticas correspondem à demora na liberação e a valores insuficientes e defasados. Os créditos para plantio freqüentemente saem após o período das chuvas (ex.: ‘custeio’ e CONAB);
- Infra-estrutura – O INCRA não tem verbas suficientes nem funcionários para sua execução e vistoria; em consequência encontram-se assentamentos com falta de água, energia e estradas. O desvio de verbas nos convênios<sup>12</sup> firmados entre INCRA e prefeituras do entorno para melhoria das estradas dos assentamentos ilustram essa situação;
- Saúde – Somando-se às limitações da assistência médica do SUS nas cidades, nas áreas rurais praticamente não há atendimento. As famílias arcam ainda com a falta de transporte e a dificuldade para conseguir meios de locomoção;
- Educação – Há muitos entraves para a construção de escolas nos assentamentos. As famílias encontram-se sujeitas aos interesses políticos de prefeituras que preferem usar o transporte escolar até as zonas urbanas do que manter escolas nas áreas rurais. Com o repasse de verbas do governo federal, algumas disputam as crianças dos assentamentos – como é o caso dos municípios de Arinos e Uruana (MG) em relação aos assentamentos Carlos Lamarca, Carro Quebrado e Chico Mendes.

### 2.3. Proposições para a organização da moradia

Longe de apresentar soluções definitivas, as proposições a seguir representam contribuições à implantação de assentamentos e à organização da moradia. Baseiam-se na análise de assentamentos antigos e nas experiências realizadas em mais recentemente. Dividem-se em linhas gerais, propostas relacionadas ao parcelamento das áreas e propostas relacionadas à organização da moradia.

---

<sup>12</sup> O INCRA entraria com o combustível e as prefeituras realizariam as obras nas estradas com o maquinário de sua frota; porém poucas obras foram realizadas. Os assentados denunciaram desvio de verba e tentativa de barganha política por parte das prefeituras.

Linhas gerais:

Entre as potenciais alternativas a serem implantadas nos assentamentos (algumas já em implementação) encontram-se:

- Experiências de cultivos agroecológicos e sementes crioulas visando a independência do mercado de sementes e de insumos agrícolas;
- A realização de hortas medicinais pelos coletivos de saúde e a manipulação de fitoterápicos como alternativa a determinados medicamentos controlados por multinacionais;
- A implantação de espaços de formação para as famílias, com a realização de cursos;
- A exploração de recursos naturais locais, como a coleta e beneficiamento de frutos do cerrado por meio de projetos junto a ONG's e organismos ambientais;
- A coordenação dos futuros PDA's por parte do MST com a participação das famílias acampadas.

Parcelamento das áreas:

As proposições a seguir correspondem à experiência do parcelamento do assentamento Oziel Alves II no núcleo rural Pipiripau (Distrito Federal).

A disputa política da posse da área com o governo do Distrito Federal levou a coordenação estratégica do espaço pelo MST por meio do parcelamento e da distribuição das famílias nos lotes.

Situada numa região de importância ecológica – a bacia do rio Pipiripau – a fazenda encontrava-se desmatada, e as nascentes, sem proteção vegetal (uma delas chegou a ser drenada); o cerrado ficou preservado apenas nas áreas íngremes.

Antes da realização do parcelamento, foram levantadas as extensões de cerrado que poderiam ser preservadas ou impróprias para a agricultura. Para os espaços agricultáveis restantes, elaborou-se o projeto em conjunto com as famílias. Discutiu-se a melhor forma de realizar o parcelamento, considerando o sítio e a implantação de áreas comunitárias, estradas, energia, água, localização da moradia.

O resultado final foi a distribuição dos lotes em núcleos de moradias. Esse parcelamento propiciou a aproximação das famílias, contribuindo para a organicidade interna e para o melhor controle desse espaço em disputa.

Embasado nessa experiência, recomenda-se:

- Levantar inicialmente as características do sítio natural, definindo as áreas de reserva;
- Planejar em conjunto com as famílias – por meio de reuniões e oficinas nos núcleos de famílias – para que essas tenham conhecimento de todo o processo e se sintam “*autoras*” do projeto. Projetar “*com*” e não “*para*” as famílias;
- Realizar o zoneamento planejando atividades a serem desenvolvidas em todas as áreas.

#### Organização da moradia

Para os assentamentos que apresentarem mais de uma área coletiva:

- Distribuir os componentes por meio de equipamentos e/ou atividades que venham a se complementar, possibilitando o intercâmbio entre as famílias na utilização das áreas coletivas;
- Interligar as áreas e, sempre que possível, localizá-las em espaços centrais e de fácil acesso;
- Definir espaços de produção e lazer, bem como espaços de socialização como as praças e os locais de reunião;
- Apropriar-se das construções existentes, dando-lhes usos que atendam a toda a comunidade;

Para melhor aproveitamento da utilização dos recursos hídricos na moradia:

- Calhas dos telhados direcionadas para reaproveitamento da água da chuva;
- Cisterna para água de chuvas como, por exemplo, as cisternas semi-enterradas construídas manualmente pelas comunidades no semi-árido;
- Reaproveitamento de águas servidas no pomar e hortas;
- Destino adequado dos dejetos do vaso sanitário, podendo ser o sistema de fossa e sumidouro. Em casos de moradias próximas, verificar a possibilidade do uso de sistemas condominiais com tratamento.

Economia e conforto na moradia:

- Realizar discussão junto aos núcleos de famílias (com auxílio técnico adequado) sobre a iluminação e ventilação nas moradias;
- Com a liberação do crédito habitação, definir as equipes de compra de materiais e fazer planejamento do mutirão de construção;
- Empregar alvenaria de pedra, quando essa existir, em quantidade que possa ser utilizada, economizando material para a fundação, os pisos e as paredes;
- Nos casos em que há barro adequado, confeccionar tijolos de adobe e/ ou solo-cimento – ideal para construções realizadas em mutirões;
- Construir varandas e beirais, minimizando os impactos do sol e vento nas regiões do cerrado. Na ausência de recursos, uma opção barata é a utilização de palha de coqueiro na cobertura;
- Preparação antecipada de mudas (árvores frutíferas e de sombra) para serem plantadas no ato do parcelamento, ao redor do local da moradia. Em áreas de cerrado degradado, é preciso agilizar a obtenção de sombras, visando à melhoria no micro-clima ao redor da casa. A demora na liberação dos créditos atrasa esse processo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil nas últimas décadas gerou uma população eminentemente urbana e avanços em termos da industrialização. Entretanto, além de perpetuar uma das sociedades mais desiguais do planeta, esse modelo vem priorizando o agronegócio como o maior gerador de divisas para o País por meio das exportações. Esse modelo agrícola tem feito do Brasil um dos maiores produtores de soja e carne do mundo, mas não tem contribuído para diminuir a fome ou o êxodo rural.

A forma de ocupação do território estudado continua marcada pela apropriação das terras por uma classe social que detém o poder econômico, e conseqüentemente o político. No entorno do Distrito Federal, historicamente, a ocupação foi marcada por latifúndios de pecuária extensiva convivendo com núcleos de agricultura de subsistência numa relação de dependência. A modernização da agricultura contribuiu para o aumento dos índices de concentração fundiária e da exploração da mão-de-obra.

Após a conquista da terra, as dificuldades enfrentadas se assemelham ao quadro nacional de carências nas áreas de moradia, saúde, educação, transporte, infra-estrutura (água e energia) e créditos para a produção, o que interfere diretamente na qualidade de vida dentro dos assentamentos. Os órgãos competentes, apesar do discurso de preocupação social do atual governo federal, não se encontram, com a estrutura e o orçamento, adequados para atender às demandas. A atuação governamental, impositiva, não proporciona maior participação da comunidade local. Realiza a desapropriação, mas não investe o capital necessário para garantir uma produção com retornos a longo prazo. Os governos não têm considerado a realização da Reforma Agrária como um componente fundamental de um projeto de desenvolvimento nacional. Permanece a lógica de apaziguar pressões sociais. Sem alterações na estrutura da concentração de terras, a tendência é que os conflitos continuem existindo, ampliando a tensão com as áreas do agronegócio.

O ônus arcado pelas famílias no processo de exclusão social corresponde: primeiro, à descapitalização e pobreza anterior a fase de acampamento (agravada nesse período); segundo, ao conseguir a terra, deparam com uma área “*devastada*”; e terceiro, enfrentam o descaso da atuação governamental e a ausência de políticas públicas adequadas para a população do campo. Agravando essa situação, as formas de parcelamento comumente empregadas desconsideram o sítio natural.

O enfrentamento a estas questões provém da capacidade organizativa do MST para reivindicar as demandas existentes e pressionar o governo. A atuação do MST é de fundamental importância para fazer pressão sobre o governo, cobrando posicionamento das autoridades. Mas, devido às dificuldades enfrentadas nos assentamentos atuais e a necessidade de realização das linhas políticas do movimento, o MST passa, também, a discutir com as famílias nos acampamentos a forma do parcelamento e busca liderar o processo de construção dos novos PDA's a serem implantados. Neste contexto, o papel do Estado na viabilidade dos assentamentos necessita ser reconstruído, não somente como política social, mas como política de desenvolvimento socioeconômico, com perspectivas de recuperação de áreas degradadas e estimulando modelos de produção agroecológicos. Este processo seria estratégico para a construção de um modelo de desenvolvimento para o campo alternativo ao hegemônico, fornecendo as bases para um processo de transformação deste quadro no futuro.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALIER, J. M. *Da economia ecológica ao ecologismo popular*. Blumenau: Editora da FURB, 1998. 402 p.

BERTRAN, P. *História da Terra e do Homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador*. Brasília: SOLO, 1994. 270 p

BERTOLINI, V.A. OCUPANDO O CERRADO – *Avaliação do processo de implantação de assentamentos rurais no entorno do Distrito Federal*. 183 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

BOGO, A. *Lições da Luta pela Terra*. Salvador : Memorial das Letras, 1999. 160 p.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. Ministério Extraordinário da Política Fundiária. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras/Universidade de Brasília. *I Censo da Reforma Agrária do Brasil*. Brasília, 1997.134 p.

CALDART, R. S. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

CORNELL, E. *A arquitetura da relação cidade-campo*. Tradução e composição de Frank Svensson. 1 ed. Brasília: Editora Alva, 1998. 236 p. Título Original: Bygge av stad och land.

FERNANDES, B. M. *MST – formação e territorialização*. 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

\_\_\_\_\_. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000. 318 p.

GOUVÊA, L. A. C. *Cidade vida: curso de desenho ambiental urbano*. Brasília, Universidade de Brasília, 2004. Trabalho de licença sabática.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. *Manual para apresentação de projetos de organização territorial das áreas de assentamento do INCRA*. Disponível em <[www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br)>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agropecuário*, 1995/1996. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>.

LEITE, S. HEREDIA, B. MEDEIROS, L. PALMEIRA, M. CINTRÃO, R.(Coord.). *Impacto nos Assentamentos – Um estudo sobre o meio rural brasileiro*. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: Ed. UNESP, 2004. 392 p. Estudos NEAD n. 6.

MARTINS, A. F. G. *Potencialidades transformadoras dos movimentos camponeses no Brasil contemporâneo: “as comunidades de resistência e superação no MST”*. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

MORISSAWA, M. *A História da Luta pela Terra e o MST*. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2001. 256 p.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil LTDA. *O que levar em conta para a organização dos assentamentos – a discussão no acampamento*. n. 1. São Paulo, maio de 2001. *Caderno de Cooperação Agrícola*.

\_\_\_\_\_. *Cadernos de Formação do MST*. n. 21 - Publicações internas.

\_\_\_\_\_. Página na internet desenvolvida pelo MST. *Apresenta histórico e dados gerais sobre o movimento*. Disponível em : <[www.mst.org.br](http://www.mst.org.br)> .

SANTOS, M. *O País Distorcido*. 1. ed. São Paulo: Publifolha, 2002.

SVENSSON, Frank. *Visão de Mundo – Arquitetura*. Brasília : Edições Alva., 2001.175 p.

TAVARES, M. S. O. C. *Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável: ocupar, resistir, produzir e preservar: o caso do assentamento Terra Conquistada*. 2002. 174 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável), Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

VEIGA, J. E. *O que é reforma agrária*. 10. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986. 88 p.